

COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES

PODER E CULTURA REDES E MÍDIAS

Daniela Zanetti e Ruth Reis

organizadoras

 EDUFES



Editora filiada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu)
Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus de Goiabeiras
CEP 29075-910 - Vitória - Espírito Santo - Brasil
+55 (27) 4009-7852 - edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor | Reinaldo Centoducatte
Vice-Reitora | Ethel Leonor Noia Maciel
Secretário de Cultura | Rogério Borges de Oliveira
Coordenador da Edufes | Wilberth Claython Ferreira Salgueiro

Conselho Editorial | Cleonara Maria Schwartz, Eneida Maria Souza Mendonça, Fátima Maria Silva, Giancarlo Guizzardi, Gilvan Ventura da Silva, José Armínio Ferreira, José Elias Feres de Almeida, Julio César Bentivoglio, Luis Fernando Tavares de Menezes, Marcos Vogel.

Secretários do Conselho Editorial | Douglas Salomão e Tânia Canabarro
Revisão de Texto | Ana Clara Bianchi e Marialina Antolini
Projeto Gráfico e Diagramação | Ruth Reis
Foto de Capa | Gui Castor
Revisão Final | As organizadoras
Realização | Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades - UFES

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)
Bibliotecária: Maria Aparecida da Costa Pereira Akabassi – CRB-6 ES-43

C741 Comunicação e territorialidades [recurso eletrônico] : poder e cultura, redes e mídias / Daniela Zanetti e Ruth Reis (orgs.). - Dados eletrônicos. - 1. ed. - Vitória : EDUFES, 2017. 233 p. :il.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-7772-363-8
Modo de acesso:

1. Comunicação. 2. Política de comunicação. 3. Redes sociais. Mídia. I. Zanetti, Daniela. II. Reis, Ruth.

CDU:316.77

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
--------------------	---

INTRODUÇÃO

Comunicação e territorialidades: em torno do poder e da cultura	10
<i>Ruth Reis e Daniela Zanetti</i>	

PARTE I - COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES: UM CAMPO A SER DESBRAVADO

Desafios para um programa de estudos sobre Comunicação e Territorialidades.....	22
<i>Ruth Reis</i>	

Territorialidades no campo do audiovisual	35
<i>Daniela Zanetti</i>	

A compreensão heideggeriana do espaço na discussão sobre territorialidades.....	48
<i>Rafael Paes Henriques</i>	

A temporalidade como conceito e dispositivo: delimitando um campo de estudos para a Comunicação.....	69
<i>Frederico de Mello Brandão Tavares</i>	

PARTE II - O TERRITÓRIO DAS REDES

Um métodos perspectivista de análise de rede social: cartografando territórios e tempos na rede.....	83
<i>Fábio Malini</i>	

Imaginação e protesto, comunicação e subjetividade.....	107
---	-----

Rossana Reguillo

Narrativas sobre cidade: imagem e poder.....	129
--	-----

Ana Clara Magnago Bianchi

III- MÍDIAS E POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO

Rede Globo e territorialidade a partir da economia política da comunicação e do paradigma da complexidade.....	149
--	-----

José Antonio Martinuzzo e Wagner Piassaroli Mantovaneli

Sociabilidades em redes: a territorialidade informacional e os rolezinhos	166
---	-----

Ângelo Bortolon

Comunicação, direitos humanos e cidadania: territorialidades que se entrelaçam.....	186
---	-----

Marialina Côgo Antolini e Edgard Rebouças

O encontro da teoria semiótica com a publicidade e o consumo.....	206
---	-----

Flávia Mayer dos Santos Souza e Maria Nazareth Bis Pirola

Lei de Acesso à Informação: do silêncio ao diálogo	219
--	-----

Elen Gerales, Janara Sousa e Vanessa Negrini

SOBRE OS AUTORES	228
------------------------	-----

APRESENTAÇÃO

A decisão de produzir este livro nasceu durante o II Seminário do Programa de Pós-graduação, realizado no velho e acolhedor auditório do Centro de Artes, na Universidade Federal do Espírito Santo, em 2016. Nesse lugar, que já abrigou tantas inquietações, divergências e descobertas, a equipe de professores e pesquisadores do programa, convidados, estudantes e outros interessados que lá compareceram debateram sobre visões e possibilidades, limitações, dúvidas e convicções que alimentam o dia a dia de um programa de estudos com a responsabilidade de construir perguntas e respostas sobre questões sociais, culturais, políticas ou de outras ordens, abrigadas sob o arco da comunicação, uma área de práticas e conhecimentos que tantas transformações tem sofrido nos últimos anos.

Após o início das atividades do mestrado, em 2014, tendo chegado a primeira turma em 2015 e já ter formado os primeiros mestres em 2016 e 2017, podia-se perceber que o programa de estudos ganhava corpo e que precisava se dedicar a sistematizar as ideias e conceitos que no dia a dia vêm sendo trabalhados por professores e estudantes. Sem a pretensão de fechar questão sobre o vasto e complexo universo de problemas que nos desafia a cada dia, mas de abrir o debate, buscando registrar referências, contribuições e provocações, foi lançado um convite público a quem quisesse colaborar e se juntar ao grupo nessa tarefa, entendendo que é preciso pensar alto e junto com outros para, de fato, construir algo relevante.

Desse processo, nasce este livro, que traz diferentes olhares sobre as convergências entre comunicação e territorialidades, obtidos a partir de chamada pública, das ideias, agora convertidas em artigos, debatidas com os pares e convidados naquele seminário, e pesquisas desenvolvidas por alguns dos nossos estudantes. É certo que a configuração da identidade de um programa de estudos de pós-graduação é tarefa para muitas mãos e resultado de um mo-

vimento que não cessa. Por isso, é importante deixar rastros desse processo, com a pretensão de que eles sejam inspiradores para os que virão. Ao mesmo tempo, o que se deseja é constituir linhas de conexão com a comunidade que confia à instituição universitária a responsabilidade e a missão de lançar um olhar científico e curioso sobre uma questão tão cara às nossas dinâmicas sociais como é a comunicação.

Os artigos reunidos na primeira parte do livro – **Comunicação e territorialidades: um campo a ser desbravado** – dedicam-se à captura de conceitos e a reflexões que permitam delinear as potencialidades desse universo de estudos. No artigo *Comunicação e territorialidades: em torno do poder e da cultura*, nós, Ruth Reis e Daniela Zanetti, exploramos algumas contribuições teóricas para a configuração do conceito de território e territorialidades, providas principalmente da Geografia, e suas conexões com o campo da Comunicação, questões que serão retomadas nos artigos seguintes a partir de ângulos específicos.

No artigo *Desafios para um programa de estudos sobre Comunicação e Territorialidades*, Ruth Reis constrói algumas indagações que podem delimitar linhas de trabalho para a pesquisa em comunicação: que territórios produz a máquina de comunicação e que impactos sociais, econômicos e culturais provocam? Quem são e como se organizam, interagem e se (re)presentam os habitantes desses territórios? O que compreende o território epistemológico da comunicação?

Em *Territorialidade no campo do audiovisual*, Daniela Zanetti propõe três abordagens para se discutir o audiovisual a partir dos conceitos de território e territorialidade: uma primeira que reflete sobre as dinâmicas comunicacionais contemporâneas marcadas pela convergência midiática; outra que destaca a lógica das indústrias culturais; e uma terceira que considera a dimensão interna das obras audiovisuais.

A partir de uma abordagem filosófica, Rafael Paes Henriques investe na reflexão do conceito de espaço como princípio teórico de aproximação com a noção de territorialidade. Para tanto, em *A compreensão heideggeriana do espaço como contribuição para a discussão sobre territorialidades*, realiza um percurso ontológico

em busca de uma desconstrução do modo como cotidianamente se compreende a natureza do espaço.

A partir de sua experiência como docente no também recém-criado mestrado em Comunicação e Temporalidades, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Frederico de Mello Brandão Tavares discorre sobre a utilização da categoria tempo na compreensão de fenômenos comunicacionais, em seu texto *A temporalidade como conceito e dispositivo: delimitando um campo de estudos para a Comunicação*. Com isso, objetiva colaborar para um adensamento acerca de abordagens que se aproximam das noções de espaço e territorialidades.

A segunda parte do livro – **O território das redes** – agrega trabalhos que representam o esforço de pesquisa dos novos territórios da comunicação nas redes digitais, que tantas transformações trouxeram para a vida de toda a sociedade, requerendo a criação de novas abordagens metodológicas. Em *Um método perspectivista de análise de redes sociais: cartografando territórios e tempo na rede*, Fábio Malini apresenta a fundamentação teórica dessa proposta metodológica de investigação em redes sociais. A ancorando-se na teoria antropológica formulada por Eduardo Viveiros de Castro, na concepção de Bruno Latour sobre a teoria ator-rede e na teoria dos grafos, busca identificar, processar e interpretar os pontos de vista que deixam suas marcas no espaço e no tempo das interações realizadas nesses territórios.

Rossana Reguillo reflete sobre os modos de engajamento social que marcaram as lutas políticas nesses primeiros anos 2000 no texto *Imaginação e protesto, comunicação e subjetividade*, atentando para a articulação entre territórios físicos e simbólicos. A autora se dedica a pensar as emergentes formas de apropriação e resistência frente ao poder dominante, a partir dos “movimentos-rede” que transformam a subjetividade política e possibilitam novas formas de atuação na esfera pública.

Em *Narrativas sobre a cidade: imagem e poder*, Ana Clara Magnago Bianchi analisa novas práticas comunicacionais relativas à produção de imagens, que, na condição de discurso, dão vida às formas contemporâneas de apropriação do território. Partindo de uma investigação sobre fotografias da cidade de Vitória publicadas

na rede Instagram, propõe compreender a relação dessas imagens compartilhadas no ciberespaço com a circulação de novas formas de apropriação simbólica da cidade e de transformação desse território específico.

A terceira parte – **Mídias e políticas de comunicação** – apresenta trabalhos que buscam evidenciar o papel das mídias e das políticas de comunicação nos processos de territorialização e produção da cidadania. No texto *Rede Globo e territorialidades a partir da economia política da comunicação e do paradigma da complexidade*, Wagner Piassaroli Mantovaneli e José Antônio Martinuzzo buscam evidenciar um método que estrutura a aplicação dos conceitos de comunicação e territorialidades na efetivação de uma pesquisa sobre a Rede Globo. Para tanto, recorrem ao campo da economia política a fim de evidenciar os processos de concentração midiática.

As conexões entre as dinâmicas comunicacionais e geográficas são examinados por Angelo Bortolon em *Sociabilidades em redes: a territorialidade informacional e os rolezinhos*, em que analisa estratégias comunicacionais e desenvolve uma reflexão acerca do imbricamento entre territorialidades virtuais e presenciais, nas quais jovens das periferias urbanas estabelecem “espaços de fluxos” na cena cotidiana do espaço urbano, causando impactos na ordem cristalizada dos seus lugares de consumo e segregação.

Pensar a articulação entre comunicação e movimentos sociais como instrumento para se efetivar e ampliar direitos humanos e promover cidadania é a proposta do artigo *Comunicação, direitos humanos e cidadania: territorialidades que se entrelaçam*, de Maria-lina Côgo Antolini e Edgard Rebouças. Os autores apresentam um histórico sobre essas duas noções e refletem sobre a importância dos processos participativos mais horizontais para o fortalecimento da esfera pública e da democracia.

No texto *O encontro da teoria semiótica com a publicidade e o consumo*, Flávia Mayer dos Santos Souza e Maria Nazareth Pirola exploram a publicidade e o consumo como territorialidades profundamente entrelaçadas e demarcadoras da vida e da identidade dos indivíduos, convocando a semiótica discursiva como recurso teórico e metodológico.

Elen Geraldles, Janara Sousa e Vanessa Negrini, em *Lei de Acesso à*

informação, do silêncio ao diálogo, propõem compreender como a Lei de Acesso à Informação brasileira (LAI) pode contribuir para se pensar as territorialidades e como a comunicação pública se constitui em uma aliada para sua implementação efetiva.

Nossos agradecimentos a todos os que se propuseram a colaborar e desejo de que a leitura seja proveitosa.

Vitória, setembro de 2017

As organizadoras

COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES: EM TORNO DO PODER E DA CULTURA

RUTH REIS

DANIELA ZANETTI

O conceito de território tem como marco científico inaugural os estudos comportamentais dos animais nos ambientes que habitam, realizados no campo da Etologia, prevalecendo uma abordagem naturalista, ligada aos impulsos vitais e inatos para a reprodução das espécies. Da Etologia para as Ciências Sociais, algumas noções são apropriadas e adaptadas. A conexão entre territorialidade animal e humana oferece aos primeiros estudos algumas referências para os conceitos de território e de territorialidade humana: as que dizem respeito aos aspectos temporais – duração da ocupação –, fronteiriços – diversos tipos de demarcação de limites, materiais ou não –, comportamentais – nomadismo ou fixação – e formas de apropriação dos recursos – para sobrevivência, acasalamento, proteção dos filhotes, entre outros – (HAESBAERT, 2006).

Ao defender a superação da perspectiva etológica e essencialista, Raffestin (1993) propõe entender as territorialidades como uma problemática relacional, pautada na interdependência entre o mundo, os seres vivos e estes articulados a um coletivo. “Territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo.” (RAFFESTIN, 1993, p. 160). Diferenciando espaço de território, Raffestin constata que território é a produção a partir do espaço e pressupõe um local de relações. A apropriação e o uso de um espaço por parte dos atores promovem processos de territorialização.

Milton Santos (2006) é outro autor que considera o “uso” como definidor do território. Território como sinônimo de espaço geográfico é visto por ele como unidade e diversidade. Por território

entende-se geralmente a “extensão apropriada e usada” (Santos, 2001, p. 19), num sentido de área de vivência e de reprodução. Concordando com a tese de Latour (1994), Santos entendem que os territórios têm caráter híbrido, pois são constituídos pela correlação entre os objetos técnicos naturais ou artificiais e as ações dos sujeitos, da sociedade. É essa correlação que faz com que, no percurso da história, os territórios se transformem.

Massey (2008), também postula a ultrapassagem da visão essencialista do espaço e do território como algo já sempre dado e propõe pensá-los como instância em contínua construção, “produto das interrelações, [...] construído desde a imensidão do global até o intimamente pequeno [...], como esfera de possibilidade da existência da multiplicidade”(MASSEY, 2008, p. 29). Essa compreensão endereça a questão do espaço e do território para a política como âmbito de sua produção, e não do espaço como um lugar ou um continente inerte, em que a heterogeneidade ocorre.

O PODER

O poder é uma questão central na constituição do conceito de território. Souza (2009, p. 65) identifica o território como “campo de força” ou – mais precisamente – relações de poder espacialmente delimitadas, operando destarte sobre um substrato referencial”. As noções de poder e controle estão fortemente presentes no campo da Geografia Política, que centra seus estudos na questão do Estado e das nações, o que, para o autor, acabou consolidando uma ideia de fixidez dos territórios, devido à duração em que Estado e nação se inscrevem no tempo histórico. Mas não é apenas nesse contexto que o poder se manifesta na configuração das territorialidades. Na dimensão dos “nanoterritórios” (SOUZA, 2009, p. 67), conformados no cotidiano dos indivíduos, é possível verificar a existência desse “campo de forças” em ação, na forma de experiências espaço-temporais fluidas e passageiras. É possível assim perceber também a mobilidade dos territórios, que são operados numa escala de micropoderes, tal como propõe Foucault (1979).

A perspectiva do poder na conformação dos territórios é colhida também em outros autores, entre os quais Robert Sack (1986),

que também entende a territorialidade humana de forma abrangente, não se restringindo-se apenas aos Estados-Nação. Para ele, a territorialidade é uma estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas através de um domínio de área, e ocorre em vários graus e em inúmeros contextos sociais. Territorializações são usadas nas relações cotidianas e também nas organizações complexas. “A territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social. Ela é um meio pelo qual o espaço e o tempo estão interrelacionados” (SACK, 1986, p. 6).

Amparado em Henri Lefebvre, Haesbaert (2004) ressalta que os conceitos de território e territorialidade estão relacionados às noções de apropriação e dominação, correspondendo a primeira a um processo mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, e a segunda a uma perspectiva mais concreta, funcional e vinculada ao valor de troca. Para o autor, a partir dessa distinção é interessante observar que como ‘espaço-tempo vivido’, o território é sempre múltiplo, diverso e complexo, ao contrário do território ‘unifuncional’ proposto pela lógica capitalista hegemônica (HAESBAERT, 2004, p. 2). Dominação e apropriação (e, conseqüentemente, os processos de reapropriação) são noções que contribuem para nortear reflexões acerca dos territórios comunicacionais e informacionais.

Raffestin também identifica no poder o cerne da configuração territorial. Referindo a Foucault, ele estabelece que o poder se manifesta por ocasião da relação, colocando-se como um processo de troca ou de comunicação, sem uma centralidade específica. Por ser coextensivo de qualquer relação, Raffestin considera inútil distinguir um poder político, econômico ou cultural. “Sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam relação, a saber, a energia e a informação” (RAFFESTIN, 1993, p.53-54)

ACUMULAÇÃO E ESPAÇO

Pensando a questão territorial a partir do marxismo, o geógrafo David Harvey privilegia a dimensão espacial no processo de acumulação no modo de produção capitalista. Para tanto, procura

demonstrar como a teoria da acumulação está ligada à teoria do imperialismo. Ao enfatizar a transformação da cultura em *commodities* no processo de globalização, Harvey defende que o

capitalismo, em um determinado momento, constrói uma paisagem física apropriada à sua própria condição, apenas para ter de destruí-la, geralmente durante uma crise, em um momento subsequente (HARVEY, 2005, p. 52)

Para ele, os processos contemporâneos de globalização econômica se relacionam com as localidades e as formas culturais. Ora,

os processos de mercado dependem do monopólio individual dos capitalistas (de todos os tipos) sobre os meios de produção da mais-valia, incluindo as finanças e a terra [...]. O poder monopolista da propriedade privada é, portanto, tanto o ponto de partida como o ponto final de toda a atividade capitalista (HARVEY, 2005, p. 222-223).

Partindo desse princípio, o autor se utiliza do conceito de capital criado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu para aplicá-lo ao contexto das cidades, propondo a ideia de um capital simbólico coletivo, isto é, o “poder dos marcos especiais de distinção vinculados a algum lugar, dotados de um poder de atração importante em relação aos fluxos de capital de modo mais geral” (HARVEY, 2005, p. 231). Sua maneira de pensar as territorialidades contemporâneas passam pelo entendimento de que os espaços (urbanos ou rurais) estão submetidos a estratégias de dominação chanceladas pelo capitalismo, afetando sobremaneira o cotidiano das pessoas.

O SIMBÓLICO, O IMATERIAL

De forma semelhante a Harvey, outros estudos destacam as dimensões simbólicas e semânticas que se apresentam na ligação entre sociedade e espaço, especialmente pela Antropologia e pela Geografia Cultural. O antropólogo português José Luiz Garcia (1976), entende que um território é “socializado e culturalizado, pois tudo o que se encontra no entorno do homem é dotado de algum significado” (GARCIA, 1976: 94 apud HAESBAERT, 2006, p.

70). Ele propõe que o significado daquilo que se interpõe entre a atividade humana e o meio natural é o ponto que deve ser objeto de investigação e análise, de modo que o estudo das territorialidades se converte em uma análise da atividade humana no que tange à semantização do espaço territorial.

A materialidade ou imaterialidade do território é um ponto de controvérsia entre diversos autores. Desde a distinção estabelecida entre espaço e território, ainda nos primeiros estudos sobre comportamento animal, até as investigações mais recentes que problematizam a questão dos territórios frente às tecnologias digitais de comunicação é possível identificar que a questão amplia sua complexidade. Para Souza (2009, p. 64), “como projeção espacial de relações de poder, o território não pode ser jamais compreendido e investigado (sua origem e as causas de suas transformações) sem que o aspecto material do espaço social seja devidamente considerado”.

Por outro lado, a emergência da internet e das tecnologias digitais, como toda a sua potência e capacidade de perfurar as barreiras simbólicas ou materiais, desvelam novas experiências espaciais e territoriais, como aponta Firmino (2011) ao examinar a questão do Wikileaks e os efeitos que provoca na ordem jurídica que prevalece nos territórios nacionais, seja na produção dos seus territórios informacionais. Este autor também percebe uma intensificação do que denomina “espaço ampliado”, pelas tecnologias digitais “com seus dados, informações e todos os tipos de fluxos que, de maneira invisível, povoam lugares e espaços” (FIRMINO; DUARTE, 2008). Se a religião, a magia, a metafísica e a arte atuaram para oferecer imagens que funcionavam para a ampliação dos mundos materiais, hoje são as tecnologias digitais que, de forma ubíqua e indiddependente da vontade de cada um, oferecem extensões do tempo e do espaço, analisa o autor.

“É a essa ‘invisibilidade’ e caráter indistinto às vontades individuais que Duarte [2004] chama de cidade infiltrada; infiltrada por tecnologias que ampliam nossas capacidades comunicativas e interativas, sem nos darmos conta das proporções dessa ‘infiltração’. Hoje, e por isso considera-se o espaço ampliado, justamente por ser infiltrado, não importa

o que crêem ou não os indivíduos – vivemos em um espaço ampliado tal sua infiltração (FIRMINO, 2008).

EXPERIÊNCIA INTEGRADORA

A perspectiva integradora do território é a alternativa apontada por Haesbaert como a que mais se adequa às diferentes possibilidades de enquadrar o conceito de território, entendendo-o, tal como Milton Santos (2006),

como um híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e idealidade, numa complexa interação tempo-espaço, [...] na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade. [...]. Tendo como pano de fundo essa noção híbrida (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) do espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder; do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2006, p. 79).

A experiência integradora do espaço, para Haesbaert, só é possível de ser pensada hoje se superarmos a perspectiva de “território-zona” (figuração plana, muito enfatizada por diversos campos de estudos e imagem quase onipresente no senso comum) e adotarmos a de “território-rede” (figuração tridimensional, emergente em sistemas de pensamento contemporâneos), uma vez que não é mais possível pensar na anterior

conjugação íntima e contígua de espaço econômico, político e cultural, simultaneamente.[...] Os territórios-rede são os que admitem sobreposições, são espacialmente descontínuos, mas intensamente conectados e articulados entre si (HAESBAERT, 2006, p. 79).

A perspectiva deleuziana de compreensão da territorialidade é apontada por Haesbaert (2006) como um caminho teórico importante para dar conta dessa questão, com toda a problemática que apresenta contemporaneamente. A noção de agenciamento é central para entendermos os processos de territorialização. Um

agenciamento, segundo Deleuze, se dá em dois movimentos: o processo de territorialização (que implica um conteúdo composto por componentes não discursivos – agenciamento maquínico dos corpos – e uma expressão, que contém componentes discursivos – agenciamentos coletivos de enunciação) e o processo de desterritorialização. Para Deleuze “todo agenciamento¹ é em primeiro lugar territorial” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 218).

Por meio da imagem do rizoma, os autores desenvolvem uma filosofia das multiplicidades na qual defendem que tudo o que se dá não ocorre de forma hierarquizada ou centralizada, mas emerge de múltiplos movimentos e encontros (agenciamentos). O motor desse processo interminável e sempre em produção seria o desejo. A proposta de um pensamento rizomático se opõe ao que os autores denominam de pensamento arborescente, marcado por hierarquias e centralidades, mobilizados por linhas de segmentaridades rígidas e molares em oposição às flexíveis e moleculares próprias do rizoma. A primeira remete às características do mesmo e da repetição, evocam estruturas sociais mais consolidadas como a família, a escola, o trabalho (que podemos compreender como territorialidades estáveis), enquanto a segunda aponta para a diferença, a mudança e o devir (territorialidades relativas). Uma terceira linha é denominada linha de fuga, que abre para transformações mais radicais e movimentos de desterritorialização.

COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES

Dados alguns conceitos que nos aproximam das referências teóricas constituintes da questão das territorialidades, cabe indagar sobre as conexões possíveis entre estas e a comunicação. A partir das pistas aqui reunidas temos uma miríade de questões que podem ser definidas como escopo de pesquisa e pensamento. Primei-

1 Agenciamento - uma “unidade real mínima” (não é a palavra, a ideia ou o conceito; nem o significante, mas o agenciamento [...]). É uma multiplicidade que comporta muitos termos heterogêneos e que estabelece ligações, relações entre eles. (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 84).

ro é preciso inferir a inexorabilidade da presença na constituição e experimentação da vida. Viver já está implicado no “ser com”, para utilizar um conceito proposto por Heidegger (1986), o que significa existir em conjunto com outros num mundo instituído coletivamente. A experiência do homem como “ser com” implica uma existência espacial concreta e corporal, em alguma forma de territorialização. A inexorabilidade da presença impõe uma espacialidade na qual seja possível acolher a vida e promover a sua reprodução. O que se coloca em questão é o modo de “ser com” e da presentificação como condição para a existência e o comum pertencimento. Impõe-se, portanto, que se pense o outro como partícipe daquilo que é comum.

Os conceitos de comunicação e informação aparecem em diversos textos que discutem a questão do território e da territorialidade, em especial quando se amplia o debate para além de uma compreensão estritamente geográfica. A referência à comunicação e aos seus instrumentos técnicos como sendo elementos centrais na organização do poder na contemporaneidade está presente, por exemplo, na obra do geógrafo Milton Santos (2005). A partir de sua concepção de que os territórios se modificam por meio da dupla ação dos objetos técnicos e dos sujeitos, Santos descreve as características dessa transformação ao longo do tempo: num primeiro momento a natureza é o meio técnico determinante, num outro é o meio técnico-científico-informacional (interação ciência/técnica-tecnociência), com predominância do vetor informacional. Na imagem proposta por Santos (2005), o território contemporâneo em sua fase global, apresenta-se de forma tridimensional, marcada por “horizontalidades – domínios da contiguidade espacial – e “verticalidades” – formadas por pontos distantes, ligados por todas as formas e processos sociais, constituindo redes. Além da técnica informacional que cria novas formas de conexão e organização espacial, Santos (2005) destaca a importância histórica dos meios de comunicação no processo de construção das territorialidades e da percepção que cada um tem dos territórios que habita.

No contemporâneo, a própria produção tende a perder em importância e centralidade para a comunicação que, também para Raffestin, cada vez mais ocupa o centro de um espaço abstrato.

Considerando a comunicação tão somente como a transferência de informação, o autor discorre sobre o lugar que ela ocupa no par território/territorialidade, agregando o conceito de circulação, pois considera que “os homens ou os bens que circulam são portadores de uma informação e assim comunicam alguma coisa”. Do mesmo modo, “informação comunicada é um bem que circula” (RAFFESTIN, 1993, p.200). A circulação e a comunicação são dimensões que se combinam sob a forma de redes no processo de constituição de territorialidades.

Circulação e comunicação procedem de estratégias e estão a serviço delas. Redes de circulação e comunicação contribuem para modelar o quadro espaço-temporal que é todo território. Essas redes são inseparáveis dos modos de produção dos quais asseguram a mobilidade (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

Na visão de Raffestin (1993, p. 203) “um dos trunfos do poder na contemporaneidade é informacional, e a informática é um dos meios”. Esse aspecto também revela um deslocamento do poder em direção à invisibilidade de suas estruturas. Todas as redes que interessam à comunicação de massa e à comunicação interpessoal, obedecendo a uma estrutura formal, são instrumentos de poder, estreitamente controlados na maioria dos casos, pois permitem encerrar uma população numa trama informacional que as superdetermina em relação às estratégias das organizações. (RAFFESTIN, 1993, p. 218). Tanto Santos como Raffestin compreendem os meios de comunicação como sendo capazes de estabelecer diferentes territorialidades a partir do modo como a informação é produzida e posta em circulação no tempo e no espaço, num determinado contexto social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos de territorialidade apresentados oscilam de várias formas, contudo são unânimes em considerar que a espacialidade não é automática ou imediata, mas sim construída mediante determinações que podem ser de ordem política, econômica, cul-

tural, fisiológica ou mesmo expressiva. O resultado desse processo de constituição da espacialidade é denominado território. Entre os múltiplos fluxos que atuam na constituição dos territórios, encontramos a força da comunicação, seja como paradigma organizador das relações, seja como máquina operadora dos processos de circulação de ideias, discursos, valores ou riquezas.

Na atualidade vivemos um processo de aceleração tão violento que, muitas vezes, propõe a ideia de que não há mais territórios materiais ou simbólicos –, mas sim um constante processo de desterritorialização. Tal premissa só é válida se limitarmos a questão das territorialidades a uma concepção rígida, estática, inflexível. Como nos mostram os autores visitados nesse trabalho, territorialidades e territórios pertencem às dinâmicas sociais e se apresentam em permanente articulação e rearticulação, ganhando presença em diferentes substratos, em suas múltiplas durações. Desta forma, territórios são âmbitos de disputa e de poder, de controle e ocupação, de expressão e representação.

REFERÊNCIAS

- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- FIRMINO, R. *Território e materialidade: wikileaks e o controle do espaço informacional. Contemporânea Comunicação e Cultura*, v. 09, p. 167–182, 2011.
- FIRMINO, R; DUARTE, F. Cidade infiltrada, espaço ampliado: as tecnologias de informação e comunicação e as representações das espacialidades contemporâneas. 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.096/3408>>., acessados em maio de 2017.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização, do “fim dos territórios” à multiterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HAESBAERT, R. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>, acessado em maio 2017>
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo, Parte I e II*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- MASSEY, D. *Pelo espaço, uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.
- SACK, R. D. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, M; SILVEIRA, M. *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SOUZA, M. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Editora Expressão Popular, p. 57–72, 2009. .

I - COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES: UM CAMPO A SER DESBRAVADO

PROPOSTAS PARA UM PROGRAMA DE ESTUDOS SOBRE COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES

RUTH REIS

Discutiremos as proximidades e convergências entre comunicação e territorialidades, visando delinear potencialidades que se apresentam para um programa de estudos que tem na comunicação a sua ancoragem teórica e metodológica e nas territorialidades o desafio conceitual e eixo organizador de um conjunto de questões abarcadas pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades. Do que se trata quando nos referimos a territorialidades e sua implicação imediata, o território?

Território e territorialidade são conceitos multifacetados, cuja força se impõe em diversos modelos de pensamento, quando é objeto de especulação científica ou filosófica. A Filosofia e, mais especificamente, a Geografia e o Urbanismo são talvez campos de conhecimento que mais têm dedicado esforços conceituais e metodológicos para compreender as territorialidades. E neles, tem sido recorrente a percepção de que a questão dos territórios e das territorialidades vem deslizando para outros universos de estudos, possivelmente pela sua inexorabilidade, por fazer parte do que não se pode prescindir no devir das coisas e do mundo, pois tudo o que ocorre requer uma dimensão de presença, de manifestação, de espacialização ou territorialização, mesmo que esta não alcance estatuto material.

As territorialidades abarcam dinâmica que implicam as relações sociais, políticas, econômicas e culturais e que trazem em seu cerne a questão das formas de organização da vida em comum, atravessadas pelo poder, pelo controle, pelas ritualizações, pela linguagem e a técnica, como já descrevemos no artigo introdutório

desse livro (REIS e ZANETTI, 2017).

Algumas questões já delineadas nos diversos campos de conhecimento apontam horizontes nos quais podemos buscar proximidades entre comunicação e territorialidades: a) espaço se apresenta como um conceito intrigante e complexo, que em alguns autores se identifica como ser – espécie de pano de fundo doador das condições de presença –, e em outros, como ente – modo de existência particular – e nesta condição dá-se como diferença e multiplicidade (HEIDEGGER, 1986; DELEUZE, 1997; MASSEY, 2008; HAESBAERT, 2006;), ou como híbrido (RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 2006); b) território não é qualquer espacialidade, mas algo que foi transformado e assim permanece numa duração. Esse “transformar-se em” permanentemente, um devir território, requer uma multiplicidade de operações e processos heterogêneos, nas quais a comunicação se apresenta como uma dessas dinâmicas, na forma de um dispositivo¹, como propõe Agamben (2014), a partir de Foucault. Compreender e descrever essas operações em suas inúmeras possibilidades de abordagem são desafios que se colocam para o campo de estudos da comunicação, a partir de algumas linhas possíveis de atuação, as quais sugerimos a seguir, e que foram construídas de forma sintética, a partir de três indagações.

I - QUE TERRITÓRIOS PRODUZ A MÁQUINA DE COMUNICAÇÃO E QUE IMPACTOS PROVOCA?

Sem advogar um determinismo técnico ou tecnológico, mas pensando num processo de codeterminação, encontramos nos dispositivos de comunicação presentes na sociedade um poderoso vetor que propulsiona os processos de constituição de territórios e territorialidades. Ambos, territórios e territorialidades, têm com-

1 “Chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc, cuja conexão com o poder e, em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e - porque não - a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata - provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam - teve a inconsciência de se deixar capturar” (AGAMBEN, 2014, p. 13).

ponentes híbridos de natureza/cultura, material/imaterial, sendo produtos de agenciamentos, portanto originários de múltiplos fluxos. Consideramos territórios como acontecimentos que resistem por um tempo, aderindo a substratos espaciais que podem ser tangíveis ou não, enquanto que territorialidades se referem aos processos, ordens e valores que os sustentam.

Essa premissa é evidenciada pelas metáforas, diagramas ou cartografias que temos construído em diversas formulações a respeito dos territórios e das territorialidades. A comunicação e suas mídias, este conjunto de linguagens e equipamentos destinados a dar corpo e movimento às narrativas na contemporaneidade, tornou-se maquinaria necessária para o estar neste mundo ampliado da contemporaneidade. Nas suas diversas escalas espaciais, as mídias se justapõem e sobrepõem formando elas mesmas uma territorialidade que incide fortemente sobre outras e sobre nosso cotidiano.

As marcas deste trabalho de construção territorial são coerentes com o momento em que atuam, conciliando-se, assim, com o tempo da modernidade tecnológica e da atual hiper ou pós-modernidade. Paralelamente, e no ritmo desse movimento de expansão, somos enredados pelos recursos tecnológicos que constituem formas próprias de subjetivação. A tecnologia, uma estratégia humana de estar no mundo empregada até mesmo pelos nossos mais rudes ancestrais, transformou-se em tecnociência e gerou objetos capazes de propulsionar ainda mais o homem em direção à ampliação do seu mundo e reconfiguração das suas territorialidades.

Disseminado por um sistema socioeconômico produzido pela racionalidade e pelo progresso, o capitalismo, agora na sua versão turbo – mais desregulamentado, mais nômade, mais flexível – mostra-se como processo poderoso, que, desde o seu nascimento tem conseguido a proeza de transbordar para mundos antes inacessíveis ao homem ocidental. Se não na sua materialidade, pelo menos na hegemonia da sua lógica, este sistema socioeconômico finca raízes nos mais recônditos lugares, mesmo na forma da sua negatividade, onde se consolida a pobreza material.

Enredada numa teia elaborada pelos caminhos da telecomunicação, a globalização da economia e da cultura propõe refazer no-

ções tão caras às territorialidades e identidades modernas como as de povo e nação. Os indícios dessas mudanças podem ser encontradas na percepção de aumento da mobilidade e da velocidade – das pessoas e dos capitais – (VIRILO, 1974), na compressão do espaço (HARVEY, 1996) e nas diversas formas viver a cultura contemporânea, cada vez mais fugaz.

O desafio está lançado, mas as territorialidades marcadas pela relação de permanência e negociação humano/natureza persistem, gerando sentimentos de pertença e criando a noção do que é familiar, próprio, próximo. Encontramo-nos como participantes de um jogo de pertencimento a dois mundos, um global, amplo, mágico, comum, midiaticizado e com possibilidades de ser acessível a todos; e outro, local, imediato, delimitado, no qual se desenrola o cotidiano, na sequência ritmada dos dias que marcam um tempo linear e finito. Nossos corpos, como territórios primordiais, contêm esses registros e essa diferença: hoje podemos ser locais e globais ao mesmo tempo. Se era na casa, na rua, nas cidades que se encontravam estes corpos locais, hoje não é necessário nem possível se limitar a esse território. Este estar no mundo global propõe uma experiência que não prescinde totalmente da mecânica dos corpos, mas acrescenta-lhe a tecnologia, como transcendência, prolongamento do humano no inumano. Propõe um lançar-se na amplitude do espaço que encolhe aos nossos olhos contemporâneos, e cujas fronteiras entre conhecido e desconhecido são movidas a todo momento, desde aquela que nos permite ultrapassar para um mundo virtual sem que nossos corpos se coloquem em movimento à que nos conduz materialmente para outros lugares.

Essa constatação relativamente recente de que vivemos num processo de desterritorialização, de perda de um espaço fixo e próprio, tem nos oferecido inúmeras imagens-territórios, como a que nos propõe pensar na destituição da solidez, o que nos conduz a um estado de liquefação (BAUMAN, 2007) e a um regime de fluxos (SANTOS, 2006; CASTELLS, 1999) cada vez mais intensos e velozes, porque menos interpelados pelas nervuras dos solos que nos fixavam. Sim, é possível dizer que passamos da lógica do cubo mágico, do *puzzle* ou de árvore, que só admite contiguidades sem sobreposição, que se enraíza e permanece imóvel ou produzindo

pequenas e controladas oscilações, para outra que ganha as formas de rizoma (DELEUZE, 2005), rede, teia na qual os fluidos circulam, o centro é impreciso, as possibilidades de desdobramentos em novas ramificações são sempre presentes.

E o que isso tem a ver com a comunicação e com os sistemas tecnológicos das mediações dos discursos, narrativas ou das vozes que circulam – não sem controles – na sociedade? Em diversos autores recolhemos evidências de que há processos de codeterminação entre os modelos socioeconômicos e culturais e os sistemas técnicos de comunicação. Em Gabriel Tarde (1992) já encontrávamos uma reflexão sobre a estreita conexão entre o surgimento da imprensa e a formação da sociedade industrial e dos aglomerados urbanos, no momento em que a palavra passa a ser impressa e os meios de transporte permitem o trânsito de suportes que a conduzem, primeiro na forma das cartas, depois do livro e dos jornais. Estes são descritos por Tarde como descendentes da conversação obrigatória, tal como a que se realizava entre o rei e o súdito.

Também encontramos estudos sobre essas convergências entre sistema de mídia e modelos socioeconômicos e culturais, entre outros, nas obras de McLuhan (1972), Régis Debray (1995) e Mattelart (1996). O primeiro já antevia a potência da materialidade dos meios de comunicação na determinação das relações interpessoais e sociais, propondo a imagem de uma aldeia global. O segundo propõe uma substituição dos estudos de comunicação para estudos de mediação: “comunicação é fluida, enquanto a mediação é pesada” (DEBRAY, 1995, p. 14), elegendo como objeto de estudos os meios e sua eficácia simbólica. Pendulando entre admiração e crítica a McLuhan, Debray discute a proposição “o meio é a mensagem”, concluindo que “os suportes também têm espírito”. Nessa linha, constata uma estreita combinação entre modelos de sociedade, desenvolvimento tecnológico e mediações predominantes, o que ele denomina mídiasfera, identificando três momentos a partir da invenção da escrita: logosfera (marcada pela convivência da escrita com a oralidade), grafosfera (domínio da tipografia e da palavra impressa) e videosfera (domínio do audiovisual). Em Mattelart (1996), encontramos estudos sobre as conexões entre os sistemas de comunicação, as teorias da comunicação e das ideias que per-

passaram as dinâmicas econômicas e sociais, mostrando o trânsito histórico dos processos de comunicação e sua imbricação nas mudanças das territorialidades mundiais e dos sistemas de poder e de controle.

Mais recentemente, os estudos das novas formas de comunicação em rede reforçaram essa proximidade entre os sistemas de comunicação e os mecanismos de constituição das territorialidades. Num momento em que predomina uma matriz informacional de natureza digital, os mecanismos territoriais podem se desprender das formas considerados mais rígidos, pesadas e estáticas (desde as plantas industriais, aos modelos de organização da produção ou às formas de organização social). Essa dinâmica própria da técnica contemporânea lança questões sobre a experiência territorial num “espaço ampliado” (FIRMINO, 2011, p. 171) pelos meios digitais, o que abre novas possibilidades de produção da vida social, política ou cultural. Também desafia a compreensão dessas territorialidades, que, em seu hibridismo, exigem novas chaves interpretativas, a exemplo dos estudos de redes sociais, que procuram desvendar as relações sociais, de poder e de ocupação desses novos territórios informacionais, habitados não somente pelos humanos, mas também por máquinas com capacidade de aprendizagem e agenciamento talvez mais intensas do que em outros momentos históricos.

Um caminho promissor para um programa de estudos em Comunicação e Territorialidades é, portanto, é compreender a máquina da comunicação na constituição das novas formas de vivência pela perspectiva dos agenciamentos que desencadeia sobre o social, o político, o econômico e o cultural. Cabe escavar as singularidades e processos envolvidos na ativação do conjunto de elementos materiais e enunciativos que compõe o sistema comunicacional, buscando identificá-lo como dispositivo que tem dinâmicas próprias de operação, estratégias, organização e disputas, compreendendo-o, portanto, como um território.

II - QUEM SÃO E COMO SE ORGANIZAM, INTERAGEM E SE (RE)PRESENTAM OS HABITANTES DOS TERRITÓRIOS?

Entendendo ainda o conceito de territorialidade de forma alar-

gada, no qual a compreensão de território não se restringe ao estritamente terreno (terra, chão, no sentido material ou tangível), mas se conecta a todas as possibilidades de realização da existência ou da experiência, é possível entrever mais uma clareira para o desenvolvimento de estudos em Comunicação e Territorialidades. Para isso, é preciso adentrar uma dimensão constituinte das territorialidades, na qual prevalecem elementos que provêm da linguagem, do signo, dos discursos, da esfera dos agenciamentos expressivos, produzindo conexões que criam processos de identificação e assim constituem territórios. Estes podem se expressar em toda a sorte de substratos, seja no corpo de cada um dos indivíduos, seja nas formas de (re)apresentação das relações estabelecidas no âmbito coletivo, do social e do cultural.

As imagens e conceitos que vêm sendo sugeridos por diversos autores para compreender e também personificar as formas de subjetivação que se expressam contemporaneamente são pistas para a compreensão de novas formas de produção de territorialidades que fazem interface com o campo da comunicação. Como exemplo citamos imagens-conceitos como as de multidão (NEGRI E HARDT, 2005), de cyber-proletariat (DYER-WITHEFORD, 2015), de ciborgue (HARAWAY, 2009), de lentos e velozes (SANTOS, 2006), ou ainda outras que fluem nas nossas falas comuns, como a ideia dos coletivos culturais, das diversas identidades de gênero ou étnica, dos pobres, dos sem teto, enfim das inúmeras outras formas de produção identitária e subjetivação que povoam o cotidiano e as territorialidades de um mundo que já não é apenas bipolar.

Tratamos de territorialidades que não encontram materialidade imediata e por vezes se manifestam em espaços de vivência descontínuos, pouco visíveis, embora operantes, a exemplo das comunidades em rede ou das articulações momentâneas em torno de ideias ou projetos políticos, sociais ou culturais. Explorar suas formas e suas dinâmicas comunicacionais, compreender suas conexões e linguagens, seus movimentos e estabilizações temporárias são desafios que se apresentam. Nesse universo de questões é possível abarcar desde os estudos dos processos expressivos ou comportamentais na dimensão do cotidiano como propõe Certeau (1998), ou do mundo da vida como sugere Habermas (1989);

e também os relativos aos domínios das linguagens e formas que assumem os produtos comunicacionais postos em circulação na sociedade, as micro-operações discursivas que são acionadas nas interações, indo até as dinâmicas comunicacionais das macro-operações que regem o mundo do sistema (HABERMAS, 1989).

II. 3 - O QUE COMPREENDE O TERRITÓRIO EPISTEMOLÓGICO DA COMUNICAÇÃO?

A Comunicação como objeto de estudos nasceu sob o signo do hibridismo, embora se reconheça o esforço de muitos dos seus estudiosos em buscar um campo que lhe seja próprio, estranho aos demais, com método e objeto específicos e diferenciados. O campo científico da Comunicação tem sobrevivido e se servido de tantos outros universos acadêmicos, principalmente os provindos das diversas áreas das Ciências Sociais e Humanas, que não é raro ver-se perdida sobre terrenos que são tipicamente de outras ciências. Mesmo assim, goza do prestígio de se constituir como uma prática respeitada na sociedade e fortemente requerida desde que se descobriu autonomizada e legitimada.

Mas o que é a comunicação senão um híbrido? Algo que pode ser definido tanto como natureza – mecânica, própria do inumano, dado maquínico dos corpos que a operam –, quanto como cultura – atributo típico dos espíritos criadores, do mundo simbólico, ficcional. Pensar o problema da comunicação e seu hibridismo é pensar com os paradigmas da modernidade, como propõe Latour (1995), e, ao mesmo tempo, colocá-los em questão, à medida em que se está propondo uma abordagem particular, ao mesmo tempo em que se reconhece nesta particularidade a presença de uma quantidade infinita de contribuições de diferentes áreas que se entrecruzam, tanto na própria operacionalidade da comunicação, quanto nos estudos que se desenvolvem para compreender a sua natureza. Pensa-se, portanto, na comunicação como uma possível área de pureza que merece estudos detidos e apropriados, mas estes só se viabilizam como ponto de interseção de formas de conhecimento, oriundas de outras áreas consideradas autônomas.

É raro localizar algum momento em que o processo de configuração e desenvolvimento do campo de estudos da comunicação

como disciplina acadêmica tenha encontrado a paz de uma realização plena. Os diversos movimentos que se produziram e foram propulsionados especialmente pela técnica puxam incessantemente as fronteiras que têm sido demarcadas como próprias para o campo da comunicação. A interface com outros territórios disciplinares promove uma multiplicidade de contribuições teóricas que confere múltiplas territorialidades ao âmbito da comunicação, configurando-o, como numa rede, com sobreposições e conexões.

Estudar a comunicação sob o ponto de vista dos diversos vetores que a perpassam ou dos seus meios técnicos tem conduzido os pesquisadores a vasculharem uma diversidade de questões, focando num primeiro momento nos meios de comunicação de massa (MCM), que agora se somam aos mais recentes dispositivos trazidos pelas tecnologias digitais e pela internet. Esse deslocamento tecnológico ocorrido no final do século XX logo convocou para mais um repensar a comunicação e seu território acadêmico.

Ao discutir a relação de emaranhamento desta com outras disciplinas e defender a necessidade de um território próprio mas não apartado das demais áreas de conhecimento, Braga (2011), formula a proposição de que o objeto de estudos da Comunicação não seria somente a mídia, por ser apenas “coisa”, e nem somente um “tema” – como a política, a saúde, a educação, entre outros –, mas a “interação social” [...], ou ainda simplesmente “interação” (BRAGA, 2011, p. 66), pelo fato de estas ressaltarem os processos comunicacionais aí envolvidos.

Nessa mesma linha, posicionam-se autores como Muniz Sodré (2014), que defende a atualidade do conceito de midiaticização e sua propriedade na instituição da disciplina da comunicação. A midiaticização para Sodré é uma elaboração para dar conta de “uma nova instância de orientação da realidade, capaz de permear as relações sociais por meio da mídia e constituindo uma forma virtual ou simulativa de vida” (SODRÉ, 2014, p. 109), a qual ele denominou “bios midiático” ou “bios virtual”

Felinto (2014, p. 35) advoga uma menor preocupação disciplinar e “uma flexibilização de seu campo de visão”, ao analisar as contribuições que os estudos desenvolvidos no Brasil conferem à teoria da comunicação. Felinto desafia que se tenha alguma ousadia

para que abordagens inovadoras sejam experimentadas no campo da comunicação e possam “não somente alcançar algum consenso efetivo, senão também um estado de maturidade que lhe permita debruçar-se sobre novos objetos e novas problemáticas” (FELINTO, 2014, p. 33). Traz para o debate o pensamento de Vilém Flusser, que idealizou a possibilidade de alçar a comunicação e a Comunicologia – que ele propunha como uma nova ciência –, ao eixo de “um saber que, à semelhança da cibernética, permitiria conquistar um olhar sinóptico e aglutinante de todas as ciências humanas, atravessando, assim, fronteiras disciplinares” (FELINTO, 2014, p. 29). Ciro Marcondes Filho (2014), por seu lado, acredita que já é tempo de estudar a comunicação com instrumentos e problemática próprios, por considerar que os estudos realizados decorrem de abordagens de outras áreas de conhecimento sobre o fenômeno da comunicação. Propõe também uma transformação metodológica, que denomina “metáporo”, observação direta do fenômeno, tendo como premissas transitoriedade e o movimento de tudo o que há.

Marino e Marques (2014), ao analisarem o viés ético da pesquisa em comunicação, identificam três grande vertentes que variam de acordo com as relações de poder que permeiam a conexão entre os participantes do processo de comunicação: assimétrica, com o poder do lado dos meios de comunicação, inspirada na escola funcionalista americana e na escola de Frankfurt; simétrica (com poderes equânimes na relação emissor/receptor, equivalendo a teorias inspiradas em estudos culturais); e paritária (em que ambos os polos atuam de forma equilibrada em um clima de participação; inspirada na emergência dos estudos relacionados aos meios digitais). Para Altoé, Ramos e França (2014) é inegável a existência de uma inquietação constante no que tange às fronteiras da comunicação, agora ampliadas pelas novas experiências comunicacionais no atual cenário tecnocultural, que tem contribuído para o surgimento de novas perspectivas epistêmicas.

Temos, portanto, que os estudos das territorialidades e dos territórios da Comunicação como um campo de saber são inerentes às práticas de pesquisa e não poderiam deixar de ser colocados como uma das vertentes possíveis de abordagem num programa de pós-graduação. A clareza quanto à natureza dos estudos de comu-

nicação permitirá demarcar com mais precisão os caminhos possíveis para a consolidação do programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O encorpamento dos estudos de comunicação em nível de pós-graduação no Brasil nos últimos anos promove por um lado a emergência de novas contribuições, a multiplicação de pesquisadores e de visões sobre o problema e mais possibilidades de inovação. Por outro lado, cobra de todos os que são atraídos para este campo de estudos mais argúcia, articulação e colaboração no delineamento do universo de questões, objetos e metodologias que venham a compor um certo feixe de estudos coerente e dotado de especificidade, de modo que seja suficiente para diferenciar-se dos demais sem perder a identidade epistemológica do campo de estudos da comunicação.

Surgidos a partir da soma das percepções, intuições e da racionalidade investigativa, novas proposições conceituais e teóricas tornam ainda mais complexo o campo de estudos da comunicação. Essa diversificação é tributária das próprias dinâmicas da vida que nunca se acomoda, trazendo em seu fluxo contínuo de transformações, novas questões, objetos de estudos e inquietações. Compreender a comunicação na interface das territorialidades é uma dessas inquietações, de cuja missão não estão convocados apenas os pesquisadores que se instalam no presente nesse núcleo de estudos, mas todos os que aceitaram a provocação feita quando da criação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades e aos que a cada ano se lançam nessa empreitada, trazendo suas questões e preocupação e contribuindo para o delineamento concreto do projeto. Cumpre, portanto, a partir de avaliações permanentes, de rigor teórico e do olhar sempre vigilante e colaborativo dos pares, dar conta de conseguir entrever os questionamentos que a todo momento o mundo vivido nos lança, elaborá-los e buscar respostas.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *O que é um dispositivo & O que é um amigo*. Chapecó-SC: Argos, 2014.
- BAUMAN, Z. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BRAGA, J. L. *Constituição do Campo da Comunicação*. Verso e Reverso, p. 62–77, 2011.
- DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DEBRAY, R. *Manifestos Midiológicos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- DELEUZE, G. GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- DYER-WITHEFORD, N. *Cyber-proletariat*. Ontario, Canada: Between the Lines, 2015.
- FELINTO, Erick. Os riscos da prudência: teoria da Comunicação, disciplinaridade e a comunicologia de Vilém Flusser in FRANÇA, V. V.; ALDÉ, A.; & RAMOS, M. C. (Orgs.) *Teorias da Comunicação no Brasil: reflexões contemporâneas*. Salvador, Edufba; Brasília, Compós, p. 21–37. 2014. ISBN 978-85-232-1233-9
- FIRMINO, R. Território e materialidade: wikileaks e o controle do espaço informacional. *Contemporânea Comunicação e Cultura*, v. 09, p. 167–182, 2011.
- FRANÇA, V.; ALTOÉ, A.; RAMOS, M. *Teorias da Comunicação no Brasil, reflexões contemporâneas*. Salvador-BA: EDUFBA, 2014.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa: complementos e estudios previos*. Madrid: Cátedra, 1989.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1996.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização, do “fim dos territórios” à multiterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HARAWAY, D. *Manifesto ciborgue. in Antropologia do ciborgue : as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*, Parte I e II. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. .
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos, ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1994.
- MARCONDES FILHO, C. A nova forma de pesquisar a comunicação: a engenharia das emoções, o autômato espiritual e um campo de conhecimento que se constitui. FRANÇA, V.; ALTOÉ, A.; RAMOS, M. *Teorias da Comunicação no Brasil, reflexões contemporâneas*. Salvador-BA: EDUFBA, p. 63–77. 2014.
- MASSEY, D. *Pelo espaço, uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MATTELART, A. *História da utopia planetária, da cidade profética à sociedade global*. Porto Alegre: Sulina, 1996.
- MCLUHAN, M. *A Galáxia de Gutenberg; a formação do homem tipográfico*. 1972. v. 19. São Paulo: Edusp, . Disponível em: <<https://www.scribd.com/doc/89110615/Marshall-McLuhan-A-Galaxia-de-Gutenberg>>. (Cultura, sociedade, educação).
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SÁ MARTINO, L.; SALGUEIRO MARQUES, A. C. Existe uma ética nas teorias da Comunicação? Perspectivas conceituais nas apropriações brasileiras in V.; ALTOÉ, A.; RAMOS, M. *Teorias da Comunicação no Brasil, reflexões contemporâneas*. Salvador-BA: EDUFBA, p.103-122. 2014.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

SODRÉ, M. *A ciência do comum. Notas para o método comunicacional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TARDE, G. *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

VIRILO, Paul, *Velocidade e política*, São Paulo, Estação Liberdade, 1996.

TERRITORIALIDADES NO CAMPO DO AUDIOVISUAL

DANIELA ZANETTI

Frente a um cenário que se caracteriza por processos de hibridização e de rompimento de fronteiras entre diferentes mídias, gêneros narrativos e modos de representação, num contexto que articula distintas indústrias culturais, pretendo nesse artigo debater o conceito de territorialidades e estabelecer relações com o campo do audiovisual. Objetivo, a partir disso, criar categorias de análise a serem aplicadas em estudos sobre audiovisualidades de modo amplo. Trata-se, portanto, de propor abordagens que possibilitem fazer emergir diferentes dimensões das territorialidades na análise de produtos midiáticos específicos e seus processos comunicacionais.

No que se refere a uma dimensão externa das obras audiovisuais, seu contexto e condições de produção, a ideia de territorialidade vinculada ao campo do audiovisual pode ser compreendida a partir de pelo menos duas perspectivas: i) uma que reflete sobre as dinâmicas comunicacionais contemporâneas, marcadas pela convergência midiática e pelo deslocamento/migração tanto dos produtos/conteúdos audiovisuais quanto de seus públicos/espectadores, principalmente em direção à Internet, transformando o cenário econômico e impondo novos contornos sociais e culturais aos processos comunicacionais; e ii) uma dimensão territorial propriamente dita, pautada pela lógica das indústrias culturais, que recontextualiza e ressignifica o próprio lugar da produção audiovisual e a performance de seus agentes.

Por outro lado, ao considerar a dimensão interna das obras audiovisuais (ficcionais ou documentais), isto é, os aspectos pertinentes à forma e ao conteúdo, vislumbra-se que seja possível identificar modos de representação das territorialidades em um de-

terminado contexto por meio da linguagem audiovisual. De forma breve, os exemplos seguintes ilustram possibilidades de análise de obras audiovisuais ao se adotar os conceitos de território e territorialidades como vetores. Tomando como exemplo o documentário *Cabra Marcado para Morrer* (1984), de Eduardo Coutinho, temos uma história de desagregação familiar no Nordeste brasileiro – e de interrupção do próprio filme (retomado e finalizado posteriormente) – resultante da dominação exercida de forma violenta pelo golpe militar de 1964. A história inicial se passa no interior da Paraíba, onde camponeses organizados são dispersados pela polícia, impedidos de lutar pelo direito à terra. Ameaçada, a mulher de um líder da liga camponesa assassinado se esconde e se separa da família, tornando-se clandestina. Alguns de seus filhos, em seguida, migram para a região Sudeste (assim como milhares de nordestinos, durante o período de maior êxodo rural do Brasil, entre as décadas de 60 e 80). Após a retomada do filme, dezessete anos mais tarde, e mediante um Estado menos ameaçador, o diretor reencontra esses personagens e narra suas trajetórias no tempo e no espaço. Por meio de histórias pessoais, tornam-se visíveis processos de desterritorialização e de reterritorialização decorrentes de um conflito social, que ultrapassam uma dimensão particular, de âmbito familiar, refletindo aspectos sociais e políticos do país. Mesmo o processo de desenvolvimento do filme e suas condições de produção também revelam a maneira como a ação do documentarista sobre o espaço e, junto aos atores sociais envolvidos, permitiu retomar vínculos e redesenhar caminhos, criando novas territorialidades.

Por outro lado, um filme de ficção científica de perfil mais “hollywoodiano” como *Elysium* (2013), do diretor Neill Blomkamp, por exemplo, reproduz aspectos problemáticos do mundo atual, como a desigualdade social, a imigração e os conflitos territoriais. A história se passa no ano de 2159. O decadente planeta Terra é habitado por uma imensa população pobre que vive na precariedade e não pode beneficiar-se dos avanços tecnológicos existentes, sendo impedida, a qualquer custo, de se aproximar da estação espacial *Elysium*, reservado aos poucos ricos. A fronteira entre esses dois territórios é o próprio espaço, e os limites são fixados pelo acesso (ou não) à tecnologia. No filme, parte do atual território dos Es-

tados Unidos é ocupada por hispânicos miseráveis. Elysium, desse modo, reproduz fortemente territorialidades atuais que se caracterizam pela segregação de povos e nações. Do mesmo modo, outros aspectos relativos à obra – como o país de origem do diretor, que é sul-africano, e um elenco principal que inclui atores latino-americanos de grande visibilidade (os brasileiros Alice Braga e Wagner Moura, e o mexicano Diego Luna) – também revelam uma estratégia midiática “multiterritorial” (neste caso, também assumida pela indústria de Hollywood) que, ao investir numa certa “diversidade cultural” (tanto na instância da produção, quanto na instância da representação e das temáticas), objetiva ampliar seus territórios de consumo.

AUDIOVISUAL E TERRITORIALIDADES: O DENTRO E O FORA DO ESPAÇO DIEGÉTICO

Território e territorialidade, como já demonstrado no artigo introdutório deste livro, são conceitos que trazem uma dimensão vinculada mais ao social e ao cultural do que propriamente ao espaço físico, geográfico. A territorialidade é embutida em relações sociais. É sempre construída socialmente. Envolve os agentes, as representações, os afetos e as disputas de poder sobre um determinado espaço, num tempo específico (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004, SACK, 2004). Para Haesbaert, território, em qualquer acepção, diz respeito a poder, mas não apenas ao tradicional poder político. Diz respeito tanto ao poder no sentido de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.

Sack, por sua vez, acrescenta a compreensão de que territorialidade humana é uma forma espacial de comportamento e considera que esta se dá a partir de hierarquias de organização territorial. *“Individual live in cities, which are in states, which are in nations”*¹ (SACK, 1986, p. 34). Para este autor, a dimensão da territorialidade é uma estratégia humana e também passa pela questão dos afetos e da cultura. Territorialidade, nesse sentido, funciona como significado de circunscrição, de conhecimento, de responsabilidade e controle.

1 Indivíduos vivem em cidades, que ficam em estados e estes, em países (tradução livre da autora)

Destacando a força da representação dos territórios, especialmente por meio da cartografia, como expressão de poder, Raffestin, chama a atenção para o fato de que as imagens territoriais revelam as relações de produção e consequentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. (RAFFESTIN, 1993, p. 9).

Para compreender a perspectiva das territorialidades no audiovisual seja como um organizador específico de produção material e de trabalho, seja quanto ao seu papel na configuração simbólica das territorialidades humanas basta observar que este se constitui como um campo, tal como propõe Bourdieu (1996), marcado por duas dimensões de certo modo correlacionadas: a) a produção audiovisual se vincula a um conjunto de instituições, agentes e grupos cujo capital social e cultural encontra-se sempre em disputa interna, atrelada a um mercado específico, que lhe imprime poder econômico; e b) o audiovisual é um bem simbólico que configura um marcante poder cultural, pois atua com a força expressiva da imagem ao construir modos de representação, delimitações temáticas, configurações discursivas etc.

A partir da abordagem sociológica de Pierre Bourdieu, o campo é entendido como “o espaço das relações de força entre agentes ou instituições que têm em comum o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos” (Bourdieu, 1996, p. 244). É o espaço estruturado de posições e suas inter-relações, que são determinadas pela distribuição de diferentes tipos de recursos ou capitais, e por um sistema interno de crenças. Essa abordagem fornece subsídios para uma análise sociológica dos fenômenos culturais da contemporaneidade, considerando as homologias estruturais que caracterizariam os diversos campos, o que pressupõe a existência de princípios de organização (interna e externa) específicos de cada um.

Se a territorialidade pressupõe um espaço ocupado socialmente e regido por relações de poder, a partir de estratégias de dominação e/ou apropriação, como os produtos, processos e agentes do campo do audiovisual contribuem para a conformação dos territó-

rios e o estabelecimento de territorialidades? Ou, por outro lado, como o cinema ou a televisão, por exemplo, são afetados pelas territorialidades contemporâneas, dependendo do contexto em que estão inseridos?

DAS EMISSÕES ÀS REDES: NOVOS TERRITÓRIOS PARA O AUDIOVISUAL

Considerando este primeiro aspecto relativo à dimensão externa dos produtos, qual seja a conformação das dinâmicas comunicacionais contemporâneas, um aspecto que representa uma mudança de paradigma para o campo do audiovisual é a efetivação da cibercultura. A questão do espaço sempre foi um dos aspectos centrais para a cibercultura. Ciberespaço, espaços virtuais, territórios informacionais, cibercidades, são algumas das expressões que acionam modos de percepção e de agenciamento e pressupõem outros parâmetros espaço-temporais.

A comunicação produz sentido, subjetividade e espacialização ao “mover” informação de um lugar para outro (LEMOS, 2011), e os territórios informacionais (CASTELLS, 1999; LEMOS, 2011) emergem das relações entre comunicação, mobilidade, espaço e lugar. As novas territorialidades e formas de mobilidade surgem da articulação entre lugar físico e interfaces comunicacionais: “É na tensão entre vários territórios (limites, bordas) que um ponto do espaço ganha atributos próprios (sociais, culturais, históricos) e torna-se um lugar” (LEMOS, 2011). Para Fragoso, Rebs e Barth (2011, p. 215), por exemplo, a Internet oferece as condições para a criação, organização e compartilhamento de lugares-territórios virtuais e “potencializa a diversificação de interações e, com isso, a multiplicação das identidades e identificações culturais”.

A consolidação das mídias digitais conectadas em rede possibilitou a existência – e posterior proliferação – de plataformas de armazenamento e exibição de conteúdos audiovisuais *on line*. Nesse contexto, a tecnologia *streaming*² foi determinante para se estabelecer uma cultura do “cinema doméstico”, de materiais audiovisuais fragmentados e compartilhados em rede. Novas terri-

2 Fluxo de mídia, uma forma de distribuição de dados utilizada para disseminar conteúdo multimídia pela Internet.

torialidades emergem dessa lógica de produção/consumo decorrente da cultura das redes, como já apontado por Jenkins (2008) e Castells (1999). O que era, até pouco tempo, apenas do domínio do cinema ou da televisão, passa a ser compartilhado e veiculado também na internet, seja através de canais institucionais, já estabelecidos como plataformas de consumo audiovisual (You Tube, Vimeo, Netflix), seja por meio de comunidades de transferência de arquivos (MakingOff), cujos filmes são em geral assistidos a partir do computador. A hiper presença do processamento, da transmissão e do consumo de dados (LA FERLA, 2009) já é um aspecto inerente à constituição da cultura audiovisual contemporânea. Essa mudança na lógica de produção–consumo amplia as possibilidades de acesso a materiais audiovisuais, ao mesmo tempo em que reconfigura a própria maneira de fruição das obras. Basta verificar o já tão discutido caso da Netflix, que em pleno “renascimento” das séries televisivas, em geral assistidas semanalmente, passa a oferecer um serviço por assinatura que disponibiliza temporadas de séries completas, além de filmes, numa plataforma *on line*. Neste caso, a empresa passa a “dominar” um território na esfera da distribuição³ audiovisual, que de certo modo já vinha sendo delineado pelos próprios consumidores.

AUDIOVISUAL E INDÚSTRIAS CULTURAIS

As indústrias culturais que se forjam em torno de produtos audiovisuais – seja do cinema, da televisão ou da internet – também contribuem para a formação de territórios de produção e de consumo, ao mesmo tempo em que possibilitam a construção de identidades territoriais. Basta pensar em como se organizam e atuam as grandes corporações midiáticas ao redor do mundo, em geral de forma verticalizada e bastante controlada, sempre tendo em vista a criação de novos mercados ou a disputa por determinados territórios (MARTEL, 2012). As grandes redes de televisão, na maior parte dos casos, atuam em contextos nacionais e regionais, veiculando produtos identificados com o cotidiano e com o espaço

3 E também na esfera da produção, na medida em que a Netflix passa a produzir suas próprias séries originais.

doméstico. Contudo, a exemplo dos canais fechados de TV, a transnacionalização de produtos audiovisuais tem se intensificado. No caso da América Latina, a produção audiovisual não foge das determinações desse contexto, o que pode ser verificado tanto em iniciativas vinculadas a grandes empresas de mídia, quanto em projetos voltados para produções independentes.

No primeiro caso, pode-se citar o caso dos canais de TV HBO Latino e HBO Brasil, com produções realizadas em parceria com produtoras latino-americanas, e que têm como objetivo “capturar la diversidad y la variedad cultural latina”⁴. Como exemplo, pode-se citar as produções originais brasileiras da HBO Destino: São Paulo (2012) e Psi (2014), a produção chilena do mesmo canal *Prófugos* (2011), além da série *Escobar, El patrón del mal* (2012), produzida e exibida pelo canal colombiano Caracol Televisión.

No segundo caso, surgem plataformas na Web dedicadas à divulgação de produções independentes e que possam congregiar diversas propostas de televisão, como é o caso da Television America Latina – TAL (Tal.tv), que se constitui numa rede de divulgação da produção audiovisual de todos os 20 países da América Latina. Trata-se de uma instituição sem fins lucrativos, que reúne associados de toda a região, dentre os quais “canais públicos de TV, instituições culturais e educativas, que compartilham seus programas – documentários, séries e curtas – por intermédio da TAL”⁵.

O campo cinematográfico também contribui para forjar novas territorialidades. Por sua natureza e abrangência, a indústria do cinema tem forte impacto econômico e implicações de caráter político e ideológico.

Como em tantos outros setores industriais, os processos de concentração e de “comodificação” também ocorrem na indústria cinematográfica mundial. Detalhar como as indústrias manufaturam commodities dentro de um sistema capitalista é um importante elemento para entender as imagens em movimento neste século (MELEIRO, 2007, p. 14).

4 Disponível em: <http://www.hbolatino.com/acerca/index.shtml> Acesso em 2 de maio de 2015.

5 Disponível em: <http://tal.tv/10anos/oqueue.htm> Acesso em 2 de maio de 2015.

O caráter global e transnacional do cinema contemporâneo – e, portanto, de sua indústria – seja na esfera da produção (por meio de acordos de co-produção e cooperações internacionais), seja na esfera do consumo (ampliada pelas mostras e festivais e a multiplicidade de “janelas” de exibição), propicia uma maior circulação de filmes, de tecnologia e de profissionais do campo do audiovisual, mas também a difusão de distintas representações simbólicas. Nesse contexto, também estão envolvidos processos de dominação (funcional-instrumental) e de apropriação (simbólico).

O caso dos festivais de cinema também é ilustrativo de como é possível verificar domínios territoriais a partir de fatores econômicos, geográficos, sociais e até mesmo simbólicos (estéticos). Nas décadas de 80 e 90, num contexto de globalização dos mercados, se forma o circuito internacional de festivais de cinema, inaugurando o que se chama de terceira fase da história dos festivais. Esses eventos competem entre si tanto “por recursos culturais de financiamento global, independentemente das economias nacionais específicas” (VALCK, 2007, p. 232), quanto pela atenção de filmes, do público e da mídia. A própria localização geográfica dos festivais (as cidades onde são realizados) e a concepção de curadoria que cada um possui também são elementos de distinção que se traduzem em capital simbólico.

É justamente sua dimensão simbólica (apropriação cultural) que possibilita processos de dominação, como ocorre com o cinema hollywoodiano, por exemplo. Tanto os arranjos formais e estéticos e as temáticas dos produtos dessa indústria, quanto sua forma de atuação no mercado cinematográfico tornou possível seu alcance mundial. Por outro lado, a vanguarda russa nos anos 20, o neorrealismo na Itália dos anos 40, ou os cinemas novos nos anos 60 em vários países (França, Brasil, Portugal, Cuba, etc.) promoveram novas territorialidades, ao evocar modelos estéticos e estratégias discursivas que chamavam a atenção para as especificidades regionais/nacionais. Essa relação entre cinema e territorialidade fica bastante evidente ao evocarmos o chamado “terceiro cinema” (SHOHAT; STAM, 2006), que emerge com o pós-colonialismo, quando os processos de descolonização ocorridos ao longo do século XX (em especial na África e na Ásia) possibilitam a emergência de novas cinematografias. Nos anos 90 também se fortalecem os cinemas nacionais, em especial na América Latina e, sobretudo,

no Brasil, na Argentina e no México.

Nesses países, a retomada derivou do estabelecimento de governos democráticos, que instituíram políticas culturais propícias e incentivos ao cinema; mas também da sintonia com uma situação mundial que garantia espaço a expressões multiculturais, sobretudo quando temperavam impulsos autorais com cor local e uma certa dose de gêneros consagrados (NAGIB, 2006, p. 17).

A essa altura, a valorização de novos olhares sobre realidades locais e regionais fazia eco à demanda por manifestações multiculturais no mercado mundial. Este é um dos fatores que podem ser associados à emergência dos cinemas nacionais ao redor do mundo a partir da década de 90, e, mesmo que indiretamente, ao desenvolvimento do chamado “cinema das periferias” nos anos 2000 no Brasil. Outros aspectos também corroboram para a configuração deste cenário: o destaque dado às manifestações de minorias, possibilitando o retorno do filme engajado; o surgimento de uma nova plateia ao redor do mundo, mais “esclarecida” e aberta a novidades, que se ampliava através de festivais e circuitos de exibição alternativos; o retorno ao interesse por peculiaridades locais e nacionais, “em resposta tanto à homogeneização da cultura acarretada pela globalização, quanto à superficialidade desconstrutiva pós-moderna” (NAGIB, 2006, p. 16).

Com a efetivação do processo de globalização dos mercados, também a partir dos anos 90, torna-se evidente a desterritorialização da produção e do consumo objetivando a ampliação dos mercados, movimento que pressupõe a apropriação simbólica (temas, culturas, línguas, costumes etc.) e funcional-instrumental (descentralização da produção, com mão-de-obra mais barata e custos reduzidos em diferentes países). No campo cinematográfico torna-se uma constante o processo de transnacionalização, seja a partir das grandes corporações de poder global, que investem na regionalização de produtos em busca de maior alcance de público, seja a partir de acordos de cooperação entre produtoras e distribuidoras de âmbito nacional.

Ao mesmo tempo, os conglomerados midiáticos se reorganizam, passando a operar em rede e ampliando sua abrangência territorial e seu poder de influência. Com o domínio do audiovisual

não mais centrado no cinema ou na TV, devido à força do vídeo na Internet, canais regionais/nacionais se reconfiguram frente às inovações impostas por grupos internacionais de entretenimento.

ESPAÇO, ESPAÇO DIEGÉTICO E REPRESENTAÇÕES DAS TERRITORIALIDADES

Como já afirmado, o território não é o espaço, embora se apoie nele. Trata-se de uma produção a partir do espaço. Produzir uma representação do espaço, para Raffestin (1993, p. 144), implicaria numa forma de apropriação: “Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações”.

Partindo do pressuposto de que “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação)”, os atores sociais “territorializam” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p.143), entende-se que as práticas de produção audiovisual também funcionariam como dispositivos capazes de estabelecer territorialidades. Tais práticas são, em essência, uma forma de “apropriação” de espaços, que podem ser recriados, realçados, modificados etc., sendo objeto (e também suporte) de uma construção discursiva. A própria ação do realizador audiovisual/cinematográfico também consiste em ocupar, durante um tempo determinado, espaços físicos que são ressignificados a partir das (novas) espacialidades criadas pela linguagem cinematográfica, seja no processo de filmagem, seja nas etapas de pós-produção (edição, tratamento de imagem e de som, efeitos especiais etc.).

Isso se deve ao fato de que as diferentes formas de elaboração de um discurso sobre um determinado contexto espacial e/ou territorial – uma cidade, uma nação, uma casa, um corpo, uma calçada etc. – em obras audiovisuais (filmes de ficção ou documentários, reportagens televisivas ou mesmo videoclipes) pressupõe que o espaço diegético criado não se resume a apenas uma “ambientação” adequada à narrativa, mas envolve, sobretudo, uma compreensão dos vínculos estabelecidos entre personagens (ou atores sociais, no caso dos documentários), suas ações e a dimensão espaço-temporal. Ao considerar a possibilidade de identificar “representações das territorialidades” a partir do estudo da dimensão interna de produtos audiovisuais, convém ancorar-se no conceito de espaço,

objetivando criar aproximações com as concepções de espaço que constituem a linguagem cinematográfica/audiovisual.

Em uma narrativa fílmica, o espaço está quase sempre presente. É, em geral, representado, fornecendo uma multiplicidade de informações topográficas. “As informações relativas às coordenadas espaciais são, conseqüentemente, seja qual for o enquadramento privilegiado, fornecidas em abundância” (GAUDREAU; JOST, 2009, p. 107). O espaço é comumente concebido a partir da noção de campo, pois se considera que para além do espaço representado, que está em tela, existem outros não representados: “Campo e fora do campo, espaço presente e espaço ausente. (...) Espaço representado e espaço não mostrado” (GAUDREAU; JOST, 2009, p. 111).

O espaço criado pela imagem (analogica ou digital) reúne algumas das seguintes características: natureza (exteriores/interiores, naturais/artificiais, urbanos/rurais...), magnitude (relativos às escalas de planos do discurso audiovisual), qualificação (abertos/fechados, vazios/cheios...), identificação (a partir de informações geográficas e topográficas, nacionais/locais...), relação com outros espaços (espaços contíguos, sobrepostos, principais/secundários...), relação com os personagens (íntimos, pessoais, sociais, públicos...), relação com a ação (espaços laborais, domésticos, oficiais...) e relação com o tempo (diurnos/noturnos, periódicos, cíclicos...). A diegese passa necessariamente pela mimese, e a imagem narrativa pela percepção do mundo natural, contudo os espaços podem ser representados de diferentes maneiras nos relatos audiovisuais, podendo ser realistas, imaginários, simbólicos etc. (JIMENEZ, 1996).

CONCLUSÃO

A partir dessas três perspectivas, considera-se que o campo de produção simbólica (audiovisual), situado entre a comunicação e a arte, congrega, ao mesmo tempo, duas categorias propostas por Lefebvre (1991): os espaços de representação (um sistema de signos ligado ao lado clandestino ou subterrâneo da vida social, como também à arte) e as representações do espaço (relativas às relações de produção).

Este artigo não esgota as possibilidades de se pensar o campo

do audiovisual a partir dos conceitos de território e territorialidades, sendo possível, evidentemente, ir além das três perspectivas propostas, uma vez que cada tipo de tela em evidência representa um tipo de meio e uma audiovisibilidade específica.

Para Orozco (2010), por exemplo, cada meio abarca pelo menos cinco dimensões: i) a institucionalidade, ou seja, o modo como cada tipo de tela se insere socialmente como instituição; ii) a dimensão linguística, o que pressupõe diferentes audiovisibilidades; iii) a dimensão tecnológica, que é permanentemente reatualizada; iv) a dimensão midiática, relativa às características de público, de organização dos conteúdos, lógicas de mercado etc.; e v) a dimensão estética, que preserva, por exemplo, as “marcas” de cada produtor ou autor. De certo modo, cada uma dessas dimensões traz elementos que instauram modos de dominação e/ou apropriação do espaço, envolvendo a ação de diferentes agentes (Estado, empresas, profissionais ligados ao campo do audiovisual, público, mercado etc.), instaurando relações de poder e demarcando identidades territoriais.

Concentrando-se na dimensão interna de obras audiovisuais – aspectos estéticos, narrativos ou temáticos –, outra abordagem possível poderia, por exemplo, verificar se e como distinguem-se as formas de apropriação do espaço e de produção de territorialidades em obras ficcionais e documentais, ou mesmo as de caráter híbrido, o que deverá ser desenvolvido em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1999
- FRAGOSO, S.; REBS, R. R.; BARTH, D. L. Territorialidades virtuais. Identidade, posse e pertencimento em ambientes multiusuário online. In: *Revista Matrizes*. Ano 5 – nº 1 jul./dez. 2011 - São Paulo, Brasil, p. 211-225
- GAUDREAU, A.; JOST, F. *A narrativa cinematográfica*. Brasília, DF: UnB, 2009.
- HAESBAERT, R. O território e a nova desterritorialização do Estado. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Orgs.). *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Editora Insular, 2013.
- HAESBAERT, R. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre, Setembro de 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

- JENKINS, H. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.
- JIMÉNEZ, J. G. *Narrativa audiovisual*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1996.
- LA FERLA, J. *Cine (y) digital. Aproximaciones a posibles convergencias entre el cinematógrafo y la computadora*. Buenos Aires: Manantial, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- LEMOS, André. Cultura da mobilidade. In: FERLA, J.; BEIGUELMAN, G. *Nomadismos tecnológicos*. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2011.
- MARTEL, F. M. *A guerra global das mídias e das culturas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- MELEIRO, A. *Cinema no mundo. Indústria, política e mercado*. Europa Volume V. São Paulo: Escrituras Editora, 2007.
- NAGIB, L. *A utopia no cinema brasileiro: matrizes, nostalgia, distopias*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- OROZCO, G. Audiencias e pantallas. Lo nuevo, lo viejo y lo que viene. In: CASSANO, G. *Televisión: 14 formas de mirarla*. Pontificia Universidad Católica del Peru / Departamento Acadêmico de Comunicaciones. Lima, 2010.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ed. Ática, 1993.
- SACK, R. D. *Human Territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Orgs.). *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Editora Insular, 2013.
- SCOLARI, C. *Hipermediaciones. Elementos para una teoría de la comunicación digital interactiva*. Barcelona, España: Editorial Gedisa, 2008.
- SHOHAT, E.; STAM, R. *Crítica da imagem eurocêntrica*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- VALCK, M. de. As várias faces dos festivais de cinema europeus. In: MELEIRO, A. *Cinema no mundo. Indústria, política e mercado*. Europa Volume V. São Paulo: Escrituras Editora, 2007.

A COMPREENSÃO HEIDEGGERIANA DO ESPAÇO NA DISCUSSÃO SOBRE TERRITORIALIDADES

RAFAEL PAES HENRIQUES

Pretende-se, neste texto, dar alguns passos atrás, com o intuito de problematizar a compreensão de espaço e territorialidade. A ideia é que desde esse novo fundamento para o que venha a ser espaço, uma renovada discussão sobre territorialidades possa tomar lugar e contribuir para uma forma menos automática e evidente de compreender mundo, homem e, principalmente, mas ao mesmo tempo, sua relação com a dimensão espacial da existência. Nossa compreensão de espaço, na maioria das vezes, orienta não somente nossa vida cotidiana, como também a forma de entender aquilo que somos, aquilo que é o mundo, e, conseqüentemente, a maneira como nos relacionamos com ele. Nossa argumentação tem a intenção de apontar que esse modo distraído e rotineiro de apropriação do que é o espaço também é assumido antecipadamente por boa parte das investigações científicas e filosóficas de nosso tempo. Torna-se urgente, dessa maneira, realizar uma espécie de retorno ao começo; regresso ao princípio daquilo que hoje se apresenta como posto e encerrado. Rever a natureza do espaço é rever uma apropriação que se mostra tão acabada, que serve de ponto de partida para os mais variados estudos, nas mais diversas áreas como a Comunicação, a Geografia, a Arquitetura e também a Filosofia.

Para tanto, o esforço deste texto será o de pôr em suspensão o modo como habitualmente se compreende o que é o espaço, para que, assim, se possa explicitar os propósitos desse modo de entendimento, que se apresenta como óbvio. Esclarecendo o encaminhamento dessa apropriação, torna-se possível, então, buscar novamente algum solo ontológico para a questão. Pretende-se superar o

entendimento de que se vive simplesmente dentro do espaço numa relação de conteúdo e continente, tal como a roupa está dentro do armário ou como as pessoas estão dentro do carro. O que se quer apontar é que nossa ligação com o espaço não é algo da ordem do que é contingente, ou seja, que pode ou não se realizar, ou como se a dimensão espacial da existência humana fosse de uma natureza tal que primeiramente (no sentido ontológico) houvesse os termos da relação: nós e os mais variados objetos, situados nos mais diversos espaços disponíveis, e apenas depois se realizasse uma conexão possível entre esses dois polos opostos que fundamentariam a experiência.

Nossa hipótese de trabalho, ao contrário, é a de que é sempre desde um dado horizonte, no qual sempre já se está “inserido”, que tudo o que é vem a ser, o que inclui a nós mesmos e também o modo como entendemos que a realidade se organiza, isto é, aquilo que são propriamente as “coisas” com as quais nos relacionamos. Isso, é claro, implica também naquilo que vem a ser o espaço, ou melhor, no modo como compreendemos o que é espaço. Essa maneira de entender fundamento de existência não compreende princípio ontológico como sendo o resultado do arbítrio de alguém, como uma má-compreensão subjetivista poderia supor, e também não o define como sendo igual a natureza objetiva, sinônimo de conjunto de essências imutáveis, com caráter de substância, que teria por qualidade oferecer a sua “mesmidade” para ser revelada pelo homem. Nem subjetivismo, nem objetivismo, muito menos síntese de dois termos como se ambos pudessem ser anteriores a experiência. O que se pretenderá indicar aqui é que a existência se fundamenta numa perspectiva que sempre já se deu.

Nesse sentido, o que é ontologicamente primeiro é uma possibilidade que realiza tanto o que compõe o homem quanto organiza o mundo, de maneira que essas duas dimensões da existência – sujeito e objeto – não são substratos autônomos e independentes da realidade, mas constituem-se como dimensões do real que se produz a cada e em toda experiência. Não se quer, desse modo, afirmar a inexistência ou mesmo a indistinção entre sujeito e objeto. O que se pretende esclarecer é que a separação estabelecida pela tradição metafísica, sujeito-objeto, que é quase “naturalmente” entendida

como sendo o fundamento da realidade, não é fundamento de nada, já que, na experiência, fenomenologicamente, essa cisão é tardia, epigonal, ou seja, é o resultado de um modo de realização de real e não princípio ontológico. Logo, a maneira como se deve compreender, inclusive o que é o espaço, é o resultado de uma possibilidade que sempre já se realizou, que sempre já se completou, não havendo fora ou antes da experiência. O espaço é, assim, constitutivo, é um elemento que compõe essa dinâmica, sendo o homem espacial em seu sentido originário, como se tentará explicitar no desenvolvimento deste capítulo. “*O espaço nem está no sujeito nem o mundo está no espaço*. Ao contrário, o espaço está no mundo na medida em que o ser-no-mundo constitutivo da pre-sença já descobriu sempre um espaço” [grifos do autor] (HEIDEGGER, 2005, p. 161). Ser-no-mundo e pre-sença, como veremos, são termos cunhados por Heidegger, que evocam momentos e o próprio processo de constituição ontológica de homem e mundo, isto é, apontam para uma dimensão e para o modo de realização de experiência, existência.

Dito de outro modo, este capítulo tem por objetivo, realizar uma dupla tarefa. Em primeiro lugar, se quer repensar a origem, isto é, o envio desde o qual muitas noções fundamentais se tornaram praticamente automáticas, como se já estivessem definitivamente decididas e superadas de modo a não valer mais a pena ou não fazer mais sentido questionar seu direito à existência. É esse o caso quando se define a natureza, ou seja, a essência do espaço como sendo extensão. Essa antiga compreensão configura-se como um tipo de a priori incontornável e inquestionável, até os dias atuais. Nesse contexto, espaço é uma espécie de pré-objeto, algo dotado de comprimento, altura e largura no qual e desde o qual todos os objetos se encontram dispostos. Primeiro é preciso haver espaço como condição de possibilidade para que, em seguida, todos os objetos possam encontrar-se disponíveis.

Em vez de também tomar esse entendimento como pressuposto, se quer aqui realizar uma espécie de recuo ontológico em busca de fundamento, se quer rever o que se assume despreocupadamente como a priori inevitável, com o objetivo de descrever e desconstruir os modos como distraidamente compreende-se esse que é um dos entendimentos mais elementares da nossa experiência: o espa-

ço como extensão. A busca de origem pretende revelar que, o que se apresenta como obviamente já resolvido, possui uma história, uma origem (gênese) e um encaminhamento (destino). O trabalho assume, assim, um deslocamento evidente: quer repensar o começo, suspender os pressupostos. Como isso? Por que isso? Desde quando isso? A partir de que perspectiva? Afinal, o que é primeiro? Onde é o princípio?

A segunda tarefa que pretendemos cumprir é derivada, mas de alguma forma deve ser cumprida ao mesmo tempo, da primeira. Além de desconstruir o modo como cotidianamente compreendemos a natureza do espaço, temos o objetivo de apresentar a compreensão heideggeriana de espaço, conforme já esboçamos e pretendemos explicitar melhor no decorrer deste capítulo. Nesse encaminhamento, ao invés de algo fora, separado e apartado do sujeito, o espaço é uma dimensão constitutiva daquilo que é a experiência que nós somos. Para cumprir com esse objetivo, vamos seguir de perto, principalmente, a obra *Ser e tempo*, de 1927. Para Heidegger, a essência do homem, ou seja, sua natureza, é algo marcado não por uma interioridade anterior à experiência, visto que se realiza e se efetiva na experiência. Por isso, o autor denomina a natureza do homem de *Dasein*, ser-aí, noção que, no Brasil, também é traduzida como *pre-sença*¹. Com essa definição, Heidegger quer apontar que o que entendemos como sujeito é uma estrutura e uma experiência de imersão, sendo um de seus momentos constitutivos o *ser-no-mundo*, daí que afirmamos anteriormente que o espaço é uma dimensão constitutiva da experiência que nós somos.

O espaço não se encontra no sujeito nem o sujeito considera o mundo ‘como se’ estivesse num espaço. É o ‘sujeito’, entendido ontologicamente, a *pre-sença*, que é espacial em sentido originário. Porque a *pre-sença* é nesse sentido espacial, o espaço se apresenta como *a priori*. Este termo não indica

1 Na nota de tradução (N1) publicada na edição brasileira de *Ser e Tempo*, editada pela Vozes, Márcia Sá Cavalcante Schuback explica que “*pre-sença* não é sinônimo de existência e nem de homem [...] Evoca o processo de constituição ontológica de homem, ser humano e humanidade. É na *pre-sença* que o homem constrói o seu modo de ser, a sua existência, a sua história e etc.” (HEIDEGGER, 2005, p. 309). Na mesma nota, Márcia Schuback esclarece que optou por *pre-sença*, em vez de *ser-aí*, “[...] para superar o imobilismo de uma localização estática que o *ser-aí* poderia sugerir. O ‘*pre*’ remete ao movimento de aproximação, constitutivo da dinâmica do ser, através das localizações” (Idem).

a pertinência prévia a um sujeito que de saída seria destituído de mundo e projetaria de si um espaço. Aprioridade significa aqui precedência do encontro com o espaço (como região) em cada encontro do manual no mundo circundante [grifos do autor] (HEIDEGGER, 2005, p. 161).

Isso quer dizer que, no processo de constituição ontológica daquilo que nós somos, há, e sempre haverá, uma dimensão espacial. Não tem de um lado o vazio e em seguida o homem que se insere no espaço ou que determina, ao seu modo, o que vem a ser o espaço projetando seu arbítrio. O que a citação aponta como sendo um *a priori* não deve ser entendido como um acontecimento que se completa e se realiza antes da experiência. Se quer, na verdade, indicar que nossa experiência é sempre espacial. Em cada possibilidade de existência, numa lida, numa tarefa – por isso, do que está à mão para uma finalidade (*manual*) – em um determinado entorno, num certo contexto, numa possibilidade (*mundo circundante*). Para Heidegger, a essência do existir reside em sempre, e a cada vez, estar imerso na rede significativa que é o mundo (*ser-no-mundo*).

Na medida em que nossos objetivos e hipótese de trabalho já estão expostos, resta agora explicitar melhor como o pensamento heideggeriano opera a desconstrução da forma moderna de compreensão de homem e mundo, o que inclui de modo especial a noção de espaço, para propor uma nova maneira de estabelecer um solo ontológico para o que nós somos e nossa relação com a dimensão espacial da existência.

DESCARTES E A COMPREENSÃO MODERNA DO ESPAÇO

É justamente por acreditar que subjetividade e objetividade realmente não são bons parâmetros para se acessar de maneira originária o mundo e para determinar a verdade última de todas as coisas, que Heidegger desconstrói de maneira exemplar a compreensão de mundo assumida por Descartes. A perspectiva cartesiana é um exemplo paroxístico de uma interpretação da realidade cunhada na modernidade, que opera a partir da disjunção de sujeito e objeto e que compreende o espaço como propriedade basilar da realidade: Descartes assenta na *extensão* seu solo ontológico

fundamental. É a partir dela que tudo o que é viria a ser.

A extensão é a constituição ontológica do ente em causa que deve “ser” antes de quaisquer outras determinações ontológicas a fim de que estas possam “ser” o que são. A extensão deve, portanto, “ser atribuída” em primeiro lugar a coisa corpórea [grifo do autor] (HEIDEGGER, 2005, p. 136).

Com efeito, nessa perspectiva, por maior que sejam as diferenças acidentais que podemos encontrar na natureza, há algo que subsistiria sempre o mesmo. O que se mostra, em um primeiro momento, como sendo características fundamentais da realidade seriam apenas qualidades acessórias que giram em torno de algo que permanece constante. A ideia desse procedimento é abandonar, de uma vez por todas, tudo o que seja externo à própria coisa, ou seja, do âmbito das aparências, para se concentrar na maneira como elas são “verdadeiramente” constituídas. Uma pedra, por exemplo, pode ser cinza, de superfície rugosa, de formato irregular, pesada e ser composta de certos tipos de minerais. Mas essas características são apenas periféricas. O que se quer realmente saber é o que faz com que todas as pedras, mesmo com todas as diferenças que podem ser identificadas na realidade, continuem sendo pedras. A “coisa mesma”, qualquer que seja, seria um núcleo em torno do qual se pode verificar uma série de propriedades; uma espécie de suporte *perene* para certas características e não outras. “Na coisa dotada de extensão como tal fundam-se, de início, as determinações que se mostram como qualidades, mas que, ‘no fundo’, são modificações quantitativas dos modos da própria *extensio*” (HEIDEGGER, 2005, p. 145).

Dessa forma, em Descartes, antes de mais nada, a coisa é um substrato capaz de carregar e manifestar uma série de atributos que não fazem parte de sua essência, mas que podem ser “acrescentadas” à sua objetividade primeira. Essa espécie de continente de qualidades nunca muda, é constante e, justamente por isso, constitui-se como o único conhecimento sobre a coisa no qual podemos confiar. Como somatório de uma série de coisas corpóreas, a *res extensa* é o conjunto de objetos que, num primeiro momento, nos revelam apenas seus atributos secundários e acidentais cuja variação

se deve a algo mais profundo e que é anterior a nossa experiência com a realidade: a substância. Como consequência maior dessa interpretação, a extensão é a “coisalidade” de toda e qualquer coisa existente, ou seja, é a possibilidade que permite que tudo aquilo que é se realize. Desse modo, a extensão não é apenas o espaço, que pode ser medido e determinado em sua altura, largura e comprimento, mas ela é o *próprio real*. A *extensio* é o caráter ontológico desde o qual o ente, em seu todo, vem ao nosso encontro e deixa o ente em geral aparecer desde um certo princípio.

As substâncias são acessíveis em seus “atributos” e cada substância possui uma propriedade principal a partir da qual a essência da substancialidade de uma determinada substância pode ser recolhida. [...] A saber, a extensão em comprimento, altura e largura constitui o ser propriamente dito da substância corpórea que nós chamamos “mundo” (HEIDEGGER, 2005, p. 135-136).

Nesse horizonte, as propriedades e características das coisas devem ser investigadas, não porque são a essência daquilo com o que lidamos cotidianamente, mas porque tornam-se vias de acesso a uma propriedade principal, ou seja, é preciso, então, buscar a característica primeira, que torna possível a existência de todos os outros atributos. Isso porque cada substância, que subsiste e é constante, possuiria uma propriedade principal. É para a sua “descoberta” que todo esforço de investigação deve estar voltado. Todo o horizonte de interpretação cartesiano está baseado, desse modo, na extensão como “ser propriamente dito” daquilo que chamamos mundo.

Desde extensão como fundamento de tudo, não é preciso muito esforço para se fazer uma lista das propriedades sensíveis de qualquer objeto palpável. O mais desconcertante na desconstrução operada por Heidegger é a revelação de que boa parte da história da filosofia não disse nada mais além disso sobre as coisas: descrições de atributos. Trata-se de uma severa crítica aos caminhos e ao percurso no qual a pergunta pela realidade última do real se desenhava e foi desenhada pelo Ocidente. O grande problema apontado pelo autor é a esterilidade produzida por uma resposta pronta e acabada que teve por intenção dar conta de maneira cabal e defi-

nitiva da pergunta pela coisa. “Então, o que é uma coisa? Resposta: uma coisa é o suporte subsistente de muitas propriedades que nela subsistem e se transformam” [tradução nossa] (HEIDEGGER, 2011, p. 45)².

É exatamente por apresentar uma resposta pretensamente derradeira para a pergunta pelo modo de estruturação e organização da realidade que, para Heidegger, esse horizonte de compreensão é insuficiente para dar conta da dinâmica de manifestação das coisas. Ele chama essa interpretação de “concepção natural do mundo”, uma vez que faz abstração de toda a metafísica profunda e de toda a teoria elevada. E mais que isso: essa perspectiva não questiona sua própria fundamentação ontológica, tomando como pronto o que deveria ser discutido e analisado com bastante cuidado e atenção. O professor Gilvan Fogel destaca o risco contido no esquematismo desse horizonte de análise: o problema é encarar como “evidente”, “óbvio” e “natural” essa determinação da realidade.

[...] igualmente perigoso é o risco de cair no roldão, no turbilhão da indiferença e da apatia, que define aquela certeza sedimentada, a qual, sob esta crosta ou cascão da sedimentação, vela uma reação afoita e desesperada no intuito de tapar, de exorcizar o perigo rebentado, instaurando assim o “natural” que é a voragem da “evidência”, da normalidade – o liso das coisas, o sem sobressaltos no viver (FOGEL, 1998a, p. 113).

O decisivo, no caminho de Descartes, é que ele igualou o *ser* à constância do *ser simplesmente dado*, sem explicar minimamente o direito com que se pode fazer essa gigantesca operação. E foi justamente a partir dessa ideia de ser que a concepção cartesiana prescreveu ao mundo o seu próprio ser. O erro está na base, no princípio ontológico desde o qual se estabelece a definição de todo e qualquer ente que se realiza. Se os entes se efetivam a partir de *extensão*, temos como consequência “natural” que é com o domínio e o controle da dimensão ôntica da realidade que a investigação fi-

² Qu'est-ce donc qu'une chose? Réponse: une chose est le support subsistant de beaucoup de propriétés subsistant en elle et s'y transformant.

losófica deve se ocupar:

Descartes radicalizou o estreitamento da questão do mundo, reduzindo-a à questão sobre a coisalidade da natureza enquanto ente intramundano acessível em primeiro lugar. Consolidou a opinião de que o *conhecimento* ôntico de um ente, pretensamente o mais rigoroso, também constitui a via de acesso possível para o ser primário do ente que se descobre neste conhecimento. Trata-se, no entanto de perceber também que mesmo as “complementações” da ontologia da coisa movem-se, em princípio, sobre a mesma base dogmática de Descartes [grifos do autor] (HEIDEGGER, 2005, p. 147).

O problema é que essa descrição fica presa aos entes, é ôntica e não investiga fenomenologicamente o mundo. Não que essa seja uma maneira errada de perguntar pela realidade do real. Ao contrário, ela quase sempre está correta na exposição das características e propriedades da natureza. E o mundo pode mesmo ser “descoberto” seguindo-se caminhos e graus diferentes. A questão radical proposta por Heidegger é que, seguindo esse caminho ôntico, ou mesmo o caminho no qual se busca o ser das coisas naturais entendendo-o como substancialidade, nem ao menos se consegue perguntar ontologicamente pelo mundo.

Nem um retrato ôntico dos entes intramundanos nem a interpretação ontológica do ser destes entes alcançariam, como tais, o fenômeno do “mundo”. Em ambas as vias de acesso para o ser “objetivo” já se “pressupõe”, e de muitas maneiras, o “mundo” [grifos do autor] (HEIDEGGER, 2005, p. 104).

É por isso que Heidegger propõe uma leitura do real bastante distinta da cartesiana. Nela o homem, na condição de ente, se realiza na estrutura *ser-no-mundo*. Com esta expressão não se quer afirmar que exista uma indistinção ou continuidade entre a *pre-sença* (*Dasein*) e os demais entes, muito menos que primeiro exista o “mundo” e que depois o homem se encaixa ao “mundo natural”. O homem não está no mundo da mesma forma como podemos estar dentro de uma sala, onde primeiro é preciso que exista a sala, com todas as suas propriedades e características já dadas, e depois existe o homem que também chegaria pronto e se inseriria dentro da

sala.

A expressão *ser-no-mundo* significa, antes de mais nada, um estar familiarizado a. Desse modo, a relação do homem com o mundo é uma espécie de estar sempre e imediatamente já *tomado por*, sempre já *inserido*. “É um engajamento pré-reflexivo, que se cumpre independentemente do sujeito por um liame mais primitivo e fundamental do que o nexa entre sujeito e objeto admitido pela teoria do conhecimento” (NUNES, 2004, p. 14). O mundo no qual estamos o tempo inteiro, e do qual não podemos “escapar”, não é um substrato, um receptáculo de objetos. Isso porque é somente em *um* mundo que os entes se tornam acessíveis para nós, inclusive a própria *pre-sença*, o próprio homem, não pré-existe a *nenhum* mundo dado e circunscrito.

[...] o índice elementar, o proto-esquema ou o “átomo” de todo real possível é uma *estrutura*, o complexo de uma unidade simples (é isso a “totalidade”), que se denomina “ser-no-mundo”. O real, todo real possível, o é à medida que se dá ou é para um ente que é ou está na determinação de ser na compreensão do real. [...] “Ser-no-mundo”, esta estrutura, é pois a “hora”, o “instante” do real – de todo real possível [grifos do autor] (FOGEL, 1998b, p. 133-134).

Dessa maneira, para que o espaço, na forma de extensão, seja a realidade primeira de todo e qualquer ente, é preciso que, antes, uma concepção de mundo já esteja operando. A *extensio*, como solo ontológico, padece de explicação e não dá sustentação suficiente para toda a ontologia ao modo moderno, uma vez que desde essa base, não se pergunta originariamente pelo mundo; não há lugar para se investigar a existência de algo que seja anterior. Será mesmo que não nos é possível pensar a realidade fenomenologicamente antes de espaço como extensão? Ou, ao contrário, a natureza como *res extensa* é que, na realidade, já pressupõe e impõe uma perspectiva ao mundo que se realiza?

Para Heidegger, o horizonte cartesiano, e também quase todas as outras leituras posteriores, buscaram um *a priori*, se serviram de uma instância anterior a toda e qualquer experiência para, a partir dela, realizarem ontologias descritivas que se limitavam a executar retratos ônticos do real, por não discutir e analisar a fundo a sua

compreensão do ser, ou seja, por não investigar o direito à existência dessa espécie de *a priori* como possibilidade para que mundo se faça mundo. A realidade se estruturando como a oposição de *res cogitans* e *res extensa* já é claramente uma interpretação possível de mundo que precisa ser problematizada.

Quando, porém, lembramos que a espacialidade manifestamente também constitui o ente intramundano, torna-se, enfim, possível uma “recuperação” da análise cartesiana do “mundo”. Com a explicação radical da *extensio* como *praesuppositum* de toda a determinação da *res corporea*, Descartes preparou a compreensão de um *a priori*, cujo conteúdo foi fixado posteriormente por Kant, de maneira mais penetrante. Dentro de certos limites, a análise da *extensio* independe da falta de uma interpretação explícita do ser deste ente dotado de extensão [grifo do autor] (HEIDEGGER, 2005, p. 148).

Na desconstrução dos valores e pressupostos cartesianos operada por Heidegger, tornam-se claros os fundamentos ontológicos da determinação do mundo como *res extensa*. O esforço revela que, no caminho de Descartes, a ideia de substancialidade não é esclarecida no sentido de seu ser, ou seja, não se pergunta pela fundamentação da orientação que entende que ser é tudo aquilo que permanece o mesmo, que subjaz pré-existe e subsiste à experiência. Além disso, seguindo o desvio pela propriedade principal da substância, a ideia própria de substância é tomada e apresentada como uma espécie de limite para a investigação filosófica, como algo que fosse, por si só, impossível de esclarecimento e que devesse ser admitido por todos como pressuposto.

A maior consequência dessa perspectiva é a constituição de um homem com uma essência, isto é, uma substância, separada daquilo que são as coisas, daquilo que é o mundo. Desse modo, a natureza só existe como uma extensão daquilo que é homem, encontra-se em verdadeira oposição ao espírito e tem como única vocação ser dominada. Com efeito, os subsídios e as bases para que se cumpra a tarefa de controlar e se assenhorar da realidade, encontram-se no único lugar seguro disponível: a consciência.

A segurança da modernidade europeia é a certeza com a qual ou *na* qual o eu-sujeito substância se representa a si

próprio – auto-asseguramento. Como algo seguro em relação a si próprio e na clareza e distinção de sua auto-representação é esta auto-certeza elevada a critério de verdade – “*cogito ergo sum*”. Critério de verdade significa: a determinação fundamental a partir da qual é decidido sobre a realidade do real, sobre a consistência ontológica da objetividade do objeto, pois como objetividade do objeto o sujeito-substância já decidiu ser a realidade do real (FOGEL, 1998a, p. 111).

Na tentativa de se estabelecer a ordem, de se evitar o erro e o caos de um mundo mundano e simplesmente aparente, esse horizonte estruturou um outro mundo, na razão. Esse outro mundo – um mundo primeiro – nos seria acessível somente pelo pensamento e seria o fundamento do mundo aparente. É preciso sempre desconfiar das aparências, pois os sentidos podem nos enganar. Como causa essencializada, essa espécie de arquivo com todas as substâncias, seria perfeito, e, portanto, não contaria com a presença do erro ou do engano promovidos pelos sentidos. Por isso, o mundo de essência é mais confortável: nele não há a “sujeira” da dimensão sensível da existência, para nos ludibriar. Sendo assim, somente os conceitos moldados pela razão, as ideias presentes na consciência, é que são as fontes confiáveis de acesso à realidade. Uma estrutura e tanto para calcar o lugar que a ciência do cálculo e a tecnologia ocupam hoje entre os diversos modos de apropriação do real.

Expostos a origem (gênese) e o encaminhamento (destino) da compreensão moderna de espaço como *extensão*, resta-nos, agora, nos aproximar ainda mais de um outro modo de entendimento do que vem a ser mundo, homem e a sua relação com o espaço na compreensão heideggeriana.

A COMPREENSÃO HEIDEGGERIANA DO ESPAÇO

É em busca da mundanidade do mundo que a investigação heideggeriana da analítica existencial se movimenta no terceiro capítulo de *Ser e Tempo*, parte I. Na tentativa de dar conta do espaço como fenômeno originário da *pre-sença*, o autor define que é preciso percorrer três etapas: 1) investigar a espacialidade do *ser-*

-no-mundo, isto é, explicitar a propriedade espacial dessa dimensão estrutural da *pre-sença* (§23); 3) compreender ontologicamente a espacialidade da *pre-sença* e o espaço; dito em outras palavras: esclarecer como se insere a espacialidade no processo de constituição ontológica do que é homem e mundo e o que é o próprio do espaço (§24). A divisão cumpre apenas função didática, já que pretende apenas evidenciar desdobramentos de um único e mesmo fenômeno, e não afirmar a anterioridade de algum desses horizontes da existência.

Nessa tarefa, o objetivo é esclarecer que na nossa relação com quaisquer que sejam os “objetos”, há sempre uma dimensão espacial na qual “as coisas” se constituem, isto é, em que o “mundo” se mostra para nós; uma espacialidade na qual os entes se realizam. A própria estrutura ser-no-mundo, como momento constitutivo do Dasein, já aponta para a espacialidade que integra essa unidade fundamental de existência. Ser-no-mundo é um modo de ser que aponta necessariamente para uma certa localização/espacialização; é ser sempre inserido em um mundo, de modo fundamental, e numa certa ocupação³, não havendo antes ou fora dessa experiência de inserção. Isso quer dizer que homem e mundo, o que inclui o conjunto dos entes intramundanos, já que não são algo cuja essência antecede a existência, são sempre originariamente espaciais, já que a *pre-sença* é espacial por natureza.

No primeiro passo descrito por Heidegger, entender a espacialidade do manual intramundano significa compreender que, em vez de conjunto de substâncias inseridas no espaço, os entes sempre se manifestam para nós no que o autor chama de *circunvisão*⁴, que aponta para a dimensão espacial do próprio modo de realização de

3 Nas notas explicativas de Ser e Tempo (N11), Márcia Schuback indica que: “Não sendo uma substância, a *pre-sença* sempre se dá num exercício. Exercício indica e cumpre um centro irradiador de relações. Os dois planos em que, predominantemente, se desenvolve o exercício da *pre-sença* promovem relações com dois modos de ser da existência: relações com o modo de ser dos entes simplesmente dados e relações com entes dotados do modo de ser da *pre-sença*. Da perspectiva de seu centro irradiador, ambos os planos se caracterizam pela dinâmica própria de *pre-sença*” (HEIDEGGER, 2005, p. 312).

4 Sobre a *circunvisão*, (N18), Schuback indica que “A construção do mundo cotidiano das ocupações não é cega, mas guiada por uma visão de conjunto, a *circunvisão*, que abarca o material, o usuário, o uso, a obra, em todas as suas ordens” (HEIDEGGER, 2005, p. 314).

realidade. Na experiência, isto é, de maneira não-tematizada, nossa relação com os entes é sempre desde uma certa ocupação que revela, na circunvisão, a manualidade do ente intramundano. Isso quer dizer que, cotidianamente, os entes com os quais nos relacionamos, se realizam sempre na forma de um instrumento, ou seja, desde um “para que”, na medida em que servem ou não servem para cumprir com uma determinada tarefa. A mesa, a cadeira, o lápis, o livro, o caderno, o aparelho de ar condicionado, e até mesmo a própria sala de estudos, por exemplo, não se revelam objetivamente como sendo entes independentes e descontextualizados, muito menos podem ser determinados ontologicamente estabelecendo-se o conjunto de intervalos objetivos existentes entre eles, mas o são na medida em que servem para estudar. São seres constituídos de manualidade na proporção em que estão sempre à mão para o cumprimento de uma determinada tarefa.

Nessa interpretação, nossa relação com os “objetos” é sempre a partir de uma ocupação, se realiza num certo fazer, numa atividade, exercício que guia e produz uma vasta rede de remissões de sentidos, no qual a pre-sença é o centro irradiador dessas relações. Esta teia de significados inclui a sua manualidade, mas também a dimensão espacial dos “objetos”: seu “para que”, assim como seu “onde”, sua localização.

Nunca nos é dado, de início, uma multiplicidade tridimensional de possíveis posições preenchidas por coisas simplesmente dadas. Essa dimensionalidade do espaço ainda se acha encoberta na espacialidade do que está à mão. O local “em cima” é o local “no teto”, o “embaixo” é o no chão, o “atrás” é o junto à porta; todos os onde são descobertos e interpretados na circunvisão, através das passagens e caminhos do modo de lidar cotidiano, e não constatados e enumerados numa leitura de medições do espaço (HEIDEGGER, 2005, p. 151).

Sendo assim, em vez de condição de possibilidade, espécie de substância *a priori* de tudo o que existe, o espaço, nessa perspectiva, ganha uma outra natureza, já que é parte constituinte e inseparável da dinâmica que realiza homem e mundo e não algo anterior a ela. É numa certa *ocupação*, que determina um modo de manifestação

do que é o mundo com o qual nos relacionamos, e também define aquilo que é o homem, que se realiza o fundamento ontológico da existência, e isso, é claro, como solo essencial, determina também, ao mesmo tempo, o modo de realização de espaço.

Dessa maneira, o onde, ou seja, o lugar no espaço, de cada ente com o qual lidamos cotidianamente, sempre nos diz respeito, é, em toda e a cada vez, “para nós”; o onde é descoberto, isto é, se realiza, desde a *circunvisão*, a partir de uma determinada visão de conjunto. Isso quer dizer que, ontologicamente, nenhuma medição em metros, centímetros e milímetros, por mais precisa que seja, pode revelar o fenômeno da nossa relação com os entes, na sua dimensão espacial, muito menos serve para esclarecer o espaço nele mesmo. Sendo assim, o que é primeiro, ou seja, o que é gênese de todo real, em sua dimensão espacial, é um determinado modo como os entes são desvelados na *circunvisão*. É em uma certa *ocupação*, em uma reunião que responde por certas necessidades, e que tem o modo de ser da *pre-sença*, que a dimensão espacial de todos os entes se desencobre para nós.

O que se está querendo apontar é que os entes mais próximos, os “objetos” com os quais lidamos cotidianamente, têm a propriedade de se mostrarem desde um “para que”, daí a natureza instrumental dos entes à mão (*manual*). Desse modo, até mesmo a distância e a proximidade correspondem não a uma medição objetiva dos intervalos existentes entre os entes intramundanos e nós, para quem os entes se manifestam, mas estão relacionados com a *ocupação*, ou seja, são o resultado de um exercício, que determina não somente sua inclusão como instrumento, como também define sua proximidade.

O ente “à mão” sempre possui uma proximidade diferente que não se estipula medindo distâncias. Essa proximidade regula-se a partir do uso e manipulação “a se levar em conta” na circunvisão. A circunvisão da ocupação fixa o que, desse modo, está próximo também no tocante à direção em que o instrumento é, cada vez, acessível. A proximidade direcionada do instrumento significa que ele não ocupa uma posição no espaço, meramente localizada em algum lugar, mas que, como instrumento, ele se acha, essencialmente, instalado, disposto, instituído e alojado (HEIDEGGER, 2005, p. 150).

É claro que tardiamente, pode-se tematizar nossa relação com os entes, em sua propriedade espacial, desde um encaminhamento objetivante da realidade. É verdade que também é possível medir a realidade, com a ajuda dos mais avançados aparelhos tecnológicos, com muita precisão, na tentativa de descrever, pormenorizada-mente, a “localização” de cada um dos entes com os quais entramos em relação, em cada experiência. Mais esse esforço responde a um encaminhamento no qual de um lado haveria os “objetos” e do outro os “sujeitos”, para os quais os objetos se manifestam autonomamente. Sendo assim, a natureza da dimensão espacial da existência seria independente de um “para quem” e, desse modo, não somente poderia, como também deveriam ser medida e determinada em metros. Só que o que se quer apontar aqui é que qualquer precisa medição não é capaz de desencobrir o fenômeno da espacialidade, já que sempre chega depois, realiza uma interpretação ontologicamente atrasada, isto é, revela o resultado e não consegue desencobrir a dinâmica desde a qual o espaço se espacializa.

Só que essa interpretação desobjetivante do espaço nada tem a ver com subjetivismo. Não é porque os entes se manifestam espacialmente sempre para nós que essa dimensão da existência passa a ser o resultado da vontade ou do arbítrio do homem. Dizer que o espaço não é originariamente objetivo não significa que essa dimensão constitutiva e inseparável de existência seja determinada pelo “para quem” o espaço se espacializa. O homem é lugar de realização de realidade sem que com isso se torne o senhor desse processo. O que se quer indicar é que, em uma determinada *circunvisão*, o que está objetivamente mais próximo pode ser o mais distante e o que possui maior intervalo espacial, por outro lado, também pode se revelar como sendo, na verdade, o mais próximo. A visão de conjunto é que determina, em última instância, distanciamento e proximidade.

Seguindo a orientação prévia pela “natureza” e pelos intervalos entre as coisas, medidos “objetivamente”, tem-se a tendência de considerar tais avaliações e interpretações do distanciamento como “subjetivas”. Trata-se, porém, de uma “subjetividade” que talvez descubra o mais real da “realidade” do mundo, a qual nada tem a ver com uma ar-

bitrarietade “subjetiva” nem com apreensões subjetivistas de um ente “em si” diverso. *O dis-tanciamento guiado por uma circunvisão na cotidianidade da pre-sença descobre o ser-em-si do “mundo verdadeiro”, isto é, de um ente junto ao qual a pre-sença, existindo, já sempre está* [grifos do autor] (HEIDEGGER, 2005, p. 155).

Em vez de produto, de resultado da medição em metros; no lugar de espaço como substância, é atrás da força de realização, isto é, do vigor que realiza o espaço, que Heidegger concentra os esforços e procura descrever fenomenologicamente a natureza das “coisas”. Nesse sentido, até mesmo o espaço entendido como distância objetiva, isto é, o que distraidamente compreendemos como intervalos mensuráveis entre os entes, também se realiza desde a estrutura *ser-no-mundo*. Desde uma tarefa, na lida cotidiana, os objetos podem estar mais próximos ou mais distantes, a depender da *ocupação*. Nem sempre o que se pretende mais “próximo” objetivamente, isto é, encontra-se a menos centímetros de “distância”, revela-se como o mais próximo no *mundo circundante*.

É a ocupação guiada pela circunvisão que decide sobre a proximidade e distância do que está imediatamente à mão no mundo circundante. As ocupações se atêm previamente ao que está mais próximo e regula os dis-tanciamentos (HEIDEGGER, 2005, p. 156).

Reforçamos que não é porque não objetiva o espaço, ou seja, não é porque não compreende o fenômeno do espaço como tendo uma existência autônoma dos “sujeitos” que essa compreensão funda o princípio de realização do espaço na determinação subjetiva. Apesar de termos afirmado, anteriormente, que a espacialidade, como modo de realização de espaço, depende da *circunvisão*, ou seja, de uma visão de conjunto que leva em consideração o material, o usuário, o uso, a obra, em todas as suas ordens, o “sujeito”, “para quem” as “coisas” são, não determina a natureza do espaço, ou do que quer que seja, arbitrariamente. O homem é o lugar de manifestação de toda a realidade, mas não é o responsável por ela, não é seu princípio de realização. Só se compreende a negação da objetividade como sendo, automaticamente, a afirmação da subjetividade, se não se conseguir superar a cisão metafísica de homem e mundo, ou

seja, se não se questionar a separação sujeito-objeto como fundamento de todo o real, o que inclui, naturalmente, a compreensão de espaço, como “objeto”.

O que a citação anterior quer apontar é que, na experiência, até mesmo os intervalos entre os objetos, passam, por princípio, pela totalidade do fenômeno de unidade já indicado anteriormente: a estrutura *ser-no-mundo*. E o que essa estrutura quer descrever, mais uma vez, nada tem a ver com subjetivismo. Não há primeiro homem e depois mundo, como se a natureza de cada um desses componentes já chegasse pronta e resolvida, ou como se o sujeito pudesse projetar um mundo, incluindo a dimensão espacial, do modo que melhor lhe convier. O homem é o “para quem” o espaço se manifesta, sem que com isso ele se torne a causa dessa manifestação. A rigor, é a *circunvisão* que “tem” o homem, que o afeta e constitui um momento de sua realização e não o contrário.

Se quer indicar que, fenomenologicamente, até mesmo a distância responde à mesma dinâmica na qual é desde uma visão de conjunto que se guia e se governa a experiência. Sendo assim, os óculos, por exemplo, são um instrumento com o qual nos relacionamos na tarefa de apreciar uma obra de arte, constituindo-se até mesmo como condição de possibilidade dessa *ocupação*, a depender do grau de deficiência visual. Só que o que se pretende como sendo o mais próximo, já que objetivamente os óculos ficam apoiados no nariz, bem em frente aos olhos, pode se manifestar como sendo mais distante do que o próprio quadro na parede que é apreciado. Tão próximo objetivamente e tão distante quando se pensa a experiência. O anteparo de vidro, a luminária que ilumina o quadro, muitas vezes podem ser considerados instrumentos mais próximos no exercício de ver uma obra de arte do que os óculos na ponta do nariz.

Heidegger afirma que o segundo passo da tarefa de repensar o sentido do espaço, enquanto fenômeno originário da *pre-sença*, é investigar a espacialidade do *ser-no-mundo*. Já indicamos que é por realizar-se como *ser-no mundo*, que a *pre-sença* sempre cumpre um espaço, ou seja, se efetua numa dimensão espacial que lhe é própria.

De acordo com o seu ser-no-mundo, a pre-sença já sempre dispõe previamente, embora de forma implícita, de um espaço já descoberto. Em contrapartida, o espaço em si mesmo fica, de início, encoberto no tocante às possibilidades puras de simples espacialidades de alguma coisa. O fato de o espaço *se mostrar* essencialmente *num mundo*, não decide sobre a modalidade de seu ser (HEIDEGGER, 2005, p. 162).

O que a citação quer apontar é que a dimensão espacial da constituição ontológica de homem e mundo pode se “esconder”, num primeiro momento, na forma de espacializações dos entes com os quais nos relacionamos. Entretanto, apesar de se deixar ver, isto é, mesmo que o espaço cotidianamente se revele sempre em modos espaciais de “objetos” com os quais lidamos em uma certa atividade, em um determinado contexto, o espaço, nele mesmo, não é nada separado daquilo que é mundo, muito menos é a sua condição de possibilidade. Reforçamos a ideia de que não existe primeiro o espaço, depois o mundo; não é porque se revela sempre num mundo possível, ou seja, porque sempre apreendemos o espaço em um determinado contexto, que o modo de ser do espaço seja “algo” da ordem do que é passível de objetivação.

Para superar a compreensão de espaço como extensão, cunhada na modernidade, é preciso investigar a dimensão ontológica do espaço, o que significa entender que sua dinâmica de realização responde ao mesmo fundamento ontológico que realiza homem e mundo. O ser do espaço nada tem a ver com uma desmundanização dos entes com os quais lidamos, para se encontrar nos intervalos dos entes *intramundanos* uma essência substancial, mas é o espaço que está no mundo na medida em que ele é, justamente, uma dimensão constitutiva da *pre-sença*. O *ser-no-mundo* como estrutura desde a qual a *Dasein* se efetiva, já sempre descobriu um espaço não havendo nada fora ou além disso como determinação da espacialidade do mundo.

No fenômeno do espaço, não se pode encontrar nem a única nem a determinação ontológica primordial do ser dos entes intramundanos. Tampouco ele constitui o fenômeno do mundo. O espaço só pode ser concebido recorrendo-se ao mundo. Não se tem acesso ao espaço, de modo exclusivo ou primordial, através da desmundanização do mundo

circundante. A espacialidade só pode ser descoberta a partir do mundo e isso de tal maneira que o próprio espaço se mostra *também* um constitutivo do mundo, de acordo com a espacialidade essencial da *pre-sença*, no que respeita à sua constituição fundamental de *ser-no-mundo* (HEIDEGGER, 2005, p. 163).

Com isso se quer afirmar que o espaço é uma dimensão da existência, e, por isso, não deveria ser compreendido como sendo o fundamento ontológico dos entes com os quais lidamos, muito menos como equivalente a uma espécie de “essência primeira” do mundo. A essa altura da exposição já temos as bases para reafirmar o que expusemos no início deste capítulo: o espaço não está no sujeito sendo determinado por ele nem o mundo está no espaço, como se houvesse primeiro o espaço, como condição de possibilidade e depois o mundo. É o espaço que está no mundo já que o *ser-no-mundo* constitutivo da *pre-sença* já descobriu sempre um espaço. É no fenômeno de unidade da estrutura *ser-no-mundo*, que Heidegger localiza o princípio, o fundamento ontológico de existência. Logo, é somente desde essa estrutura fundamental que se pode compreender não-metafisicamente o modo de ser, a natureza do espaço.

Com essa nova perspectiva, que insere o espaço na própria dinâmica que realiza homem e mundo, procura-se explicitar o modo de ser fundamental da experiência restituindo, a esse movimento realizador de realidade, a sua dimensão espacial. O espaço passa, então, a ser entendido como parte constitutiva, não somente do que chamamos de “mundo em que vivemos”, como também daquilo que são os entes com os quais nos relacionamos e daquilo que nós mesmos somos.

REFERÊNCIAS

- FOGEL, G. Do ‘coração-máquina’ – Ensaio de aproximação à questão da tecnologia. In: *Da Solidão Perfeita: escritos de filosofia*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 91-130, 1998a.
- _____. Martin Heidegger, et coetera e a questão da técnica, in: *Da Solidão Perfeita: escritos de filosofia*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 131-170, 1998b. .
- HEIDEGGER, M. *Qu’est-ce qu’une chose?* Tradução: Jean Reboul. Paris: Gallimard, 2011.
- _____. *Ser e Tempo. Parte I*. 14^a ed. Tradução: Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petró-

polis, RJ: Vozes, 2005.

NUNES, Benedito. Heidegger e Ser e Tempo. 2a. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

A TEMPORALIDADE COMO CONCEITO E DISPOSITIVO: DELIMITANDO UM CAMPO DE ESTUDOS PARA A COMUNICAÇÃO

FREDERICO DE MELLO BRANDÃO TAVARES

A noção de temporalidade chama a atenção para algo concreto, que permeia a vida social. A ambiência cotidiana, observada desde qualquer ângulo, conforma-se como local de convergência entre tempos dos mais diversos, sendo estes mesmos tempos constituintes das dinâmicas da sociabilidade como um todo. Nesse viés, de ocorrências cruzadas no espaço do vivido, é inegável a relação entre tempos e territórios, o que aponta, a partir dessa compreensão empírica, para o foco conceitual das próximas páginas.

Mais que isso, este texto aborda também uma dimensão institucional e relacional. No Programa de Pós-Graduação do qual faço parte, na Universidade Federal de Ouro Preto, temos como Área de Concentração a temática das temporalidades¹. O que, do ponto de vista da Comunicação como lugar de fala, na relação com territorialidades ou outras tantas instâncias teóricas, acaba por solicitar visadas específicas, que demandam críticas e pontes possíveis na configuração de um olhar problematizador e investigativo sobre os fenômenos sociais.

Assim, a proposta que intitula esse artigo – um conceito como dispositivo: delimitando um campo de estudos para a Comunicação” – versa tanto sobre um conceito específico, a temporalidade, ou as temporalidades, como prefiro, e suas dimensões como eixo de organização de reflexões e de tradições de estudo. Reflexões porque trato de questões que o termo suscita, em âmbito teórico ou mesmo

1 O PPG em Comunicação da UFOP (de onde venho) e o PPG da UFES figuram entre os programas mais novos no âmbito do Stricto Sensu da subárea “Comunicação”, na grande área “Comunicação e Informação” da CAPES. O Programa mineiro foi criado em 2015 e o capixaba em 2014. Ambos possuem, em suas áreas de concentração, uma interessante complementaridade.

na vida prática; e “tradições” não no sentido de algo que está posto e constituído, mas de algo que a partir das temporalidades, tendo-as como ponto de partida, pode forjar perspectivas e centralidades para pensar problemas que a este tema/conceito, sejam afeitos.

Tal jogo diz muito das lógicas identitárias de um novo Programa de Pós-Graduação. Este, ao mesmo tempo em que só é possível por aglutinar movimentos investigativos coincidentes, que tenham uma “cara”, concomitantemente, opera no âmbito da percepção intuitiva de tendências. Na sensibilidade – necessária – de captar o próprio movimento de consolidação que se dá a partir de sua existência e, conseqüentemente, observar e materializar o que é resultado disso.

Essa perspectiva, menos que valorizar um viés formalista, de uma estruturação formal ou disciplinar, vai ao encontro de uma tentativa epistemológica que observa os campos científicos em sua mobilidade, tendo o movimento e a instabilidade como uma característica da ciência e, por que não dizer, da Comunicação como um campo do saber. Os objetos científicos em suas “mobilidades”, como afirma Lucrécia Ferrara (2013), exigem de nós metodologias estrategicamente elaboradas, o que não significa amarrá-los numa trama que esteja a serviço de racionalismos ou imposições.

A lógica da simultaneidade que atravessa um novo PPG possui uma riqueza e um desafio. Diz respeito, por um lado, a paradoxos – inclusive inaugurais, por exemplo: é o resultado de uma tradição de estudos, mas essa tradição de estudos só virá com ele – e, por outro, diz respeito a uma gênese orientada pelo que há de atual em um campo, sendo, por isso, representante de uma “novidade”. Essa última questão, epistemologicamente, deve tanto referir-se ao *main stream* das ciências em geral, quanto àquele aferido ao campo de sua acolhida científica – no caso do PPGCOM-UFOP, a Comunicação².

2 Para citar um exemplo importante, sobre discussões atuais do nosso campo de atuação e inserção, em 2014, na última reativagem de Grupos de Trabalho da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compos), foi criado o GT “Memória nas Mídias” que, segundo ementa, “tem como escopo estudos que envolvem os modos de expressão da memória social no campo da comunicação. A expressiva quantidade de informações que se produz no mundo midiático contemporâneo transforma e afeta a memória social. As mídias em geral possibilitam a construção, reconstrução, reatualização, permanência ou resgate da memória (individual ou coletiva), que se expressa sob a forma de armazenamento em acervos e divulgação de imagens (estáticas ou em movimento), textos

Nisso, pode-se afirmar, a simultaneidade constitui-se como marca; e “funciona” da seguinte maneira: orienta uma identidade que deve basear-se na superação de polaridades, no convívio com as tensões e os conflitos, não em prol de “superá-los”, mas de percebê-los como intrínsecos aos fenômenos em geral e às suas complexidades. No caso do PPGCOM da UFOP, o simultâneo perpassa as temporalidades, sua temática principal, não apenas naquilo que venha a ser (ou é) sua estruturação curricular, mas como viés operador para se lidar com as dimensões conceituais ensejadas pelo próprio tema. Em outras palavras, as temporalidades, como problema orientador de um conjunto de Linhas de Pesquisa e Área de Concentração, colocam-se também como um dispositivo³ investigativo, indicando e propondo um *modus* específico de fazer pesquisa.

Há, em qualquer conceito, uma dimensão fundamentadora, como conjunto teórico de ideias, e uma dimensão operativa, que ajuda a analisar o mundo, retornando a ele conhecimentos. Esta última é também uma faceta “organizativa”, que pode “propulsionar” a estruturação de um campo ou de, como já dito, uma tradição de estudos.

Marialva Barbosa (2004, p. 63) lembra que a temporalidade se refere à “forma como se inscrevem as atividades na duração”, diz respeito, por isso, à “apropriação temporal presente no imaginário humano”, sendo que “cada época produz uma arquitetura temporal própria”, reveladora da(s) historicidade(s) como dimensão ineren-

verbalis e não verbalis ou quaisquer outras manifestações. Os estudos da memória social nas mídias apresentam como alvo privilegiado de análise: as diversas manifestações expressivas da memória nas práticas comunicativas; os modos e efeitos da memória na comunicação contemporânea; as teorias acerca da relação entre comunicação e memória; as simbioses entre memória e a materialidade das mídias; a relação com o mundo digital; a permanência ou transformações de memórias oficiais, pessoais ou tradicionais; os textos culturais nas mídias que traduzem memórias; a historicidade das mídias; as narrativas orais e midiáticas de histórias de vida das pessoas, as representações do passado, da vida cotidiana e das práticas comunicacionais nas mídias contemporâneas; memória e afetos; memória e as linguagens nas culturas midiáticas” (Disponível em: http://www.compos.org.br/ler_gts.php?idGt=MzM=. Acesso em 28 de outubro 2015).

3 A noção de dispositivo aqui trabalhada, na esteira de alguns autores (AGAMBEN, 2009; FERREIRA, 2006; FOUCAULT, 2004), menos que referir-se a uma concepção material e tecnológica, traz consigo a ideia de um arranjo, de um elemento capaz de “gerir” um conjunto de práticas – o que, pela bibliografia de referência, merece uma constante e crítica atenção.

te aos indivíduos e ao coletivo social⁴. Em seu livro “Tecnologias do imaginário” (2006), Juremir Machado da Silva, ao discorrer sobre o conceito de imaginário, lembra que este, como “fenômeno”, transitará entre o passado e o futuro, sendo, nesse trânsito, tanto reservatório, como motor.

Tal qual sintetiza Gislene Silva (2010, p. 248) a partir de Silva (2006), “como reservatório, o imaginário agregaria imagens, sentimentos, lembranças, experiências, visões do real, leituras de vida e, através de um mecanismo individual/grupal, sedimentaria um modo de ver, de ser, de agir, de sentir e de estar no mundo”. Como motor, resume a professora, o imaginário “seria elemento propulsor, seria um sonho que realiza a realidade, funcionando como catalisador, estimulador e estruturador das práticas” (p. 248). Juremir Silva (2006) propõe, assim, que todo indivíduo submete-se a um imaginário preexistente e todo sujeito é um inseminador de imaginários.

Tomadas as temporalidades sob essa lógica dupla e simultânea, de que maneira sua definição (dimensão conceitual) e orientação (dimensão operatória) podem ser pensadas em conjunto? Como isso reverbera em um Programa de Pós-Graduação e suas pesquisas?

Na tentativa de responder a tais questões e também encaminhá-las aqui sob uma perspectiva ensaística e reflexiva, é importante pensar a relação temporalidade e comunicação, valorizando indiretamente metáforas (do repositório e do motor, por exemplo) e coexistências (conceituais ou concretas), ressaltando o movimento que existe por detrás do gesto de tomá-las como problemas que se coincidem e se refletem.

AS TEMPORALIDADES: UM PROBLEMA NÃO DICOTÔMICO

Na ótica do tempo como problema, Nobeit Elias (1998), assinala a insuficiência da “dicotomia” natureza e sociedade e de outras

4 Como afirma Barbosa (2009), em outro texto, “quando dizemos éramos ou seremos nos constituímos no tempo. Temos a consciência de que possuímos uma história anterior ao agora e que também estamos envelopados em uma história que começou muito antes da nossa existência, mas que pela força da tradição continua nos afetando. Essa história de outros (do passado) é também a nossa história: a história de uma humanidade que existe na duração. Somos tempo” (BARBOSA, 2009, p. 17).

do mesmo tipo, indicando a inoperância dessa lógica de oposições conceituais para pensar os fenômenos temporais e a temporalidade como objeto. Diz o autor (p. 72): “o investigador fica tendo que abordar o ‘tempo social’ e o ‘tempo físico’ – tempo interno à sociedade e tempo interno à natureza – como se eles existissem e pudessem ser estudados independentemente um do outro. Ora, isso é impossível”. Algo, afirma Elias, que serve para pensar também a “duplicidade” da noção de tempo e espaço.

Tempo e espaço são, em alguma medida, “posições” e funcionam de maneira inseparáveis, em relação. Ambos são símbolos conceituais de tipos específicos de atividades sociais e institucionais, não podendo ser pensados senão em mútua afetação. Nesse jogo, afirma Elias (1998), “o que chamamos ‘espaço’ refere-se a relações posicionais entre acontecimentos móveis, os quais procuramos determinar mediante a abstração de seus movimentos e mudanças efetivas” (p. 81); já o “tempo”, ao contrário, “refere-se a relações posicionais no interior de um *continuum* evolutivo que procuramos determinar sem abstrair seus movimentos e mudanças contínuos” (p. 82). No entanto, “toda mudança no ‘espaço’ é uma mudança no ‘tempo’, e toda mudança no ‘tempo’ é uma mudança no ‘espaço’” (ELIAS, 1998, p. 81).

As posições das quais fala Elias (1998) remetem a *intervalos* que permeiam espaços e tempos em seu “funcionamento” e suas relações, muitas vezes ocupados por *acontecimentos* (de distintas naturezas) localizados em *sequências* (durações) que podem ou não possuir padronizações ou lógicas racionalizadas. Nesse sentido, pode-se dizer que há uma subjetividade importante atuando nas relações espaço-temporais. Não apenas pelo viés de abstração que elas indicam e solicitam (ELIAS, 1998), mas também pela ação de apropriação que nelas se manifesta: a de articulação de experiências subjetivas a partir de processos de objetivação manifestos em distintos fenômenos.

Se o *acontecimento* carrega consigo uma característica “intervalar”, é preciso, pois, observar – principalmente – seu papel de mediador entre tempos, operando como uma espécie de síntese de um antes e de um depois, reunindo e revelando, no presente, um fluxo temporal (subjetivo) que tanto ultrapassa o instante quanto fixa

(concretiza) a experiência (também espacial e materialmente)⁵. Assim, “pensar o acontecimento é colocar-se no caminho que, sulcado no presente, reata com o passado originário da experiência cultural que nos constitui, bem como descerra a perspectiva futura de nossa destinação” (GIACIOIA JÚNIOR, 2013, p. 75).

Tempo e espaço são, por isso, vividos e, como afirma Maria Rita Kehl (2009) a partir de Freud, nossa noção de tempo depende “inteiramente do maior ou menor grau de vigilância, ou de abandono, da consciência” (p. 132). E tal movimento, naquilo que ele evoca (ou não) de memória – como força propulsora onírica – acaba por revelar “a simultaneidade de eventos mentais que caracteriza a temporalidade do inconsciente” (p. 134). A temporalidade, nesse viés, refere-se a uma trama

“horizontal em que as várias representações sincrônicas, associadas em cadeia a cada novo estímulo recebido, *coexistem* no tempo sem se excluir. A atemporalidade do inconsciente seria incompatível com a ordem social, pelo menos tal como a conhecemos até o momento” (2009, p. 134, grifo nosso).

A tensão revelada por Kehl (2009) entre a consciência e o inconsciente, também é da mesma natureza de outras tensões lembradas pela autora, como aquela entre o passado e o presente – seja na duração bergsoniana ou na narrativa benjaminiana. O que ela coloca em cena é a necessidade de se evidenciar a lógica da simultaneidade existente no eixo constituinte da experiência individual e coletiva e, no que diz respeito ao tempo, dar visibilidade à sua natureza de condição. O tempo só pode ser pensado como temporalidade; e esta não deve ser vista de maneira unívoca, mas plural e imensurável, complexa no carrear de elementos que são por ela

5 Diz Kehl (2009) a partir de Bergson (2006): “Se para Bergson a duração não se mede pela soma dos instantes, mas pela sensação de continuidade entre o instante presente, o passado imediato e o futuro próximo, nada indica que o registro psíquico dessas duas formas de tempo que alongam o presente – passado e futuro – deva limitar-se a curtos períodos imediatamente antes e depois do brevíssimo instante. Talvez a experiência do tempo como fluxo contínuo e coletivo possibilite que cada membro de uma comunidade se sinta ligado a todos os outros, vivos e mortos, como um elo em uma grande corrente, de modo a prolongar o sentido da duração. Talvez a medida do transcorrer do tempo não individual não seja semelhante ao desenrolar de um fio, mas ao tecer de uma rede que abriga e embala um grande número de pessoas ligadas entre si pela experiência comum” (KEHL, 2009, p. 165 – 166).

operados e por quem as opera.

Tal condição, assim, remete, por um lado, para um conjunto de questões conceituais que podem ser sintetizadas como características das temporalidades (em geral) e, por outro lado, como viés para tomá-las como problema, como forma de se perguntar sobre o mundo tendo em vista o tempo como eixo que orienta o ângulo de perguntas sobre fenômenos distintos, circundando um campo investigativo possível. Encaradas como orientadoras de objetos que levarão a pesquisas, devem estruturar questões que superem dicotomias e, ao mesmo tempo, as reconheçam, a fim de evitá-las, sem perdê-las de vista.

Ao refletir sobre a ideia de historicidade a partir de Agnes Heller, Barbosa (2009, p. 17) sintetiza: “quando sabemos que não-ser significa não estar aqui, estamos colocando em relação o fato de que somos espaço. Ou seja, só nos constituímos como sujeitos na história no espaço, estando aqui, no presente, tendo estado aqui, no passado, e estando já no futuro”. Conclui a autora: “historicidade, portanto, é sermos, existir como tempo e espaço” (p. 17), simultaneamente e de maneira situada.

Assim, retomando a lógica do tempo e do espaço como posições que indicam dinâmicas conjuntas, pode-se, por exemplo, relembrar a proposição de Mouillaud (2002, p. 64) sobre jornalismo e acontecimento: “Os acontecimentos da mídia se encaixam em formas que já são construções do espaço e do tempo. O espaço e o tempo social trazem marcas que definem áreas e momentos que prescrevem sua natureza e sua forma aos acontecimentos”. No jogo entre mídia e vida social, aponta o autor, há uma tensão entre a representação construída pelos meios de comunicação – seus objetivos e propósitos – e a própria estrutura da sociedade e dos imaginários que a cercam. E as temporalidades e espacialidades que daí despontariam, como possíveis questões de pesquisa, não poderiam perder de vista seus tensionamentos e sua coexistência.

No caso da Comunicação como campo de estudos, afirma Braga (2010, p. 42, grifos do autor), é importante reconhecer, sob a perspectiva epistemológica de uma “disciplina em constituição”, que os “episódios comunicacionais ocorrem sempre ‘pré-moldados’ pelos processos sociais mais amplos em que se desenvolvem

– e que deveriam igualmente *ser examinados* em contexto, para não perdermos a complexidade de suas vinculações”. O autor aponta que o “contexto mais amplo e mais geral” em que “podemos inscrever todo e qualquer processo interacional corresponde ao ambiente das *instituições sociais* – que caracterizam o ‘historicamente dado’, no qual todo o social se elabora” (p. 42, grifos do autor).

Atuam conjuntamente a isso as operações do imaginário e o papel da linguagem, como eixos possíveis para pensar singularidades que marcariam as perguntas específicas do campo comunicacional – a partir também de vinculações e complexidades (BRAGA, 2010). Nesse viés, a temporalidade como problema comunicacional e a comunicação como um problema de temporalidade podem ser pensadas.

A COMUNICAÇÃO: PARA ALÉM DAS DICOTOMIAS, COM AS TEMPORALIDADES

Ao recuperar Levis-Strauss (1989) para realizar uma aproximação entre o jornalismo e o campo do imaginário, Gislene Silva (2010) lembra que o modo de “conhecimento do mundo” dos ditos povos primitivos envolvia “métodos racionais para inserir, sob seu duplo aspecto de contingência lógica e de turbulência afetiva, a irracionalidade na racionalidade” (p. 251). A professora afirma ser importante para o jornalismo o enfrentamento da questão objetividade-subjetividade na apreensão dos acontecidos, possibilitando, assim, sua própria (e melhor) compreensão no que diz respeito a sua configuração como produto cultural e como produtor de cultura.

Ainda sobre o jornalismo, tomando a narrativa como problema, Fernando Resende (2011) aponta, a partir de Armand e Michelle Mattelart (1999) que a “a história das teorias da comunicação, considerando os aspectos que por razões econômicas, políticas e culturais se fizeram hegemônicos, nos leva a pensar o quanto se fez necessário dicotomizar lugares, práticas e saberes” (p. 124). Segundo o pesquisador, “o olhar voltado para os meios, a atenção em relação ao pólo da produção e a preocupação com os efeitos da mensagem, o que por muitos anos se apresentou como o caminho para a solução dos problemas” (p. 124, grifos do autor), foram e são perspectivas que iluminam modos clássicos de conceber e

problematizar o Jornalismo. Nesse viés, tanto o Jornalismo quanto a Comunicação foram e ainda são, em vários momentos, campos de estudos signatários de investigações cuja problematização é dicotômica, não estruturada a partir de um olhar que se aproxima de uma orientação conceitual e metodológica mais complexa, com objetos de conhecimento menos limitados e potencialmente mais abertos a revelar dimensões múltiplas de um mesmo fenômeno (RESENDE, 2011).

Numa aproximação com a Comunicação e com outras ciências – lembrando, por exemplo, a dupla ruptura epistemológica defendida há anos por Boaventura Santos (2002; 1989) –, essa postura (outra e necessária) sobre as coisas do mundo, que advoga maneiras de se perguntar, tem como entendimento fundamental que não se deve valer do propósito

esvaziado de definir modelos contrários ao estabelecido, mas, antes, cumprir o objetivo de entrelaçar interrogantes que possam contribuir para que, mais que explicar o funcionamento do nosso objeto, se possa trabalhar com proposições e descobertas de práticas e pensamentos tornados menores diante de perspectivas hegemônicas, como conclui Resende (SANTOS, 2011, p. 124).

Dessa forma, seja no caso do Jornalismo, para lembrar os autores acima citados, seja em outras esferas do saber, que a mim e aos meus colegas interessa, o esforço problematizador que nos leva às temporalidades (e, também às espacialidades) deve ser o de “complexificar” o mundo e contribuir para que se reconheça que, nas ambiguidades, transitoriedades, nos movimentos, tanto ordem e desordem convivem juntas, assim como convivem rastros, vestígios, invisibilidades em meio ao que se tem e se apreende no ambiente “acessível” das aparências.

No âmbito das razões sensíveis de que fala Maffesoli (1998), seria valorizar o método do *impressionismo intelectual*, tal como nomeado pelo autor, e que se caracterizaria por um trabalho analítico ao “ar livre”, através do qual o pesquisador escaparia “do enclausuramento das fórmulas prontas, para dar conta das ambiências” (p. 22), daquilo que está, inegavelmente, nos contornos constituintes dos fenômenos sociais (SILVA, 2010).

Caminham nessa direção discursos e estudos cujas problematizações abordam perspectivas inclusivas e pluralistas nas quais possuem atenção a alteridade, o reconhecimento do Outro, seja em sua dimensão política, seja em sua dimensão cultural, ou em outras. E isso não significa centrar-se nos sujeitos (ou subjetividades), mas compreender sua inserção, contatos e descolamentos a partir de (ou com) tramas institucionais – de poder, de “verdades” e imposições – como outras de âmbito tecnológico e, por que não dizer, midiático, para falar um pouco de nossa seara. Significa, pois, estar atento à diversidade da sociedade e às experiências contemporâneas e respectivas expressões, tendo no horizonte o atravessamento das temporalidades e seus contornos.

Antônio Cândido, um de nossos famosos intelectuais nacionais, em reflexão pontual sobre o tempo alfineta: “o capitalismo é o senhor do tempo. Mas tempo não é dinheiro. Isso é uma monstruosidade. O tempo é o tecido da nossa vida”⁶. Mesma ótica do antropólogo José Guilherme Magnani (2002) que, em sua reflexão sobre o urbano, lembra que há uma tendência, nos relatos sobre a cidade, em creditar suas dinâmicas à ordem do capital. E, por isso, os moradores propriamente ditos, que, em suas múltiplas redes, formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos, conflitos etc., constituem o elemento que em definitivo dá vida à metrópole, não aparecem, e quando o fazem, é na qualidade da parte passiva (os excluídos, os espoliados) de todo o intrincado processo urbano (MAGNANI, 2002, s/p).

Menos que negar as determinações capitalistas sobre a vida, o que Cândido, Magnani e Resende fazem é requisitar uma postura. Chamam a atenção para algo que está para além das macroestruturas cotidianas e suas físicas próprias. Propõem, como tantos outros autores e áreas o fizeram e fazem, um olhar sobre o micro, sobre o que escapa. Propõem não um confronto, mas um encontro.

Advogar a concomitância, a simultaneidade, portanto, passa por assumir duplos, dialogicidades, integrações, reciprocidades, reflexividades e, mesmo, dialéticas. Tudo isso, em que pesem as

6 A citação é epígrafe da segunda parte do livro “O tempo e o cão” de Maria Rita Kehl (2009).

propriedades de cada uma dessas definições e dos movimentos que elas carregam, possibilita o cruzamento de teorias e métodos, formando uma espécie de *continuum* epistemológico possível e demarcado.

Nesse viés, tomando as temporalidades como problema comunicacional ou a comunicação sob o viés das temporalidades, o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFOP, busca congrega duas perspectivas básicas relacionadas ao espaço simbólico e científico que a tangenciam. Propõe-se a refletir sobre a Comunicação tendo como base a visada partilhada desta área acerca de seu papel reflexivo no que diz respeito “à interpretação dos complexos processos sociais e comunicativos constituintes do tempo social contemporâneo”; bem como propõe fazê-lo desde um lugar geográfico e institucional atravessado por questões de ordem temporal e histórica, “tangenciadas por um espectro que perpassa tensas ambiências culturais, políticas e econômicas, assim como incorpora elementos de matrizes tecnológicas e midiáticas” (TAVARES; PRA-TA; BORGES; SCHWAAB, 2014). Atentas aos sentidos e significados que agenciam esses aspectos, são duas as Linhas de Pesquisa do Programa, estruturadas em projetos de pesquisa e tradições investigativas coletivas e individuais. A primeira, basicamente, “Práticas comunicacionais e tempo social”, atenta-se para um olhar crítico e problematizador sobre os imbricamentos entre a comunicação e o tempo. Já a segunda, “Interações e emergências na comunicação”, volta-se, principalmente, para a compreensão do tensionamento entre a dimensão técnica e tecnológica dos dispositivos midiáticos e os sujeitos em distintos contextos sócio-históricos.

No cenário de atuação configurado por esse desenho do PPG, está pensada tanto uma fronteira tênue entre as perspectivas distintas de pesquisa (alocadas nas Linhas de Pesquisa e respectivos projetos docentes e discentes) quanto a singularidade de investigações e aquilo que as separa uma das outras. Ou seja, simultaneamente, o que une e separa, tendo as temporalidades e sua dimensão conceitual vistas por um viés epistemológico da coexistência e da inclusão, tal qual exposto anteriormente a partir dos autores referidos. Nesse *continuum*, cada objeto de pesquisa trabalhado no interior do PPGCOM, menos que seguir uma cartilha, deve vestir-se

de um óculos intuitivo que contemple: 1) a dimensão temporal (os fluxos de tempo que atravessam a vida social), 2) a temporalidade como apropriação e relação subjetiva com o tempo (incluindo questões conceituais: cognitivas e culturais; estéticas e sensíveis) e 3) como tais eixos atravessam as especificidades de cada fenômeno a ser investigado, suas historicidades.

Certa vez o poeta Paul Valéry escreveu que todo tempo é compreendido no intervalo de duas tensões. A natureza das tensões com as quais trabalhamos e/ou trabalharemos estará naquilo que os objetos específicos “dirão e trarão”, o que só será possível pelo viés problematizador que se assumir sobre eles. No eixo epistemológico proposto pelo PPGCOM, é preciso reconhecer os movimentos que indicam uma forma de pesquisar que aposta em “projetos” inacabados e incertos de apreensão e interpretação da realidade e de suas vinculações temporais. Uma forma que percebe a subjetividade que atravessa o tempo social e coletivo, em tensão com objetivações distintas e também a partir de subjetivações individuais (as dos próprios pesquisadores, inclusive). Valorizar essa dinâmica será uma tentativa constituinte de olhar para o complexo, para além das dicotomias, pela comunicação e com as temporalidades.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.
- BARBOSA, M. *Comunicação e história: presente e passado em atos narrativos*. *Comunicação, Mídia e Consumo* (São Paulo. Impresso), v. 6, p. 11-27, 2009.
- BARBOSA, M. *Percursos do olhar: comunicação, narrativa e memória*. Niterói: EDUFF, 2004.
- BERGSON, H. *Matéria e Memória*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BRAGA, J. L. *Comunicação é aquilo que transforma linguagens*. *Alceu (PUCRJ)*, v. 10, p. 41-54, 2010.
- ELIAS, N. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- FERRARA, L. D. *O conhecimento como dialética da imaginação*. *Matrizes (USP. Impresso)*, v. 7, p. 131-142, 2013.
- FERREIRA, J. G. *Uma abordagem triádica dos dispositivos midiáticos*. *Líbero (FACASPER)*, v. 1, p. 137-145, 2006.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GIACIOIA JÚNIOR, O. Tempo e Acontecimento. In: NOVAES, A. (Org.). *O futuro não é mais o que era*. São Paulo: Edições Sesc, p. 75-101, 2013.

- KEHL, M. R. *O tempo e o cão*. São Paulo: Boitempo, p.109-135, 2009.
- LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. Campinas, SP: Papirus, 1989.
- MAFFESOLI, M. *Elogio da razão sensível*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- MAGNANI, J. G. C. De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol.17 no. 49 São Paulo: Jun. 2002.
- MATTELART, A.; MATTELART, M. *História das teorias da comunicação*. São Paulo, Loyola, 1999.
- MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Orgs.) *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 29-35, 2002.
- RESENDE, F. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. In: SILVA, G.; KÜNSCH, D.; BERGER, C.; ALBUQUERQUE, A. (Org.). *Jornalismo Contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas*. 1ed. Salvador: Edufba, p. 119-138.,2011.
- SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. 13 ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
- SANTOS, B. de S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SILVA, G. Imaginário coletivo: estudos do sensível na teoria do jornalismo. *Revista Famecos* (Online), v. 17, p. 244-252, 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/7382/0>>
- SILVA, J. M. *As tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- TAVARES, F.; PRATA, N.; BORGES, P.; SCHWAAB, R. *Projeto de Implantação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto*. Mariana, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, 178 f., 2014.

II - O TERRITÓRIO DAS REDES

UM MÉTODO PERSPECTIVISTA DE ANÁLISE DE REDES SOCIAIS: CARTOGRAFANDO TERRITÓRIOS E TEMPO NA REDE¹

FÁBIO MALINI

Pontos de vista ou perspectivas são princípios, ideias, agregados, visões de mundos, em suma, são cosmologias que organizam, diferem, individualizam e interligam os seres e se formam num fluxo contínuo de associações e dissociações, estando, assim, em movimento, transformação e composição contínua. Pontos de vista, são, portanto, efeitos nos sujeitos (DELEUZE, 1976), não pertencendo a um indivíduo, mas sendo constituintes dele. Estando imersos quase que permanentemente no universo da internet e das redes sociais digitais, vivemos um momento em que nossas predileções, nossa mobilização, nosso gosto, afeto ou posicionamento crítico são reunidos em interfaces virtuais de relacionamento que nos transformam em actantes.

A forma subjetiva dessas interfaces é materializada no perfil, configurado para ser mais um nó que atrai outros nós (designados seguidores e seguidos) do que uma consciência individual, inserido assim cultura, na qual o sujeito se constitui como uma espécie de pessoa plana, arranjando-se lado a lado com outras pessoas e formando assim processos em que há “pessoas dentro de pessoas” (VIVEIROS DE CASTRO, 2007, p.102).

É exatamente essa cultura dos laços sociais como ação conjugada de perfis em rede que este texto apresenta, particularmente, através do que denominamos análise perspectivista de rede, uma abordagem teórico-metodológica, que se dedica a estudar como as

1 Este trabalho foi apresentado pela primeira vez ao GT de Comunicação e Ciberultura do XXV Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal de Goiás, Goiânia, de 7 a 10 de junho de 2016, tendo sido revisado e atualizado para esta publicação.

relações de adesão a redes, compartilhamento, resposta, comentário, favoritada ou curtida e sindicâncias de conteúdos na internet, formam rastros sociais que expressam pontos de vista coletivos formando as partes da rede. Estas se sobrepõem e compõem uma globalidade, podendo ser analisadas ora a partir da topologia dos perfis (a posição da parte no todo), ora a partir de uma temporalidade dos laços (a duração das conexões no tempo da rede).

Do ponto de vista teórico, o método perspectivista de rede parte de uma reflexão que articula a teoria antropológica formulada por Eduardo Viveiros de Castro (da qual retiramos os conceitos de perspectiva e relação); a concepção de Bruno Latour sobre a teoria ator-rede (da qual retiramos os conceitos de cartografia, grupos, mediadores e intermediários); e a teoria dos grafos (da qual retiramos o conceito de clusterização, modularidade, centralidade e densidade). Do ponto de vista empírico, o método perspectivista de rede apresenta os conceitos de perspectiva espacial e perspectiva temporal nas análises de redes sociais, a partir da produção de mensagens escritas e imagens que os perfis inscrevem no *Twitter*, *Facebook*, *Instagram* e *Youtube*, fornecendo, assim, pistas para a construção de objetos de pesquisas a partir da descoberta do caráter relacional dos dados digitais.

O PERFIL COMO “REDE DE ATORES”

Um perfil, diz o senso comum, é uma “conta pessoal virtual” criada para acessar e participar de uma determinada rede social na internet. Visto mais acuradamente, um perfil é uma representação informacional de subscrições online figurativizadas por avatares que tomam a forma de humanos, bichos, instituições, movimentos, eventos, divindades, objetos ou grupos, cujas publicações são sempre realizadas ou programadas por uma ou mais pessoas ou máquina (robôs ou *bots*).

Para Latour et al (2015, p.11), perfis são atores que abrem novas discussões para a teoria social. Inscritos em plataformas digitais como *Facebook*, *Twitter*, *Flickr*, *Blogger*, *Tumblr*, *Instagram* e tantas outras, os perfis são atores-rede, já que existem em relação com outros perfis (designados ‘amigos’, ‘seguidores’, ‘colaboradores’ etc). É por isso que Latour et al (2015, p.9) lembram: “quan-

to mais você deseja localizar com precisão um ator, mais você tem que posicionar sua rede de atores”. Daí os autores apostarem numa hipótese metodológica, a teoria ator-rede, que ultrapassa a visão indivíduo/coletivo, micro/macro, geral/particular, local/global, totalidade/singularidade, pares teóricos tradicionais da teoria social, que conformam uma visão atômica das interações sociais. Eles propõem a substituição desses pares pelo conceito de mônada, tomada de Gabriel Tarde. “Uma mônada não é uma parte de um todo, mas um ponto de vista sobre todas as outras entidades tomadas separadamente, e não como uma totalidade” (LATOUIR ET AL, 2015, p.14).

O ponto de vista, na acepção tardiana, pode ser entendido como fluxos em conexão e conjugações sociais, que fazem movimentar tanto uma micropolítica dos atores, quanto uma composição de aglomerações de segmentos sociais. Foram Deleuze e Guattari (1996, p.98) que, interpretando Gabriel Tarde (e dando a este a paternidade da microssociologia), apontaram que os fluxos de opinião, conhecimento ou afeto são sempre grupos de crença e desejo, isto é, “verdadeiras Quantidades Sociais”, que se “criam, se esgotam ou se modificam, e que se somam, se subtraem ou se combinam”. Desse modo, a distinção entre o social e o indivíduo perde todo sentido. “Os fluxos não são mais atribuíveis a indivíduos do que sobrecodificáveis por significantes coletivos” (DELEUZE E GUATTARI, 1996, p.99).

É por isso que Latour et al afastam a ideia de investigar a totalidade, pois esta, numa rede, é apenas efeito do entrelaçamento de perfis. Em oposição, preferem trabalhar com as partes, os segmentos, as redes de atores, com os agregados. “A experiência de navegar por meio de perfis disponíveis em plataformas digitais é tal que quando você se move de uma entidade - substância - para a sua rede - atributos - você não vai do particular para o geral, mas do particular para os ainda mais particulares” (Latour et al, 2015, p.15).

Lazzarato (2006) também corrobora a tese tardiana de que o “coletivo” - que estamos chamando aqui de todo ou totalidade - não se resume à junção das partes. Não é uma entidade feita da soma dos cérebros que a constitui. Não é independente dos agregados.

“A sociedade constitui, sim, um todo, mas um todo surpreendente, à medida que não transcende suas próprias partes” (LAZZARATO, 2016, 43). E utiliza a metáfora da rede como a configuração que conforma a globalidade social, feita da ação de singularidades, umas sobre as outras. “O todo social é produzido com a ajuda de uma multiplicidade de singularidades, que agem umas sobre as outras, aproximando-se cada vez mais, propagando hábitos corporais ou mentais, às vezes lentamente, às vezes com a rapidez da difusão de uma espécie de contágio viral através da rede formada pelas mônadas” (LAZZARATO, 2016, p.43).

Para Lazzarato, as malhas de redes e fluxos da internet evidenciam como o todo social é resultante de conjunções e disjunções de fluxos. “Ao entrar em uma rede, entramos em um complexo de relações de posse, relações de co-produção, de cooperação, de atração ou oposição” (LAZZARATO, 2016, p.49). Essa busca por compreender os agregados em rede - reagregar, portanto, o social - serviu de inspiração teórica e metodológica para essa pesquisa, na medida em que as visualizações de interações de perfis em grafos, tradicionais nos estudos de redes sociais da internet, trazem uma ilusão de ótica, que é a própria globalidade da rede.

Acostumamo-nos, na análise de rede social, a compreender os fenômenos sociais a partir da mensuração da posição dos atores no conjunto da rede, propagando o valor acumulado por um perfil para aferir sua popularidade, seu grau mediação, sua capacidade de distribuição, e seu nível de centralidade. Desta maneira, é como se os atores estivessem sozinhos e assim agendassem um pensamento através de sua influência. Esse modelo individualizante, de certa forma, disciplinar, no sentido proposto por Foucault, criou um *modus operandi* no contexto da análise de dados baseado na busca por influenciadores de rede, o que fez multiplicar os líderes de opinião *prêt-à-porter* (inflados por bots sociais, que dão likes - no *Facebook* - e RTs - no *Twitter*). Fez também desqualificar atores anônimos ou menos notórios e fingir que a diferença entre 30 e 100 compartilhamentos é pequena quando o primeiro valor é derivado de uma única mensagem feita por um usuário com poucos seguidores, e o segundo valor é derivado de mais de uma mensagem gerada por um perfil do mundo do *showbizz*. É importante para uma compre-

ensão das dinâmicas coletivas da rede ultrapassar o acento individual dos estudos que apenas valorizam a autoridade dos perfis em função da popularidade e da difusão de mensagens e valorizar as interações como conjunto. É a densidade de relações entre os perfis que faz emergir ricos pontos de vista coletivos capazes de influir nos sentidos dos acontecimentos sociais.

Por se tratar de fenômenos de redes sociais, o primeiro percurso teórico metodológico para análise das perspectivas é partir da concepção de que todo perfil se constitui como pessoa. E, por pessoa, tomamos de empréstimo a definição de Eduardo Viveiros de Castro (1996), para quem pessoa é o ponto de vista de sujeito que está falando. Sua noção de pessoa implica a rede, uma vez que qualquer pessoa acede a um ponto de vista - que só se produz em conexão - para se individuar. “Cada pessoa [...] é um nó só de uma vasta trama, uma singularidade enlaçada em uma rede cuja malha se espalha em diversas direções e se dobra em múltiplas dimensões (de tempo, de espaço)” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p.191). Tal noção de pessoa, em Viveiros de Castro, deve ser adjetivada como fractal, por influência de Roy Wagner (2011), que, tendo como referência o conceito de ciborgue, define a ideia de pessoa fractal como contraposição à individualidade ou à pluralidade: “uma pessoa fractal nunca é uma unidade que está em relação com um agregado, ou um agregado em relação com uma unidade, mas sempre uma entidade cujas relações estão integralmente implicadas” (Wagner, 2011, p.3).

Para o Viveiro de Castro (2007), essas experiências antropológicas em rede constituem-se de uma multiplicidade plana, pois seus modos de subjetivação são fabricados lateralmente, numa relação contínua de parceria e conjunção. Esse conceito de pessoa permite que os estudos (e os analistas) de redes sociais se desloquem da abordagem da identidade para a da agência, uma vez que o perfil, mesmo sendo também de indivíduo com nome e sobrenome (com nomes próprios), expressa a sua pessoalidade à medida que produz “agências que o tornam sujeito” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p.372). A agência, nesse estudo, são os diferentes tipos de relações (tais como compartilhamentos, postagens, conversas ou marcações) capazes de compor perspectivas em rede (agregados sociais), que, agindo e se entrelaçando umas sobre as outras, for-

mam a própria globalidade de redes.

Nota-se que essa noção de agência dialoga diretamente com a de Latour (2005), atualizando-a como um conjunto de relações co-engendradas por perfis (e seus atributos humanos e maquínicos). Nós, redes ego, componentes gigantes, modularidades topológicas são nomenclaturas e representações para definir agências de redes, que, mais do que atributos puramente matemáticos, são relações sociais que revelam os modos como o social se reagrega. Contudo, só é possível agregar perfis agenciados por uma perspectiva. A transformação de redes de perfis em redes sociais depende da ação, e esta, antes, depende de uma perspectiva. É nesse sentido que buscamos cartografar as perspectivas em redes, isto é, os conceitos e convicções que fazem os perfis (humanos ou não-humanos, mas pessoas) agirem e se aglutinarem. Para Viveiros de Castro (2008, p.118) perspectiva é menos algo que se tem, que se possui, e muito mais algo que tem o sujeito, que o possui e o porta, isto é, que o constitui como sujeito". Compartilhamentos e conversações em redes sociais são rastros digitais dos pontos de vista, cuja força num dado acontecimento social depende da densidade de relações fabricadas entre os perfis.

PENSAR AS PERSPECTIVAS EM REDE

Neste texto, a tarefa mais difícil é como emular a teoria do perspectivismo ameríndio desenvolvida por Eduardo Viveiros de Castro, em diálogo com tantas ideias filosóficas (de Leibniz a Nietzsche, de Whitehead a Deleuze), e arrancar dela possibilidades conceituais que ajudem na execução de operações metodológicas, aparentemente tão díspares envolvendo o campo informático, o campo cibercultural e até o campo da ciência de dados (data science). Esse emular quer, principalmente, se reapropriar de um dos eixos fundadores dessa teoria: a ideia de comutação de ponto de vista.

No artigo que origina a teoria do perspectivismo ameríndio, Viveiros de Castro (1996, p.114) destaca que o pensamento ameríndio manifesta uma "qualidade perspectiva", pois que, para estes, o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos". Particularmente, interessa a essa teoria enfrentar um

dos aspectos mais interessantes do pensamento dos indígenas: a humanidade (e não a animalidade) como a condição comum dos homens e dos animais. “Os humanos são aqueles que continuaram iguais a si mesmos; os animais são ex-humanos, e não os humanos ex-animais” (Viveiros de Castro, 1996, p.119). O autor cita várias situações etnográficas em que esse sociocentrismo – a humanidade ligando todo o socius – está presente na vida dos povos amazônicos, fazendo com que qualquer relação entre humanos e bichos se inscreva numa intencionalidade consciente e de agência que faculta a ocupação de uma posição enunciativa de sujeito.

Perspectivismo foi um rótulo que Viveiros de Castro (2008, p.75) tomou emprestado ao vocabulário filosófico moderno para qualificar um aspecto muito característico das cosmologias ameríndias: a noção de que, em primeiro lugar, o mundo é povoado de muitas espécies de seres, que não se resumem aos humanos propriamente ditos, dotados de consciência e de cultura. Em segundo lugar, de que cada espécie vê a si mesma e às demais de modo singular: cada uma se vê a si mesma como humana, vendo todas as demais como não humanas, isto é, como espécie de animais ou de espíritos”.

É por demais conhecida a frase de Viveiros de Castro, por estar ela sempre presente em estudos etnográficos sobre os povos amazônicos, “bicho é gente”. Ele realça o enunciado para demonstrar que na cosmologia ameríndia animais e espíritos são pessoas. Isso porque, nela, o princípio interpretador passa por uma relação de presa e predador. Mas os animais vêem de maneira diferente porque possuem corpos diferentes dos homens. O modo como se vêem é o mesmo para homens e animais. O que muda é o mundo que eles vêem. As perspectivas sobre mundo se comutam em função de um corpo, entendido pelo autor como “um conjunto de maneiras ou modos de ser que constituem um habitus, um ethos, um etograma, [...] um feixe de afetos que é a origem das perspectivas” (Viveiros de Castro, 2015, p.64). Nesse sentido, a relação do pensamento indígena com as outras espécies é sempre derivada da relação entre sujeitos, uma relação social, uma ecosofia.

O pensamento de Viveiros de Castro é um exemplo de antropologia simétrica de Latour (1991) em que objetos e sujeitos, hu-

manos e não humanos são colocados num plano de coexistência. Por isso, a tarefa do seu perspectivismo é o de compreender o que é o ponto de vista para o nativo, compreendidos aí os mundos que os indígenas constituem. Num artigo de 2015, em que comenta o perspectivismo ameríndio, sublinha que sua etnologia tem, em seu centro, o interesse pelo “pensado” dos povos indígenas. E enfatiza que o seu objeto são os conceitos indígenas: os conceitos, as ideias e os problemas da razão indígena, não suas categorias do entendimento. E por conceitos não imagina serem estes um elemento psicologizante, aquilo que passa pela cabeça, ao contrário, o conceito é dotado de materialidade relacional. Para ele (2002, p.124), os conceitos são objetos ou eventos intelectuais, não estados ou atributos mentais”.

São inúmeras as nuances da etnografia praticada pela escola do perspectivismo ameríndio. É claro que se trata de uma etnologia voltada ao estudo dos conceitos nativos como conceitos antropológicos. Portanto, compreendo que essa é uma etnologia que não estuda os “nativos digitais”. Não se propõe aqui transpô-la para o ambiente digital, mas emular o perspectivismo ameríndio como instrumental filosófico para analisar perfis em redes sociais na internet. Essa emulação se justifica primeiro porque estamos dentro de um mesmo problema teórico que é estudar as redes, a partir da noção de simetria (LATOUR, 1991), o que significa mapear as interações de humanos e não humanos (bots, algoritmos classificadores de interações como os do Facebook e do Google, e uma diversidade de formas subjetivadas maquinalmente na internet e no mundo dos games), as relações anonimáveis e nomináveis virtualmente, e as aglutinações grupais, cujos nomes próprios interessam bem menos do que as conexões que se formam para expressar um pensamento comunitarista em rede. Segundo, porque o perspectivismo coloca em primeiro plano o outrem como relação.

Outrem não é um ponto de vista particular, relativo ao sujeito (o ‘ponto de vista do outro’ em relação ao meu ponto de vista ou vice-versa), mas a possibilidade de que haja ponto de vista – ou seja, é o conceito de ponto de vista. Ele é o ponto de vista que permite que o Eu e o Outro acedam a um ponto de vista (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.118).

Essa concepção de outrem, como uma estrutura ou relação, é perfeitamente compatível com a minha interpretação sobre as estruturas de rede, na medida em que estas têm como seu componente mais elementar a relação. A cooperação associativa - entre pessoas, entre coisas ou perfis - deixa rastros que retratam visualmente, através das visualizações de redes, relações de múltiplas entidades. Redes de doadores e receptores de dinheiro de campanha política, redes de proponentes de editais de cultura, redes de deslocamento humano de um espaço a outro, redes de ecossistemas e suas espécies, redes de compartilhamento de mensagens, redes de palavras, enfim, onde há relação há rede.

A transformação de nossos rastros digitais em metadados acelera a descoberta das relações incorporadas aos dados pessoais ou institucionais armazenados em diversos bancos de dados online. No caso de redes sociais, a relação pode ser entre perfis, traçada a partir do compartilhamento, do comentário (ou resposta) e das curtidas em postagens públicas; entre perfis e objetos interativos, traçada entre perfis e hashtags, imagens compartilhadas, links ou posts curtidos; e entre objetos ou entidades digitais, traçada em redes de hashtags, de palavras, de links, de imagens, enfim de entidades textuais ou imagéticas que conformam a linguagem das redes sociais.

Assim, esse outrem digital são agências onde estão os sentidos sociais das associações online de perfis e objetos, mas sua compreensão depende do entendimento de que essas estruturas são múltiplas e nunca reduzida aos termos internos das relações. Uma associação entre as hashtags #panelaço, #dilma - em função de muitos tweets que as contêm - requer compreensão sobre as relações externas que fazem fabricar a conexão entre os termos. Então, a tarefa do pesquisador de rede é a de compreender as disputas, posições, parcerias, controvérsias, associações, isto é, as perspectivas inscritas nessas relações em rede.

“É o sujeito que pertence a uma perspectiva e não o contrário”, afirma Viveiro de Castro (2008, p.234). Assim, as perspectivas de rede são pistas para revelar como os sujeitos - no caso, os perfis - se pensam como sujeitos. Toda rede é uma sobreposição de camadas de redes que vão adensando relações entre si e se dissociando

no tempo. Essas camadas revelam pontos de vista particulares sobre o fenômeno, fornecendo ao pesquisador uma multiplicidade de grupos de opinião, de julgamento, de mobilização e de difusão, que não se reduz a nenhum sentido totalizante e genérico do uno. Um perfil existe porque está em relação com o outro. Um perfil resulta de seu entrelaçamento com outros perfis, fazendo de sua ação na rede sempre uma ação associada para afirmar um conceito, para se distanciar ou para se aglutinar dinâmicas mobilizadoras e a conceitos próprios.

É necessário ser pensado (desejado, imaginado, fabricado) pelo outro para que a perspectiva apareça como tal, isto é, como uma perspectiva. O sujeito não é aquele que pensa (como sujeito) na ausência de outrem; ele é aquele que é pensado (por outrem e perante este) como sujeito (VIVEIROS DE CASTRO, 2008, p.119).

As estruturas comunicativas da sociedade dos perfis da internet nos impõem, portanto, a tarefa de vê-los continuamente como relações em tempo real com o outro. A perspectiva do ponto de vista é o que faz atrair ou repelir os actantes, que se vestem de perfis ou canais nas redes sociais. Ter um ponto de vista é, então, antes, assumir uma perspectiva com o outro sobre uma realidade. Trata-se de atuar dentro de um sentido que é anterior e formador do tópico frasal publicado por um perfil. Sentido coletivo que reproduz a experiência de ser perfil por primeiro capturar e ser o feed de outrem, uma experiência relacional de estar no entre, que faz os perfis, ao mesmo tempo, acederem à perspectiva de outrem e a atualizarem a partir de seu sotaque próprio em suas postagens.

CARTOGRAFIAR PERSPECTIVAS: UMA DISCUSSÃO SOBRE O MÉTODO

As figuras 01 e 02 são boas pistas para fundamentar esse nosso deslocamento metodológico, do individual ao coletivo, da ilusão da análise nodificada da rede para a materialidade das perspectivas clusterizadas numa rede marcada por controvérsias. Pontos de vista são rastros de tempos e topos num grafo. A Figura 1 demonstra como os perfis se atraem por afinidades conceituais (perspectivas), posicionando-se, por causa disso, em territórios distintos numa rede. Este grafo é formado pelos retweets contendo a hashtag

#VemPraRua, entre os dias 15 de junho a 30 de outubro de 2013. Já a Figura 02 revela a escalada temporal de retweets com a *hashtag* #VemPraRua, entre o dia 15 até o 17 de junho de 2013².



Figura 1 - Ao centro, a rede de retweets da hashtag #vempraru, de 06/2013 a 07/2014. Nas bordas, as sub-redes que representam diferentes pontos de vista (Fonte: Labic).

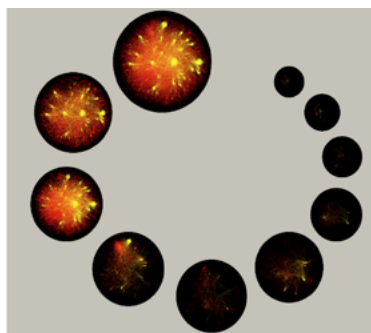


Figura 2 - Retweets da hashtag #vempraru, entre 15/06/13 a 17/06/13. Cada sub-rede corresponde a um período e expressa uma perspectiva temporal (Fonte: Labic).

As redes da Figura 1 contêm perspectivas topológicas, mostrando partes que se associam em função de uma afinidade conceitual, interpretando a seu modo a hashtag #VemPraRua e que foram rastreadas em função de agrupamentos de perfis em posições distintas. As imagens permitem perceber que há uma perspectiva que denominamos ativista (correspondente a perfis de pessoas e movimentos sociais do campo da esquerda), outra governista (perfis ligados ao então governo petista), outra conservadora (perfis ligados à direita). Já as redes da Figura 2 contêm perspectivas temporais. Cada período de tempo faz emergir distintas associações de perfis. O #VemPraRua, por exemplo, começou a ser agitado por perfis ativistas, depois por perfis de organizações sociais, depois por ce-

2 O movimento #VemPraRua foi criado com as mobilizações em torno da melhoria de transporte coletivo, tendo o Movimento Passe Livre como entidade de referência, em junho de 2013. As ações de rua naquele junho de 2013 ficaram conhecidas como Jornadas de Junho, que marcaram as primeiras grandes manifestações que se assemelhavam aos protestos globais ocorridos em várias cidades do mundo, tendo a internet como ponto de articulação. Mais adiante o #VemPraRua passou a corresponder a outras bandeiras e pautas e ser mobilizado por segmentos que defenderam o fim do governo de Dilma Rousseff (PT) e incremento de reformas ultraneoliberais no Brasil.

lebridades e em seguida por perfis humoristas. Essa sequência de engajamento demonstra como uma rede é produto de um tempo social específico, o que explica por que num determinado tempo coube aos ativistas coordenar a difusão de informação e em outro foram as celebridades que protagonizaram a mobilização. Cada tempo faz eclodir interações coletivas particulares, de modo que a globalidade da rede (a acumulação de interações dos perfis no tempo) não pode ser assumida cegamente como um retrato de todas as interações unidas sem um tempo social, mas sim como aquilo que estampa a sobreposição de múltiplos tempos de interações. Não é a rede final (a última, na Figura 2) que explica uma mobilização social, mas a sua constituição no tempo.

Nossa análise de rede social se afasta das práticas mais usuais de visualização das interações em rede, pois essas criam a falsa concepção que todos numa rede estão no mesmo espaço e tempo, com o mesmo propósito e com o mesmo poder de difusão e de mobilização, quando, na verdade, há uma relação de assimetria de poder entre seus integrantes. Tal evidência ajuda a explicar por que há grupos de emaranhados interativos nas redes que não se tocam, distinguindo-se uns dos outros (Figura 1) primeiro pela posição (no espaço-tempo) que ocupam, demonstrando o quanto de repulsão e de atração apresentam entre si; segundo pelo ponto de vista que constroem, devido à repulsa às ideias de outros que constituem na mesma rede.

Três aspectos desse perspectivismo em rede, emulados do pensamento de Viveiros de Castro, devem ser realçados em toda cartografia baseada na análise perspectivista de rede. Primeiro: os pontos de vista se apresentam como força conceitual aglutinadora baseada em relações de afinidade e representadas na forma de clusters. Estes, analisados separadamente, operam por meio da expressão verbal ou imagética, discursos e laços sociais internos que dão substância ao conceito defendido, fazendo a comunidade prosperar. Segundo: pontos de vista estão sempre em uma posição (temporal ou espacial), que lhes permitem localizar-se numa relação de proximidade ou distanciamento, de antagonismo ou de convergência, de centro ou de periferia com outras perspectivas que configuram um mapa de relações. Terceiro: pontos de vista empreendem

dinâmicas de poder, que se traduzem em disputa pela hegemonia das narrativas sobre fatos, ideias, marcas ou produtos, elegendo e escalando seus operadores (perfis) mais influentes, numa tentativa de neutralização ou de sobreposição da perspectiva alheia.

Na nossa metodologia, defendemos que as redes temporais são fundamentais para definir a evolução dos sentidos em que uma opinião ou pensamento são fabricados. Entender as motivações e intensidades das interações numa rede no tempo é fundamental para que as pesquisas em redes sociais não se transformem em ilusões de ótica que, com frequência, são reproduzidas em visualizações mercadológicas de grafos de redes sociais, sedentos por apontar o dedo, ao final, para os perfis “influenciadores”, a partir da popularidade de suas mensagens ou do seu poder de conexão. Na verdade, os sentidos produzidos em rede resultam dos processos de interação desencadeados ao longo da duração da controvérsia ou da disputa de pontos de vista. Por meio dessa análise podemos identificar as estratégias e táticas desenvolvidas para o fortalecimento dos conceitos e ideias que estão sendo construídos ao longo do processo e identificar papéis assumidos por determinados perfis ou personagens, momento em que entram em ação, temas ou assuntos que despontam ou decaem, reviravoltas nas narrativas entre outros aspectos.

O tempo de evolução do “assunto do momento” é um processo de acumulação de força tendencial a ponto de pautar a atenção desses “líderes”. Assim, longe de canibalizarem o “assunto do momento”, é este que canibaliza as “celebridades”, constituem-se (em várias situações, pressionadas por sua audiência) como instrumento para dar ainda mais difusão a um determinado #acontecimento-hit da sociedade em rede. Excluir o tempo significa destituir a produção histórica inerente às redes de opinião (objeto do campo da Comunicação Social): a cada tempo, formam-se aspectos particulares dos pontos de vista que se constituem no interior da rede. É por isso que no tempo molda-se o desenho final da rede e este também explica a aglomeração dos diferentes pontos de vista que se atraem e se repelem continuamente.

Se o tempo - a divisão das partes de uma rede em função dos momentos das conexões entre os perfis - é fator primordial na aná-

lise da Figura 2, a clusterização e seu respectivo lugar na rede é capaz de revelar conceitos distintos acerca daquilo que se propaga. As redes na Figura 1 demonstram essa hipótese topológica: toda rede é permeada de perspectivas topológicas de diferentes módulos associativos de nós que se conectam mais intensamente a outros, distinguindo-se na rede.

Na Figura 1, o cluster no centro do grafo representa a sobreposição de sete perspectivas topológicas. A hashtag #VemPraRua expressa uma convocação para ocupação das ruas no Brasil, mas os sentidos dessa mobilização social podem ser distintos nas sete perspectivas. Cada uma dessas sete perspectivas topológicas compreende um conceito sobre o #VemPraRua. Isso significa que é o ponto de vista que forma o perfil, não o inverso, pois é o ponto de vista que mobiliza um perfil a dar RT, o que nos provoca uma urgência na pesquisa: ultrapassar a matriz de monitoramento de perfil para assumir um projeto de cartografia de perspectivas em rede, porque o que estamos demonstrando é: a adoção de um ponto de vista é que funda o laço entre os perfis.

PERSPECTIVA METODOLÓGICA

Como demonstramos isso nas minúcias metodológicas? Para identificar perspectivas topológicas e temporais, o pesquisador precisa cumprir as seguintes etapas de pesquisa: coleta de dados, mineração, visualização, modularização, modelagem e reprocessamento de dados. Exploramos o *Twitter* como plataforma de pesquisa e movimento. Assim, a primeira etapa, a de coleta de dados, é feita através do Ford, software do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic), da Universidade Federal do Espírito Santo. Para demonstrar, coletamos os termos **#contraTarifa, Manifestação, Consolação, #passelivre e protesto**, delimitando o tempo apenas no dia 10 de janeiro de 2015. Foram coletados 29,7 mil tweets, dos quais cerca de 10 mil foram apenas de RTs.

A etapa seguinte é a de mineração de dados, que se inicia com a transformação de um arquivo em linguagem Json em arquivo de texto, contendo os metadados de cada tweet. Esse procedimento de mineração é denominado no software Ford de Parse 4. Após a

mineração de dados, entramos na etapa de visualização de dados, produzida com o software Gephi, no qual aplicamos algoritmos que permitem separar os argumentos associativos de uma rede por cor e por força de atração dos pontos que mais se relacionam, o que revela os clusters. Neles, podemos verificar valores matemáticos de cada um dos perfis podendo visualizar os que mais geraram RTs ou os que recebem mais conexões e suas posições relativas dentro dos clusters (posições de centralidade, de intermediação, entre outras).

Na teoria dos grafos, “a centralidade de grau nada mais é que a contagem do número de adjacências de um vértice [numa rede]” (FREITAS, 2010, p.18). Já nos estudos de análise de rede social, um nó com alto número de ligações é visto pelos demais como um canal intenso de informações, ou seja, mais central. Redes muito centralizadas podem ser dominadas por poucos nós, contudo, são também mais suscetíveis a falhas, na medida em que a redução da atividade desses poucos nós centrais desidrata a capacidade comunicacional de toda a rede. “Se estes nodos apresentarem danos ou se são eliminados, a rede se fragmenta rapidamente em sub-redes desconectadas” (KREBS, 2000, p. 5). Uma análise estrutural de rede divorciada de uma sólida teoria social ficará restrita a uma visão matemática dos coletivos de perfis em rede.

Um perfil com alta centralidade de grau pode obter esse valor com baixa ou nenhuma variedade de relações, e assim ser central para apenas um ou para muitos outros perfis. O fato de estar interligado a apenas um perfil ou a muitos, a priori, não significa que a multiplicidade se limite a uma dicotomia quantitativa, porque, em rede, a relação um-um pode gerar múltiplos desdobramentos, produzindo variância nas suas ligações (basta lembrarmos do comentário, o comentário do comentário e as suas inúmeras discussões que desencadeiam). Da mesma forma, a relação muitos-muitos pode ser amplamente incrementada por perfis-robôs (gente autômata, autômatos gente), cuja função é a de criar uma comunidade em que todos se ligam a todos gerando coesão e difusão de sentidos unívocos. A variedade relacional apenas não explica a multiplicidade, mas se entendermos os bots como modos próprios de subjetivação prontos para o uso (reintroduzindo a cultura de massa nas redes), a noção de “variedade estrutural” ou mesmo de “clusteriza-

ção” deve ser definida não tanto pela quantidade de perfis conectados a um ou a muitos perfis, mas à quantidade de arestas (*threads*) que atraí, repele ou replica.

Univocidade e equívocidade, unicidade e variância não são valores presentes nas estruturas de rede, mas são originados de composições sociais que formam a estrutura da rede. São essas composições o “objeto” do analista de redes sociais, que toma as estruturas como pistas, rastros de questões eminentemente dos coletivos sociais (no sentido latouriano). A noção de grau é relevante de ser aplicada em situações de análise de mobilizações política, cultural e social, porque nesses contextos os perfis de redes sociais desejam disseminar um tema ou acontecimento através de dupla operação: 1) publicando mensagens originais, que tendem a ser mais ou menos compartilhadas em função da quantidade de amigos e seguidores; 2) republicando mensagens úteis (frequentemente produzidas por perfis pouco populares) para demonstrar que não estão sozinhos na difusão de um assunto e, ao mesmo tempo, criar uma estratégia emocional comum, pois produz e participa de grupos de interesse que visam “subir uma tag”, isto é, tornar um assunto conhecido por pessoas cujos laços são fracos em relação aos grupos de interesses que possuem um caráter mais identitário. A medida de grau, combinada com a atividade de publicação de um perfil, demonstra o quantum de participação e engajamento numa controvérsia, causa ou discussão online.

Concomitantemente à visualização, pode ser realizada a etapa de modelagem de tópicos, em que os tweets são rotulados (por humanos ou humanos e computadores), a fim de se calcular o volume de mensagens que um rótulo (geralmente, um assunto) obtém numa dada coleção de dados (dataset). A penúltima fase é a de modularização, cujo objetivo é, primeiro, identificar, no Gephi, os clusters (ou módulos) existentes numa dada rede. Na Figura 1, cada cluster tem cor diferente e contém usuários únicos (o perfil que está no cluster azul não está no cluster vermelho). Após a identificação desses módulos, feito no Gephi a partir do algoritmo modularidade, são separados os clusters e identificados os nomes dos usuários pertencentes a cada um. Depois disso, são exportados os nomes desses usuários, por cluster, para outro arquivo.

Cada cluster, portanto, terá uma lista de usuários distinta. Por fim, chegamos à fase de reprocessamento de dados, quando, usando o software Ford, juntamos o arquivo de usuários com o que tweets e identificamos apenas as mensagens dos perfis contidos em cada cluster. Com isso, rapidamente, se poderá perceber que cada módulo carrega um vocabulário próprio conjunto de palavras, significações, relações, mediadores etc. É a isso que chamamos de perspectiva. Assim, essa combinação entre cibercultura, antropologia, matemática e linguística requererá dos pesquisadores de redes sociais fôlego para produzir investigações que cruzem três processos: o qualitativo, o quantitativo e as visualizações de redes

O #CONTRATARIFA: CONCEITO, POSIÇÃO E DINÂMICAS DE PODER EM PERSPECTIVAS TOPOLÓGICAS

Tomemos como exemplo de uma análise perspectivista topológica de redes sociais, as mobilizações contra o aumento da tarifa de ônibus e de trem de São Paulo, em janeiro de 2015, denominado #ContraTarifa, liderado pelo coletivo Movimento Passe Livre (MPL/SP). O MPL/SP retornava às ruas após as grandes mobilizações de junho de 2013, época em que se tornou o coletivo que desencadeou os protestos naquela jornada de lutas. Naquele ano, o MPL deixou um vácuo narrativo ao não cuidar da “camada lógica” do território, isto é, as redes sociais, narrando na internet os acontecimentos em que era protagonista. O Movimento utilizava com vigor o Facebook apenas como canal de convocação dos atos de rua, mas não cuidava do tempo real desses atos, que acabavam sendo narrados com mais fôlego pelos perfis da imprensa nas redes sociais.

Em janeiro de 2015, o MPL lança o seu perfil (@mpl_sp) no *Twitter*, plataforma com mais tradição no Brasil na narrativa em tempo real dos eventos públicos. Esta ação faz com que o MPL, até então “hackeado” por veículos online da imprensa tradicional, forme uma rede de atores que, associados, difundem narrativas com seus valores e conceitos. Buscava assim criar uma contra-hegemonia à perspectiva produzida pela rede de atores associada à Polícia Militar do Estado de São Paulo (@pmsp), que, também, a partir des-

se ato, passa a narrar as manifestações do MPL por meio dos seus próprios filtros, numa tentativa de criar uma guerra de versões, não permitindo nem à imprensa, nem aos ativistas terem controle da opinião pública distribuída em rede.

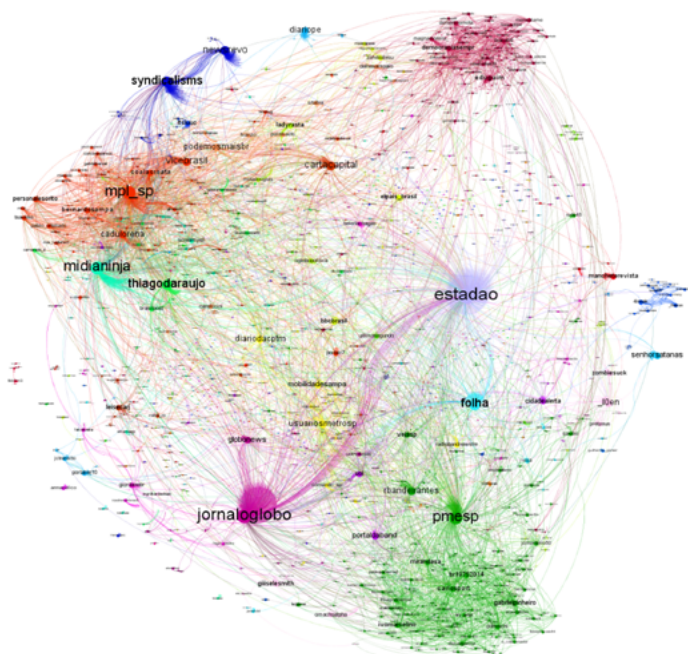


Figura 3 - Rede de Retweets dos termos #ContraTarifa, #PasseLivre e #ContraoAumento e Passe Livre. O grafo demonstra as diferentes perspectivas topológicas no grafo. Com por cores diferentes, a posição de cada uma no grafo explicita também distâncias entre os perfis-membros. Basicamente três perspectivas aglutinam a hegemonia da narrativa do ato: a do Movimento Passe Livre (laranja), a da Polícia Militar (verde) e a do petismo (vermelha). (Fonte: Labic)

A disputa de narrativas naquele evento está representada na Figura 3, onde se pode ver as perspectivas ativista³ (de cor laranja), tucana⁴ e policial (de cor verde) e a petista⁵ governnista (de cor ver-

3 Denominamos perspectiva ativista o cluster liderado pelo MBL e outros perfis conectados.

4 Relativo aos partidários do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), agremiação do governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin.

5 Relativo aos partidários do Partido dos Trabalhadores (PT), agremiação do então pre-

melha). Esses três clusters traziam posições específicas dentro da topologia do grafo, formando três perspectivas homogêneas e antagônicas que explicitam dinâmicas de poder totalmente distintas.

A perspectivista ativista focava no ato em si, que foi marcado pela violência policial, o que obrigou a imprensa a repercutir o drama vivido pelos manifestantes. Já as duas redes governistas (petista e tucana) se empenharam em desqualificar os atos de rua: a partir da esquerda, lançavam a interpretação de que o MPL se tornara “inocente útil”, cumprindo o papel de criticar o governo Haddad (responsável por aumentar a tarifa de ônibus no âmbito do município) e financiava o extremismo político dos Black Blocs⁶. Este argumento também emerge na rede governista tucana, que, fundida às redes da Polícia Militar (em forte atuação para criminalizar a ação do MPL), vincula o coletivo a “atos de vandalismo”. Com isso, procurava gerar contrainformação para emplacar, principalmente na imprensa tradicional, o apelo redutor de que a proposta de uma manifestação pacífica logo se transformara em baderna. Também atuava para criar pânico social ao qualificar os manifestantes de “mascarados”, “infiltrados” e “vândalos”, numa tentativa de reduzir a adesão de potenciais apoiadores da causa, como a população de trabalhadores e usuários dos transportes públicos.

Ao analisar com mais acuidade a força aglutinadora dos conceitos em cada uma dessas perspectivas, podemos averiguar as diferenças no vocabulário político de cada uma das redes, conforme consta nas Figuras 4 a 9. A rede e o vocabulário do MPL é marcada por termos ligados aos conceitos ativistas, como “manifestação”, “protesto”, “aumento”, “tarifa”, evocando causas históricas do movimento⁷ e à brutalidade da polícia, manifestada nos termos “bomba”, “polícia”, “detidos” e “confronto”. Esse tipo de ação policial tem sido uma marca contínua da relação entre governos e movimentos sociais no Brasil contemporâneo, fazendo com que o vocabulário das

feito de São Paulo, Fernando Haddad e da então presidente do Brasil, Dilma Rousseff.

6 Grupamento e tática de ação direta presente em algumas manifestações.

7 O Movimento Passe Livre foi criado no Fórum Social Mundial, em 2005, em Porto Alegre, e defende a gratuidade dos transportes públicos.

manifestações nas redes sociais, expressem mais intensamente os conflitos que seus ativistas travam nas ruas com a Polícia.



Figuras 4 E 5 - Perspectiva e Vocabulário de termos da Rede do Movimento Passe Livre (Fonte: Labic)



Figuras 6 E 7 - Perspectiva e Vocabulário de termos das Rede governista tucana (Fonte: Labic).



Figuras 8 e 9 - Perspectiva e Vocabulário de termos da rede petista (Fonte: Labic)

Já a perspectiva da rede governista ligada ao PSDB (Figuras 6 e 7) apresenta um léxico que relaciona as manifestações do MPL a um extremismo político, dando a entender que o tipo predomina-

te de manifestante é o que forma o grupo Black Blocs. Outro conjunto de palavras como: ‘vândalos’, ‘atacaram’ (a PM), ‘black blocs’ associação à ‘depredação de vitrines dos bancos’) e ‘vagabundos’ cria um ponto de vista em que a Polícia Militar está sempre no papel de vítima e os manifestantes de algozes, uma inversão completa da realidade de conflitos e intimidação vivenciados pelos ativistas. Fazer de todo manifestante um black bloc foi uma operação conservadora para eclipsar a pauta das lutas contra a espoliação urbana provocada pelo aumento da tarifa.

Já na perspectiva petista (Figuras 8 e 9), as manifestações #ContraTarifa são atos cujo objetivo é desgastar a imagem do então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT). A militância petista busca, em tempo real, defender que há outras pautas mais importantes para São Paulo, como a então crise hídrica (daí aparecerem termos como ‘alckmin’, ‘sabesp’, ‘falta d’água’) e mesmo a denúncia do escândalo do trensalão (superfaturamento em licitações dos trens e metrô durante a gestão do PSDB). É um ponto de vista que se distancia dos movimentos e defende a decisão de Haddad (de aumentar a tarifa), tentando direcionar as críticas ao governador do PSDB, Geraldo Alckmin, numa espécie de binarismo esquizofrênico.

A possibilidade de analisar a perspectiva não se reduz apenas ao texto e ao conjunto vocabular que ampara o ponto de vista. Pode ser também estendido ao universo das imagens que cada uma dessas associações difunde e viraliza em cada uma das subredes estudadas. Outra possibilidade é também identificar a rede de hashtags em cada uma dessas perspectivas, reforçando o estudo semântico do discurso. O importante é compreender que esses exemplos de pontos de vista em rede são perspectivas topológicas, que evidenciam uma ocupação territorial, ostentando posições que demarcam relações de proximidade ou distanciamento.

ALGUMAS CONCLUSÕES

O método das perspectivas topológicas e temporais, aplicado ao #ContraTarifa demonstrou ser uma alternativa válida para os estudos ligados a Análise de Redes Sociais (ARS), trazendo um entendimento de que redes não são um “todo”, mas são partes, lado a lado. O método perspectivista de análise de redes sociais afirma

uma ontologia fractal dos perfis e seus laços: “tudo são pessoas, ‘pequenas pessoas’, pessoas dentro de pessoas” (VIVEIROS DE CASTRO, 2007, p.102).

Ao descobrir as camadas de pontos de vista numa rede, conseguimos compreender as redes políticas como betamovimentos (por estarem em contínua transformação) e os pontos de vista como subjetivações que não cessam de diferir, conforme o movimento de associação e dissociação de cada um dos seus participantes. Esse método possibilita também a análise das imagens e dos memes de cada uma dessas perspectivas de rede. Estamos apenas no começo das possibilidades que as técnicas de ciências de dados abrem para o campo da Comunicação. O importante é investir na interdisciplinaridade para que laboratórios de pesquisa que se aventurem nessa mescla de diversificadas teorias e tão aprimoradas técnicas algorítmicas de processamento, enfrentem um cenário novo para os estudos da opinião, do gosto, da decisão e da conversação que atravessam firmemente a cibercultura.

REFERÊNCIAS

- BASTIAN, M., HEYMANN S., JACOMY, M. *Gephi: an open source software for exploring and manipulating networks*. International AAAI Conference on Weblogs and Social Media. 2009.
- BLEI, D. *Build, compute, critique, repeat: Data analysis with latent variable models*. Annual Review of Statistics and Its Application 1:203-232, 2014.
- BLONDEL, V.; GUILLAUME, J.; LAMBIOTTE, R.; LEFEBVRE, E. Fast unfolding of communities in large networks. In *Journal of Statistical Mechanics: Theory and Experiment*, 2008 (10), P10008 (12pp) doi: 10.1088/1742-5468/2008/10/P10008. ArXiv: <http://arxiv.org/abs/0803.0476>
- CHANG, J.; BOYD-GRABER, J.; BLEI, D. Connections between the Lines: Augmenting Social Networks with Text. In: *Refereed Conference on Knowledge Discovery and Data Mining*, Paris, 2009
- CIARELLI, P.; OLIVEIRA, E.; SALLES, E. *Multi-label incremental learning applied to web page categorization*. *Neural Computing and Applications* 24(6): p. 1403-1419, 2014
- DE MEO, P.; FERRARA, E.; FIUMARA, G.; PROVETTI, A. *Generalized louvain method for community detection in large networks*. In *Intelligent Systems Design and Applications (ISDA)* p. 88-93. 2011.
- DELLEUZE, G. *Lógica do Sentido*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2009.

- ELHADI, H, AGAM, G. Structure and Attributes Community Detection: Comparative Analysis of Composite, Ensemble and Selection Methods. In: *SNA KDD 2013 International Workshop on Social Network Mining and Analysis held in conjunction with ACM SIGKDD Conference on Knowledge Discovery and Data Mining*, Agosto, 2013.
- FORTUNATO, S.; BARTHÉLEMY, M. Resolution limit in community detection. In *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*. v 104, 1, 36-41. 2006. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Foz do Iguaçu – 2 a 5/9/2014
- GOMES, L. F. *Cinema nacional: caminhos percorridos*. São Paulo: Ed.USP, 2007.
- JOCKERS, M. *Macroanalysis: Digital Methods and Literary History*. University of Illinois Press. 208 pp. 2013.
- LATOUR, B.; JENSEN. P.; VENTURINI, T.; GRAUWIN, S.; BOULLIER, D. The Whole is always smaller than its parts. In *British Journal of Sociology*. 2012.
- LATOUR, B. Beware your imagination leaves digital traces. In: *Times Higher Literary Supplement*, 2007.
- _____. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press. 2007.
- LEE, C.; CUNNINGHAM, P. Community detection: effective on large social networks. In *Journal of Complex Networks* 2, 19-37. 2013.
- MILKOV, E, COHEN, W, and NG, A. Contextual Search and Name Disambiguation in Email using Graphs. In *SIGIR*. 2006.
- MIMNO, D.; McCALLUM, A. Mining a digital library for influential authors. *Joint Conference on Digital Libraries (JCDL)* 2007, Vancouver, BC, Canada. 2007.
- MORETTI, F. *Distant Reading*. London: Verso, 2013.
- VENTURINI, T. Building on faults: how to represent controversies with digital methods. *Sage Journals*. December 5, 2010.
- VINCENZO, N. *Modularity for community detection: history, perspectives and open issues*. Disponível em <<http://supernet.isenberg.umass.edu/fulbright-catanania/workshop-talks/nicosia-nagurney-daniele-workshop.pdf>>. Acesso em: 06/06/2014. 2008.
- VIVEIROS DE CASTRO, E, GOLDMAN, M. Introduction to Post-Social Anthropology. In *HAU: Journal of Ethnographic Theory* 2 (1): 421-433. 2012.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. *La Mirada Del Jaguar: Introducion al Perspectivismo Amerindio*. Tinta Limon. Buenos Aires. 2013.
- _____. Immanence and Fear: Stranger events and subjects in Amazonia. In *HAU: Journal of Ethnographic Theory*. Vol 2 (1): 27-43. 2012.
- _____. Intensive Filiation and Demonic Alliance. In *Deleuzian Intersections: Science, Technology, Anthropology*. Oxford: Berghahn. 2010.
- _____. *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify. 552 pp. 2011.
- _____. *Eduardo Viveiros de Castro - entrevistas*. Rio de Janeiro: Azougue, 2008
- _____. *Metafísica canibais*. São Paulo: Cosac & Naify, 2015

_____. *O nativo relativo*. *Mana, Rio de Janeiro*, v.8, n.1, Apr. 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132002000100005>>. Acessado em: 20 Julho de 2014.

WAGNER, R. A pessoa fractal. *Revista Ponto Urbes*, v.8. 2011

IMAGINAÇÃO E PROTESTO: COMUNICAÇÃO E SUBJETIVIDADE¹

ROSSANA REGUILLO

El invierno está cerca...

(Ned Stark: Juego de Tronos)

Pouco depois da explosão das e dos indignados na Espanha, em maio de 2011, foi publicado no diário *El País* uma caricatura de *El Roto*, que, com grande economia simbólica, evidenciava a obsolescência e o desgaste das instituições trazidas pela modernidade. A caricatura mostrava uma multidão festiva e colorida nas ruas, sem slogans, sem descrições. A frase utilizada pelo caricaturista não requeria explicações: “Cuando los jóvenes salieron a la calle, súbitamente todos los partidos envejecieron”².

Apelando para a sinédoque, pode-se afirmar que a frase que El Roto utilizou em sua caricatura inscreve uma superfície interpretativa na qual é possível ler os signos do desgaste do que chamarei instituições intermediárias. Assim, os partidos, em uma representação sob a forma de sinédoque (a parte pelo todo), operam como um índice das instâncias de mediação e representação política. Como um efeito em cascata, as primaveras políticas em distintas partes do mundo têm mostrado um amplo mal-estar frente a um modelo, ordem ou projeto deficitário em democracia e abundante em desigualdade e impunidade.

Da Tunísia ao Brasil, passando pela Espanha, Chile, Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, México, acontecem, uma após outra,

1 Traduzido por Daniela Zanetti

2 Em tradução livre: “Quando os jovens saíram às ruas, subitamente todos os partidos envelheceram”.

revoltas, protestos, ocupações que parecem compartilhar três características básicas: uma forte carga emocional em sua expressão e articulação; uma interessante dimensão festiva; e uma emergente forma ou formas organizativas que descentralizam as lideranças e combinam o ativismo nas ruas e nas redes digitais. Essas três questões são atravessadas por uma enérgica crítica ao sistema e às suas instituições.

O relatório *WorldProtests 2006-2013* (2013) registra, entre 2006 e 2013, 843 protestos em 84 países. O documento mostra como, a partir de 2010, esses protestos se intensificam. Resulta particularmente relevante que a porcentagem maior de protestos tenha como cenário os países mais desenvolvidos (304 protestos), seguido pela América Latina (141). Também destaca a publicação que neste período se incrementaram os protestos de alcance global (70).

O documento agrupa em quatro modalidades as causas e insatisfações que organizam os protestos. Destaca em primeiro lugar as que se articulam ao que o relatório chama de “justiça econômica”, e que aludem principalmente à pobreza e à desigualdade, à crítica às reformas fiscais e energéticas que afetam a vida das maiorias (488 protestos). Seguem as que se vinculam aos problemas de representação e à crise política em geral com temas que vão da crítica à democracia existente aos problemas de corrupção ou vigilância dos cidadãos (376). Uma importante quantidade de protestos se inscreve na categoria “justiça global”, com assuntos que expressam desagrado e resistência contra os organismos “reguladores” internacionais como o FMI ou os tratados de livre comércio. Nesta categoria aparecem também protestos em torno da situação ambiental e da intromissão de empresas em recursos nacionais (311). Finalmente, uma categoria nada desmerecida em protestos é relativa aos direitos humanos, liberdade e direito ao “comum” – direitos digitais, ambientais, sexuais, entre outros –, com 302 protestos. (ORTIZ, BURKE, BERRADA et al., 2013, p.5).

Mas, para além das dúvidas frente à consistência metodológica do documento citado, e somente considerado aqui como indicativo das amplas insatisfações, revela-se que os protestos, em suas diversas expressões, apresentam como núcleo a insatisfação frente

a uma ordem de coisas que já eram percebidas como intoleráveis: a precariedade produzida por um sistema que condena grandes maiorias a uma vida à beira do abismo e à falta de dignidade; a insatisfação frente aos mecanismos políticos de representação e ao governo, que gera uma imensa maioria de pessoas desencantadas; a preocupação frente aos mecanismos de gestão dos recursos, e de maneira muito importante a impotência, a frustração e a raiva diante da experiência cotidiana de violação dos direitos humanos mais elementares. Toda essa insatisfação fala de uma severa crise sistêmica e civilizatória.

Não me detenho em uma análise detalhada da fratura civilizatória que enfrentamos e me desloco até o território das práticas de insurreição e resistência que têm irrompido em distintos locais, configurando uma paisagem insurgente, ou, nas palavras de Bernardo Rodríguez (2014): “Navegamos en un océano político inestable, sobre ráfagas de protestas que estallan como pop ups inesperados en la pantalla global”³.

O que me interessa é centrar na emergência de formas de articulação, protesto e resistência que transformam a subjetividade política e colocam na cena pública novas formas de apropriação, resistência e impugnação da ordem dominante. Como assinala Fernández-Savater:

Lo que a mí me gustaría añadir es que el 15-M no sólo es una estructura organizativa, sino sobre todo un nuevo clima social. Hemos cuestionado juntos ese peso terrible de la realidad oficial que dice: lo que hay es lo que hay. Y así hemos podido respirar. La situación macro sigue igual, pero ahora la vemos desde otro sitio. Está todo fatal, como rezaba el título de una revista catalana, pero al mismo tiempo nos hemos demostrado capaces de producir otra realidad. Y eso genera automáticamente alegría, un nuevo clima emocional. La realidad oficial es el mapa de lo posible autorizado: lo que es posible ver, pensar, sentir y hacer. Hemos abierto ese mapa⁴. (FERNÁNDEZ-SAVATER, 2012)

3 Em tradução livre: “Navegamos em um oceano político instável, sobre rajadas de protestos que eclodem como pop ups inesperados na tela global”.

4 Em tradução livre: “O que eu gostaria de acrescentar é que o 15-M não é apenas uma estrutura

Assim, as “explosões de protestos”, que podem ser também entendidas como “convocatórias” à participação e à ação, às margens das instituições tradicionais de intermediação, têm possibilitado a geração de espaços para a *des* e a *ressubjetivação*, especialmente para muitos jovens (e não tão jovens). O espaço do político que não se esgota no formal e na representação (em crise), senão no reconhecimento.

A DESANCORAGEM: ALTERAÇÕES

Um dos principais “ganhos” dos poderes proprietários (políticos, econômicos, religiosos, midiáticos) tem sido estabelecer o que Rancière (1996) chamaria mapa policial do possível. Dito em outras palavras, se refere à ordem naturalizada na qual “uns mandam e outros obedecem” (RANCIÈRE, 1996, p.31), que escapa a qualquer transcendência histórica: as coisas são assim. A polícia, esse tipo de engrenagem cultural que opera tanto pela via da dominação como da sedução, instaura as coordenadas objetivas e simbólicas, as margens e os limites nos quais pensamos e atuamos como sujeitos. A manutenção dessa engrenagem é complicada. Deve-se partir do princípio foucaultiano de que o poder não é possuído, se exerce, e para ser exercido requer complicados e complexos processos que fortaleçam, como já dito, a naturalização de uma ordem de dominação e a contenção dos limites do possível.

Por esta razão, Rancière (1996) considera que a política em seu sentido mais pleno se manifestaria somente quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parte dos que não têm parte. A política assim entendida seria o tempo e os fluxos de exceção ao tempo e a inércia do mapa policial. Assim, considero que a noção de interrupção resulta crucial para se aproximar de uma melhor compreensão dos protestos, mobilizações

organizativa, mas também todo um novo clima social. Temos questionado juntos esse peso terrível da realidade oficial que diz: o que há é o que há. E assim podemos respirar. A situação macro segue igual, porém agora a vemos a partir de outro lugar. É tudo fatal, como disse o título de uma revista catalã, mas, ao mesmo tempo, temos demonstrado ser capazes de produzir outra realidade. E isso gera automaticamente alegria, um novo clima emocional. A realidade oficial é o mapa do possível autorizado: o que é possível ver, pensar, sentir e fazer. Abrimos este mapa”. (Fernández-Savater, 2012).

e movimentos que sacodem a paisagem contemporânea. O que é que se interrompe? Quais são os efeitos desta interrupção? Como se configura e se sustenta a comunidade política dos que decidiram interromper o sistema? Arrisco lançar algumas hipóteses a partir da ideia esboçada acima sobre as possibilidades de des e ressubjetivação que gera essas insurreições.

A subjetividade pode ser entendida como o social no sujeito; alude à apropriação e elaboração que o sujeito faz do mundo, marcada sempre pela experiência e a trajetória de vida. A subjetividade é modelada pelas instituições familiares, escolares, estatais, etc., e embora seja uma pessoa que tenha pleno acesso a sua consciência subjetiva, é possível rastrear as pegadas do social como marcas inscritas no sujeito. As subjetividades tendem a se alinhar aos espaços sociais nos quais têm sido construídas, mesmo que nunca de maneira estática e certamente não sem conflito. A este processo chamarei ancoragens de sentido; quer dizer, a apropriação do mundo que se traduz logo em imaginários compartilhados com comunidades afins e, em termos gerais, com projetos dominantes configurados em grandes tempos históricos e sustentados por diferentes dispositivos simbólicos, como os meios de comunicação, a escola, a família, o Estado. O sentido, a interpretação de fundo que elaboramos – e possuímos – do mundo, das coisas, das relações, de nós mesmos fica “ancorada”, porém não assujeitada às configurações culturais através das quais interpretamos e atuamos sobre o mundo.

A hipótese que formulo é que – entre outras “alterações” –, as insurgências, as insurreições, que podemos chamar, seguindo Castells (2012) e Toret (2013), de “movimentos em rede”⁵, alteram as ancoragens de sentido, propiciam o distanciamento frente ao que é assumido como “normal” ou inalterável, convidam a e possibilitam pensar e sentir mais além do dado como certo, natural; e com isso se abrem novas possibilidades. Esta alteração produz desancoragens.

Assim, me parece que uma estratégia fundamental para apro-

5 Por movimentos em rede ou movimentos-rede se entenderá a emergência do protesto social próprio da sociedade-rede, redes que preexistem ou se formam no curso da ação ou do acontecimento que dá início/deflagra o protesto.

ximarmos de maneira oblíqua do problema que Fernández-Savater (2012) formula em seu texto *¿Cómo se organiza un clima? é compreender a relação e as operações que se produzem entre ancoragem e desancoragem. Diz o autor:*

“El 15-M no es sólo el nombre de una estructura organizativa, ni de un movimiento social un poco más grande que los anteriores, sino de otro estado mental. Que no está localizado aquí o allá, sino que atraviesa la sociedad entera como un viento” (FERNÁNDEZ-SAVATER, 2012)⁶.

Em diferentes escalas, com maior ou menor incidência social, a paisagem insurgente a que assistimos, nomeada, como bem disse Fernández-Savater, outro “estado mental”, eu adicionaria outra disposição afetiva. Esse vento, que talvez não atravessa a sociedade inteira ou, não da mesma maneira, sacode os cimentos sob os quais estão amparadas as subjetividades implicadas no movimento e altera as estruturas de domínio.

A desancoragem resulta fundamental para dar forma ao movimento, para forçar os limites do possível, abrir os marcos da experiência e aprender novas linguagens, abrir as comportas para uma estética da esperança. Isso somente é possível através da intensidade comunicativa favorecida pela sociedade em rede e pela co-presença que transborda os limites da praça e o tempo do protesto através da internet, e que exige também o corpo na rua: uma atmosfera viral na qual a desancoragem que se gera no curso da própria ação, vai gerando novas ancoragens de sentido.

Em outras palavras, e em uma aproximação mais profunda, pode-se dizer que as alterações que produz a insurreição geram uma interpelação subjetiva que pode ser intensa ou difusa. Para maior carga emocional, para maior identificação com as causas que deflagram o acontecimento, maior intensidade na afetação produzida e, por conseguinte, maiores possibilidades de que se produzam as desancoragens de sentido e as transformações subjetivas.

O mais interessante de todas essas expressões a nível planetá-

6 Em tradução livre: “O 15-M não é só o nome de uma estrutura organizativa nem de um movimento social um pouco maior do que os anteriores, mas sim de outro estado mental. Que não está localizado aqui ou acolá, mas que atravessa a sociedade inteira como um vento”.

rio é que estão produzindo em escalas inéditas processos de des-subjetivação com a consequente explosão de desobediência e identidades insurgentes: o caso da Copa do Mundo no Brasil, em 2014, entre os mais recentes, mostra claramente como, em um contexto local de grande paixão futebolística, as eclosões de indignação frente à FIFA e às decisões do governo de Dilma Rousseff com respeito ao evento mundial, aos investimentos milionários em estádios, ao gasto, ao incômodo frente à limpeza social, dos espaços públicos, foram intensos. A mobilização conhecida como #OccupyWorld-Coup condensou e aglutinou diversas e muito variadas indignações do povo brasileiro (principalmente de seus jovens)⁷. Por exemplo, o movimento #PasseLivre contra o aumento do transporte coletivo, que havia iniciado em 2013, provocando protestos de rua multitudinários e uma intensa atividade nas redes sociais, encontrou na mobilização antiCopa continuidade e possibilidades de articulação. Isso só é possível porque a alteração já foi produzida.

Trata-se de uma expansão rizomática, que vai conectando de maneira simultânea ou episódica múltiplos pontos ou nós. A insurreição é suscetível de ser lida como um rizoma, ou seja, como um mapa “abierto, desmontable, reversible, susceptible de recibir constantes modificaciones” (DELEUZZE e GUATARI, 1994, p. 22).

O PROTESTO É A MENSAGEM

Em torno das revoltas, das mobilizações e das insurgências sociais, uma obsessão que domina por igual os meios de comunicação aliados aos poderes, e os próprios poderes, é a de buscar imediatamente “a mão que balança o berço”. Para eles, é difícil aceitar que um movimento social prescindia de uma espécie de “master mind” que manipule as pessoas à sua vontade e sempre com fins perversos. É a teimosa realidade que se encarregou de mostrar na Primavera Árabe, nas Acampadas e na emergência da indignação na Espanha, no México com #Yo Soy 132 e em outras insurreições

7 Um artigo de consulta obrigatória é o publicado pela importante (e já imprescindível) revista Roar Magazine, “Rio de Janeiro: a story of occupations and evictions”. Disponível em <http://roarmag.org/2014/06/brazil-world-cup-favela-evictions/> Recuperado em 4 de setembro de 2014.

que têm sacudido a paisagem da modernidade tardia em distintas partes do planeta.

Não se trata somente da intenção política dos poderes de desprestigiar os movimentos, mas, e talvez de maneira muito mais importante, de uma espécie de gen atávico que assume que os “sem organização” não podem se organizar. É como dizer que à margem das estruturas partidárias, sindicais, corporativas, a sociedade não pode existir de forma crítica! Acostumados à mediação e intermediação como dispositivo inevitável das democracias, a possibilidade de pensar que a indignação, o fastio, a dor e a humilhação tomem a forma de um discurso performativo (auto organizado), capaz de inundar praças e sustentar, por semanas e meses, a ação coletiva, pareceria impossível. Mas não é assim.

Retomo aqui a potente análise do pensador brasileiro Rodrigo Nunez (2014), que tem formulado interessantes elaborações que chama justamente “a organização dos sem organização”. Compartilho com Nunez sua crítica à falsa oposição entre “espontaneidade” e “organização”. O espontâneo entendido aqui como aquilo que carece de forma, e a organização como uma espécie de determinação inalterável de um movimento que se tornou organização.

Se algo tem colocado em crise as diferentes encenações do protesto, é justamente a caducidade das estruturas de representação e sua falta de legitimidade. Não somente não se percebem como espaços para a resolução dos conflitos, mas são percebidas como parte central do problema. O que temos testemunhado como atores privilegiados nessas histórias que modificam a história é inédito: a articulação, convergência, encontro entre o mal-estar social expandido e a possibilidade de se ter acesso às tecnologias digitais que hoje incrementam a potência de atuar e de liberar a ação coletiva do controle e representação das estruturas políticas.

São os movimentos em rede espontâneos? Não me parece que essa seja a melhor pergunta que possamos formular às expressões massivas do descontentamento. A ausência de organização visível é um obstáculo para a continuidade dos movimentos em rede? Tampouco esta é uma pergunta adequada para compreender as irrupções que assinalam com insistência que o modelo e o projeto civilizatório é um equívoco, para dizer suavemente.

A propósito de *#Yo Soy 132*, Mariana Favela disse que não se trata de uma organização política, uma estrutura ou um movimento⁸; e, em diversos fóruns e artigos, tem insistido que a melhor maneira de ler e entender *#Yo Soy 132* é pensá-lo como uma “convocatória”. Convocatória a que? Favela coloca de maneira sutil um elemento que resulta fundamental para uma melhor legibilidade destas formas de ação coletiva, e que conecta com o que já apontei anteriormente a propósito da interpelação subjetiva. O enorme e diferencial poder de convocatória desses movimentos se deve a sua capacidade para alterar uma questão básica (ensinada em 1994 pelo Zapatismo): trocar a lógica da “demanda” pela “mensagem”. A demanda instaura um interlocutor, geralmente o Estado, ou os poderes econômicos; enquanto que a mensagem se dirige às pessoas, em um processo crescente de interpelação. Convoca-nos a pensar, sentir, atuar em um mapa aberto de novas possibilidades.

Talvez está nisso a incompreensão de alguns intelectuais de “peso completo” que têm enfatizado com insistência as debilidades destes movimentos: “Os indignados denunciam; não podem enunciar”, lhes disse Edgar Morin (2014); “A emoção não serve para construir”, lhes disse Bauman (2011); “Façam um partido”, lhes sugeriu Dussel (2014). E a lista pode crescer. É o pensamento consagrado exigindo ou menosprezando o movimento e indicando faltas: ausência de reflexividade, excesso de emoção, carência de organização. Nas três críticas citadas, o que parece comandar a interpretação das irrupções indignadas é a angústia intelectual daquilo que não se deixa emoldurar nas categorias da modernidade.

Em seu extraordinário ensaio sobre esses movimentos, Arditi (2013, p.1) enfatiza que “las insurgencias no tienen un plan, ellas son el plan”. Diz o autor: “Lo propio de las insurgencias no es diseñar un nuevo orden sino abrir posibilidades mediante un desafío de nuestros imaginarios y mapas cognitivos”(ARDITI, 2014, p.3)⁹. Parece-me em tal sentido que o relevante não passa pelos progra-

8 Artigo no prelo. Agradeço a autora ter me facilitado o acesso a sua mais recente produção.

9 Em tradução livre: “As insurgências não possuem um plano, elas são o plano” / O próprio das insurgências não é desenhar uma nova ordem senão abrir possibilidades mediante um desafio de nossos imaginários e mapas cognitivos”.

mas ou planos de ação, nem pela forma. A primeira noite de ocupação em Zuccoti Park, no Occupy Wall Street, Anonymous tuitou o seguinte: “The police ask to speak to the leader. We told them that there is no leader. They didntunderstand. #TakeWallStreet #OccupyWallStreet #Sep17”. Em 140 caracteres, OWS¹⁰ revelava o espírito do protesto e a incapacidade do poder para entender essas formas de configuração aberta.

Com respeito às mobilizações no Brasil a propósito do aumento das tarifas de transporte, Guiseppe Cocco afirmou:

En un primer nivel, tienen en común una articulación entre las redes y las calles como proceso de auto-convocatoria a las marchas que nadie consigue representar, ni siquiera las organizaciones que se encontraban en el epicentro de la primera convocatoria: el intento de “empoderar” a los pibes del Movimento pelo PasseLivre em São Paulo (“oficializados” por la presencia en el Roda Viva y en la negociación con la Municipalidad y el Estado de San Pablo) demostró que ellos no controlan ni dirigen un movimiento que se auto-reproduce de manera rizomática (las manifestaciones ocurrían al mismo tiempo sin respetar ningún tipo de “tregua”). (GIUSEPPE COCCO, 2013)¹¹

E é justamente a impossibilidade de representar, de controlar, de conter e nomear essas mobilizações, o que lhes outorga seu caráter de “convocatória” aberta, da maneira como assinala Mariana Favela. É aí que reside sua força, sua potência e sua possibilidade de afetar os imaginários. Afirmei em um ensaio sobre a dissidência (REGUILLO, 2013), que esta é fundamentalmente imaginação; abre as comportas ao que pode ser possível e, à maneira derridiana (DERRIDA, 2003), abre caminho para a insurreição do impossível. Nesse sentido, o protesto é mais que uma economia da redenção,

10 Occupy Wall Street.

11 Tradução livre: “Em um primeiro nível, há em comum uma articulação entre as redes e as ruas como um processo de auto-convocação às marchas que ninguém consegue representar, nem mesmo as organizações que se encontravam no epicentro da primeira convocatória: a tentativa de “empoderar” as crianças do movimento pelo Passe Livre em São Paulo (“legitimados” pela presença no Roda Viva e em negociações com a Prefeitura e com o Governo do Estado de São Paulo) mostrou que eles não controlam ou dirigem um movimento que se auto-reproduz de maneira rizomática (as manifestações ocorriam ao mesmo tempo sem respeitar nenhum tipo de “trégua”).”

uma economia da imaginação. Essa é sua mensagem. Na primavera tudo nasce, a vida tremula, anuncia-se o porvir.

DIVERSIDADE SEM PRECEDENTES

Para a juventude, entre as múltiplas consequências do avanço e do endurecimento do capitalismo tardio um elemento central tem sido a precarização, tanto objetiva como biográfica. Abordei este assunto em ensaios anteriores¹², então, de maneira, breve pontuo que a precarização programada teve como consequência a desapropriação do direito ao futuro, de qualquer possibilidade de vida digna para milhões de jovens, e um impacto profundo em suas biografias.

Entre os indignados, há muita clareza de que este sistema não rende mais. Sabem que seus protestos não são contra os acionistas desta ou daquela empresa, contra políticos como Mariano Rajoy ou contra Enrique Peña Nieto¹³, ainda que sejam encarnações do que eles combatem, e aplica-se aqui o que na teoria das emoções, e segundo Hume (1990), podemos chamar “objetos de atribuição”. A “causa” seria aquilo que excita as emoções (coragem, medo, indignação, esperança), enquanto que “o objeto de atribuição” é aquilo para o qual dirigem sua atenção, uma vez excitada. Esta consideração não é menor, uma vez que ajuda a compreender que, apesar da importância central do local, o *locus*, nas configurações diferentes de movimentos de rede, há uma operação conjunta do global, nos diz Ardití, como “las madrigueras de conejo del tipo de *Alicia en el país de las maravillas*, las insurgencias son pasadizos o portales que conectan mundos distintos” (ARDITI, 2013, p. 7)¹⁴, mas que em sua diferença partilham uma causa: o fastio de uma geração, da qual foi expropriado o futuro.

12 Ao leitor interessado, sugiro meu artigo “Las múltiples fronteras de la violencia: jóvenes latinoamericanos entre la precarización y el desencanto” (2008).

13 Respectivamente, presidentes da Espanha, desde 2013, e do México, desde 2012.

14 “As tocas de coelho do tipo de Alice no País das Maravilhas, as insurgências são passagens ou portais que conectam diferentes mundos” em tradução livre.

Talvez aí resida a enorme diversidade de sujeitos que participam, simpatizam atuam desde as rede até as ruas e vice-versa. A possibilidade de se reconhecerem em outras, e em outros, mas também uma linguagem geracional codificada pela crise. Uma conversa entre praças.

No caso do México em *#Yo Soy 132*, participaram, com igual entusiasmo, estudantes de universidades privadas e públicas. Havia aí, filhos ou herdeiros de 68, de Atenco, do zapatismo. Uma diversidade na qual coexistem jovens que catapultam sua visão de retorno ao natural, jovens que assumem Che (Guevara) como emblema, outros que se alavancam em figuras de viés religioso, os mais experientes, os recém-chegados ao mundo da cena pública; especialistas no uso de ferramentas digitais; artistas, videoastas, grafiteiros, de tudo um pouco! E, apesar dos conflitos e do equilíbrio precário, estão em busca da inclusão.

Em uma recente pesquisa on-line que desenvolvi¹⁵ junto a integrantes e simpatizantes de *#Yo Soy 132*, a importância da inclusão e a diversidade são cruciais. Embora seja uma pesquisa não representativa em termos estatísticos, é um bom “pulso” para medir alguns dos processos que perpassam o movimento.

Por questões de espaço, somente mencionarei dois dos reagentes que fortalecem a argumentação que tentei desenvolver nesta seção: o “uso da linguagem inclusiva” é relevante e muito importante para 73% dos entrevistados; e para 79% é “confiança nas outras e nos outros”.

Nestas expressões tão diversas, o que possuem em comum é a busca de um relato de futuro, e com ele se comprometem enquanto primeira pessoa do singular, buscando espaços para a construção da primeira pessoa do plural: “Si yo no ardo, si tú no ardes, sino ardemos juntos, quién iluminará esta oscuridad” foi a frase utilizada por *#Yo Soy 132*, inscrita em uma enorme tela na primeira assembléia inter-universitária realizada na Universidade Nacional Autónoma do México (Unam), e que teve um grande impacto emo-

15 Com o inestimável apoio de Lorena García, estudante de Filosofia e assistente de pesquisa. Lançou-se nas redes em 11 de maio de 2014, aniversário da visita de Peña Nieto à Universidad Iberoamericana e que se reconhece como aniversário de *#Yo Soy 132*.

cional e viral.

Tempos depois, César Alan Ruíz Galicia, ativo participante na insurreição de 2012 no México e prolífico autor de artigos de opinião e análise, descobriu que essa impactante frase se originara de uma tradução de um poema turco: “If I don’t burn, and if you don’t burn, how will darkness come to light?”, de Nazim Hikmet (1901-1963)¹⁶. Como e mediante que voltas, contaminações, piruetas da história, um poeta turco – e um fragmento de sua poesia – da primeira metade do século XX, se converte em uma luz-emblema-foto-meme capaz de alterar o movimento mexicano em 2012. Um turco, refugiado na União Soviética, admirado por Sartre, Neruda, Guillén, Otero, sendo significativo para uma geração ao sul da modernidade? Diversidade sem precedentes. Sobre Hikmet, Sartre disse o seguinte:

En resumen, que era preciso, como dice Pascal del cristiano, (...) «No dormir nunca». Nunca durmió; lo admirable es que la muerte haya sido su primer y último sueño. Pero las obras de un hombre que veló sin desmayo toman el relevo y velan por vosotros en su lugar. (JEAN-PAUL SARTRE, 1964)¹⁷

Que as ideias ganhem relevo e inspirem outras lutas.

MEMÉTICA E MIC CHECK: HIBRIDISMOS TRANSDIGITAIS

A partir da análise de várias entrevistas que realizei com ativistas do *Occupy Wall Street* e “*Yo Soy 132*”, da análise da rede (uma cibernografia que contempla a observação, a análise do discurso, da imagem, da estética, dos emblemas e slogans dos protestos no

16 Graças à generosidade de Ruiz Galicia, posso compartilhar aqui a fonte que encontrou o poema no “Turkey Emergency”, que pode ser consultado aqui: <http://www.turkeyemergency.com/2009/if-i-dont-burn-and-if-you-dont-burn-how-will-darkness-come-to-light/>.

17 Em tradução livre: “Em resumo, era preciso, como disse Pascal del cristiano, (...) «Não dormir nunca». Nunca dormiu; o admirável é que a morte tenha sido seu primeiro e último sonho. Mas as obras de um homem que assistiu implacavelmente ganham relevo e velam por vocês em seu lugar.” Jean-Paul Sartre, «Présence de Nâzim Hikmet, Les Lettres françaises, Paris, 10-16 diciembre 1964.

México, Brasil, Espanha, Estados Unidos e Turquia)¹⁸, e da análise indireta da mineração de dados, produzidos pelo grupo *Datanalysis* e *@DeLoQueSigue*, quero me aproximar agora da dimensão estética e comunicativa dos movimentos-rede, de sua capacidade de produzir imagens, slogans, ideias, virais. Começo com um relato metade crônica, metade análise, do *mic check*, microfone humano ou microfone popular, utilizado no Occupy Wall Street.

A noite cai lentamente sobre Zuccotti Park. O outono é ainda benevolente e a luz permite ver os rostos, os corpos que se espremem frente às escadarias dessa praça já transformada em uma micropólis. Ao centro, o orador da vez organiza seu discurso em orações curtas, buscando manter um ritmo que pode ser reproduzido por centenas de pessoas distribuídas de maneira irregular no espaço. Um poderoso grito rompe o burburinho e o contínuo murmúrio de vozes que trocam, em pequenos grupos, informação, pensamentos, sentimentos, desejos: “*Mic check*”, pausa, “*Mic check*”, e depois de um breve segundo, em um exercício coordenado de reprodução analógica, a multidão responde: “*Mic check*”, e assim se abre espaço para a escuta coletiva.

Trata-se do “microfone humano”, que se converteu desde os primeiros dias da ocupação de Wall Street em um dispositivo eficaz, divertido e fundamental para enfrentar a proibição do governo da cidade de Nova York de utilizar equipamentos eletrônicos de amplificação de som. O microfone humano foi utilizado durante as assembleias, marchas e diferentes tipos de reuniões, e se incorporou como um saber-fazer do movimento ocupacionista.

A primeira vez que participei do *Occupy Wall Street* num exercício coletivo com o microfone humano, experimentei três questões que me parecem fundamentais: reproduzir com o próprio corpo e voz o discurso do outro impossibilita a escuta mecânica ou distraída; o discurso do outro penetra no próprio corpo, clarificando o sentido e produzindo uma comunidade de falantes; as palavras se transformam em ideias. A partir de minha etnografia no movimen-

18 Chamo cibernografia o processo de observação participante que enfatiza a relação entre a articulação entre os usuários, as pessoas que navegam pela rede, os cibercibautas e o espaço mesmo de observação, o ciberespaço.

to, durante um pouco mais de três meses, me pareceu que o microfone humano poderia ser entendido como uma tática, ou seja, como uma prática de resistência daqueles que jogam em quadra alheia, bola emprestada e árbitro contra, parafraseando a teoria complexa das práticas de Michel de Certeau (1996), que considera a tática uma “arte dos fracos”.

O microfone humano, ou *the people's mic*, desafia e encara as concepções modernas da tecnologia, que assume que esta se reduz à produção e utilização de artefatos com fins determinados. Seguramente, a proibição de utilizar equipamentos de reprodução de som por parte do governo e a obsessão da NYPD¹⁹ por confiscar todo tipo de artefato “subversivo” como microfones, alto-falantes, geradores de eletricidade (e também guarda-chuvas, considerados como estruturas, pois trata-se de atrapalhar ao máximo a disposição dos corpos nas ruas), tem seu fundamento nesta compreensão restrita da tecnologia, ao perder de vista que esta é sempre o resultado da ação humana, e que, em tal sentido, o artefato responde a um complexo sistema de pensamentos, regras, imaginação, e que seu potencial subversivo não se origina no aparato, na máquina, senão justamente na ação.

Desafiando esta razão tecnológica ou instrumental, Occupy Wall Street, entre outras coisas, converteu o microfone humano em um grande apelo contra o poder tecnocientífico. Ao colocar em relação palavra-corpo-multidão-território, o microfone humano conseguiu transformar um obstáculo em um grande aporte para os movimentos sociais nas ruas. E, o que é mais importante, ao recupear em seu sentido mais profundo uma concepção humanística da técnica (*techné* para os gregos), assumindo que ela implica uma ação humana para produzir uma realidade que antes não existia, recolocou a centralidade do sujeito no processo de interação comunicativa.

É certo que o microfone humano não permite a emissão de discursos sofisticados, extensos, porque sua potência deriva, em primeiro lugar, de uma enorme vontade comunicativa por parte do falante da vez, já que deve combinar suas ideias num ritmo que seja

19 Departamento de Polícia de Nova Iorque.

reproduzível pelas pessoas. O orador é uma espécie de DJ cuja arte não é somente a de entregar um discurso, mas de saber interpretar o ritmo, o espírito, as emoções que emanam e se co-produzem na relação DJ-corpos na pista. Assim, a força do microfone humano reside nessa complexa relação de colaboração entre fala e escuta, entre falante e corpos políticos na praça.

Em segundo lugar, seu êxito depende de um exercício de escuta e repetição, que operam como moduladores das ideias-palavras do falante. Este último aspecto é central, porque esta modulação restitui uma dimensão política ao discurso. Ao repetir as orações, ao incorporar o outro que fala através de mim, lhe empresto minha voz e meu corpo, abro as comportas para a construção de um sentido em comum que abraça ou rechaça as ideias propostas. Modular é o ato político de ajustar a ideia e assumir o outro ou a outra numa frequência compartilhada.

Assim, em uma reunião na Liberty Plaza (como foi rebatizado o Zuccotti Park), uma menina de 10 anos utiliza o microfone humano:

Mic check: Mic Check, responde la multitud.

Mi nombre es Viviana: mi nombre es Viviana, se expande el murmullo.

Y no quiero que mis maestros sean despedidos: y no quiero que mis maestros sean despedidos, reproduce, modulando, la voz colectiva.

*Aplausos.*²⁰

Em uma reunião na Washington Square, um homem mais velho, que vem do movimento operário, tenta sem sucesso usar o microfone humano. É uma noite festiva, e o movimento já tinha avançado bastante.

²⁰ "Mic check.

Mic check, responde a multidão.

Meu nome é Viviana.

Meu nome é Viviana, expande-se o murmúrio.

Eu não quero que meus professores sejam despedidos.

Eu não quero que meus professores sejam despedidos, eu não quero que meus professores sejam despedidos, reproduz, modulando, a voz coletiva.

Aplausos". (Em tradução livre)

Mic check

Mic check

Las luchas del pueblo estadounidense han sido largas y cruentas y ahora el neoliberalismo intenta asestar un duro golpe a la clase trabajadora

*Las luchas del pueblo estadounidense...*²¹

E o discurso se interrompe, e os amplificadores humanos vão permanecendo em silêncio, até que o orador pronuncia, sozinho, um discurso de cinco minutos que já ninguém acompanha. Não se trata, neste caso, somente da extensão da oração, senão da atitude do orador, cuja cultura política – se nota claramente – provém de uma tradição de assembleias de longos discursos. A modulação opera aqui através do paulatino silêncio para regular os estilos, os tons e as formas comunicativas que as pessoas, na ocupação, decidiram criar por si mesmas.

O microfone humano contribui assim para a configuração de uma transversalidade subjetiva que através da fala produz uma comunidade política, embora efêmera no tempo, profundamente poderosa frente à política dos afetos e, conseqüentemente, o envolvimento com a política.

Durante quase três meses no *Occupy Wall Street*, pode-se fazer de Zuccotti Park um espaço não só de protesto, mas principalmente uma pólis para a deliberação dos muitos. Os ocupantes demonstraram que tinham enorme capacidade para inventar, no sentido de *in-venire*, fazer surgir formas, processos, práticas que substituíram a noção de co-presença e restituíram a importância central do nome próprio, da participação individual no tecido coletivo.

Se o microfone humano foi uma reinvenção das formas de produzir comunicação, não são menos importantes (ainda que pouco visíveis), as bicicletas que usaram para produzir energia quando lhes foram consignados os geradores de energia com os quais alimentavam os computadores, a cozinha coletiva e alguns outros

²¹ Mic check. Mic check.

As lutas do povo americano têm sido longas e sangrentas e agora o neoliberalismo tenta dar um duro golpe nas lutas da classe trabalhadora do povo americano...

As lutas do povo americano... (Em tradução livre)

serviços na micropólis na qual se transformou Zuccotti. Quando a NYPD confiscou esses geradores por conta de uma suposta periculosidade que representavam, OWS respondeu com geradores humanos, cuja lógica era “doar” tempo de pedaladas em uma bicicleta fixa para produzir esta energia alternativa. Mas, para além da efetividade desta máquina, o central – me parece – reside justamente em uma tecnologia do eu para uma transformação emancipatória de caráter coletivo e festivo, a reinvenção do lugar.

Junto com o microfone humano, os ocupacionalistas, indignados, ativistas, manifestantes jogaram com as grandes possibilidades que a tecnologia oferece, sempre privilegiando o conteúdo em detrimento do dispositivo, daí sua enorme potência viral. Entre suas múltiplas contribuições em distintas latitudes está o chamado *streaming*, ou transmissão ao vivo e direta, de marchas, assembleias, ações, performances, que multiplicam a onda expansiva do movimento-rede, e com isso multiplicam a produção de presença, que entendo como o conjunto de processos, dispositivos e estratégias simbólicas, desdobradas pelo movimento no espaço público, através dos quais gera conteúdos, discussão, visibilidade e “obriga” os meios de comunicação convencionais a modificar a agenda pública.

Nesta tessitura, os memes, esse tipo de imagens-textos que condensam, simplificam, mesclam e alertam – em um tom quase sempre bem-humorado – constituem um importante e nada insignificante arsenal de luta simbólica dos movimentos. Com uma audácia infinita, as autoras e os autores dos memes mesclam elementos da cultura popular, como o epígrafe que acompanha este ensaio, que alude à exitosa série *Game of Thrones*, utilizada na Turquia com um importante acréscimo: “Winter it’s coming, Tayyip”, para se referir a Tayyip Erdogan, presidente da Turquia, e que circulou viralmente com a imagem de uns simpáticos pinguins, fazendo alusão ao fato de que, durante a forte repressão contra manifestantes no Gezi Park, a rede de tv local turca da CNN transmitia um documentário sobre pinguins, enquanto muitas estações de televisão internacionais abordavam essa repressão.



Ad Busters, um coletivo de agitadores culturais (foi daí se originou uma das primeiras convocatórias públicas para *Occupy Wall Street*), publicou recentemente sua meme *Wars The Creative Destruction of Neoclassical Economics*, uma mescla de ensaio e bomba molotov que desestabiliza, para dizer o mínimo, as categorias sobre o pensamento econômico.

O central dessas formas tecnopolíticas, como as chamariam Javier Toret (2013), é sua velocidade-capacidade para abreviar e extrair materiais diversos da cultura popular, cinematográfica, cotidiana, e colocar em funcionamento todo este inventário em um registro crítico, porém facilmente identificável, decifrável e aberto para a maioria.

A memética é a estratégia ou prática que traz para o centro da cena as associações que faltam no discurso ordenado da modernidade, no autismo da classe política, no cinismo das classes economicamente poderosas. O meme chegou a partir das mãos da geração mais poderosa e ao mesmo tempo mais vulnerável da história recente. O arsenal é inesgotável. Ao mapa finito da política formal se opõe o mapa infinito da imaginação. O outono está aqui, o inverno já vem.

O PODER JÁ NÃO É MAIS O QUE ERA: NOTAS PARA SEGUIR PENSANDO

Sem otimismo, o minimalismo do braço social do Estado cor-

responde à maximização do seu braço punitivo e policial. É o que testemunhamos todos os dias. No entanto, os movimentos-rede têm avançado em um assunto que é crucial, criando espaços para a confluência e a articulação de um desespero, de uma dissidência que estava dispersa. Quando *#Yo Soy 132* disse à Televisa, nessa emocionante marcha-performance de 13 de junho de 2011, “Ahora nosotros damos las noticias”²², projetando um vídeo sobre os muros da instituição que fez do nosso país uma telenovela, chamavam a atenção para uma questão básica: o direito de participar da construção da história e de intervir de maneira ativa.

O poder hoje, desmascarado, enfrenta uma geração que entende e sabe que o outono chegou; que domina as tecnologias para expandir a ressonância, que tornou sua, mesmo talvez sem consciência disso, a máxima do cineasta Luis Buñuel: “El trabajo del artista es mantener vivo un margen esencial de inconformidad”²³.

Depois do inverno, segue a primavera. Michel Serres, em seu belo e imprescindível livro *Pulgarcita*²⁴, diz às novas gerações:

Este individuo recién nacido anuncia más bien una buena nueva. Si balanceamos los inconvenientes de lo que los viejos gruñones llaman “egoísmo” y los crímenes de guerra cometidos por y para la libido de pertenencia — centenares de millones de muertos —, quiero con amor a estos muchachos. Dicho esto, queda por inventar nuevos lazos (SERRES, 2013, p. 9).²⁵

Os laços a serem inventados já estão aí nas praças e nas redes.

22 Em tradução livre: Agora nós damos a notícia. Luz 132, pode-se ver o vídeo da ação em <https://www.youtube.com/watch?v=cQh4CmjLG10v>. Consultado em 6 de setembro de 2014.

23 Em tradução livre: “O trabalho do artista é manter viva uma margem essencial de inconformidade”.

24 Publicado no Brasil com o título *Polegarzinha*, pela Bertrand Brasil, em 2012.

25 SERRES (2013). “Este indivíduo recém-nascido anuncia certamente uma boa nova. Se equilibramos os inconvenientes do que os velhos resmungões chamam de “egoísmo” e os crimes de guerra cometidos por e para a libido do pertencimento – centenas de milhões de mortos –, eu amo esses meninos. Dito isto, resta inventar novos laços...” (Em tradução livre).

REFERÊNCIAS:

- ARDITI, B. “Las insurgencias no tienen un plan, ellas son el plan: performativos políticos y mediadores evanescentes”, en *E-MISFÉRICA 10.2 Disidencia*. Vol. 10. New York: NYU. 2013. Disponível em <<http://hemisphericinstitute.org/hemi/es/e-misferica-102/arditi>>, acessado em 3 de setembro de 2014
- BAUMAN, Z. El 15-M es emocional, le falta pensamiento, entrevista concedida a *Jornal EL País*, Madrid, 2011. Disponível em <http://politica.elpais.com/politica/2011/10/17/actualidad/1318808156_278372.html> Acessado em 3 de setembro de 2014
- CASTELLS, M. *Redes de indignación y de esperanza*, Madrid, Alianza Editorial, 2012.
- COCO, Giuseppe. “*Revuelta Brasileña: entrevista a Giuseppe Cocco*”, Lobo Suelto, 2013. Disponível em <<http://anarquiacoronada.blogspot.com.es/2013/06/revuelta-brasileña-entrevista-giuseppe.html>>. Acessado em 4 de setembro de 2014.
- DE CERTEAU, M. *La invención de lo cotidiano. Artes de hacer I*. México: Universidad Iberoamericana/ITESO, 1996.
- DELEUZE, G. & GUATARI, F. *Rizoma, introducción*. México: Ediciones Coyoacán, 1994.
- DERRIDA, J. *Fe y saber*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2013
- DUSSEL, E. #YoSoy132 y la organización posible, in *La jornada en línea*, México, 2012. Disponível em <<http://www.jornada.unam.mx/2012/08/01/opinion/022a1pol>>. Acessado em 4 de setembro de 2014.
- FAVELA, M. *Redrawing Power: #YoSoy132 and Overflowing Insurgencies*, in *Social Justice Journal*, vol 42, 3-4, 2016
- FERNÁNDEZ-SAVATER, A. *Cómo se construye un clima*, en Fuera de Lugar, Público.es, 2012. Disponível em <<http://blogs.publico.es/fueradelugar/1438/%C2%BFcomo-se-organiza-un-clima>>. Acessado em 2 de agosto de 2014
- HUME, D. *Disertación sobre las pasiones y otros ensayos morales*. Barcelona: Anthropos/Ministerio de Educación y Ciencia, 1990.
- MORIN, Edgar, Los indignados denuncian; no pueden enunciar, Madrid, entrevista concedida a *Jornal EL País*, 2013. Disponível em <http://cultura.elpais.com/cultura/2012/03/13/actualidad/1331659220_016533.html>. Acessado em 5 de setembro de 2014.
- NÚÑEZ, R. *Organisation of the organisationless: CollectiveActionAfter Networks*. Lunenburg: Mute e PostmediaLab, 2014. Disponível em <<http://www.metamute.org/editorial/books/organisation-organisationless-collective-action-after-networks>>. Acessado em 28 de agosto de 2014.
- ORTIZ, I, et al. *World protests 2006-2013*. Policy Dialogue, Columbia University, New York. 2013. Disponível em <<http://policydialogue.org/publications/working-papers/world-protests-2006-2013/>>. Acessado em 5 de setembro de 2014.
- RANCIÈRE, J. *El desacuerdo. Política y filosofía*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1996.
- REGUILLO, R. “Disidencia: Frente al Desorden de las cajas abiertas – México, breve y precario mapa de lo imposible”, en *E-MISFÉRICA 10.2 Disidencia*. New York: NYU. 2013. Disponível e, <<http://hemisphericinstitute.org/hemi/es/e-misferica-102/arditi>>, acessado em 3 de setembro de 2014

_____. “Las múltiples fronteras de la violencia: jóvenes latinoamericanos entre la precarización y el desencanto”, In *Pensamiento Iberoamericano*, No. 3, 2ª época. (Inclusión y ciudadanía: perspectivas de la juventud en Iberoamérica.) Fundación Carolina, Madrid, 2008, p. 205-225

RODRÍGUEZ, B., 2014, La época más revolucionaria de la historia, in *Zona Crítica, Diario.es*. Disponível em <http://www.eldiario.es/zonacritica/epoca-revolucionaria-historia_6_251334882.html> Acessado em 14 de agosto de 2014.

SERRES, M. *Pulgarcita*. Buenos Aires: FCE, 2013.

TORET, J. et al. “Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas”, *Datanalysis*, 2013. Disponível em <<http://datanalysis15m.files.wordpress.com/2013/06/tecnopolitica-15m-resumen.pdf>>. Acessado em 28 de agosto de 2014.

NARRATIVAS SOBRE CIDADE: IMAGEM E PODER

ANA CLARA MAGNAGO BIANCHI

Desde os anos 70 do século XX, as novas tecnologias de comunicação já davam o tom das grandes mudanças na sociabilidade que atingiriam com força total os primeiros anos do século XXI. As tecnologias digitais, inseridas na lógica da internet, surgiram como um grande campo de experimentação e criação de novas subjetividades, novas maneiras de ser e estar no mundo. Neste contexto, a fotografia agora aliada aos dispositivos de comunicação móveis, surge como um importante meio de expressão. A cidade ganha novos e atualizados contornos a partir do registro fotográfico produzido e posto em circulação nas redes sociais. A fotografia evidencia a experiência compartilhada dos diversos atores com a cidade.

A conexão da tríade *redes telemáticas-comunicação-imagem* posta em ação no mundo contemporâneo nos leva a questionar sobre as novas mediações tecnológicas e os discursos produzidos a partir destas práticas comunicacionais que conferem certos predicados ao território urbano, fazendo emergir novas territorialidades – o que está em jogo aqui então é a possibilidade de criação de novas camadas de sentido, novas territorialidades, sobre as cidades, camadas estas produzidas por atores diversos (os usuários, as redes sociais, os dispositivos móveis, a iconografia das cidades etc.).

A noção de território urbano e lugar – onde se desenrola a vida cotidiana e se estabelecem laços afetivos com o mundo à nossa volta (CARLOS, 2006) – tem sofrido importantes mudanças pautadas por essas novas mediações tecnológicas que transformam a cidade a partir da ótica de uma nova “sociedade informacional” e que, por consequência, acaba por propor outros modos de experimentar-mos e vivermos a cidade. Somos nós acoplados ao digital, integrantes dessa sociedade que altera de forma definitiva a cidade, criando

o que chamamos de cidade algoritmo (LE MOS, 2013), um espaço sem fronteiras, para além dos limites do território físico, que organiza e potencializa as trocas simbólicas entre atores humanos e não-humanos.

Ao mesmo tempo em que tratamos do uso massivo das redes telemáticas de comunicação e seu impacto na criação e recriação do cotidiano, da cultura e das territorialidades, como um fenômeno do nosso tempo que subjuga tudo e todos à nossa volta, colocamos em discussão a experiência que abarca um terço da população do planeta, que movimenta bilhões de dólares e é capaz de engendrar toda ordem simbólica. Controlam este fenômeno as redes do capital, que pautam o desenvolvimento tecnológico e também criam novas formas de alienação/exclusão.

Essa ressalva é importante para entendermos que, apesar do uso superlativo de termos para descrever a cibercultura, a sociedade informacional e os impactos dos dispositivos móveis, na nossa percepção sobre o mundo, ainda nos referimos a uma realidade que não é universal, mas que detém o poder de aliciar tudo e todos. Devemos entendê-la a partir dos processos que permitiram a sua criação: o neoliberalismo e a corrida pela subsunção do mundo à ótica moderna (e liberal) de controle da natureza e hipervalorização da técnica como lógica e instrumento de realização dos caprichos e desejos do homem. Por este motivo, nossa análise leva em consideração, como sugere Rüdiger (2013), não apenas os aspectos tecnológicos que vêm transformando a sociedade contemporânea, mas também os aspectos históricos, sociais e de outras ordens, que permitiram a criação desta sociedade informacional em rede que construímos hoje e que transforma a nossa percepção e a imagem das cidades.

Discutimos os sujeitos (e subjetividades) rendidos à lógica do digital, da tecnologia e dessa nova forma de viver e construir o território. Falamos aqui sobre o mundo vivenciado a partir das transformações influenciadas pela internet. Mundo este que existe há menos de meio século, mas que já alterou, de forma talvez definitiva, os “[...] padrões de interação social. Um processo histórico de desvinculação entre localidade e sociabilidade”, como sugere Castells (2003, p.98).

Neste trabalho, discutimos o poder da imagem fotográfica

produzida no atual contexto informacional que articula homens, máquinas, lugares e invisíveis redes de comunicação e informação, conectando o território físico e informacional, criando territorialidades que estão em constante processo de produção, dentro de uma disputa discursiva, uma disputa de poder. Como meios teórico-metodológicos adotamos uma abordagem a partir da sociologia das associações (LATOURET, 1994) e das teorias do discurso (PÊCHEUX, 2006; ORLANDI, 2002, 2008; MAINGUENEAU, 2011), buscando identificar e entender como se constrói discursivamente hoje a cidade contemporânea e suas relações.

A premissa que adotamos é que a ubiquidade da imagem fotográfica digital e sua circulação condicionada às novas práticas de comunicação contemporâneas trazem à tona outros modos de fabricação de sentidos, de discursos produzidos e postos em circulação pelos indivíduos, que fazem surgir novas apropriações do urbano, estabelecem novas conexões com a cidade, que excedem o espaço físico, colocando-se entre o digital (dispositivos, objetos, rede) e o espaço físico (LEMOES, 2004, 2013). A partir dessa premissa, buscamos verificar como este conjunto massivo de fotografias que circulam nas redes dá vida a contornos da cidade que nos eram inacessíveis antes, e se, de fato, permite a criação ou atualização de novas relações sujeito/urbano, se evidencia disputas discursivas no ciberespaço e se trazem para este universo outras e novas territorialidades. Buscamos no *Instagram*, rede social em franca expansão, e na cidade de Vitória (Espírito Santo)¹ o recorte empírico para discutir esses novos “campos de poder” da imagem digital e da fotografia, seus discursos e apropriações cotidianas.

SOBRE FOTOGRAFIA DIGITAL E DISCURSO FOTOGRÁFICO

Pensar as imagens é, sobretudo, percorrer um terreno de fronteiras movediças que articula tantos campos de conhecimento quanto somos capazes de imaginar. Sobre os estudos das imagens se interessam

1 Vitória, capital do Espírito Santo, possui cerca de 327 mil habitantes (IBGE, 2014). A cidade tem a maior parte do seu território localizado numa ilha, embora as constantes intervenções na paisagem tenham transformado a cidade. Principal centro político e econômico do Espírito Santo, Vitória faz parte da chamada região metropolitana da Grande Vitória, que concentra em torno de 1,7 milhão de habitantes.

a comunicação, a filosofia, a psicanálise, a história da arte, a literatura, os estudos visuais, a física, as engenharias, entre outros tantos.

Neste trabalho, delimitamos a imagem fotográfica dentro do universo de imagens possíveis de serem produzidas. Quando falamos em “imagem”, nos referimos essencialmente a um tipo de denotação e conotação de mundo. Barthes (1989), entendendo que as imagens são instrumentos de sentido que dão vida a discursos, por isso, analisamos as fotografias como produtoras de sentido numa sociedade com suas particularidades específicas, cujas condições de produção as determinam, ao mesmo tempo em que constroem essa sociedade.

Imagens são frutos simbólicos de uma dinâmica social, de um momento dado. A imagem é, pois, uma construção discursiva. Ao registrar um momento, colocamos em jogo a nossa visão de mundo, nossas percepções e subjetividade num registro que expõe ao mundo o nosso mundo particular. Pensar a fotografia como discurso, que engendra símbolos, valores e polifonia, é fundamental para podermos compreender o social e os valores que circulam neste social. A fotografia não é apenas o que ela mostra, mas está inserida num contexto que lhe permite mostrar certas concepções e enquadramentos de mundo.

As imagens, entre as quais as fotografias digitais, ocupam cada vez mais espaço na nossa vida cotidiana e provêm principalmente de aparelhos de comunicação móveis. Os dados disponibilizados pela Teleco² mostram que 43,5 milhões de *smartphones* foram vendidos em 2016 no Brasil. O número inicialmente pode surpreender, mas não é um ponto fora da curva em relação aos últimos cinco anos de venda de *smartphones* no Brasil (tabela 1).

Tabela 1

Número de smartphones vendidos no Brasil de 2011 a 2016 (milhões).

2011	2012	2013	2014	2015	2016
9,1	16,0	32,2	24,0	47,8	43,5

Fonte: TELECO, 2016.

2 A Teleco é uma empresa brasileira, criada em 2002, que presta consultoria de Inteligência de Mercado de Telecomunicações. Produz estudos, relatórios, bases de dados; alguns deles disponibilizados gratuitamente online. Para mais informações, acesse teleco.com.br

A popularização dos *smartphones* trouxe à tona, aliada ao uso irrestrito das redes sociais, a aproximação da imagem fotográfica ao cotidiano do cidadão comum, que passa a contribuir para a criação de narrativas individuais sobre as suas intimidades, predileções ou opiniões sobre o mundo. Outra pesquisa divulgada pela Teleco buscou entender justamente como as pessoas utilizam telefones celulares no Brasil. Os resultados da pesquisa sugerem que o *smartphone* já ultrapassou a barreira de ser apenas um telefone móvel. O aparelho é uma pequena e potente mídia móvel que congrega várias funcionalidades, entre elas a câmera fotográfica. Num espaço de quatro anos, praticamente dobrou o percentual de pessoas que declararam utilizar o *smartphone* para produzir, enviar ou receber imagens. É igualmente grande o salto percentual dos entrevistados que declararam acessar a internet através do aparelho (tabela 2).

Tabela 2

Perfil de uso do celular no Brasil de 2011 a 2015.

%	Enviar/receber		Acessar		
	SMS	Fotos, vídeos ou textos	Músicas	Vídeos	Internet
2015	52%	55%	63%	56%	48%
2014	59%	44%	57%	42%	47%
2013	66%	26%	54%	33%	31%
2012	64%	25%	47%	26%	24%
2011	57%	23%	31%	21%	17%

Fonte: TELECO, 2015.

O surgimento das tecnologias digitais, no que diz respeito à produção de imagens, apresenta um interessante paradoxo analisado por Lev Manovich (1994): realismo *versus* simulação; o alcance da visão humana *versus* a potência da máquina. A popularização das tecnologias digitais colocou em dúvida o valor da imagem pro-

duzida nesse contexto, isto é, os teóricos da imagem questionavam o traço supostamente artificial da imagem, uma vez que a imagem digital pode ser produzida a partir de algoritmos e operações matemáticas, gerando uma imagem sem referentes, o que se configura como uma ruptura entre o que se pensou sobre a imagem fotográfica até então. A imagem digital coloca em jogo o “isto foi” de Barthes e o “traço do real” de Dubois. A indexicalidade, então marca essencial da fotografia, fora posta em xeque. A fotografia digital surge a partir de um processo que se distancia diametralmente da fotografia analógica; não mais filmes e saís de prata que revelavam um real prévio, a fotografia digital surge a partir de processos computacionais. No entanto, Manovich pondera que,

a lógica da imagem digital é paradoxal; Rompe radicalmente com modos mais antigos de representação visual, ao mesmo tempo em que reforçam esses modos. [...] A lógica da fotografia digital é de continuidade e descontinuidade histórica. A imagem digital rompe a rede de códigos semióticos, modos de exibição e padrões de espectador na cultura visual moderna - e, ao mesmo tempo, tece essa rede ainda mais forte. (MANOVICH, 1994, p. 2-3, tradução nossa).

A fotografia digital dá vida à criação de uma hiper-realidade. Quando a visão e a percepção humana alcançam o seu limite, a fotografia digital nos mostra novos contornos, novas perspectivas, novas possibilidades de cores, foco e nuances. Manovich atribui à fotografia digital uma “hiper-realidade”, porque a fotografia digital, ao ultrapassar os limites da visão humana, nos traz uma visão ciborgue, mais perfeita que a humana e ainda assim real (MANOVICH, 1994). A fotografia digital não sentencia à morte o referente, mas coloca em jogo outros atores importantes, a máquina e os códigos, que a transformam em algo que supera a estrutura tradicional da imagem, aquilo que é visto, ao adicionar as informações transformadas em códigos, que outras máquinas poderão reconhecer e interpretar, conferindo outros significados às imagens. A máquina fotográfica digital, os *smartphones* e toda a gama de dispositivos eletrônicos capazes de fotografar, se servem dos atributos humanos, como a visão, a cultura e a representação, ao mesmo tempo em que os modificam.

Sontag (2004, p. 18) sugeriu, a “industrialização da tecnologia da câmera apenas cumpriu uma promessa inerente à fotografia, desde o seu início: democratizar todas as experiências ao traduzi-las em imagens”. É através da fotografia, ainda segundo Sontag, que temos experimentado a vida na contemporaneidade. O tempo acelerado, os dispositivos fotográficos cada vez menores, mais simples e mais acessíveis, impõem outra lógica na relação com a fotografia: esta não mais anuncia e perpetua o tempo passado, como uma cristalização singular do que já foi, tal qual sugeriram Sontag e Barthes (1989), mas insere-se no caótico fluxo ininterrupto de informação que produzimos e fazemos circular a cada segundo.

A fotografia digital popularizou-se pela sua característica instantânea, pelo retrato que pode ser feito e compartilhado não importa a hora ou lugar, ainda que as redes sociais criem formas para que as fotografias não se percam por completo, tal como os álbuns (no *Facebook* ou o próprio perfil individual no *Instagram*, por exemplo), ou ainda introduzam novas formas de arquivar essas imagens, por meio da indexação destas a determinados termos, as *hashtags*, que criam uma espécie de álbum compartilhado coletivamente; ainda assim, a natureza da imagem digital é fugaz, feita para a apreciação instantânea, apressada, abrindo espaço para as outras imagens que virão. E é a característica do instantâneo que promove uma atualização ávida e constante das imagens que circulam pelas redes. Imagens por vezes banais, que retratam as particularidades do cotidiano, antes relegadas à esfera privada do indivíduo, mas também imagens poderosas, que potencialmente fazem circular diversos pontos de vista sobre acontecimentos que marcam a história da vida coletiva e dos lugares.

NARRAR É PRECISO

Ao tratarmos da constante produção de imagens que circulam no ciberespaço, percebemos a mudança de lógica de produção e acesso de conteúdo provocada pela internet – pensamos que não haveria termo melhor do que “provocada” porque é isto que a internet nos impõe, uma provocação. Do verbo latim *provocare* (BLUTEAU, 1719), que remete a causa, mas também a desafio, “levar a agir”, podemos entender a condição de adentrar à lógica da internet

e seus usos, como uma instigação para deixarmos o papel de espectadores, na lógica de consumo da mídia de massa, e passarmos a assumir o papel de produtores de conteúdo, ainda que este verse sobre a nossa vida íntima, ou pela produção de conteúdos banais, como os *memes*, ou ainda sobre experiências do nosso cotidiano, sem a limitação do acesso à uma produção superplanejada.

Nascido no Vale do Silício, a meca da tecnologia nos Estados Unidos, em 2010, o *Instagram* foi uma aposta do norte-americano Kevin Systrom e do brasileiro Mike Krieger. A rede social trazia consigo uma ideia simples e pouco inovadora: criar um álbum virtual onde o usuário poderia compartilhar instantaneamente suas fotos tiradas com o *smartphone*, acrescentando filtros que dariam uma aparência antiga às fotografias, tal como as *Polaroids*.

Os usuários construiriam seu álbum próprio e também teriam acesso às publicações do seu ciclo de amizades, uma vez que se tornasse “seguidor” de outros usuários. Além dos perfis, existe a *timeline* de fotografias atualizada conforme o *upload* de novos registros fotográficos, tanto do usuário quanto de sua rede de amigos na plataforma. A ideia não era complexa, e não era muito diferente do que já existia em algumas outras redes sociais, como o *Flickr*, rede social que congrega principalmente fotógrafos, amadores e profissionais, e o *Facebook*, a mais acessada pelos brasileiros. Os diferenciais do *Instagram* eram seu o caráter móvel (uma vez que se atrelava ao *smartphone*, que já se mostrara um sucesso comercial), e o seu tom despretensioso – não é necessário dominar o saber fotográfico para fazer parte dessa rede social.

O *Instagram* fala diretamente com o indivíduo comum. Com uma linguagem simples e uma interface amigável, convida o usuário a levar para o mundo *hi-tech* uma prática já bastante conhecida pelos filhos da geração do analógico: os álbuns de família. Agora, porém, o convite é irrestrito e ilimitado. Não se fotografa apenas aniversários, casamentos, batizados e algumas cenas e momentos muito especiais do cotidiano, fotografa-se tudo. O caráter instantâneo da rede social também permite reagir aos registros compartilhados, por meio de “*likes*” e comentários, tornando a experiência de fotografar mais interativa. Por tudo isso, o *Instagram* surge como rede social da imagem por excelência.

Desenvolvido inicialmente para funcionar na plataforma *iOS*, sistema operacional da *Apple*, em especial no *Iphone*, o *Instagram* conquistou mais de 20 mil *downloads* logo na sua estreia. O sucesso foi retumbante e, em 2012, a empresa lançou o aplicativo também para plataforma *Android* – sistema operacional que atualmente pertence ao *Google Inc.*; são *smartphones* muito mais populares e, em geral, mais acessíveis financeiramente. O aplicativo foi instalado mais de um milhão de vezes, tão logo foi liberado para a plataforma *Android*. Rapidamente, o *Instagram* foi vendido para a empresa de tecnologia *Facebook Inc.*, por cerca de um US\$ 1 bilhão. Em 2016, o aplicativo alcançou uma marca impressionante: foram mais de 500 milhões de usuários cadastrados, que fotografam e compartilham seus registros no aplicativo móvel; são mais de 95 milhões de fotografias compartilhadas diariamente ao redor do mundo (INSTAGRAM, 2016).

Contando com 35 milhões de usuários, o Brasil é a segunda maior força do *Instagram*, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Em levantamento realizado pela agência Iska Digital, em 2015, podemos compreender o perfil do usuário brasileiro na rede social: as mulheres representam 65% dos usuários. Já a faixa etária com o maior número de adeptos à rede social é a que abrange dos 18 aos 25 anos (4,3 milhões em 2015), seguido pela faixa etária dos 26 aos 35 anos e, na terceira posição, a faixa dos 13 anos (idade mínima permitida para criar uma conta no *Instagram*) aos 17 anos – que somava, em 2015, 2 milhões de usuários.

Levando em consideração todos esses dados sobre o território *Instagram*, elaboramos uma abordagem multimetodológica a fim de dar conta do nosso objeto de pesquisa: reunimos as contribuições da análise em *Big Data*, da Análise de Discurso (AD) e da Análise de Conteúdo (AC) para construir nossa estratégia metodológica. A AD e a AC nos ajudarão especialmente a compreender os dados fotográficos e o que eles deixam latentes, já a *Big Data* será crucial para coletarmos os dados, além de organizá-los de forma que nos possibilite uma compreensão geral do conjunto de dados levantados. Isto porque a dispersão da produção em rede nos coloca o problema da leitura e análise do que nela circula.

A nossa estratégia de coleta, organização e análise, buscou ima-

gens que retratavam a cidade de Vitória no *Instagram*. O primeiro desafio foi encontrá-las. Decidimos basear a nossa busca pelas imagens pelas hashtags mais usadas pelos usuários para descrever a cidade: #vix; #vitoriaes; #vitorinha; #vitoriasualinda. Valemo-nos do período máximo de busca que a rede social nos permitiu: de novembro de 2011 a dezembro de 2015. Assim construímos um universo de 51.850 imagens únicas.

Essas imagens foram organizadas em diferentes formas visualizações, uma vez que precisávamos entendê-las no todo, mas também precisávamos da possibilidade de uma leitura individual, lançamos mão de softwares (como o ImageJ, um programa de domínio público utilizado para o processamento de imagens, e o ImageCloud, um aplicativo desenvolvido pelo Laboratório de Imagem e Cibercultura –Labic– que permite visualizar e organizar uma grande quantidade de imagens). Escolhemos o parâmetro cor e saturação como forma de organizar as imagens e gerar visualizações, posteriormente também selecionamos o parâmetro “curtidas”, dado este disponibilizado pelos metadados das imagens; e a partir de sua constituição mais social e cultural, por meio da geolocalização de cada imagem e das legendas que se conectam às imagens.

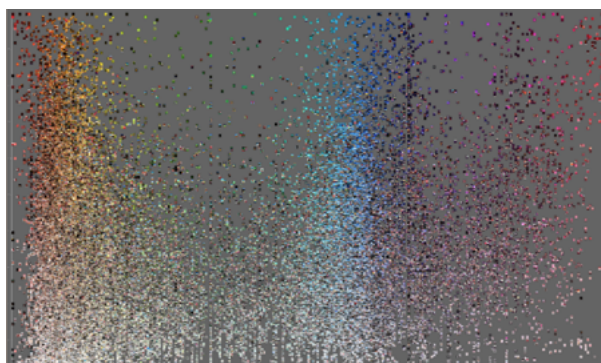


Figura 1- Plotagem de 51.850 fotografias coletadas no *Instagram*. No Eixo X, temos a organização por cor, e no eixo Y, por saturação. Fonte Labic/gráfico elaborado pela autora.

Essas visualizações contribuíram para identificar linhas mais evidentes presentes nas fotos, como o discurso celebratório sobre a

paisagem natural e urbana da cidade. Aqui fomos capazes de identificar dois grandes discursos sobre Vitória, representados pela zona azulada e amarelada da plotagem (Figura 1). A primeira, em sua maioria, reúne as fotografias que retratam o céu e o mar da cidade de Vitória. Na segunda, setor amarelo, ainda percebemos imagens do pôr do sol e também vemos que as selfies surgem com grande intensidade. O lado arroxeadado, à direita do gráfico, mais disperso em relação aos outros citados, agregam as imagens que retratam o anoitecer, e, especialmente, as propagandas e mensagens que circulam no *Instagram* – como mensagens de autoajuda e orações.

Organizar as imagens dessa forma foi importante para conseguirmos visualizar os aspectos em comum que carregam, mas também nos permitiu detectar os discursos menos presentes sobre a cidade. Ao nos aproximarmos dos setores azulado e amarelado notamos o quanto a imagem da cidade está atrelada ao corpo, sempre belo e esbelto, e como os usuários se valem da paisagem da cidade para construírem a si mesmos, a sua identidade na rede (Figuras 2 e 3).

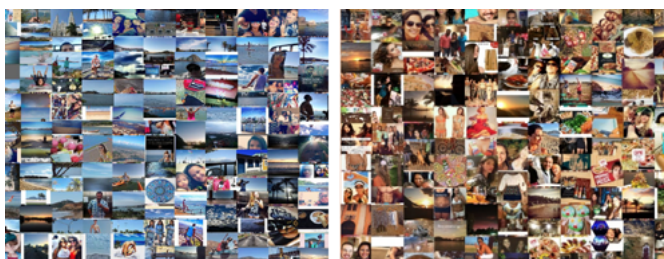


Figura 2 e figura 3 - Um olhar mais próximo das zonas azuladas e amareladas da plotagem (Fonte: Labic/gráficos elaborados pela autora)

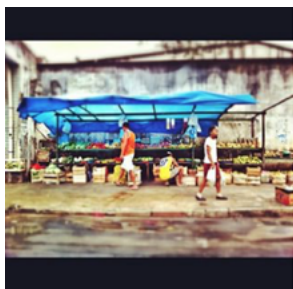
No que diz respeito à construção discursiva destas fotografias, percebemos que há uma tentativa, por parte dos usuários de criar uma cidade pacífica, bela e que valoriza seus aspectos naturais. A natureza, aqui representada pelo mar, céu e pôr do sol – e não pelo verde das árvores, que costuma também ser um aspecto comum quando nos referimos à natureza –, servem como espaço de sociabilidade, bem-estar e construção da própria imagem do usuário.

Estes fatores estão extremamente atrelados aos discursos que já circulam no *Instagram*, muito marcado pelos discursos de culto ao corpo, do belo, do próspero, tornando-se um espaço de construção identitária, que acaba por construir também uma imagem sobre a cidade.

O discurso fotográfico sobre Vitória retrata, em grande parte, as paisagens da cidade, reduzindo Vitória a uma ilha (embora seus limites se estendam até a região continental) cercada por uma natureza exuberante, fazendo surgir um recorte muito preciso da cidade para representar toda a multiplicidade de vozes, vemos surgir as marcas de discursos totalizantes capturados e postos em circulação pelos usuários. O olhar e a câmera não buscam os traços corriqueiros da esquina de casa ou do bairro. A cidade que merece ser retratada é outra: a que foi planejada para ser vista, quase como uma vitrine. Na tentativa de compreender melhor como as imagens falam sobre a cidade e quais estratégias os usuários utilizam para falar sobre a cidade, conseguimos categorizar uma amostra do nosso universo de imagens. Dividimos essa amostra em oito categorias: cidade, paisagem, *selfie*, *selfies* em grupo, comida, publicidade, mensagens e animais.

As fotografias da paisagem da cidade (que na nossa categorização dividimos em “paisagem” e “cidade”) se sobressaem enquanto construção discursiva de Vitória. A cidade de Vitória surge tanto a partir de sua paisagem natural, com estética impregnada pelos discursos publicitários, por uma historicidade e pelos signos de distinção, quanto a partir de uma vivência cotidiana na cidade, que também traz consigo todas essas marcas, mas que se mostra mais capaz de produzir descolamentos de sentido. Por isso, dividimos em duas categorias as fotografias que poderiam designar a “cidade”. Abrimos espaço para “paisagem” e para “cidade” (Figuras 3 e 4) porque notamos como a influência dos discursos que consideramos hegemônicos (como o discurso publicitário, toda ordem de retratos já produzidos sobre a cidade, e a própria historicidade, além da história urbanística), nos levam a enxergar e a retratar a cidade a partir de suas leis, gerando imagens estereotipadas, reiterativas. Acrescente-se que próprio território do *Instagram* já nos coloca as suas regras e “etiquetas” de funcionamento propondo enquadra-

mentos, temas e tratamentos de imagem que as conduzem para um universo discursivo alinhado com o que predomina nessa rede social. Sob o registro “cidade”, encontram-se imagens que revelam o “mundo vivido”, tiram o sujeito-usuário de uma posição de espectador dentro da própria cidade.



Figuras 3 e 4 - Exemplos da categoria cidade – imagem à esquerda – e da categoria paisagem – imagem à direita. (Fonte: Labic/gráficos elaborados pela autora)

A partir do que Orlandi (2008) coloca como contexto mais amplo da condição de produção de discurso, podemos destacar o fator capital na análise que realizamos: ao escolher o que e como fotografar, o fotógrafo coloca em ação evidências dos fatores sócio-históricos e ideológicos que o permeiam (e o constroem), ainda que ele não se dê conta disso. Nenhum discurso, nem mesmo o discurso fotográfico, acontece por si mesmo. Há sempre o já-dito que o discurso retoma. Ou, em outras palavras, é possível perceber que não foram os usuários do *Instagram* que escolheram de forma inovadora retratar a cidade de Vitória a partir de suas praias, do céu azul-celeste, ou do entardecer em Camburi. Tampouco foram estes usuários que escolheram ignorar quase completamente a parte oeste da cidade de Vitória como lugar que merece ser visto e reconhecido como parte da cidade. A cada vez que fotografamos e retratamos a cidade, trazemos à tona toda ordem de sentidos já produzidos sobre Vitória; tudo o que nos foi apresentado como a capital do Espírito Santo, pela publicidade, pelas fotografias oficiais e cartões-postais. Ou ainda pelos jornais, escola, família. Esta retomada do já-dito é o que chamamos de interdiscurso.

O interdiscurso é, segundo Orlandi, uma memória discursiva, “disponibiliza dizeres que afeta o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2008, p. 31). Todos os sentidos já produzidos sobre Vitória, pelo Estado, pela história, pela imprensa, em outros momentos, e em outros lugares, influenciam as imagens que produzimos e fazemos circular sobre a cidade capixaba. A observação do interdiscurso nos permite remeter à produção fotográfica sobre Vitória a uma memória, a identificá-la em sua historicidade, em sua significância, mostrando suas filiações políticas e ideológicas. O retrato da cidade, a partir de uma porção específica de Vitória, certamente está ligado ao processo de urbanização e modernização da cidade e aos sentidos já postos em circulação ao longo dos séculos.

Ao afirmar que “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”, Orlandi (2008, p. 31) nos chama atenção para alguns aspectos que transcendem o território *Instagram* e as transformações urbanas que conformaram a cidade de Vitória. Precisamos também considerar toda historicidade fotográfica para compreendermos os discursos fotográficos sobre a cidade de Vitória e o papel dos dispositivos de captura de imagem, no caso, o *smartphone*. Então, devemos destacar ao menos três formações discursivas, que atuam na conformação dos discursos sobre a cidade nas redes sociais: temos a) o próprio território do *Instagram*, que se desenvolveu como espaço que abarca certas construções discursivas sobre a cidade e o usuário – seu corpo, seus gostos, hábitos alimentares (como ressaltamos anteriormente); b) a história das transformações urbanas da cidade, que nos revela as mudanças de alguns lugares através dos signos de distinção, poder simbólico e econômico, sempre narrativizadas seja pelo urbanismo, seja pela publicidade, cartões postais entre outros; c) também precisamos considerar como ao longo do tempo a fotografia nos orientou não apenas para “como” ver e retratar a vida ao nosso redor, mas também “o que” ver e retratar – essa etiqueta do “como” e “o que” ver compõe o que chamamos até aqui de gramática visual e certamente vem se atualizando com o surgimento do digital, que propõe novas regras de visibilidade.

As fotografias também entram na equação que produz a cidade

algoritmo (LEMOS, 2013) e revelam uma cidade invisível, presa nos seus mais profundos e históricos clichês. Os clichês revelam uma Vitória bela, limpa, amada, marcada pela natureza, vista sempre do ponto de vista panorâmico. Algo parecido com que Lemos falou sobre a cidade-luz, Paris. Retrata-mo-la a partir de um “panorama que mostra tudo, mas que nada revela” (LEMOS, 2013, p. 234). Os rastros digitais que deixamos vagando sob a cidade algoritmo podem, porém, nos ajudar a revelar discursos para além dos clichês, uma vez que a cidade algoritmo coloca em evidência as associações entre múltiplos atores.

Nessa pesquisa encontramos construções discursivas que remetem a um discurso hegemônico sobre Vitória. A construção de um discurso hegemônico se dá pelo silenciamento e o esquecimento de outros discursos. Mas todo processo de silenciamento, incide sobre algo ou alguém que também encontra na linguagem sua forma de resistência. Surgem novas formas de se fazer ver através da linguagem, pequenos deslocamentos de sentido. No contexto dessa pesquisa, percebemos que literalmente “fazer-se ver” é a forma de resistência ao discurso hegemônico sobre a cidade, mesmo que inconscientemente, retratar outras faces da cidade e outros sujeitos, colocar essas imagens em circulação indexadas como parte da cidade, é um fazer político que dá margem – e ao mesmo tempo produz –, uma multiplicidade.

Ao reproduzirem fotografias que fogem à iconografia tradicional de Vitória, mesmo que em pequena proporção em relação ao conjunto de dados analisados, os sujeitos-usuários, mesmo que inconscientemente, produzindo discursos de resistência frente ao discurso hegemônico. Estes sujeitos-usuários colocam em ação outras memórias sobre Vitória, geralmente pautadas no cotidiano, nas suas vivências, uma relação genuína dos indivíduos com a cidade.

Se cada fotografia compartilhada nas redes sociais pudesse arrojar para si o status que um cartão-postal adquiriu como imagem-síntese da cidade, hoje teríamos uma cidade marcada pela pluralidade de vozes, ainda que o mesmo não se refletisse em relação a pluralidade de visões sobre a cidade, mas podemos ficar moderadamente animados ao percebermos que existem vozes que destoam – é verdade que se valem dos mesmos paradigmas de representação fotográfica, como

a busca pela beleza ou pela “melhor foto”, mas trazem consigo novos olhares sobre a cidade. Aos poucos, nós, sociedade, vamos percebendo o quanto de “político” são os discursos que as imagens compartilhadas nas redes sociais carregam em si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tecnologias de comunicação entraram com tal força no século XXI, que já as consideramos rotineiras e “normais”, embora as novas práticas de comunicação que acontecem no ciberespaço tenham modificado fortemente as nossas maneiras de perceber o espaço, o tempo e estabelecer vínculos sociais. Ainda que existam questionamentos sobre o porquê de se fotografar o jantar tão logo a comida chegue à mesa, ou se interogue por que atualizar constantemente o que pensamos, fazemos ou consumimos nas redes sociais, o que mais escandaliza ainda é não fazer nada disso.

De maneira geral, não ter um perfil público nas redes sociais ou não atualizá-lo com alguma constância é alvo de muito mais dúvidas e questionamentos do que essa necessidade de conexão e produção de conteúdo sobre nós mesmos. O que ainda não se discute amplamente para fora dos muros da academia é a força e o poder cada vez maior das empresas de tecnologia, que nos cercam de todos os lados e entram vorazes no cotidiano. Quantas vezes você já usou seu *smartphone* hoje? Mandou ou recebeu mensagens? Visualizou o *Instagram*? Ao não percebermos essas ações todas ao menos com certa desconfiança estamos, talvez, entregando a chave do sucesso comercial para as grandes empresas de tecnologia. Sucesso este que vem sendo construído em detrimento da privacidade dos usuários, como uma sombra de vigilância constante.

Assistimos o *Instagram* nascer como uma rede social da imagem – mas o que vemos hoje é que a ferramenta se torna não apenas um meio que faz as imagens circularem, mas que age como uma máquina de ver. A rede social impõe a sua própria visibilidade; não há espaço para imagens consideradas feias – evidências disso são os filtros de tratamento fotográfico presentes e de fácil aplicação no software. A materialidade da fotografia digital traz à tona no *Instagram* uma imagem transformada, editada, que comumente

não mais corresponde à imagem capturada pela lente da câmera. O uso dos filtros, a edição dos tons de cor, brilho e saturação, modificam as imagens transformando-as; transformam o céu nublado em azul celeste, disfarçam o horizonte rasgado pelo minério de ferro em uma bela paisagem ou mudam o amarronzado da água do mar para um verde esmeralda. Valendo-se do movimento de hiper-realidade da imagem digital, os sujeitos-usuários recriam a imagem da cidade com um enquadramento muito próximo ao do discurso publicitário, em especial, e o discurso romantizado do turismo. Os usuários utilizam-se das fotografias sobre a cidade como uma ferramenta para construir a imagem de uma cidade desejada (assim como constroem a si mesmos), em sobreposição à imagem da cidade vivida.

Tornamo-nos reféns do imperativo da narratividade da vida cotidiana, que coloca à prova a nossa própria relação com a fotografia. Não nos relacionamos mais com as fotografias como anteriormente com os álbuns de família. Hoje, a fotografia parece fazer parte de uma estratégia do usuário para desenvolver uma narrativa sobre si – e sobre o outro. O próprio *Instagram* sugere essa nova relação com a fotografia ao incentivar o clique fugaz e organizar o álbum de fotografias cronologicamente, de forma que as mais antigas vão vagarosamente sumindo da tela principal do usuário.

O processo de globalização, que possibilita o acesso aos meios de comunicação e a uma variedade de encontros culturais em potencial, também traz consigo o risco da imposição de uma hegemonia do poder atrelado à cultura pautada no consumo (JOBIM E SOUSA, 2008). É justamente sob o risco dessa imposição que vivemos e produzimos nossas representações, as imagens que circulam no espaço público e que contribuem para a construção do imaginário e das subjetividades. Podemos pensar “a dimensão política do olhar como uma resposta à apropriação que é feita da cultura do consumo dos aparatos tecnológicos e dos meios de comunicação” (JOBIM E SOUZA, 2008, p. 281).

A liberdade de enxergar além do que nos é permitido – pelas fronteiras do aparato fotográfico, pelas demandas dos suportes das mídias sociais, como o *Instagram* – escancaram uma sociedade cada vez mais programada pela tecnologia. A onipresença da ima-

gem e dos aparelhos fotográficos, que poderiam revelar os mundos possíveis, as narrativas individuais de cada cidadão, novas territorialidades, as experiências singulares com o mundo, tornam-se pré-fabricadas. Nos cabe então repensar, como sugere Jobim e Souza (2008), os modos como as imagens são produzidas e experimentadas. É hora de colocarmos em foco a dimensão política das imagens digitais produzidas à sombra cotidiano, e os seus usos.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, R. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- BLUTEAU, D. R. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1719.
- CARLOS, A. F. A. *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. São Paulo: Labur Edições, 2006.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- INSTAGRAM. *About us*. Disponível em < <https://www.instagram.com/about/us/> > Acesso em 24 de maio de 2017.
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de Antropologia simétrica*. (Trad. Carlos Irineu da Costa) Rio de Janeiro: Ed.34, 1994.
- LEMOES, A. *A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura*. São Paulo: Anablume, 2013.
- MACHADO, A. *Máquinas de Vigiar*. Revista USP, São Paulo, n.7, p. 23-32, 1990.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2011.
- MANOVICH, L. *The paradoxes of digital photography*, 1994. Disponível em: http://www.manovich.net/TEXT/digital_photo.html. Acesso em 20/07/2015.
- MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2008.
- _____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2002.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução: Eni P. Orlandi. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes editores, 2006.
- RÜDIGER, F. *As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores*. Porto Alegre: 2a edição, Sulina, 2013.
- SONTAG, S. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

JOBIM e SOUZA, S. Imagem técnica e estética: sobre os modos de produção da cultura e da subjetividade no mundo contemporâneo in GOVEIA, A. P. (Org.). *Cine Imaginarium: da arte de fazer psicologia, comunicação e cinema*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud & PUC-Rio, 2008, p. 265-282.

TOLEDO, G. L. *Em Busca de uma Fundamentação para a Memética*. Trans/Form/Ação, Marília, v. 36, n. 1, p. 187-210, Jan./Abr. 2013.

III- MÍDIAS E POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO

REDE GLOBO E TERRITORIALIDADE A PARTIR DA ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO E DO PARADIGMA DA COMPLEXIDADE

WAGNER PIASSAROLI MANTOVANELI

JOSÉ ANTONIO MARTINUZZO

A organização de ideias para conhecer um objeto – a Rede Globo e as territorialidades que a integram – passa, em primeiro lugar, pela decisão fundamentada de recorrer à economia política da comunicação como uma perspectiva que nos permite entender o social. A economia política foi escolhida por ser disciplina que visa a dar conta de um todo social complexo sobre o qual as ferramentas isoladas das ciências sociais não mais se apresentavam como suficientes, especialmente quando tratamos da sociedade moderna. A economia política da comunicação é eficaz ponte, por esse motivo, para a articulação do conceito de territorialidades ao de comunicação, pois, ao delimitarmos o mundo social em termos de sistemas de economia, política e comunicação, podemos pensar, com ajuda da História, a construção material de sistemas territoriais locais e globais.

O conceito de sistemas territoriais está diretamente ligado ao de territorialidades. Toda territorialidade apresenta um sistema organizado por elementos em interação. A territorialidade é um fenômeno comportamental amplo, derivado da organização material sistemática de territórios. Sistemas e organização são ideias, por sua vez, que podemos pensar no plano epistemológico, permitindo-nos conhecer um determinado objeto ao passo que observamos como conhecemos tal objeto, de acordo com inspiração no paradigma da complexidade proposto por Edgar Morin (2011; 2013).

SISTEMA TERRITORIAL E TERRITORIALIDADE

Quando um território é demarcado e se organiza, podemos falar de sistema territorial. Como Luhmann (2001; 2006; 2011) explica, a produção de um sistema é também a afirmação de uma distinção, uma diferença entre sua organização egocêntrica e todo o resto, o meio. A distinção dos sistemas territoriais é uma prática muito antiga, e bem evidente quando se trata de territórios concretos.

É no sistema territorial que a ordem será possível por observação e por controle, dentro da prática espacial. E é nessa prática espacial, na qual temos um sistema de ações e comportamentos, que é possível um encontro de Raffestin (1993) com Morin (2013) quanto à centralidade da ideia de organização: “(...) nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação” (1993, p. 150).

A partir de Gottman (1973), Haffestin (1984;1993), Soja (1971) e Sack (1983), podemos demarcar conceitualmente territorialidade como uma dinâmica que remete à complexidade do espaço vivido e às múltiplas relações ali acolhidas, que, juntas, constroem um fenômeno comportamental. Em Raffestin (1984, p. 141) temos ainda que “territorialidade é o sistema de relações de uma coletividade ou um indivíduo com a exterioridade e/ou alteridade por meio de mediadores”. Tais mediadores, segundo o autor, vêm tanto do território “concreto” quanto “abstrato”.

Lembra, para fundamentar sua definição, Ludwig Wittgenstein (2010, p. 245), que escreve: “os limites do meu mundo são os limites de minha linguagem”, sugerindo que “os limites de minha territorialidade são os limites de meus mediadores”, e propondo que tais mediadores são os que possibilitam as condições para o exercício do poder relacional em um território, ao mesmo tempo em que moldam limites de liberdade e autonomia. Acrescentaríamos que as estruturas e os processos comunicacionais são, por excelência, moderadores na conformação dinâmica e ininterrupta das territorialidades.

Assim, global e local, por exemplo, constituem sistemas territoriais e territorialidades específicos, mas que remetem a um todo,

um sistema territorial ou territorialidade maior, que pode ser simplificada, aqui, para nossos fins, sob o título de sociedade da informação (BENIGER, 1986) ou de controle (DELEUZE, 2013; HARDT, 1996).

O conceito de territorialidade, entretanto, quando aplicado a uma pesquisa que determina um contexto, naturalmente trará à tona a materialidade do fenômeno comportamental que congrega um todo. Nessa materialidade do todo, há detalhes em termos de controle do sistema territorial dos mais diversos que nos levam a querer destituir esse todo e realçar suas partes. A evitar essa desintegração tão simplificadora da realidade quanto danosa à sua compreensão, por destituí-la de sua condição complexa, é que trazemos ao diálogo sobre as territorialidades o paradigma da complexidade de Morin.

O que nosso método propõe é que as partes que revelam um estudo de caso, especialmente em suas relações estratégicas, têm relação com o todo. Essa recursividade de todo e partes é essencial para tomarmos as territorialidades – como vimos, síntese complexa de relações atravessadas por mediadores diversos – sobre o ponto de vista da complexidade. Esse ponto de vista é exaustivamente descrito por Morin em sua principal obra, *O Método*, sendo a recursividade um dos princípios que compõem o pensamento complexo. “A inter-relação que liga a explicação das partes à do todo e vice-versa é de fato um convite a uma descrição e a uma explicação recursivas: a descrição (explicação) das partes depende da do todo que depende da das partes” (MORIN, p. 159, 2013).

Uma territorialidade pode ser considerada, assim, uma realidade complexa, o que só se torna possível se organizarmos o mundo material e extrairmos informação dele, construindo um conhecimento acerca dele. Construir o conhecimento de uma territorialidade em sua complexidade é condição para mudá-la, pois é do registro da informação e de sua comunicação que nasce a capacidade de controlar, incluindo o sujeito no seu próprio processo de mudança.

Como explica Raffestin (1993), o estrategista não vê o terreno, mas sua representação (informação). E, para entender a mudança, que nunca possui uma resolução final, não basta a observação do

mundo. É necessária também a observação dessas observações, já que a linguagem que constrói o conhecimento é a mesma que faz circular seu ponto cego. E é a partir do ponto cego que os sistemas permanecem se reproduzindo. O que não se vê é o que acaba por nos controlar.

Assim, padecem tanto os cientistas que não conhecem os paradigmas, ou as condições de produção de seu saber, quanto o ator social que não conhece seu próprio sistema territorial. Como Morin (2011) afirma, não é somente o objeto que deve se adequar à ciência, esta também precisa se adequar a ele; mas isso só se torna possível se tivermos a capacidade de alcançar um conhecimento do conhecimento.

ECONOMIA POLÍTICA, COMPLEXIDADE E REDE GLOBO

Uma maneira de olhar o social e seus sistemas complexos é através da economia política e, no caso de estudos em comunicação, ligar esses sistemas ao sistema de comunicação social. Segundo Vincent Mosco, a economia política, em sentido amplo, (1996; 2009, p. 3) é uma disciplina que trata do “estudo do controle e sobrevivência na vida social”, sendo controle as formas “como uma sociedade se organiza, conduz seus problemas e se adapta ou não às inevitáveis mudanças que todas as sociedades enfrentam” e sobrevivência, as formas “como as pessoas produzem o que elas necessitam para se reproduzir e manter o andamento da sociedade”. O controle, portanto, “é um processo político porque molda as relações dentro de uma comunidade” e a sobrevivência “é principalmente um processo econômico porque envolve o processo de produção e reprodução” (MOSCO, 2009, p. 3). A constituição mútua de controle e sobrevivência é a dimensão mais interessante a se observar; isto é, como poder social e reprodução social se imbricam.

Complementarmente, segundo Mosco (2009, p. 3), descrever a economia política é ampliar seu significado para além das definições, realçando elementos centrais que a caracterizam. Para isso, a economia política tem como pressupostos básicos: 1) Entender a mudança social e a transformação histórica; 2) Examinar o todo social ou a totalidade das relações sociais que conformam as áreas econômicas, políticas, sociais e culturais da vida; 3) Ter o compro-

misso com a filosofia moral, isto é, procurar entender o dever-ser na forma de valores, princípios e normas morais e legais capazes de constituir e também mudar o comportamento social; 4) Executar o pensar e o fazer em unidade, o que constitui a ideia de práxis social.

Segundo Mosco, “a economia política sempre acreditou existir o todo de uma sociedade e que nós deveríamos tentar entendê-lo” (ano, p. 4). Mosco Ele ainda vai mais longe ao dizer que fazer uso do todo social não requer essencialismos ou reducionismos.

Na verdade, como Marx e [seus] intérpretes do século XX, como Gramsci e Lukács nos lembram, o pensamento dialético nos leva a reconhecer que a realidade é compreendida de partes e do todo, organizados na totalidade concreta de integração e contradição que constitui a vida social (2009, p. 31).

O estudo que elaboramos procura encontrar, no interior dessa organização/ocorrência histórica cunhada de “territorialidade”, o lugar da Rede Globo¹, agente importante para a constituição de uma sociedade brasileira moderna, pautada no desenvolvimento industrial e na urbanização. Os países que alcançaram um desenvolvimento autônomo, como simplifica Furtado (2011), têm como ordenação dos fatores primários de impulsão, em primeiro lugar, o progresso tecnológico que nasce da inventividade, da criatividade humana. Assim, para o autor, o esquema de constituição dessas nações seria o seguinte: “1) progresso tecnológico; 2) acumulação de capital; 3) modificações estruturais decorrentes de alteração no perfil da demanda”. Um desenvolvimento dependente, entretanto, tem como fatores de impulsão o inverso, sendo: “1) modificações estruturais decorrentes de alteração no perfil da demanda; 2) acumulação de capital; 3) progresso tecnológico” (2011, p. 106). O papel tecnológico, como nos mostra Furtado, é subalterno nestas economias.

Os países latino-americanos foram tomados pela recente glo-

1 - A Rede Globo (ou TV Globo) é uma das empresas que compõem o conglomerado “Grupo Globo”, pertencente à família Marinho. Conta, hoje, com estrutura de 5 emissoras próprias e 119 afiliadas. “São mais de 12 mil funcionários diretos e milhares de indiretos, produzindo por ano 3.000 horas de jornalismo e 2.500 horas de entretenimento – como se fossem feitos 1.250 filmes de longa-metragem todos os anos”. Disponível em: <http://grupoglobo.globo.com/tv_globo.php>. Acesso em: 05 Abr. 2016.

balização a partir da alteração da curva da demanda, que é o fator dinâmico, segundo Furtado, que levou à industrialização brasileira. Com a modificação da demanda provocada pelo desenvolvimento guiado por países que tiveram o progresso tecnológico endógeno, coube aos países dependentes a tarefa de se integrar a esse processo a partir de suas estruturas primárias e de tecnologia pouco avançada. Nossas indústrias de produtos agrícolas permaneceram exportando para esse mundo de demanda crescente, mas sem uma modificação em suas estruturas tecnológicas, pois tais indústrias não necessitavam de tanto avanço tecnológico.

Neste ponto, mister se faz entender um pouco mais sobre a complexidade do processo de desenvolvimento do qual nos colocamos como dependentes e no qual as estruturas e trocas comunicacionais são decisivas. O processo de industrialização no mundo desenvolvido, segundo Beniger (1986), teve início com uma crise nas formas de controlar as demandas do mercado e as populações. A “crise do controle”, resolvida por via da inventividade humana, e que levaria à “Revolução do Controle” (BENIGER, 1986), é encontrada por Beniger na descrição de Émile Durkheim sobre o processo de industrialização das sociedades. A industrialização, de acordo com Durkheim (*apud* BENIGER, 1986), tende a quebrar barreiras de transporte e comunicação que isolam mercados locais, chamados por ele de “tipo segmentado”, estendendo a distribuição de bens e serviços para o “tipo organizado” de mercado, que são os de âmbito nacional e global. Quando isso ocorre, há uma quebra do equilíbrio em que a produção é regulada, gerada pela comunicação direta entre produtor e consumidor. Essa descrição de Durkheim, presente no livro *Da divisão do trabalho social*, é o que Beniger (1986) caracteriza como “crise do controle”.

A saída da crise seria solucionada com novos meios de comunicação, com a finalidade de controlar economias organizadas em níveis mais complexos que o do mero tipo segmentado, localizado. Há, como diz Beniger, uma crescente “sistemização” (“systemness”) da sociedade, na qual a capacidade de comunicar e processar informação está diretamente ligada ao que funcionalistas estruturalistas como Durkheim chamaram de “problema de integração” (BENIGER, 1986, p. 11), ou seja, “a crescente necessidade de coor-

denação de funções que acompanham a diferenciação e a especialização em qualquer sistema” (BENIGER, 1986, p. 11). Para Beniger, o que Durkheim descreve como uma crise de controle no âmbito social tem sua contrapartida no âmbito da psicologia individual. A “anomia” de Durkheim surge, portanto, do colapso de normas que governam o comportamento grupal e individual. A anomia é um estado patológico do comportamento, exceção da própria regra de Durkheim, que via o aumento da divisão do trabalho diretamente associado a uma integração normativa e de solidariedade social. Todavia, o estado de anomia não decorreria primeiramente dessa mudança na estrutura da divisão do trabalho social, mas do colapso da comunicação entre os setores sociais cada vez mais isolados. Assim, tanto o problema da integração econômica quanto o da anomia, resultam da incapacidade de comunicação. O que Beniger (1986) segue mostrando em todo seu livro, *The Control Revolution*, são exatamente os esforços tecnológicos e econômicos para que a comunicação se torne possível.

Para Beniger, as principais respostas tecnológicas a essa crise de controle estão em Weber, que primeiro analisou o rápido crescimento da burocracia formal na virada do século XIX para o XX (BENIGER, 1986), mais notavelmente em *Economia e Sociedade*. A burocracia é a “tecnologia” que controla outros inventos tecnológicos capazes de cuidar dessa organização complexa trazida pela crise do controle. Apesar do apelo à formalidade da burocracia nesse novo momento histórico, não se deve atribuir ineditismo ao fenômeno.

Os antigos estados-nação da Mesopotâmia e do Egito necessitavam de administrações centralizadas, sendo daí que surge o aparato burocrático, o qual continuou a ser utilizado e aperfeiçoado atingindo os impérios pré-industriais de Roma, China e Bizâncio (BENIGER, 1986). As organizações burocráticas, sintetiza Beniger, “tendem a aparecer, qualquer que seja o local em que uma atividade coletiva necessite ser coordenada por muitas pessoas em direção a objetivos explícitos e impessoais, isto é, ser *controlado*”. Assim, “burocracias têm servido como meios generalizados de controle a qualquer sistema social amplo na maior parte das arenas institucionais e das culturais, desde sua emergência em torno de 3.000 a.C.” (BENIGER, 1986, p. 13, grifo nosso).

Assimilando o progresso tecnológico que levou à resolução da crise de controle, o processo de industrialização no Brasil se iniciou, sendo compreendido, segundo Furtado (2011, p. 108), por duas fases bem definidas: 1) a primeira vai de fins do século XIX até 1929 e teve como fator dinâmico, a elevação do nível de renda, decorrente do aumento das exportações de produtos primários; 2) a segunda fase, que vai de 1929 até 1960, teve como fator tensões estruturais devido ao declínio da capacidade para importar, o que levou ao sistema de substituição de importações. O que motivou essa segunda fase de industrialização no país não foi apenas o declínio da capacidade de importar, fato que estimulou a indústria interna, mas a ação governamental, “fonte de amplos subsídios aos investimentos industriais, através da política cambial e de crédito” (FURTADO, 2011, p. 113-114).

Em 1949, segundo Furtado, o processo de substituição de importações já tinha levado a praticamente substituir bens de consumo correntes. A partir daí, até 1964, a integração da economia nacional por meio do avanço da industrialização foi aumentando, reduzindo drasticamente a participação de importações para produtos intermediários e de bens de capital. A assimilação do progresso tecnológico, só realizada em 1964, quando a integração alcança, em 1964, o seu ápice, é reflexo do aumento de uma demanda produzida majoritariamente por outros atores, e não a razão que leva ao desenvolvimento.

É nessa segunda fase de industrialização que os investimentos na indústria se realizam também sem dar importância à formação de uma economia nacional autônoma em suas decisões. Diferentemente dos países desenvolvidos, o que se verificou no Brasil é que grande parte dos investimentos industriais foi decorrente da implantação no país de filiais de empresas estrangeiras, “que anteriormente controlavam o mercado através de exportações”. Deste modo, Furtado conclui que “a industrialização assumira a dupla forma de diferenciação do sistema produtivo e de implantação de empresas, cujo centro de decisões estava no exterior” (FURTADO, 2011, p. 115).

A relação de constituição mútua de economia e política em uma sociedade de informação só pode ser considerada no Brasil

após essa segunda fase de industrialização, quando temos de fato um primeiro sistema de comunicações instalado no Brasil. Isso não quer dizer que política e economia deixavam de se relacionar antes disso, e muito menos que a comunicação social não detinha papel relevante nessa tessitura. É o sistema de comunicação moderno que, de fato, dá o tom de generalidade do poder disciplinar a nossa sociedade contemporânea. Sistemas de comunicação sempre existiram, basta pensar como o Império Romano controlava todo o vasto território simplesmente com base no poder autoritário, de homem a homem.

Daniel Herz (1987) nos dá um panorama bem amplo da história da radiodifusão, que vai da introdução da tecnologia necessária no Brasil, passando pelo primeiro sistema nacional de comunicações, sua internacionalização e globalização. O panorama de Herz é um esforço de síntese que aqui nos permite situar o desenvolvimento dos meios eletrônicos de comunicação juntamente com a evolução econômica, política e cultural da sociedade brasileira e mundial.

Furtado, já citado aqui, é base para o entendimento de Herz que, assim como ele, vê na dependência externa um elemento geral importante para se descrever a sociedade brasileira da virada do século XX para frente. “O principal motivo que leva a balizar a história da radiodifusão com a evolução da dependência externa”, segundo Herz (1987, p. 75), “é a decisiva determinação que as relações internacionais exercem na configuração da comunicação de massa no Brasil”, considerando que “a pressão das potências internacionais gerou no Brasil uma tendência ‘modernizadora’ das relações capitalistas, com a imposição de um perfil empresarial, tecnológico e político para as empresas de comunicação”. A organização dos meios de comunicação, conforme Herz, refletirá, portanto, nosso quadro de dependência externa.

A tecnologia de radiodifusão no Brasil foi importada. No ano de 1919, Herz (1987) identifica o surgimento da radiodifusão brasileira, com a criação da Rádio Clube de Pernambuco. Diferentemente dos Estados Unidos, onde a radiodifusão foi desde logo utilizada para fins comerciais, a radiodifusão brasileira se iniciou com objetivos culturais. Evidente que por não haver forte desenvol-

vimento econômico e industrial no Brasil, um meio de comunicação dificilmente se vincularia a objetivos comerciais, por isso a ênfase cultural.

Nos Estados Unidos, todas as técnicas que surgiram a partir da Revolução Industrial, como vemos em Beniger (1986), visam a conter uma crise de controle, isto é, uma crise ligada diretamente à sustentação de uma economia nacional integrada e de sua expansão para um âmbito mundial. O que prova, portanto, que a natureza dos meios de comunicação é a do controle, seja político, seja comercial. São ferramentas de *feedback* utilizadas pelos controladores para se ter registro sobre o comportamento dos controlados: assim funciona um mercado que precisa administrar uma demanda ou um governo uma população, ambos em vertiginoso crescimento.

Esse momento cultural do rádio, entretanto, é breve no Brasil. É nessa mesma fase que, levemente, temos traços do início de uma movimentação comercial, apesar de restrita a setores ainda pouco dinâmicos, como o alimentício. A partir de 1925, todavia, é que Daniel Herz situa o momento em que a publicidade comercial se generaliza como meio de financiamento do sistema de comunicação “e as emissoras passaram a desenvolver suas potencialidades econômicas atuando como estimuladoras do mercado” (1987, p. 76). A radiodifusão passa a se integrar com espírito comercial ao sistema produtivo.

Ao se instalarem em território brasileiro, as empresas de publicidade e propaganda internacionais permitiam a políticos e empresários observar na imprensa e na radiodifusão um potencial de controle político, confirmando mais uma vez que a dupla constituição de controle político e de reprodução social se dá por meio da comunicação. A propaganda, ao passo que estimula um comércio que reproduz um tipo de sociedade, permite observar estímulos, medi-los com ferramentas próprias (estudos de mercado), e dar retorno (*feedback*) a uma prevista ordem social.

Assim, tanto controle social quanto sobrevivência tendem a se constituir mutuamente no momento em que o ferramental tecnológico adentra o território nacional. E é quando exatamente começa a arquitetura de um primeiro sistema nacional de comunicações (entre 1930 e 1945). É nesse momento que temos de fato o início

da formação de uma territorialidade moderna brasileira, onde a dimensão comportamental da sociedade passa a ser passível de controle e de perpetuação pelos agentes políticos e econômicos por intermédio da comunicação sistematizada. O sistema territorial confunde-se com o sistema de comunicação, que é controle e reprodução social ao mesmo tempo.

É por isso que, em 1931, já tínhamos um modelo institucional para a radiodifusão brasileira, “cujas bases, no fundamental, permanecem até nossos dias” (1987, p. 78). Herz fala do Decreto nº 20.047, de 27 de maio de 1931, que regula a execução de serviços de radiocomunicações no território nacional, e também de seu regulamento, o Decreto nº 21.111, de 1º de março de 1932. Nesse modelo, “os serviços de radiodifusão são executados por entidades públicas e privadas, mediante a concessão do Executivo outorgada em caráter precário”, considerando que “esse regime jurídico especial dava ao Estado o pleno poder de arbitrar sobre as concessões, com critérios aparentemente técnicos, mas que no fundamental são políticos” (Herz, 1987, p. 78). A presença de Getúlio Vargas no governo não foi suficiente para manter o caráter nacional autônomo de nossa economia, nossa cultura e nossos valores. O Golpe Militar de 1945 seria uma resposta a uma necessidade por instalar um governo “mais afinado com as potências imperialistas, especialmente com os Estados Unidos”. Com o golpe militar de 1945, passados 16 anos desde a crise mundial de 1929, ocorreria um momento de aumento da dependência externa.

Mesmo com o retorno de Vargas em 1950, o avanço imperialista, principalmente no pós-guerra e durante a guerra fria, fez com que os Estados Unidos interferissem diretamente no jogo político e econômico interno do território brasileiro, para construir a segurança que seu sistema capitalista em expansão deveria obter, dado que influências ideologicamente nacionalistas só poderiam atrapalhar. O aparelho que substituiria as guerras para apaziguar o território dominado é aquele desenvolvido graças à inovação e ao desenvolvimento tecnológico nos Estados Unidos. Os meios de comunicação eletrônicos serviriam como estrutura para um novo poder econômico que precisaria transformar as sociedades nacionais em sociedades abertas ao mercado mundial.

Em 1961, já começaram a ser elaborados os contratos entre as Organizações Globo e o grupo norte-americano Time-Life, como acusou Herz (1987, p. 84). Esse acordo, que levou ao surgimento da TV Globo, aproveitaria, mais tarde, após 1964, as condições econômicas e institucionais mais favoráveis que levariam ao desenvolvimento “de um sistema de telecomunicações e de radiodifusão compatível com as novas exigências do capitalismo internacional” (HERZ, 1987, p. 84). É que, no pós-64, o modelo econômico levou a um afinamento com os investimentos públicos em telecomunicações. É no período militar que, portanto, controle e sobrevivência social passam a se rearticular e promover uma ordem muito benéfica para alguns e pavorosa para toda uma coletividade, baseada em valores nacionais próprios.

É nessas condições que um sistema global de comunicação passa a ser assimilado em território nacional, no período de 1964 a 1987. À expansão e modernização do sistema produtivo no Brasil seguem-se, lado a lado, a evolução de tecnologias de comunicação e *feedback* capazes de ligar o Brasil aos centros dominantes do mundo. Comunicação e controle passam a trabalhar, cada vez mais, conjuntamente, trazendo os países subdesenvolvidos à ordem de sobrevivência mundial. O caminho, daí para a frente, rumo a uma sociedade de controle e à integração dos países subdesenvolvidos dar-se-ia de maneira mais facilitada. Assim, dentro do processo de expansão e modernização do sistema econômico no Brasil,

foi instalado um gigantesco sistema nacional de comunicações, composto por uma avançada infraestrutura de serviços de telecomunicações e por dezenas de emissoras de televisão, centenas de emissoras de rádio e dezenas de milhões de receptores de rádio e televisão (HERZ, 1987, p. 85-86).

A oligopolização, neste período, aumenta, portanto, dada a tendência de concentração identificada na própria história de desenvolvimento do capitalismo norte-americano e que aqui traria seus efeitos, devido à situação de dependência tecnológica, neste momento. A radiodifusão, assim, nas palavras de Herz, “é, ao mesmo tempo, causa e efeito desse modelo de desenvolvimento” (1987, p. 86). A comunicação se situa nas áreas cinzas de uma sociedade,

e assim ela permite controlar. Não se controla política ou economicamente sem a presença de comunicação, seja a direta de tempos anteriores, seja a midiaticizada dos tempos modernos.

A midiaticização, entretanto, não deve cegar para o fato de que a comunicação ainda possui importante papel nas decisões de controle e sobrevivência sociais (MULGAN, 1991), principalmente com a volta da democracia. Em 1985, com o fim da ditadura, apesar do avanço democrático, temos “inalterado o predomínio da burguesia no plano econômico”, além de, junto a isso, ter sido mantido “intacto o sistema de comunicação de massa resultante dos vinte anos de ditadura militar” (HERZ, 1987, p. 86).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após termos esse panorama de desenvolvimento da relação dos sistemas de comunicação nacional e global em uma visão em que se buscou enfatizar o processo histórico que nos permite ver a relação de constituição mútua entre reprodução e controle social, tanto na territorialidade local quanto na global, passamos a identificar nesse processo um ator nacional – a Rede Globo – em suas estratégias para adequação a essa realidade econômica e política tão complexa. Propomos, nos termos de Morin, um modelo recursivo para a representação dessa realidade complexa. Para descrevermos o local e o global em sua complexidade, precisamos descrever como o nosso foco de análise, o local, depende, para sua explicação, do global; e o global, por sua vez, do local.

Essa recursividade nos mostrou a relação de dependência entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Para descrevê-la, recorreremos à economia política em seu sentido de reprodução e controle social em mútua constituição. Economia e política, portanto, são dois aspectos a serem ressaltados, em sua relação, dentro de outra relação: a de recursividade de local e global.

A Rede Globo, assim como qualquer indústria de informação e comunicação, alimentou-se de um processo histórico ao passo que também o alimentou. Como produtora de informação e comunicação, a Rede Globo continua o projeto empreendedor da família Marinho e contribui para a efetivação das estruturas burocráticas sociais responsáveis por grande parte do controle social, aquelas

que compõem a economia e a política.

As burocracias estatais e mercadológicas cresceram à medida que os meios de comunicação puderam apoiar a dinâmica do sistema econômico em expansão. A sobrevivência seria conformada por um mercado mundial e não apenas por mercados segmentados. A globalização dos mercados exigiu estruturas mercadológicas que pudessem resistir às distâncias, assim como os Estados tiveram de se adaptar para que os mercados não impusessem seu poder sobre a soberania interna, utilizando também de comunicação para o controle do que circula em território nacional e para o controle da opinião pública, sobretudo.

As indústrias de informação e comunicação, que também são indústrias do controle, como consequência, servem, como podemos ver, para ambas as burocracias: as estatais e as mercadológicas. Não é difícil, com isso, vislumbrar a economia política da sociedade moderna brasileira. Mas não é somente da história do sistema territorial local, composto por seus subsistemas econômico e político, que podemos inferir a territorialidade que abriga um fenômeno como a Rede Globo. Isto é, todos os processos dentro dos sistemas territoriais locais recorrem e se fundam em processos dos sistemas territoriais globais, capitaneados pelos países de inovação tecnológica endógena, sobretudo os Estados Unidos da América.

O contexto de sobrevivência e controle mundiais, que desnuda a territorialidade dos diversos conceitos de sociedade moderna – “Era da informação”, “Era Pós-Industrial”, “Pós-fordismo” etc. – é, portanto, o resultado lógico da relação entre sistemas territoriais locais e o global. Isto porque, principalmente aqui para nós, latino-americanos, é impossível pensar em um Brasil subdesenvolvido sem recurso ao outro lado da moeda: o desenvolvimento e seus países dirigentes.

Essa relação entre sistemas territoriais jamais seria possível sem informação e, principalmente, sem comunicação. A comunicação, constituinte principal de quaisquer sistemas sociais, na visão de Luhmann (2001; 2006; 2011), comporta sistemas próprios que dão continuidade à ordem social. Daí a resposta à indagação: como é possível a ordem social? Só existe ordem social onde há comunicação capaz de estabelecer a moldura das relações sociais. Comu-

nicar permite que o ser social, que também é um ser biológico, com instintos e pulsões, permaneça vinculado à ordem civilizacional estatuída. A “‘comunicação’ como uma atividade social compreende o conjunto de formas sociais pelas quais as relações sociais são expressas, materializadas e modificadas”; a “comunicação estabelece a moldura, os limites e as implicações dessas relações sociais, seja lá uma questão de nações, classes, mercados ou impérios” (DE LA HAYE, 1979, p. 55).

Essa afirmação complementa, portanto, a noção de comunicação de Luhmann (2006; 2011) como um sistema operacionalmente fechado que produz a si mesmo e, ao mesmo tempo, operador central do sistema social. A autopoiesis do sistema comunicacional se confirma na materialidade do sistema social, que possui múltiplas formas responsáveis, como diz de la Haye (1979), por dar expressão e modificar as relações sociais. A comunicação é uma atividade social que estabelece seus próprios limites. Uma economia política da comunicação, como dissemos, deve relacionar poder e reprodução sociais por meio desse sistema autopoietico: a comunicação social.

A comunicação, pensamos, deveria não ocupar o lugar, mas ter considerado um grau de relevância equiparado ou, talvez, maior que os estudos de ideologia, seguindo a esteira de Yves de la Haye: “‘comunicação’ enquanto uma atividade social não pode ser restringida à pura ideologia, ao comércio de mensagens ou às relações individuais e sociais, como faz a dominante sociologia da comunicação” (1979, p. 55).

Pelos próprios dizeres de Yves de la Haye, fica claro que a comunicação não é sinônimo de liberdade, já que está inserida em uma ordem com formas sociais estabelecidas. A mesma comunicação que pressupõe liberdade para a sua existência, é aquela que faz a ordem social existir, já que estabelece limites. A comunicação revela a própria existência do eu, que busca no outro informações sobre o que ele é e o que não é. A referência ao outro e a relação constante com ele é essencial, portanto, para o exercício da ordem social, já que é nesse confronto que o sentido dos limites emerge.

Fica evidente, portanto, que tratar dos sistemas territoriais e de toda a territorialidade/sociabilidade a eles relacionados não faz

sentido sem referência ao papel da comunicação social. A comunicação organiza a vida em sociedade. É a partir dessa constatação, portanto, que é fácil enxergar que a Rede Globo, como burocracia que produz informação e comunicação, tem seu papel de organização das dinâmicas recursivas entre territorialidades locais e globais.

REFERÊNCIAS

- BENIGER, J. R. *The control revolution: technological and economic origins of the information society*. Massachusetts: Harvard University Press, 1986.
- CARVALHO, M. A. R. de. Irineu Marinho: *Imprensa e cidade. Pesquisa Memória Globo*. São Paulo: Globo, 2012.
- DE LA HAYE, Y. (Ed.). *Marx and Engels on the means of communication: the movement of commodities, people, information and capital*. New York: International General, 1979.
- DELEUZE, G. *Conversações*. 3ª. ed. Tradução de Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.
- FURTADO, C. *Raízes do subdesenvolvimento*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- HARDT, M. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, É. *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- HERZ, D. *A história secreta da Rede Globo*. 8ª. ed. Porto Alegre: Tchê!, 1987.
- HOWARD, H. E. *Territory in bird life*. London: John Murray, 1920.
- LUHMANN, N. *A improbabilidade da comunicação*. 3. ed. Tradução de Anabela Carvalho. Lisboa: Vega, 2001.
- _____. *Introdução à teoria dos sistemas*. 3. ed. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. Petrópolis: Vozes, 2011.
- _____. *What is communication?. Communication Theory*. Munique: v. 2. pp. 251-259. 2006.
- MANTOVANELI, W. P. *Rede Globo e Territorialidades: controle e sobrevivência sob a ótica do paradigma da complexidade*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades). Orientador: Prof. Dr. José Antonio Martinuzzo. Vitória: UFES, 2015.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. 4. ed. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- _____. *O método I: a natureza da natureza*. 3. ed. Tradução de Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- MOSCO, V. *The political economy of communication*. 2. ed. Los Angeles: Sage, 2009.
- _____. *The political economy of communication: rethinking and renewal*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1996.
- MULGAN, G. J. *Communication and control: networks and the new economies of com-*

munication. New York: The Guilford Press, 1991.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

_____. *Territoriality. A reflection of the discrepancies between the organization of space and individual liberty*. International Political Science Review, 1984, vol. 5, n. 2, pp. 139-146.

SACK, R. D. *Human territoriality: a theory*. Annals of the Association of American Geographers, 73:1, pp. 55-74, 1983.

SOJA, E. W. *The political organization of space*. Washington, D.C., Association of American Geographers, 1971.

WEAVER, W. *Science and complexity*. American Scientist, 36, 1948, pp. 536-544.

WIENER, N. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1954.

_____. *Cibernética: ou controle e comunicação no animal e na máquina*. Tradução de Gita Ghinzberg. São Paulo: Polígono, 1970.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. 3. ed. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

SOCIABILIDADES EM REDES: A TERRITORIALIDADE INFORMACIONAL E OS ROLEZINHOS

ÂNGELO BORTOLON

Descendentes dos artísticos *flashmobs*, os rolezinhos foram fenômenos que tomaram conta de diversas cidades brasileiras, principalmente entre 2013 e 2014. Criados a partir da potência das redes sociais desde a descoberta da possibilidade de mobilização instantânea convocada por meio da internet, os rolezinhos brasileiros reuniram milhares de jovens, oriundos principalmente das periferias das grandes cidades brasileiras, ocupando espaços até então consagrados ao consumo e comportamentos comedidos, como os shoppings centers. Para a realização de um estudo sobre rolezinhos urbanos e suas estratégias comunicacionais dentro e fora do ciberespaço, fazemos inicialmente uma reflexão acerca dos territórios das redes – onde se dão processos de sociabilidade.

Considerando o conceito de rede como precedente ao conceito contemporâneo de redes sociais digitais, por meio das quais são organizados os rolezinhos, discutimos o processo de apropriação dessas redes, com ênfase no Facebook, onde são criados e divulgados os encontros do “rolezeiros”. Um aspecto decorrente deste fenômeno social é o surgimento dos “famosinhos” da internet – celebridades típicas das redes sociais – que passaram a ser associados aos rolezinhos. Por isso, também recuperamos questões relativas à cultura das celebridades no âmbito da Internet.

A territorialidade informacional funciona como alicerce para a realização dos rolezinhos, que têm na presença dos famosos elementos agregadores dotados de forte capital social que atribuem valor aos eventos. Cada famosinho tem a capacidade de atribuir prestígio e reputação aos rolezinhos, o que confere garantia de su-

cesso de público e crítica, pois tende a assegurar grande número de participantes aos encontros presenciais nos shoppings. Havendo grande quantidade de interessados nos rolezinhos, a contrapartida são as críticas positivas nas páginas do Facebook em que foram organizados e divulgados, elementos motivadores para que sejam promovidos outros encontros subsequentes.

AS REDES COMO ELEMENTO DE ARTICULAÇÃO E MULTIPLICIDADE

É importante considerar que o conceito de rede – na contemporaneidade tão comumente associado ao ciberespaço – não prece-de apenas da cultura digital, mas com ela ganhou ainda mais vigor. Enne (2004) nos apresenta o caráter múltiplo do conceito de redes, aplicado em áreas como as Ciências Sociais e a Comunicação. Dessa forma, a autora aborda as possibilidades teóricas geradas por esse conceito para assim descrever determinados tipos de relações sociais. Segundo ela, em se tratando de autores provenientes das Ciências Sociais, mesmo que alguns tenham pontos divergentes, todos convergem no principal aspecto que define uma rede: “[...] sua capacidade de articulação e rearticulação permanente.” (ENNE, 2004, p. 264).

Enne recorre a J.A. Barnes (1987), que pensa rede como algo socialmente composto por indivíduos em articulação, partindo de interações. Assim, as redes estariam ligadas a situações de permanência, e não de articulações temporárias. Dessa forma, Barnes torna-se um precursor no uso do conceito de redes, transpondo a noção simbólica de rede utilizado na década de 1960 por Radcliffe-Brown, pensando rede como uma especial de simbologia para entender a estrutura social.

Barnes (1987) identifica dois tipos de rede: as “redes sociais totais” e as “redes sociais parciais”. Sobre as primeiras, ele afirma que:

Quer a rede possa ou não ser associada de maneira útil à estrutura social, não podemos encontrá-la nem aqui nem ali. Independentemente de qualquer coisa, a rede é uma abstração de primeiro grau da realidade, e contém a maior parte possível da informação sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde. Chamo-a de rede social total (BARNES, 1987, p. 166).

As redes parciais seriam “[...] qualquer extração de uma rede total, com base em algum critério que seja aplicarem à rede total [...]” (BARNES, 1987, p.166). Dessa maneira, qualquer indivíduo que componha uma rede pode ser usado como referência para pensar, justamente, sua composição. Assim, o estudo das redes parciais permitiria a uma compreensão das redes totais.

Enne cita Mitchell (1969) que tenta superar a abordagem de Elizabeth Bott sobre redes, visto que se encontra atrelada a questões relativas às composições familiares. Nesse sentido, Mitchell propõe, juntamente com outros autores como Epstein (1969), um conceito mais abrangente de rede que contemplasse “[...] diversas outras situações características de sociedades complexas e urbanas [...]” (ENNE, 2004, p. 267). Desse modo, Mitchell apresentará dois tipos de rede, uma que envolve a troca de bens e serviços e outra que engloba a troca de informações, sendo esse tipo de rede um processo de comunicação.

Segundo Enne, assim como Mitchell, Epstein faz uso da ideia de rede como sistema de troca de informações, apontando para “[...] a importância das configurações da rede em termos de seus fluxos comunicacionais no sentido de gerar prestígio entre os agentes que a compõem [...]” (ENNE, 2004, p. 267).

Isso posto, Enne, amparada pelos estudos de Epstein, traz conceitualmente rede como:

[...] um tipo de configuração social que não pode ser considerado um grupo ou um agrupamento, por seu caráter fluido e pela ausência de uma unidade entre os membros, pois estes não estão necessariamente todos em contato uns com os outros, de forma direta, em prol de um objetivo comum, como num caso de um grupo; as relações se dão através de links entre os agentes, de forma interpessoal, marcados por um fluxo de informações, bens e serviços, que irão resultar em processos de interação cujas fronteiras não são estáticas, mas se encontram em permanente construção e desconstrução [...] (ENNE, 2004, p. 270).

Apesar de o conceito de rede estar atrelado contemporaneamente às sociedades globalizadas, este se aplica a qualquer tipo de sociedade. O que a globalização promove sobre as redes é uma po-

tencialização, ampliação e explicitação da capacidade genuína das redes, que podem atuar no campo informacional e simbólico (seja nas bolsas de valores, seja nas trocas comunicacionais atuais), econômico (com as trocas materiais) e até mesmo cultural.

Parente (2004) nos apresenta a rede como metáfora da produção do pensamento. Segundo ele, o pensamento se dá como multiplicidade, visto que os sujeitos não pensam de maneira hierarquizada, mas sim como numa rede, a qual se realiza como um espaço de fluxo e transações. A rede deste modo, se apresenta sem essência, pois ela é um movimento de composição, de acordo com seu processamento e relações, logo, um campo múltiplo, e que demarca um processo de produção de subjetividade.

Dentre os autores mencionados por Parente, Serres discute a dimensão multitemporal das redes, uma temporalidade aberta, que nos leva a uma outra concepção e imagem de tempo, sem o elemento linear, sincrônico. A rede, ao digitalizar os processos, insere uma relação diacrônica, um movimento. Assim, o tempo na rede é perpassado por uma outra noção de duração e também de espaço.

Para Serres, a relação de mistura e conexão criada pela rede forma uma pantopia: todos os lugares em um só lugar e cada lugar em todos os lugares. O termo pantopia possui uma lógica muito próxima da do espaço heterotópico, o qual aponta o desejo da reunião de todos os lugares em um só lugar [...] (PARENTE, 2004, p. 100).

Podemos citar como exemplo da ideia de pantopia – todos os lugares em um só lugar – a concepção de link, pois a rede, a princípio, faz habitar espaços diferentes, reunidos. Assim, Parente faz uso da ideia de pantopia justamente para dar o sentido de que a rede abriga especialidades múltiplas. Deste modo, pensar em rede é primeiramente pensar no campo da multiplicidade, ou seja, é preciso ser múltiplo para ser rede.

Em Castells (1999), temos que outro elemento conjuntural importante das redes contemporâneas é a emergência das infovias, superestradas da informação. Na visão dele, a rede se torna a base técnica do novo capitalismo, não sendo mais possível pensar este sistema sem a rede e suas interconexões. As mudanças políticas, sociais e culturais que as redes produziram, segundo o autor, desa-

guaram na construção de comunidades virtuais. Para o autor, nem o Estado, nem o mercado, foram os grandes produtores e promotores da cultura da liberdade que se alastra no dispositivo de rede. Ele ainda nos traz que não é possível pensar rede dissociado de uma cultura de resistência, considerando a rede um dispositivo de resistência e que as redes incrementam um novo tipo de política, a política das identidades. Assim, qualquer composição reticular é produzida a partir de identidade cultural.

Perante a argumentação acima, especialmente sobre o rompimento de sistemas normatizados, podemos pensar os rolezinhos, uma vez que o movimento rompe, mesmo que por horas, a neutralidade espacial dos espaços em que ocorrem, no caso em questão os shopping centers. Muito além de fazer girar a engrenagem monetária que contabiliza desde os tickets de estacionamento às compras institucionalizadas, os rolezeiros encontram nos shoppings territórios presenciais de uma organização informacional em rede.

MOMENTO DE RUPTURA

A partir da napsterização¹ da sociedade, no final dos anos 90, e da configuração de uma dinâmica de rede trazida pela cultura P2P (*peer to peer*, trocas de um ponto qualquer a outro, sem passar por um eixo centralizador), as redes ganharam a potência de ser constituídas pelas margens, pelos sujeitos não especialistas, mediadas por computadores pessoais e dispositivos móveis – especialmente os celulares. Desta forma, são trazidas inovações por meio de compartilhamento de arquivos, postagens, artefatos criativos, ocorrendo uma somatória em que todos ganham por um esmero coletivo num maior emaranhando de elementos que poderão sofrer novos e diferentes arranjos.

Esta nova configuração de redes possibilitou os chamados sistemas de reputação coletiva, através dos quais por meio das redes digitais, as pessoas fazem avaliações de serviços, produtos, marcas ou mesmo de outras pessoas, que, agregadas por meio dos instru-

1 Referência ao Napster, que começou como um serviço de compartilhamento de música P2P e inaugurou a primeira grande disputa jurídica por direitos autorais com a indústria fonográfica.

mentos digitais, resultam em valorações que se agregam aos bens avaliados. Desta forma deslocam-se os parâmetros de reputação que reposicionam os atores sociais nesse contexto – como os famosos do Facebook, por exemplo, uma das ramificações das contemporâneas webcelebridades, como *youtubers*, “Snapchentos” (gravadores de Snapchat²), além de figuras reais e fictícias construídas no Instagram.

Nas diferentes abordagens dos conceitos de rede apresentados, é possível observar a presença do elemento multiplicidade nas definições dos autores. Tal constatação nos permite uma reflexão de que o pensamento em rede está intimamente ligado ao pensamento do múltiplo, à diversidade. Outro traço comum a alguns conceitos de redes é o caráter de imprevisibilidade, ou seja, a partir de sua dinâmica de funcionamento, conexões e interações, torna-se difícil a previsão de determinados fenômenos em rede, apesar da possibilidade de identificar padrões que perpassam seu funcionamento.

Vale considerar que as redes possuem suas próprias lógicas, estratégias e táticas. O modo como cada rede social digital contemporânea – Facebook, Twitter, Instagram, entre outras – se apresenta, com configurações, objetivos e modos de organização discursiva e imagética distintos, estabelecem dinâmicas de rede próprias ambientadas na territorialidade informacional, o ciberespaço.

AS REDES SOCIAIS DIGITAIS

Para Recuero (2009) uma rede social na internet é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos, que são os nós da rede) e as conexões (interações ou laços sociais).

[] O nó da rede, assim, é uma representação dos atores da rede social escolhida. No caso da análise de redes sociais na Internet, os nós são representações dos atores, tais como perfis e nicknames, textos, posts publicados [] (RECUERO;

2 Snapchat é um aplicativo de mensagens com base de imagens, criado e desenvolvido por Evan Spiegel, Bobby Murphy e Reggie Brown, estudantes da Universidade Stanford. Com o aplicativo, usuários podem tirar fotos, gravar vídeos, adicionar textos e desenhos à imagem e escolher o tempo que a imagem ficará no visor do amigo de sua lista.

BASTOS; ZAGO, 2015, p. 54).

Os laços sociais surgidos nas conexões das redes são formados por meio da interação entre os atores (RECUERO, BASTOS, ZAGO, 2015) podendo ser laços “fortes” os que são constituídos e apresentam maior confiança e intimidade, através do acúmulo de interações e relações sociais, e os laços “fracos”, constituídos de menores valores e menos interações, dinâmica em que se inserem os rolezinhos. Recuero mostra que nas redes há os elementos de cooperação, competição e conflito. Essas três características não são necessariamente processos distintos e não relacionados. São fenômenos naturais emergentes das redes sociais.

Dessa forma, é possível perceber nas páginas dos rolezinhos uma cooperação entre os nós da rede que formam. Essa cooperação se deve a uma finalidade específica, que é o sucesso do evento que acontecerá. As manifestações cooperativas podem ser percebidas nos convites para confirmação virtual nas páginas dos encontros, nas postagens e repostagens com comentários, fotos e vídeos de encontros já ocorridos, sendo essas interações elementos atrativos para os próximos rolezinhos, uma espécie de atestado de sucesso de um evento já ocorrido, organizado por determinado grupo – “família” –, que organizará um próximo. Para tal, fazem do Facebook instrumento por meio qual buscarão obter, para seus eventos, valores como visibilidade, reputação, popularidade e autoridade (RECUERO, 2009), que formarão o capital social (BOURDIEU, 1999) pretendido por esses jovens.

Dos valores apresentados por Recuero mais comumente relacionados às redes sociais digitais, a visibilidade é um dos mais relevantes, refletindo na obtenção de capital social dos atores envolvidos. No que diz respeito à reputação, percebida qualitativamente, ela é compreendida como

[...] a percepção construída de alguém pelos demais atores e, portanto, implica três elementos: o ‘eu’, e o ‘outro’ e a relação entre ambos. O conceito de reputação implica diretamente no fato de que há informações sobre quem somos e o que pensamos, que auxiliam outros a construir, por sua vez, suas impressões sobre nós (RECUERO, 2009, p. 109).

A popularidade, segundo Recuero, refere-se à audiência de determinado grupo ou ator dentro de uma rede social. No que tange à autoridade, trata-se de uma medida de influência de um ator em relação à sua rede, concomitantemente à percepção dos demais atores em relação a sua reputação. Em busca desses valores e também para construírem sua sociabilidade em rede, os jovens atores sociais fazem uso das plataformas digitais, fazendo da territorialidade informacional o espaço de interação e representação do eu midiaticizado.

CELEBRIDADES DIGITAIS: NOVOS PADRÕES DE SOCIABILIDADE

Na atual produção de capital social oriundas da visibilidade, temos o que Türrcke (2010) chama de sociedade da sensação, uma vez que o indivíduo, na condição de organismo vivo, se torna viciado em sensações, ávido por estímulos sensoriais incessantes. Grande parte desses estímulos estão alicerçados no aparato midiático contemporâneo, em especial na web. São buscadas sensação tanto por parte dos emissores quanto dos receptores de estímulos sensoriais. Fotos publicadas em rede sociais, pretendem, por vezes produzir as mais diversas sensações em seus pares receptores, em que “[...] uma ‘tomada’ fotográfica tem frequentemente dois significados: tanto registrar, controlar, quanto aceitar, salvar [...]” (TÜRRCKE, 2010, p. 185).

A busca pelas sensações dos indivíduos contaminados pelo “imperativo da visibilidade” (SIBILIA, 2003), torna-se um projeto perpétuo, uma vez que, as sensações são momentâneas e viciantes, tornando essa busca um imperativo que vai além de uma imposição comportamental social, indo ao encontro também de questões biológicas, muito embora, incitadas por comportamentos condizentes a processos culturais contemporâneos, que têm nas redes sociais o aparato abarcador do sujeito cibernético.

Imersos nesta dinâmica imperativa de visibilidade, adolescentes têm seu cotidiano ressignificado à luz da midiaticização, que funcionam como elementos que permeiam processos de autorrepresentação na web, bem como de pertencimento. Nesta dinâmica de visibilidade, estes jovens sujeitos contemporâneos adaptam os principais eventos de suas vidas às exigências das câmeras, sobre-

tudo dos celulares, na medida em que “quanto mais a vida cotidiana é aficcionada e estilizada com recursos midiáticos, mais avidamente se procura uma experiência autêntica e verdadeira” (SIBILIA, 2008, p. 195).

A midiatização do cotidiano se torna um imperativo social contemporâneo a ser cumprido. Não midiatizar a experiência cotidiana é o mesmo que não realizá-la. Tornar esta experiência algo confessional seria o equivalente a um diário eletrônico, em que “[...] o “eu” que fala e se mostra incansavelmente na web costuma ser triplíce: é ao mesmo tempo autor, narrador e personagem [...]” (SIBILIA, 2008, p. 31). As metamorfoses dos significados e vivências sociais ocorrem por meio da apropriação realizada pelos jovens das cenas públicas urbanas, associadas intimamente ao universo digital (ROCHA; SILVA; PEREIRA, 2014). Novas sociabilidades juvenis são produzidas e trazidas a campo com o advento de novas tecnologias, bem como o acesso a estes novos mecanismos, criando assim, novos modos de viver em sociedade de inúmeros jovens brasileiros, sendo esta vivência permeada pela midiatização.

[...] Estudos recentes têm apontado a centralidade ocupada pelas materialidades advindas do consumo e dos meios de comunicação, em especial as de natureza tecnológica, na composição, desde ao menos quatro décadas, dos modos de ser e de viver de inúmeros segmentos juvenis no Brasil. Em direção similar também se registra a atuação dos processos de visibilidade midiática na caracterização de experiências e identidades tipificadas como juvenis, tanto no que diz respeito aos processos de produção e validação de representações e de promoção de estilos de vida [...] (ROCHA; SILVA; PEREIRA, 2014, p. 03).

Desse modo, jovens protagonizam ações mediadas por aparatos tecnológicos, sobretudo os celulares com internet (*smartphones*), dispositivos móveis que auxiliam no processo de ressignificação do cotidiano. Por meio das redes sociais, é formada uma espécie de palco diversificado de eventos, em que a publicização dos fatos tem ponderação singular sobre a sociabilidade, inclusive de sujeitos oriundos das camadas menos favorecidas economicamente. O espaço virtual da midiatização “pode ser visto como um dispositivo de produção e deslocamento de sentidos, que possibilita novas experiências de sociabilidade

de públicos que estão em rede” (FRANÇA, 2014, p. 10).

Uma nova linguagem midiática, advinda dos dispositivos móveis, conduz novas formações discursivas que surgem atravessados por uma linguagem “que categoriza o mundo, que dá a ele uma ordem” (FIORIN, 2014, p. 63). É neste cenário que eclodem na internet, sobretudo por meio de adolescentes e jovens, diferentes modos de sociabilidade com vistas à visibilidade, objetivando um reconhecimento que poderá ser traduzido em fama, transformando sujeitos comuns em webcelebridades e famosinhos do Facebook. Alex Primo (2009) recorre a Rowlands (2008) para conceituar essa espécie de fama efêmera, por da expressão “vfama”, tipo de fama adquirida por pessoas sem terem, a princípio, nenhum talento se comparado a um passado recente em que a fama estava atrelada a um trabalho intenso ou raridade apresentada a um público. Dessa maneira, atualmente a fama “pode ser resultado de sorte ou mesmo de bom *timing* [...] hoje pouco importa porque alguém é famoso, mas simplesmente que ele é famoso” (PRIMO, 2009, p. 4).

Primo (2009) ainda faz uso de Rowlands (2006) para apresentar a fama na contemporaneidade como uma espécie de cola cultural do nosso tempo, aproximando pessoas em torno de conversações sobre a vida alheia apresentada nas redes sociais digitais. Assim, através do uso de micromídias digitais (PRIMO, 2009), é permitido aos jovens que atuem fortemente nas redes sociais digitais para a produção conteúdo que poderão gerar alguma visibilidade, e, por conseguinte, algum tipo de capital.

“FAMOSOS CONHECIDOS”: A CONSTRUÇÃO DO “EU” ATUANTE NAS REDES SOCIAIS

Há diversos meios hoje nas redes para a obtenção de fama. Um desses espaços é a rede “Famosos Conhecidos”, que tem diversas páginas no Facebook, mantidas por jovens e adolescentes, sobretudo da periferia, que se encarregam, eles próprios, de se tornarem famosos na Web, dando visibilidade a indivíduos de pouca ou nenhuma notoriedade, através da interação ordenada pelos administradores da página, assim como pela publicação de fotos e vídeos.

Por meio de uma linguagem que estimula a interação, os seguidores da página são conclamados a sugerir fotos de capas ou de

perfil e demais formas de participação, assegurando desta maneira a legitimidade, o prestígio e o sucesso da marca “Famosos Conhecidos”. Ao obedecer a ordem dos administradores e/ou usuários mais ativos, qualquer um tem a chance de se tornar um “Famoso Conhecido” no Facebook, logo, também detentor de popularidade, visto que serão visíveis, passíveis de receberem curtidas e comentários, que são moedas importantes na somatória do capital simbólico do sujeito midiaticizado contemporâneo.

Dessa maneira, ser amigo de “Famosos Conhecidos” trará os seguintes benefícios no que concerne a visibilidade, segundo relata a página:

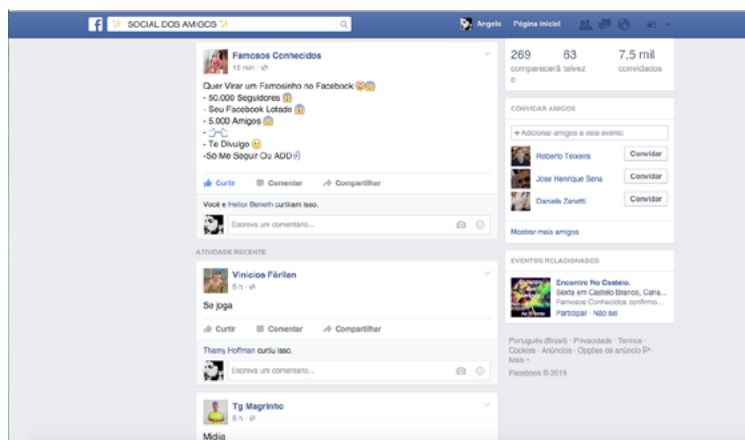


Figura 1 - Famosos Conhecidos
 “Quer Virar um Famosinho no Facebook? 50.000 Seguidores, Seu Facebook Lotado, 5.000 Amigos, Te Divulgo, Só Me Seguir Ou ADD (Fonte: Facebook)

Além dos emoticons e outras expressões características da linguagem das redes, outras do espectro audiovisual têm sido apropriadas para promoção de prestígio, reputação e popularidade nas redes sociais, com a divulgação de vídeos de paródias feitos por adolescentes. Com o uso desse dispositivo, ampliam as apostas na fama buscando extrapolar o Facebook e alcançar programas televisivos, como é o caso do adolescente Saullo Berck, que por meio de uma criativa solução, diante da limitação econômica, usa sapatos feitos de tijolos – simulacros dos caros saltos altos de grifes – para criar performances nas quais imita as

divas pop e suas coreografias (Figura 2).

Através de vídeos postados no Facebook, Saullo Berck obteve visibilidade para além da internet, chegando ao Programa da Eliana³ (SBT), de veiculação nacional, atestando a dimensão comunicacional da web, uma vez que, já sabendo do poder de produzir famosos, este programa também se dedica à divulgação de casos de sucesso da internet no quadro “Famosos da Internet”.



Figura 2 - Saulo e seus sapatos de tijolos (Fonte: Facebook)

A inserção de um quadro, que, de certo modo, é oriundo de uma manifestação da internet, atesta o alcance da web junto aos sujeitos contemporâneos, visto que será sucesso na TV certamente algo que já é sucesso na internet. O vídeo em que Saulo se apresenta no programa da Eliana, hospedado em seu canal no YouTube, tem mais de 100 mil visualizações, e seu canal possui mais 45 mil inscritos. A “diva dos tijolos” também já se apresentou no programa Legendários (Rede Record).

Outra categoria de vídeos⁴ produzidos pelos jovens são os tutoriais, estes também dotados da mensagem “faça você mesmo” da Web. Tendência de estilo entre alguns adolescentes por um deter-

3 Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=gbiZDyy9tSQ> > Acesso em: Julho 2015.

4 Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=ebNzZB5eyR4> > Acesso em: 28 julho 2015.

minado período, os “aparelhos ostentação”⁵ – simulacros dos aparelhos ortodônticos – feitos com parte das tampas das garrafas “pet”, tiveram sua confecção divulgada por meio de vídeos e fotos disseminados na web. As instruções mostram como montar um “aparelho ostentação” nas cores Coca-Cola, Fanta Laranja, Sprite, Guaraná Antarctica e Dolly, em que as rodela de plástico que compõe as garrafas de refrigerante se tornam o novo adorno adolescente.

Após a confecção deste novo acessório, instalado na arcada dentária, registra-se com fotos e vídeos postados em seus perfis digitais para que os pares de estilo possam estabelecer as conexões pretendidas por jovens internautas, por meio de curtidas, comentários, compartilhamentos, que lhes conferirão visibilidade. Em não mais que trinta minutos, uma avalanche virtual de fotos e vídeos com todos da rede usando seus respectivos aparelhos produzidos artesanalmente serão espalhados na territorialidade virtual, estando todos ligados por esta “credencial de distinção” (BOURDIEU, 2008) – o uso do aparelho – através do qual se legitimam e se diferenciam dos demais jovens que não possuem elemento simbólico, promotor de visibilidade e prestígio, produtor e mantenedor do capital social. Os aparelhos de tampa de garrafas de plástico são exemplos de como os adolescentes da periferia suplantam a escassez de recursos financeiros e atribuem novos sentidos a objetos cotidianos (CERTEAU, 1998), por meio das criações e das práticas comunicacionais contemporâneas.

5 Disponível em: <<http://www.ahnegao.com.br/2014/02/como-fazer-seu-aparelho-ostentacao.html>>. Acesso em: 28 Julho 2015.



Figura 3- “Aparelho ostentação” feito de garrafa PET
(Fonte: www.ahnegao.com.br)

Outro exemplo de um tipo de criação que ganhou visibilidade nas redes é a do garoto tailandês Suchanatda Kaewsang-nga (Figura 4). Assim como Saullo Berck, ele usa os recursos de que dispõe para criar seu particular universo de luxo e glamour, inspirado na internacional marca de moda feminina Victoria Secrets. Com plantas (inclusive secas), sacos de lixo e outros materiais, o tailandês cria roupas inspiradas nessa grife⁶. Esse uso é registrado em fotos e vídeos compartilhados nas redes Facebook (163.457 seguidores)⁷ e Instagram (36 mil seguidores). As postagens feitas pelo tailandês renderam-lhe tamanho sucesso que ele foi convidado a estrear com suas criações na revista on line tailandesa “Lips”, dedicada a moda.

6 Disponível em: < <http://f5.folha.uol.com.br/voceviu/2017/01/garoto-tailandes-cria-desfile-estilo-victorias-secret-usando-roupas-feitas-de-plantas.shtml> > Acesso em: Fev. 2017.

7 Disponível em <https://www.facebook.com/people/Suchanatda-Kaewsang-nga/100012351243210>. Acesso em 23/08/2017.



Figura 4 - Uma das criações de Suchanatda Kaewsang (Fonte: Facebook)

ROLEZINHOS EM CARIACICA

As webcelebridades, por diferentes atributos e razões, conseguem agregar seguidores e muitas vezes formar comunidades virtuais. No caso dos famosinhos, estes possuem um poder agregador, sendo um elemento que colabora para ampliar o número de interessados em rolezinhos nas páginas dos eventos do FB.

Nos vários rolezinhos realizados ao longo de 2015 no Shopping Moxuara, localizado no município de Cariacica (ES), um dos mais pobres da Grande Vitória, estudados ao longo desta pesquisa, destacam-se os famosinhos Júnior Hickman, Alan e Junior Kölsch e Aninha Matiazzi⁸. Além de atraírem público para os eventos e se tornarem vips e alvo de tiação, são por vezes organizadores dos encontros com seus “nomes” ou “sobrenomes”, com o objetivo de atrair mais público, confiando em seus capitais social e simbólico adquiridos nas redes. Segundo Pavesi (2014) famosinho pode ser descrito como:

[...] aquele que é reconhecido como tal é alguém que tem prestígio nas redes sociais. Prestígio neste sentido pode ser traduzido como “ter muitos amigos add e seguidores e imagens e postagens curtidas por muitas pessoas”. Mas a qualificação do status de “famosinho” precisa vir de fora nunca ser assumido por meio da autoatribuição [...] (PAVESI, 2014, p. 266).

8 <https://www.facebook.com/aninha.matiazzi?fref=ts>. Acesso em 23/08/2017.

Júnior Hickman (Figuras 5 e 6), por exemplo, não foi um organizador de rolezinho, mas esteve presente em diversas edições, atribuindo valor aos encontros com sua presença. Dançarino de funk, ele é morador do bairro Jardim Botânico e seu perfil chega a alcançar cerca de 4 mil curtidas ao anunciar-se “S_O_L_T_E_I_R_O”, o que é considerado expressivo para o universo geográfico em que se insere. Ele também conta com uma página no FB do Fã Clube Jùnior Hickman⁹.



Figura 5 - Página do perfil de Júnior Hickman no Facebook.



Figura 6 - Página do perfil de Júnior Hickman no Facebook.

Júnior Hickman, possui capital social suficiente de um agregador, capaz de reunir uma “família de cafajestes”, “os famosos CAFAJESTES” (atentemos para a simbólica grafia em letras maiúsculas reproduzida da postagem - Figura 6), termo que conota prestígio e notoriedade junto a seus pares, ou seja, seus fãs, seguidoras e segui-

9 <https://www.facebook.com/junior.hickman.125?fref=ts>. Acesso em 23 de agosto de 2017.

dores, que não apenas o acompanham no Facebook, mas também estão presentes em algumas das suas performances.

Apresentando-se como “CAFAJESTE SEM DONA”, Jùnior constrói seu capital social por meio de estratégias capazes de atrair público por onde passa. É possível observar na postagem abaixo que a auto definição de “CAFAJESTE SEM DONA”, rendeu-lhe um grande número de curtidas (1,5 mil), logo, uma consequente fama na territorialidade virtual e presencial, tendo em vista o número de fãs que vão às suas apresentações de dança. Como famosinho, Jùnior Hickman é assim reconhecido também:

[...] porque é o cara que vive plugado, que administra racionalmente sua imagem e mesmo que todos façam ainda que não sejam considerados famosos e saibam que seus pares também o fazem, simplesmente porque essa conduta é praticamente um imperativo categórico cultural que condiciona a sociabilidade juvenil hoje [...] (PAVESI, 2014, p. 267).

A fama pretendida por Jùnior e a construção da imagem nas redes sociais, como sugere Pavesi (2014, p. 268) pode ser pensada como uma performance, mas por mais que o famosinho, racionalize sua performance, “ainda é movido por todo um conjunto de símbolos e circunstâncias dos quais nem sempre tem clareza que está vivendo”.

Por meio de páginas construídas no Facebook, jovens organizam seus grandes encontros, que têm como função não apenas diversão e sociabilidade – típicas razões desses encontros juvenis – mas também estar em presença com essas (sub) webcelebridades¹⁰ do Facebook e até e atingir a proeza de terem suas fotos comentadas pelo famosinho tietado.

Como regra geral tanto para meninas como para meninos, o simples fato de se comentar a foto de um famosinho e ser respondido por ele pode ser uma grande chance de entrar para o mundo da “fama” local, uma vez que passa pela ideia

10 (Sub)celebridade são os sujeitos de destaque numa determinada localidade, limitando seu alcance e fama a este delimitado território e público. Esses sujeitos não alçam o posto de celebridade por não possuírem o alcance de celebridades televisivas ou da internet, como atores, cantores, blogueiros e YouTubers. Contudo, as (sub)celebridades dos rolezinhos tem forte poder de agregação.

de reconhecimento ou simplesmente se sentir parte da história que se desenrola. Os famosinhos por sua vez, não respondem a todos os comentários e isso é parte da estratégia de gerência da fama [...] (PAVESI, 2014, p. 270).

Como elemento agregador dos rolezinhos, o famosinho constrói na territorialidade informacional, com reverberação na territorialidade geográfica, sua própria narrativa emoldurando seu self, que “[...] é um projeto que o indivíduo constrói com materiais simbólicos que lhe são disponíveis, materiais com que ele vai tecendo uma narrativa coerente da própria identidade [...]” (THOMPSON, 2014, p. 268).

Nem sempre “estetizado”, porém sempre “presente” e constantemente “reatualizado”, o cotidiano – assim como a intimidade (SIBILIA, 2008) – parece, por vezes, estar submetido a um “imperativo da visibilidade”. Dessa forma, midiaticizados, esses atores sociais têm seu cotidiano ressignificado pelo crivo da visibilidade, admitida como um valor a ser conquistado.

CONCLUSÃO

Por seu caráter fluido, os rolezinhos não se chegam a se constituir como um movimento social organizado, um grupo articulado em torno de objetivos comuns e amparados em decisões prévias. Contudo, instituem “espaços de fluxos” na cena cotidiana do espaço urbano, causando impactos na ordem cristalizada dos seus lugares de consumo e segregação e colocando em evidência um desejo por visibilidade e reconhecimento ancorado por uma lógica da midiaticização.

A popularidade nas redes virtuais passa a ser um valor para o grupo, um tipo de capital simbólico que funciona como elemento de distinção (BOURDIEU, 2008), tanto para os participantes isolados quanto para o grupo como um todo. O sucesso dos eventos também depende de sua (boa) repercussão na Internet. Sem este “atestado”, essa legitimação, o evento tem sua significação incompleta.

Assim, num processo de imbricamento de territorialidades virtuais e presenciais, jovens atores sociais das periferias urbanas, promovem territórios. No Facebook, uma territorialidade infor-

macional, é dado subsídio para que ocorra uma ocupação de uma territorialidade geográfica, o shopping, espaço em que há uma confluência destas duas territorialidades, visto que simultaneamente, no momento da performance dos rolezinhos, ambos os territórios são apropriados, ressignificados às suas intenções de sociabilidade, bem como de visibilidade.

REFERÊNCIAS

- BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo, Global, 1987.
- BOURDIEU, P. A *Distinção: crítica social do julgamento*. 1º ed. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.
- _____. *P. O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. *P. Las formas de capital*. 1º ed. Lima: Editorial Piedra Azul, 1999.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- ENNE, A. L. S. *Conceito de rede e as sociedades contemporâneas. Comunicação e Informação*, V 7, nº 2: pág 264 - 273. - jul./dez. 2004.
- FIORIN, J. L. *Argumentação e discurso*. Bakhtiniana, São Paulo, Número 9 (1): 53-70, Jan./Jul. 2014.
- FRANÇA, V. No Bonde da Ostentação: o que os “rolezinhos” estão dizendo sobre os valores e a sociabilidade da juventude brasileira? *Revista Ecopós*, Rio de Janeiro, v.17, nº 3, sem. 2014. Disponível em: <http://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/download/1384/pdf_42>
- MAYER, A. A importância dos ‘quase-grupos’ no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas*. SP, Global, 1987.
- PAVESI, P. P. *Oi, tem internet? Claro! No mundo Tim! Sem conexões não vivo: o consumo do acesso à internet na grande terra vermelha*. 2014, 346 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ.
- PRIMO, A. A busca por fama na web: reputação e narcisismo na grande mídia, em blogs e no Twitter. In: *XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009, Paraná, Curitiba*, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1950-1.pdf>>
- RECUERO, R; BASTOS, M; ZAGO, G. *Análise de redes para mídia social*. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- RECUERO, R. *A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet*. 1º ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

ROCHA, R. M.; SILVA, J. C.; PEREIRA, S. L. Imaginários de outra diáspora: consumo, urbanidade e acontecimentos pós-periféricos. In: *Encontro Anual da Compós*, 23, 2014, Pará. Compós. Belém, 2014. Disponível em: < http://www.compos.org.br/biblioteca/3vfcompos2014rochapereirasilvagpimagemimaginariomidiaticos_2258.pdf >

SIBILA, P. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. 1º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SILVERSTONE, R. *Porque estudar a mídia*. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

TÜRCKE, C. *Sociedade excitada: filosofia da sensação*. 1º ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

COMUNICAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: TERRITORIALIDADES QUE SE ENTRELAÇAM

MARIALINA CÔGO ANTOLINI
EDGARD REBOUÇAS

A cidadania está conectada à comunicação de maneira intrínseca. Não pode haver cidadania sem os processos comunicativos: sem diálogo, sem transmissão e recepção de informação, sem liberdade de expressão. Se a cidadania plena é pré-requisito para sociedades verdadeiramente democráticas, a comunicação tem papel fundamental na conquista de direitos para todos os seres humanos.

Antes de estarem a serviço da cidadania, os processos comunicacionais estão na base da vida em sociedade – foram eles que possibilitaram a constituição de comunidades, uma vez que a comunicação permite o relacionamento consciente da espécie humana, a única espécie conhecida com esse poder. A vida, portanto, como afirma Desmond Fischer na citação que abre este artigo, depende da comunicação: “Os indivíduos precisam dela para viverem juntos. Sem ela não poderá haver cooperação, paz. A comunidade depende de comunicações” (FISCHER, 1984, p. 18).

O primeiro filósofo ocidental a tratar a comunicação como base das relações humanas em sociedade foi Democritus de Abdera (século V a.C.). Para ele, a transformação de homínídeos em humanos se deu pela invenção da linguagem comunicativa, uma vez que “sem comunicação nunca teríamos transcendido o estado bruto de *copresença*, que compartilhamos com outros animais, para chegarmos à *coexistência*, na qual alcançamos a única forma de relacionamento plenamente consciente, a comunidade” (PASQUALI, 2005, p. 18, grifos no original).

O desenvolvimento da linguagem em si trouxe para os homens

possibilidades além das demais espécies. Permitiu não apenas que as pessoas passassem a externar seus pensamentos de diversas maneiras (falada, escrita, por meio de livros, músicas etc.), mas, ainda, que ideias e reflexões fossem recriadas através de outras pessoas, que passaram a acrescentar pensamentos e devolvê-los transformados (CRIS, 2005). É o milagre do diálogo que se cria pela linguagem: “Nós podemos compartilhar ideias, e, a partir daí, novas ideias surgem e a cultura humana se desenvolve” (CRIS, 2005, p. 22, tradução nossa)¹.

Apesar de serem utilizadas de maneira frequente como sinônimos, comunicação e informação são palavras que portam significados diferentes. Informação é uma parte importante do processo comunicacional, mas não se resume a ele. Informar se refere a uma mensagem que é transmitida de um emissor para um receptor. Carrega consigo o peso de algo que é passado, de um para outro. A hierarquia da transmissão faz com que a informação tenha uma determinação causal, uma vez que mensagens informativas tendem a ser percebidas como mensagens de comando, mensagens que silenciam o receptor ao invés de levá-lo ao diálogo (PASQUALI, 2005).

Isso se dá porque ter informação significa deter um poder sobre determinado aspecto da vida social. “Em todas as sociedades de todos os tempos, a informação é poder” (FISCHER, 1984, p. 19). A humanidade vivenciou diversos formatos e configurações sociais, e, o último século marcou a saída da sociedade industrial para a entrada na sociedade da informação. Um período da história humana designado sociedade da informação é um sinal evidente da importância dos processos comunicacionais para o desenrolar social, cultural e econômico das pessoas que vivem nesta época. Mas, a sociedade é da informação, e não sociedade da comunicação. E este não é um termo neutro:

A informação é uma fonte de poder e o domínio dos seus meios de produção, controle e disseminação pode aprofundar a desigualdade da distribuição dos poderes numa sociedade já marcada por disparidades iníquas (MELO; SATHLER, 2005, p. 9).

1 “We can share ideas, and, from that, new ideas emerge and human culture is furthered” (CRIS, 2005, p. 22).

Nas sociedades complexas contemporâneas, no entanto, a busca pela solução das questões sociais mais urgentes demanda uma capacidade de comunicação maior do que a capacidade de informação.

É um panorama perturbador perceber que, na medida em que a capacidade humana de processar e distribuir informação e conhecimento aumenta e melhora, a capacidade de conversar e comunicar diminui² (HAMELINK, 2004, p. 137, tradução nossa).

Tendo a comunicação um papel tão central na sociedade, na prática cidadã, poderia se supor que os processos relacionados a ela estivessem plenamente regulados e regulamentados, e as ações comunicativas – em todas as suas formas e meios – estivessem garantidas enquanto direito de todos os seres humanos. Essa não é, no entanto, a realidade vivenciada pelos cidadãos que habitam a sociedade da informação. Longe disso, as discussões acerca dos direitos humanos e do pleno exercício da cidadania ainda precisam encontrar mecanismos para garantir sua efetivação mundo a fora.

Cidadania pressupõe participação, mobilização e empoderamento de pessoas e movimentos. Sem verdadeira comunicação, isto se torna impossível. Na busca de uma cidadania plena para os habitantes desta sociedade complexa, o respeito aos direitos humanos é imprescindível.

DIREITOS HUMANOS: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

O Direito à Comunicação, ainda que de forma incompleta, é um dos direitos garantidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, que apresenta, em 30 artigos, os direitos que se aplicam – ou deveriam – a todos os seres humanos que habitam o planeta. Apesar da importância fundamental desta Declaração para a conquista de direitos das pessoas, a história dessas garantias começa bem antes. O debate envolvendo o que são os Direitos Humanos,

² “It is a disturbing prospect that as the human capacity to process and distribute information and knowledge expand and improves, the capacity to communicate and converse diminishes” (HAMELINK, 2004, p. 137).

quais são, de onde eles surgem, como cumpri-los, se eles são ou não atualizáveis, entre outras questões, envolve filósofos, religiosos, pensadores e pesquisadores de todo o mundo há cerca de 25 séculos.

Em consonância com o pensamento dos juristas Norberto Bobbio (2004) e Fábio Konder Comparato (2010), entre outros pesquisadores do tema, entendemos os Direitos Humanos como uma construção histórica. Os direitos nascem a partir de determinadas circunstâncias que propiciam o seu desenvolvimento, de maneira gradual, a partir de lutas sociais. Necessidades fundamentais de determinada época ou sociedade podem não ser imprescindíveis em outros momentos históricos ou para um grupo social diferente. O direito a viver em um ambiente livre de poluição, por exemplo, não era imaginado como necessário na época das primeiras conquistas relacionadas aos direitos trabalhistas, no início do século XX. O direito de duas pessoas do mesmo gênero se casarem não era concebido como uma possibilidade legal há algumas décadas, e ainda não o é em diversas nações.

Essas exigências nascem somente quando nascem determinados carecimentos. Novos carecimentos nascem em função da mudança das condições sociais e quando o desenvolvimento técnico permite satisfazê-los. (BOBBIO, 2004, p. 6).

Essa construção histórica de direitos encontrou seu ápice contemporâneo em 10 de dezembro de 1948, com a aprovação pelos países membros da Organização das Nações Unidas da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O documento teve grande parte de sua motivação fundada nos horrores registrados nas duas grandes guerras que a precederam, especialmente a segunda, que trouxeram a convicção da necessidade de criar mecanismos para a não repetição deste quadro. Durante os seis anos de duração da segunda guerra mundial, mais de 40 milhões de pessoas teriam sido mortas, sendo que a maioria não morreu em campos de batalhas, mas por ação dos próprios Estados (ANDI; SEDH; UNESCO, 2006).

Os conflitos internacionais e a permanente ameaça à paz demonstraram que não bastava que cada Estado aprovasse internamente uma declaração de direitos, ou mesmo subs-

crevesse diferentes documentos internacionais para que automaticamente passasse a respeitar os direitos (DORNELLES, 2006, p. 39).

Norberto Bobbio (2004) afirma que a problemática envolvendo os fundamentos dos direitos do homem teve sua solução atual com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na medida em que sua validade é aceita em um consenso geral.

Não sei se se tem consciência de até que ponto a Declaração Universal representa um fato novo na história, na medida em que, pela primeira vez, um sistema de princípios fundamentais da conduta humana foi livre e expressamente aceito, através de seus respectivos governos, pela maioria dos homens que vive na Terra. Com essa declaração, um sistema de valores é – pela primeira vez na história – universal, não em princípio, mas de fato, na medida em que o consenso sobre sua validade e sua capacidade para reger os destinos da comunidade futura de todos os homens foi explicitamente declarado (BOBBIO, 2004, p. 28).

A Declaração inaugura a concepção contemporânea de Direitos Humanos, marcada pela universalidade e, principalmente, pela indivisibilidade deles. Outra característica essencial do documento é a culminância do processo de reconhecimento da igualdade entre pessoas, independente de qualquer característica – gênero, raça, religião etc. Esse entendimento ficou claro após o final da segunda guerra, “a mais desumanizadora guerra de toda História”, na medida em que se percebeu “que a ideia de superioridade de uma raça, de classe social, de uma cultura ou de uma religião, sobre todas as demais, põe em risco a própria sobrevivência da humanidade” (COMPARATO, 2010, p. 240).

No entanto, mais de meio século após a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos a questão que se coloca com mais urgência é a criação de mecanismos internacionais para efetivação desses direitos. O debate sobre os direitos humanos precisa migrar do campo filosófico para as arenas jurídicas e políticas:

Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é sua natureza ou fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo

mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, ele sejam continuamente violados (BOBBIO, 2004, p. 28).

O caminho na conquista e garantia dos direitos, no entanto, não é linear. “Os direitos humanos nesse mundo em mutação parecem estar sob ameaça constante, sobrepujados pelo princípio da violência, da dominação econômica, da colonização das mentes e da racionalidade armamentista” (MELO; SATHLER, 2005). Como observa Cees Hamelink:

A história não caminha em passos progressivos que nos levam ao esclarecimento e do desenvolvimento da ciência e da tecnologia para o progresso moral. A história é circular e marcada por ondas recorrentes de condutas altamente imorais e refinadas reflexões éticas. A desumanidade é parte da condição do ser humano. Violações absurdas dos direitos humanos acontecem por causa das escolhas que os seres humanos fazem (HAMELINK, 2004, p. 147, tradução nossa).

Assim, é necessária a observação constante, a atuação de cidadãos consciente de seus direitos, dos movimentos sociais, para que os direitos humanos enunciados não sofram com retrocessos, mas, ao contrário, ampliem seu alcance e suas garantias. O contexto histórico de nascimento de direitos traz novos desafios, na medida em que a sociedade muda e os meios técnicos disponíveis se ampliam. Já se fala em quarta geração de direitos, relacionada à preservação do patrimônio genético humano, após questões polêmicas no meio científico, como a clonagem. O direito humano à comunicação, apesar de estar na base da configuração social, se encaixa neste contexto de mudanças nas dinâmicas sociais e desenvolvimento técnico dos meios, que criam carecimentos e demandam o nascimento de novos direitos.

CIDADANIA ENQUANTO PROCESSO HISTÓRICO

Assim como os direitos humanos, cidadania é um conceito histórico, que vem sendo lapidado conforme as sociedades que habitam o planeta vão de desenvolvendo e escrevendo suas narrativas. Encontrou avanços, retrocessos, questões e debates no desenrolar

do viver de diferentes grupos sociais, que continuam na atualidade. Tanto que a definição do que significa cidadania não encontra um consenso nas ciências sociais (VIEIRA, 2001; CORRÊA, 2006). Na Grécia antiga, cidadão era o homem branco, com posses, que vivia em Atenas. Na Idade Média, os direitos se restringiam àqueles pertencentes à nobreza. No século XVIII, aos barões e membros da burguesia. A cidadania, tal como os Direitos Humanos, foi sendo conquistada e se estendendo – em quantidade e qualidade.

Thomas Marshall propôs, em 1949, uma das teorias mais estudadas e aceitas até hoje acerca da cidadania, baseada no desenvolvimento de certos direitos. Segundo ele, existem direitos e deveres inerentes à condição de cidadão. No livro *Citizenship and social class*, obra na qual o pensador lança suas ideias, Marshall afirma que “cidadania é um status concedido para aqueles que são membros de uma comunidade. Todos que possuem este status são iguais em relação aos direitos e deveres trazidos por ele³” (1950, p. 28-29, tradução nossa). A cidadania, portanto, estaria relacionada diretamente ao pertencimento a uma comunidade. Para ele, a cidadania se processa a partir de três classes de direitos: civis, políticos e sociais. Desenvolvida logo após o final da segunda guerra mundial, esta teoria tem como base a história inglesa e a maneira como os direitos foram (ou estavam sendo) conquistados naquele país.

O autor propõe uma ordem lógica de conquista de direitos. Os primeiros direitos de cidadania seriam os direitos civis, definidos como “liberdade individual, liberdade de discurso, pensamento e fé, direito à propriedade e à validade contratual, direito à justiça⁴” (MARSHALL, 1950, p. 10, tradução nossa). Os direitos civis são aqueles que asseguram a existência da sociedade civil em si, das relações civilizadas entre as pessoas. Sua base é a liberdade individual.

Em seguida, os direitos políticos são alcançados, ou seja, o di-

3 “Citizenship is a status bestowed on those who are full members of a community. All who possess the status are equal with respect to the rights and duties with which the status is endowed” (MARSHALL, 1950, p. 28-29).

4 “Liberty of the person, freedom of speech, thought and faith, the right to own property and to conclude valid contracts, and the right to justice” (MARSHALL, 1950, p. 10).

reito de exercitar o poder político, tanto como eleitor como quanto ocupando um cargo político. Engloba ainda o direito de se organizar politicamente, em partidos. “Em geral, quando se fala de direitos políticos, é do direito de voto que se está falando” (CARVALHO, 2014, p. 15).

Em terceiro, viriam os direitos sociais, relacionados à segurança, educação, saúde, garantias trabalhistas, entre outros que ajudam a assegurar uma qualidade de vida mínima para o cidadão. Para o historiador brasileiro José Murilo de Carvalho (2014, p. 16), “os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. [...] A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa de Poder Executivo. A ideia central em que se baseiam é a da justiça social”.

De acordo com Marshall (1950), há uma ordem lógica nesta sequência de conquista de direitos. Eles vieram de forma lenta e paulatina e uma conquista levou a outra, ou seja, houve um processo de educação da população. No entanto, isso não significa que fora desta ordem não há outras maneiras de conquista da cidadania. “Os caminhos são distintos e nem sempre seguem linha reta. Pode haver também desvios e retrocessos, não previstos por Marshall. O percurso inglês foi apenas um entre outros” (CARVALHO, 2014, p. 17).

Ao analisarmos as conquistas de direitos propostas por Marshall, percebe-se que a cidadania é composta de várias camadas. É possível ser cidadão na medida em que se tem direito ao voto, mas não o ser quando não se consegue acesso adequado a um tratamento de saúde. “A cidadania inclui várias dimensões e algumas podem estar presentes sem as outras. Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível” (CARVALHO, 2014, p. 15).

O processo de conquista da cidadania é bem ilustrado a partir do exemplo do direito do voto para mulheres. Foi apenas na Revolução Francesa, em 1789, que as mulheres passaram a ser consideradas cidadãs. A Revolução Francesa foi um dos grandes marcos na conquista de direitos, enunciando uma Declaração que fala de direitos universais. Esta declaração, no entanto, não teve valor prático nem mesmo para as mulheres daquele país, que só conquista-

ram o direito ao voto após a segunda guerra mundial (PASQUINO, 2015).

O primeiro país a conceder direito de voto para mulheres foi a Nova Zelândia, em 1893. No Brasil, a partir de 1932 as mulheres passaram a compor o eleitorado nacional. Na Suíça, esse direito só foi conquistado em 1971. Em muitas nações, como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, as mulheres ainda não são consideradas cidadãs, uma vez que não possuem o direito de escolher quem assumirá os postos de governo de seus países. “É inconcebível hoje que o direito de votar, que ocupa um papel central nas concepções de cidadania e participação, não seja garantido em todos os processos de democratização⁵” (PASQUINO, 2015, p. 2, tradução nossa). Se atualmente é impossível imaginar o cerceamento do direito ao voto das mulheres, essa é uma conquista histórica, parte importante do processo de garantia de direitos e realização da cidadania. É uma conquista que teve como base a luta de pessoas – especialmente mulheres – que se uniram em movimentos pela busca deste direito.

TERRITÓRIOS DE CIDADANIA E DE DIREITOS

Direitos humanos e cidadania estão intimamente relacionados. Ambos os conceitos foram construídos a partir de um processo histórico e estão ainda em desenvolvimento – de seus fundamentos, de sua teoria, das garantias e deveres que abarcam. “A cidadania enquanto vivência dos direitos humanos é uma conquista da burguesia: direitos de cidadania são os direitos humanos, que passam a constituir-se em conquista da própria humanidade” (CORRÊA, 2006, p. 217). O que diferencia um conceito do outro é a noção de território. Os direitos humanos se tornaram universais, uma conquista da humanidade, e, ainda que não garantidos de forma generalizada na prática, são aplicáveis a todos as pessoas que vivem na Terra. Já a cidadania ainda se encontra ligada a um Estado-nação específico. Os direitos do homem só viram direitos do cidadão quando adotados nas constituições dos respectivos países.

⁵ “It is now inconceivable that the right to vote, that occupies a central place in the conceptions of citizenship and participation, not to be granted in all processes of democratization” (PASQUINO, 2015, p. 2).

Embora se mantenha, nas fórmulas solenes, a distinção entre direitos do homem e direitos do cidadão, não são mais direitos do homem e sim apenas do cidadão, ou, pelo menos, são direitos do homem enquanto são direitos do cidadão deste ou daquele Estado particular (BOBBIO, 2004, p. 29).

Um exemplo de como a configuração geopolítica diferencia seres humanos de cidadãos está no tratamento de refugiados, que, sem condições de segurança em seu país de origem, podem conseguir asilo político em outro país ou viver ilegalmente, com pouca ou nenhuma chance de vida digna. Ou, ainda, durante a Segunda Guerra, quando a Alemanha nazista implantou uma política de supressão de nacionalidade a alguns grupos, especialmente judeus, tornando essas pessoas sem pátria, não-cidadãos excluídos de qualquer proteção jurídica, em qualquer nação (COMPARATO, 2010). São casos que apontam a cidadania vinculada a um território: a perda do status de cidadão significa também a perda de direitos.

O vínculo entre um lugar e seus cidadãos começa com a raiz da palavra cidadania. Do grego, a palavra cidadão vem do termo *polis*, que pode ser definido como a comunidade à qual a pessoa pertence e na qual deveria participar da vida política e social. No português (cidadão) e no inglês (*citizen*), a raiz das palavras vem do latim (*civitas*), que significa cidade, indicando que aqueles que vivem nas aglomerações humanas possuem direitos e deveres diferentes e/ou superiores em relação aos “estrangeiros” (PASQUINO, 2015). Thomas Marshall (1950), como citado acima, fala de cidadania especificamente como um status de um membro pertencente a uma comunidade.

Essa estreita ligação entre cidadania e nação estaria relacionada à visão positivista de direitos: “Trata-se da cidadania vista como uma conjunção entre nacionalidade e direitos políticos, ou seja, o vínculo jurídico da pessoa com o Estado e sua titularidade de direitos políticos: a cidadania reduzida à nacionalidade” (CORRÊA, 2006, p. 217). Celso Lafer (1988) concorda afirmando que, atualmente, o Direito Público Internacional tende a relacionar nacionalidade com cidadania, quando a temática envolve direitos humanos. O termo cidadania é utilizado na caracterização de um membro de determinado país, para diferenciá-lo de outra pessoa que não pos-

sui a mesma caracterização jurídica.

O próprio conceito de Estado como entendido na atualidade, assim como a noção contemporânea de direitos humanos, está associado à ascensão da burguesia e ao surgimento do sistema capitalista.

A ordem internacional que conhecemos hoje remonta ao século XVII, quando foi assinado o Tratado de Vestfália. Os princípios normativos centrais fixados neste tratado – territorialidade, soberania, autonomia, legalidade – configuram o sistema internacional de Estados (VIEIRA, 2001, p. 27).

A territorialidade, assim, é uma característica dos Estados-nação: suas fronteiras, seu espaço físico. A ideia de territorialidade, no entanto, transcende os limites fronteiriços de um país. Para Rogério Haesbaert (2005, p. 6778) é possível, de maneira simplificada, elencar quatro grandes fins para a territorialidade, acumulados e valorizados de maneiras distintas no decorrer do tempo: a) abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção; b) identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria fronteira); c) disciplinarização ou controle através do espaço (fortalecimento da ideia de indivíduo através de espaços também individualizados); d) construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações).

Esse momento de transformação de território em Estados, a partir do século XVII, se encontraria no que o autor chama de “identificação ou simbolização de grupos através de referenciais espaciais”, quando as grandes fronteiras e delimitação de territórios-nações estavam sendo definidas, especialmente na Europa. Era o momento de agrupar feudos em nações, uma vez que “a cidadania surge, pois, como incompatível com o feudalismo medieval por este não ter padrão comum nem direitos compartilhados por todos” (CORRÊA, 2006, p. 212).

Era preciso, portanto, criar nações unificadas, Estados fortes para a defesa e conquista de novos territórios e para um poder político e econômico compatível com as novas necessidades que o sistema capitalista trazia. Para Haesbaert (2005, p. 6774), território está relacionado não apenas ao poder político, “mas diz respeito

tanto ao poder, no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”. Fazia-se necessário, portanto, criar nestas novas nações esse sentido simbólico de pertencimento, e a comunicação teve (e ainda tem) papel central neste processo – especialmente através dos meios que se difundiram a partir da invenção na Europa da prensa gráfica, em 1450, por Johann Gutenberg (BRIGGS; BURKE, 2006, p 24).

A criação de simbolismos tem na mídia um aliado poderoso, que foi se apropriando de meios e ferramentas no decorrer do tempo, ampliando seu público e suas mensagens. Até 1500, cerca de 13 mil livros já circulavam na Europa; no século XVII, surgiram os primeiros jornais. A difusão e a influência dos impressos foi tamanha que o filósofo Francis Bacon chegou a afirmar que o trio constituído pela imprensa, a pólvora e a bússola “mudou todo o estado e a face das coisas em todo o mundo” (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 26). Os novos meios de informação que foram surgindo ampliaram ainda mais esse processo. Para Nestor Garcia Canclini (2010, p. 129), o rádio e o cinema, já no início do século XX, contribuíram “com a organização dos relatos da identidade e do sentido de cidadania nas sociedades nacionais”. Fazer parte de uma nação equivalia a partilhar espacialmente um território delimitado, compartilhando idioma, objetos, costumes que diferenciavam os cidadãos dali dos demais.

Esses referentes de identificação, historicamente mutáveis, foram embalsamados pelo folclore em um estágio ‘tradicional’ de seu desenvolvimento, e foram declarados essências da cultura nacional. Ainda hoje são exibidos nos museus, transmitidos nas escolas e pelos meios de comunicação de massa, fixados dogmaticamente através dos discursos religiosos e políticos, e defendidos, quando cambaleiam, pelo autoritarismo militar. Este modelo foi tão persuasivo que conseguiu estruturar amplas zonas de cultura, do saber, do esporte e de outras áreas, delimitando-as em unidades nacionais (CANCLINI, 2010, p. 111).

Para Pasquino (2015) é impossível negar o papel da comunicação nos processos relacionados à cidadania e a formação de identidades nacionais, uma vez que, “a mídia tem o poder de definir,

moldar e redefinir as identidades culturais e sociais de diversas comunidades e seus membros⁶ (PASQUINO, 2015, p. 4, tradução nossa). Logo, ser cidadão significa ser parte legal de um Estado. E esta compreensão de cidadania e território enquanto pertencente a determinado país foi fortemente influenciada pela mídia.

Cabe aqui ressaltar que o sentimento de pertencimento a determinada comunidade ou território faz parte da natureza social do ser humano, independentemente do sentimento de nacionalidade. Nascemos e crescemos em comunidades – um bairro, uma vila, um município, um distrito. Aquilo que compõe este local – suas ruas, praças, pessoas, tradições, festas, árvores, idioma, gírias, características climáticas etc. – passam a fazer parte da nossa identidade. “Encontramos nossas identidades nas relações sociais que nos são impostas e nas que procuramos. Nós as vivemos diariamente. Percebemos uma necessidade de pertencer. E precisamos restabelecer a certeza de que realmente pertencemos” (SILVERSTONE, 2011, p.181). Sentir pertencer a determinado território cria a ideia de corresponsabilidade em relação àquela comunidade. Foi a partir do agrupamento de comunidades em estados e nações, que o sentimento de nacionalidade passou a se desenvolver, com contribuição fundamental dos meios de informação. O sentimento de nacionalidade, portanto, se difere do sentimento de pertencimento: o sentir pertencer se relaciona tanto com os territórios físicos que habitamos, quanto com os territórios simbólicos, que podem ou não ser os mesmos; já o sentimento de nacionalidade está ligado, necessariamente, a um território que é físico, com fronteiras claramente delimitadas, e também simbólico, mas com um simbolismo que é construído com a participação dos meios de informação, da educação formal e informal, e, já arraigado no tecido social, também nas relações cotidianas.

Na visão de Liszt Vieira (2001), no entanto, a cidadania nacional pode não significar uma identidade comum aos cidadãos daquele determinado Estado, uma vez que, na democracia, as pessoas possuem visões, valores, opiniões e entendimentos políticos e cul-

6 “The media have the power to define, shape, and redefine the social and cultural identities of several communities and their members” (PASQUINO, 2015, p. 4).

turais diversos. “Ser cidadão de um Estado particular significa ser membro da *pólis*, mas não um membro daquela cultura particular, pois o Estado-nação, por si só, não é fonte de identidade. Ser membro da *pólis* não é mesma coisa que ser membro de um grupo cultural”. Os territórios simbólicos que se habita, portanto, trazem uma identificação cultural que não se relaciona, necessariamente, com o território físico de uma nação como um todo. É mais provável que essa identificação territorial física se dê em relação à comunidade onde a pessoa nasce e/ou se desenvolve enquanto cidadão, onde há a já mencionada sensação de pertencimento. É inegável, no entanto, que o sentimento de nacionalidade, de sentir pertencer a uma determinada nação, foi construído com sucesso, principalmente a partir do século XVII, e ocupa atualmente o universo simbólico e identitário dos cidadãos dos diferentes países.

A questão principal que se coloca é que a cidadania vinculada à nacionalidade exclui muitos de seus direitos enquanto ser humano e reduz o entendimento do que é ser cidadão. O processo de globalização, no entanto, vem trazendo mudanças no quadro político, econômico e cultural dos países. Ele diminui a importância dos “acontecimentos fundadores e dos territórios que sustentavam a ilusão de identidades” fazendo com que os “referentes de identidade se formem, agora, mais do que nas artes, na literatura e no folclore [...], em relação com os repertórios textuais e iconográficos gerados pelos meios de comunicação eletrônicos e com a globalização da vida urbana” (CANCLINI, 2010, p. 115).

A globalização fez com que os territórios nacionais atingssem o quarto fim elencado por Haesbaert (2005), citado acima: “construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações)”. Esse fluxo intenso vem, como aponta Canclini, trazendo mutações na maneira do cidadão enxergar a si mesmo enquanto parte integrante de um território único, local, espacialmente delimitado. As semelhanças e as diferenças entre os diversos povos e nações que habitam o mundo são explicitadas pela globalização, criando empatias e antipatias de diversas naturezas. Para Liszt Vieira (2001, p. 27) a democracia contemporânea “é intimamente ligada ao Estado-nação, cujos alicerces estão abalados pela globalização econômica e pelo fim da

bipolaridade característica da guerra fria, que afetam substancialmente a própria democracia e a cidadania”.

A ideia de cidadania se alia novamente à de direitos humanos. Quando os problemas passam a afetar não somente aquele determinado país, mas, diversas nações ao mesmo tempo – poluição, transmissão de doenças, fluxos de refugiados de diferentes locais, flutuações das bolsas de valores etc. – se faz necessária uma cidadania que não pertença a esse ou àquele grupo, que seja válida, assim como os direitos humanos, para todos. “A ideia de que existem direitos humanos universais a serem protegidos e promovidos leva a um tipo de cidadania mundial, de acordo com as teorias e desejos de filósofos iluministas cosmopolitas” (PASQUINO, 2015, p. 3, tradução nossa).

A compreensão de uma cidadania mundial, no entanto, depende de outro modelo de globalização – um que não esteja atuando em favor do mercado financeiro, mas sim em favor das pessoas. Para Fábio Konder Comparato (2010, p. 51) esse novo modelo precisa alcançar a solidariedade técnica, constituída “pela padronização de costumes e modos de vida, pela homogeneização universal das formas de trabalho, de produção e de troca de bens, pela globalização dos meios de transporte e de comunicação”, mas que necessariamente deve estar acompanhada da solidariedade ética, “fundada sobre o respeito aos direitos humanos, que estabelece as bases para a construção de uma cidadania mundial, onde já não há relações de dominação, individual ou coletiva”.

Ainda que longe dessa realidade ideal, Gianfranco Pasquino (2015) cita o processo de unificação política da Europa como um início de uma cidadania multicultural, capaz de mostrar tanto os sucessos quanto os desafios de uma união multinacional de grande porte. Um dos principais obstáculos, que ficou claro no processo europeu, é ultrapassar o sentimento nacionalista, tão fortemente arraigado nas sociedades, nas quais as pessoas se declaram orgulhosamente cidadão deste ou daquele país. “A solidariedade global

7 “The idea that there are universal human rights to be protected and promoted seems to lead to a sort of world citizenship, along the formulations and the wishes of the Enlightenment cosmopolitan philosophers” (PASQUINO, 2015, p. 3).

exige que as pessoas ultrapassem seus quase naturais sentimentos de nacionalismo e patriotismo⁸ (HAMELINK, 2004, p. 148, tradução nossa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, a comunicação – em todas as suas formas e utilizando-se de ferramentas diversas – tem papel crucial na formação de cidadãos. Retomando os fins para a territorialidade elencados por Rogério Haesbaert (2005, p. 6778), o quarto fim – “construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações)” – precisa ocupar as territorialidades com as trocas comunicacionais, mais fundamentais do que as trocas de informação. Para um território de cidadania é imprescindível o livre fluxo comunicacional. É preciso assegurar o direito humano à comunicação. Nesta busca, um dos principais desafios é a concentração do poder de difundir informação: um limitado número de empresas gigantes se configura, atualmente, como responsáveis por intermediar o processo midiático no mundo, decidindo quais informações serão passadas para o público e de que forma elas serão replicadas. Alguns dados que ajudam a compreender a dimensão deste controle: no setor das telecomunicações mundial, dez empresas concentram 86% da economia do ramo (FORD, 2012). No Brasil, 271 políticos (detentores de cargos públicos nos poderes legislativo e executivo) são sócios e/ou diretores de 324 veículos de comunicação (Donos da Mídia, 2015). Nos Estados Unidos, quatro grandes corporações controlam majoritariamente a televisão do país: General Electric, Westinghouse, Disney e Time Warner. As duas primeiras também desenvolvem atividades ligadas à energia nuclear, enquanto as outras duas controlam o mercado de jogos e entretenimento (HAZEN; WINOKUR, 1997).

Os cidadãos que habitam o mundo globalizado, portanto, têm seu processo de formação intermediado por essa mídia frequentemente interesseira, seu universo simbólico permeado por imagens, sons, histórias escolhidas por poucos, em função de interesses pró-

8 “Global solidarity demands that people overcome their almost natural sentiments of nationalism and patriotism” (HAMELINK, 2004, p. 148).

prios. Como visto, o sentido de pertencimento, as identidades e o universo simbólico são moldados em grande parte a partir do que é visto, lido e ouvido na grande mídia, que dá voz a poucos e cala milhares, e habita os espaços diversos do cotidiano. Jesús Martín-Barbero e German Rey fazem uma análise sobre a televisão na sociedade globalizada que pode ser estendida para as demais mídias de massa:

Contraditória modernidade a da televisão em países nos quais a desproporção do espaço social que a mídia ocupa – ao menos, em termos da importância que adquire o que nela aparece – é, contudo, proporcional à ausência de espaços políticos de expressão e negociação dos conflitos e a não-representação, no discurso da cultura oficial, da complexidade e diversidade dos mundos de vida e dos modos de sentir das pessoas (MARTÍN-BARBERO; REY, 2001, p. 39).

Assim, na medida em que os meios de comunicação de massa ocupam mais e mais os espaços antes utilizados para debates e discussões, se desenvolve um esvaziamento da esfera pública, debilitando-se os espaços de trocas e diálogo, enfraquecendo os processos participativos e, conseqüentemente, a cidadania. Fábio Konder Comparato (2010) destaca que nenhuma sociedade autenticamente democrática pode existir sem a organização cidadã dos meios de comunicação social. “A democratização dos meios de comunicação de massa representa, pois, a condição *sine qua non* do efetivo exercício da soberania popular nos dias que correm” (COMPARATO, 2010, p. 556).

A difusão e o barateamento do acesso à internet e as ferramentas de produção e consumo de conteúdos (*smartphones*, *tablets*, câmeras digitais, computadores etc.) deu força aos processos de comunicacionais alternativos. Para Cicilia Peruzzo (2008, p. 368), essa comunicação se caracteriza como “um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares. Essa ação tem caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares, que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação”. John Downing chama esta comunicação de mídia radical, que ele define como a “mídia – em geral de pequena escala e sob muitas formas diferentes – que expressa uma visão alternativa

às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas” (DOWNING, 2004, p. 21).

Os meios alternativos de comunicação e informação são essenciais à democracia e estão na história dos movimentos sociais na luta por direitos com vários formatos e utilizando-se de diversas ferramentas. A popularização da internet vem transformando a relação da mídia hegemônica com o público: a audiência passiva se transforma em audiência ativa e/ou produtora de conteúdo, ampliando as possibilidades da comunicação alternativa. Mas a internet permitiu, para além da mudança da relação do público com a grande mídia, uma mudança na forma de comunicação e mobilização dos movimentos sociais. Manuel Castells (2013) considera a comunicação realizada por meio da internet como uma comunicação de massa, que ele denomina autocomunicação:

É comunicação de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. É autocomunicação porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens nas redes de comunicação é autosselecionada. [...] A autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade (CASTELLS, 2013, p. 15-16).

A autonomia do ator social é um ponto chave possibilitado pela internet, uma vez que estes atores podem agora construir ações mobilizatórias antes impossíveis de serem executadas, ao menos na velocidade que a internet o permite. As novas tecnologias da informação vão criando, dessa forma, novas janelas de diálogo. Reconhecendo os limites e desafios trazidos por essa tecnologia, que não são poucos, sua utilização pelos movimentos sociais em prol da conquista de direitos pode levar a comunicação que teve (e ainda tem) função tão importante na criação de identidades nacionais, a exercer novamente um papel de destaque no caminho da solidariedade global. Caminho este que, de acordo com Norberto Bobbio (2004, p.1), pode ser o único possível: “Haverá paz estável,

uma paz que não tenha a guerra como alternativa, somente quando existirem cidadãos não mais apenas deste ou daquele Estado, mas do mundo”.

REFERÊNCIAS

- ANDI; SEDH; UNESCO. *Mídia e direitos humanos*. Brasília: ANDI, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, UNESCO, 2006.
- BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRIGGS, A.; BURKE, P. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- CANCLINI, N. G. *Consumidores e Cidadãos – Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010.
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- COMPARATO, F. K. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 7 ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.
- CORRÊA, D. *A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas*. 4 ed. Ijuí: Unijuí, 2006.
- CRIS. Assessing communication rights: a handbook. Communication Rights Assessment Framework and Toolkit (CRAFT) Project of the CRIS Campaign. 2005. Disponível em: <http://cdn.agilitycms.com/centre-for-communication-rights/Images/Articlen.pdf/cris-manual-en.pdf>. Acesso em 15 jan. 2016.
- DONOS DA MÍDIA. *O Mapa da Comunicação Social*. Disponível em: <http://donosdamidia.com.br/inicial>. Acesso em 19 jan. 2015.
- DORNELLES, J. R. W. *O que são direitos humanos*. 2ª ed. 1ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- DOWNING, J. D. H. *Mídia radical – Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.
- FISCHER, D. *O direito de comunicar*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- FORD, A. O contexto do público: transformações comunicacionais e socioculturais. In: MORAES, D. (org.). *Por uma outra comunicação*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: *X Encontro de Geógrafos da América Latina*. 2005, Universidade de São Paulo. Anais... p. 6774 – 6792.
- HAMELINK, C. J. *Human rights for communicators*. Cresskill, NJ: Hampton Press, 2004.
- HAZEN, D.; WINOKUR, J. *We the media. A citizens' guide to fighting for media democracy*. New York: The New Press, 1997.

LAFER, C. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia da Letras, 1988.

MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. (Org.) *Direitos à comunicação na sociedade da informação*. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

MARSHALL, T. H. *Citizenship and social class and other essays*. Cambridge: At the University Press, 1950. Disponível em: http://www.jura.uni-bielefeld.de/lehrstuehle/davy/wustldata/1950_Marshall_Citizenship_and_Social_Class_OCR.pdf. Acesso em 28 nov. 2015.

MARTIN-BARBERO, J.; REY, G. *Hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. São Paulo: Senac SP, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948*. Rio de Janeiro: UNIC, 2009. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em 12 fev 2015.

PASQUALI, A. Um breve glossário descritivo sobre comunicação e informação. In: MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. (Org.) *Direitos à comunicação na sociedade da informação*. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

PASQUINO, G. Citizenship. In: MAZZOLENI, G. (Editor). *The international encyclopedia of political communication*. Publicação online: 16 jul 2015. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9781118541555.wbiepc234/pdf>. Acesso em 15 jan 2016.

PERUZZO, C. *Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor*. Palavra clave, Bogotá, vol. 11, n. 2, 2008, p. 367-379. Disponível em: <http://palavraclave.unisabana.edu.co/index.php/palavraclave/article/view/1503/1744>. Acesso em 12 mai. 2015.

SILVERSTONE, R. *Por que estudar a mídia*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

VIEIRA, L. *Os argonautas da cidadania*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

O ENCONTRO DA TEORIA SEMIÓTICA COM A PUBLICIDADE E O CONSUMO

FLÁVIA MAYER DOS SANTOS SOUZA

MARIA NAZARETH BIS PIROLA

O presente texto volta-se para a reflexão sobre a publicidade e o consumo, enveredando por uma rota que busca o encontro com a teoria semiótica, mais precisamente, a sociosemiótica. Pretende-se, com isso, apostar em um diálogo que se estabelece a partir de variadas e múltiplas vozes reunidas para tratar de um desafio inadiável nos dias atuais. O interesse reside, pois, em algumas territorialidades que parecem passar por modificações recentes tão intensas quanto aceleradas, e prolongam sua presença no território. Uma espécie de reconfiguração de territorialidades conhecidas, que se dá um pouco antes da virada do século e sinaliza para condições ou características particulares no século XXI.

Compreende-se, então, territorialidade como estratégia que perpassa os movimentos dos diversos grupos sociais, dos fenômenos, bem como das relações estabelecidas pelos primeiros, de forma que a dimensão do poder se deixa entrever; e, também, como os modos de organização no espaço e de atribuição de significado, revelando-se aí a face simbólico-cultural (HAESBAERT, 2005; HAESBAERT, LIMONAD, 2007).

Assim, conhecidos de longa data, publicidade e consumo metamorfoseiam-se e provocam deslocamentos na atualidade, de modo que reorganizam e remontam, por consequência, o território. Conferimos uma espécie de zoom na publicidade e no consumo pela força que desempenham na atualidade, sem tomá-los isoladamente, mas considerando os pontos em que se entrecruzam, bem como as sobreposições com vários outros fenômenos em curso. As transformações mencionadas são motivadas por um conjunto complexo de fatores, dentre os quais demarcamos: o avanço do capitalismo, o

delineamento de uma sociedade de consumo, o acentuado aumento do fluxo de pessoas das mais variadas classes, etnias, línguas ou religiões e a circulação, em velocidade jamais alcançada, de capital, mercadorias e informações. Fluidez e mobilidade envolvem os fenômenos ora em foco e participam da constituição do território, dos fluxos e, por isso, das redes e das conexões (HAESBAERT, 2005). O território emerge como uma construção histórica, de modo que as relações de poder estão permanentemente em modificação no tempo e no espaço.

O entendimento da publicidade e do consumo como territorialidades, importantes partícipes dos contextos histórico, social, econômico, político e cultural da sociedade, que provocam reconfigurações nos modos de viver, implica em considerar, especialmente, as mudanças que se assiste em ambos, e que impacta os territórios sociais. Essas territorialidades ricas, pujantes e desafiadoras requerem um olhar atento e nos conduzem a percorrer alguns territórios como quem caminha sem pressa, com cuidado, para observar, assim, as tantas pistas que abrigam.

Bauman (2008) afirma que as atividades de consumo se apresentam ao longo de toda a história humana, sendo uma característica e uma ocupação dos seres humanos como indivíduos, o que sinaliza, pois, certa continuidade. No entanto, um ponto de ruptura inquestionável reside no deslizar do consumo para o consumismo, no momento em que o papel-chave conferido ao trabalho, na sociedade de produtores, passa, então, a ser ocupado pelo consumo. Para o autor, o consumismo consiste em

[...] um tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos rotineiros, permanentes [...], transformando-os na principal força propulsora e operativa da sociedade, uma força que coordena a reprodução sistêmica, a integração e a estratificação sociais, além da formação de indivíduos humanos, desempenhando ao mesmo tempo um papel importante nos processos de auto-identificação individual e de grupo, assim como na seleção e execução de políticas de vida individuais (BAUMAN, 2008, p. 41, grifo do autor).

Ainda de acordo com o autor, o deslocamento do consumo

para uma posição central na cotidianidade, manifestando-se com uma força tão intensa quanto contínua, acaba por tornar candente a discussão sobre a sociedade de consumo, que tem em sua base a promessa de satisfação, em um grau até então inimaginável, dos desejos humanos. Porém, a sedução da promessa só existe enquanto o desejo não é satisfeito. Por essa razão, o processo de consumo desenvolve-se tal como se os consumidores estivessem posicionados em uma pista de corrida. Nela, os corredores/consumidores movimentam-se continuamente em busca de produtos e, por mais velozes que possam ser, jamais poderão alcançar a linha de chegada que se encontra, também, em permanente movimento (BAUMAN, 2001).

A possibilidade de satisfação reside em permanecer na corrida. Na pista, o consumidor encontra objetos equivalentes a prêmios que aparecem e fascinam, porém, em instantes são deixados para trás, abandonados, já que se vê outro um pouco à frente com uma nova promessa, também fugaz. Deriva daí a compreensão de Bauman (2008, p. 126, grifo do autor) de que “A vida do consumidor, a vida do consumo, não se refere à aquisição e posse [...]. Refere-se, em vez disso, principalmente e acima de tudo, a estar em movimento”.

Sobre o movimento contínuo do consumidor na busca por algo que é transitório, pode-se dizer que há sempre um desejo à espera, tornando a dinâmica incessante. Por conseguinte, cada compra acaba por trazer ao consumidor uma desilusão (BARBOSA, 2004). Também as empresas ou outros entes produtores não podem parar nessa pista de corrida, pois precisam ser extremamente velozes para lançar mais e mais produtos e, com isso, manter ou conquistar as primeiras posições (SOUZA, 2015). Por isso, a máxima que permeia o ambiente empresarial é “inovar ou evaporar” (KOTLER, 2000).

O processo de consumo – e antes disso, o de produção – revela a lógica da obsolescência, encurtando, cada vez mais, o ciclo de vida dos produtos, de maneira que, mesmo o produto em bom estado possa ser dispensado, antecipando o gesto do descarte. Há um descompasso, portanto, na noção de durabilidade, que se torna desvalorizada, ao remeter a algo obsoleto, antigo. O consumo de

um bem, por conseguinte, pode implicar seu desgaste ou não. Neste último caso, apesar de o produto não ter se esgotado, seu brilho esvaiu-se, isto é, “[...] o objeto se consome antes sequer de ser tocado pelo uso” (SARLO, 2006, p. 27).

O consumidor contemporâneo é apresentado por Sarlo (2006) como o colecionador às avessas, alguém que não mais reúne ou acumula bens, pois intenciona, na verdade, acumular ou reunir atos de compra. Contudo, a desvalorização é o passo seguinte, imediato ao gesto glorioso de aquisição de um bem. O investimento passa a ser, portanto, na tentativa de colecionar esses instantes ardentes, tão intensos quanto breves. Por sua vez, o antigo colecionador guardava os bens como um tesouro, nem os utilizava tamanha a estima ou valor que reservava ao objeto e, com o desenrolar do tempo, esse valor ampliava-se. O consumo do bem não era imediato, permanecia quase intocado para não sofrer depreciação (BAUMAN, 2008).

A pulsão para o consumo, segundo Lipovetsky (2007), está relacionada à busca de uma sensação viva, de um gozo proveniente da experiência do prazer da novidade, o que equivale a afirmar que reside no consumo a possibilidade de sentir sensações novas. As visadas em torno do fenômeno e os tensionamentos provocados nos levam a pensar que “o consumo se tangibiliza por meio de muitas retóricas” (BACCEGA, 2014, p. 63), e abarca, portanto, a publicidade – talvez a primeira e mais lembrada –, bem como a moda, o cinema, a televisão, entre outros. Nessa empreitada, a publicidade “[...] se perfila ao lado da produção e responde [...] à velocidade do processo de produção-distribuição-consumo. E substituição da produção” (BACCEGA, 2011, p. 31).

Ao gerar valor para os produtos, a publicidade se insere no contexto econômico, social e político e “[...] inscreve-se, hoje, no escopo mais amplo do marketing, integrando-se com outras formas de comunicação à disposição de empresas e outras organizações, quase sempre sob a égide da marca, no quadro conceitual da comunicação global” (ZOZZOLI, 2007, p.32).

O contexto implica em transformações da publicidade dita tradicional, que tem sua presença cada vez mais pálida, enfraquecida, por ter como características a pesada carga de persuasão voltada a um receptor entendido como padrão, com objetivo de colocar

em relevo o estímulo ao consumo, bem como a marca da empresa anunciante (COVALESKI, 2015). A própria dinâmica que levou a publicidade a buscar a “técnica perfeita” a ponto de ser uma linguagem facilmente reconhecível tem sido motivo de afastamento das pessoas, que, na atualidade, almejam encontrar algo que não se pareça mais com a estética padrão.

Esse balão de ensaio de experimentações de novos formatos publicitários, em que nada mais é certo nem garantido, tem promovido o diálogo da publicidade com outros territórios e, com isso, hibridizando-os, a exemplo de publicidade e arte, publicidade e cinema, publicidade e entretenimento, publicidade e jogos, lazer, ludicidade, só para citar alguns. Esse fenômeno foi chamado por Covaleski (2010) de publicidade híbrida. Agora, a publicidade não é tão somente informação persuasiva, mas também informação entretável e compartilhável, donde chegar-se ao conceito de entretenimento publicitário interativo (COVALESKI, 2015).

Na composição desse novo produto midiático estão mesclados: a) persuasão, recurso que favorece o envolvimento do receptor em relação ao conteúdo exposto; b) entretenimento, cuja finalidade é proporcionar ludicidade ao tempo vago, combinando fruição estética e certa distração e, assim, favorecendo a constituição do repertório cultural de um público que tem maior propensão para alimentar a indústria de lazer e de conteúdo; c) interação, dinâmica entre emissores e receptores que tem permitido a intervenção em conteúdos colocados em circulação pelas plataformas comunicacionais que favorecem o diálogo; d) compartilhamento, ato espontâneo do receptor de propagar conteúdos que, de alguma maneira, geram uma experiência destacada, evidenciando um novo papel de consumidor participativo e capaz de partilhar gratuitamente publicidade de um determinado anunciante, chegando a assumir certa coautoria do conteúdo.

Covaleski (2015) compreende, assim, que, de maneira paradoxal, a publicidade, para ganhar certa sobrevida, precisa deixar de ter as feições de publicidade e trazer outra face, outra aparência. “Apresenta-se, de forma crescente, inserida e camuflada no entretenimento; travestida de diversão, mas não destituída de sua função persuasiva, mesmo que dissimulada” (COVALESKI, 2015, p. 149).

Ao mesmo tempo, encontra-se, também, o que Carrascoza e Santarelli (2011) chamam de *home-made* que pode ser traduzido para o português como feito em casa, muitas vezes, artesanalmente. Essa publicidade é caracterizada pela precariedade em função do tipo de material usado como suporte e, por vezes, pela presença de erros gramaticais. E, em tempos de redes sociais, assiste-se, também, a uma publicidade que se torna viral, por ter justamente aparência caseira, tornando menos explícitos os objetivos comerciais que permeiam a campanha (SILVA, 2008).

Seja tradicional, de entretenimento publicitário interativo ou *home-made*; esteja na televisão, no cinema, nos dispositivos móveis, nas vitrines, nas ruas, em outdoors, empenas ou em eventos; assumo o formato de *product placement* em novelas, séries, webséries, jogos, videocliques; configure-se como *branded content*, *branded entertainment* ou *advertainment*, a publicidade opera, conforme Carrascoza (2008), para provocar o consumo dos variados produtos e, sobretudo, estimular a sintonia do indivíduo com a sociedade de consumo. Com isso, a publicidade constitui “[...] a mais plena forma de propaganda do sistema em que vivemos” (SCHUDSON, apud CARRASCOZA, 2008, p. 228). Assim, é necessária a contínua problematização dos conceitos de publicidade e propaganda e dos aportes teórico-metodológicos para que nosso olhar possa acompanhar as lógicas de produção, consumo e interações que se dão entre indivíduos e marcas (TRINDADE, 2014).

II – SEMIÓTICA, PUBLICIDADE E CONSUMO

A fim de potencializar o encontro entre as territorialidades e os territórios da publicidade e do consumo, a aproximação que aqui estabelecemos é com a teoria semiótica.

Mesmo que Greimas não mencione uma só palavra sobre o mercado, estudo de marcas e produtos, a sua teoria tem escopo e armadura para participar das semiotizações das ocorrências de nossa sociedade midiática, governada pela economia do mercado e do consumo que intervêm em todos os âmbitos da vida social (OLIVEIRA, 2017, p.2).

A Semiótica Discursiva, também chamada de linha francesa ou

greimasiana, é uma disciplina que tem por objetivo entender dois aspectos complementares, o que o texto diz, bem como a organização textual que o leva a dizer o que diz (BARROS, 2001). Fundada por Algirdas Julien Greimas nos anos 1960¹, a semiótica vem solidificando-se nas proposições teóricas e metodológicas dos modos de construção e apreensão do sentido pelos sujeitos. Seu projeto engloba tanto a análise de enunciados fechados, quanto as interações sociais em ato, dinâmicas e abertas, que só se deixam captar no momento mesmo em que acontecem.

A noção de texto para a semiótica é bem alargada, já que inclui “arenas de sentido” (OLIVEIRA, 2017, p.1) tão amplas quanto a própria condição de cada objeto a significar. Peças publicitárias, textos jornalísticos, literatura, obras de arte, capas de revistas, audiovisuais, fachadas e vitrines de lojas, a arquitetura da cidade e as interações sociais são alguns exemplos de textos que a semiótica tem abarcado no compasso de seu desenvolvimento. Significa dizer, então, que a teoria vai construindo e aprimorando seus métodos analíticos na cadência de seus objetos, frutos das transformações da própria sociedade.

Com inspirações nos estudos da linguagem, a partir de Ferdinand de Saussure e Louis Hjelmslev, na antropologia de Lévi-Strauss e na fenomenologia de Merleau-Ponty (FIORIN, 2003; MENDES, 2011), a teoria semiótica postula que cada texto possui dois planos: conteúdo e expressão. Para análise do plano de conteúdo, Greimas desenvolveu o método do percurso gerativo de sentido. Este, prevê que o sentido vai sendo construído em camadas, cabendo ao semioticista articular os níveis fundamentais, narrativos e discursivos de cada texto para se chegar aos efeitos de sentido. Em cada nível, considera-se os componentes sintáticos e semânticos.

A sintaxe “é um conjunto de regras que rege o encadeamento das formas de conteúdo na sucessão do discurso” (FIORIN, 2011, p.21). Essas formas encadeadas do texto recebem investimentos semânticos em que “cada combinação de formas produz um determinado sentido” (FIORIN, 2011, p. 21). Assim, o semioticista

1 Semântica Estrutural, lançada em 1966, é a obra fundadora da semiótica de Greimas. Entretanto, em 1958, Greimas já tinha elaborado uma primeira versão da obra (Henault, 2006).

deve observar: a) o nível discursivo do texto, cuja sintaxe se estrutura com as projeções de pessoas, espaços e tempos que, no nível semântico, instauram figuras e temas; b) o nível narrativo, em que os sujeitos estão em busca de seus objetos-valor, contam com a ajuda de objetos-modais, operam performances e transformações rumo às sanções finais, que podem ser eufóricas ou disfóricas; c) o nível fundamental, onde estão abrigados os valores fundamentais dos textos. (BARROS, 2011; FIORIN, 2011). Tal separação pretende ser apenas didática, pois, na prática, os sentidos são construídos pelos sujeitos numa só visada.

Em linhas gerais, podemos dizer que, fazer uma análise semiótica do plano de conteúdo de um texto, seja ele qual for, é analisar como a narrativa deste texto se desenvolve; quais são e como são feitas as projeções de pessoas, espaços e tempos; figuras e temas (nível discursivo); como os sujeitos estão em disjunção ou conjunção com seus objetos-valor; como operam suas transformações/performances para alcançar seus objetos-valor; como os objetos modais são projetados e ajudam os sujeitos no alcance de seus objetivos (nível narrativo); quais são os valores fundamentais do texto postos em circulação (nível fundamental).

No plano de expressão, o semioticista deve observar os elementos expressivos dos textos em questão. Temos o formante cromático, no qual são estabelecidas as cores e combinações, como cores puras, complementares, tonalidades, saturações, luminosidade, etc; o formante eidético, no qual constam as formas que revestem os textos, tais como: retas, curvas, angulosidades, arredondados, vertical, horizontal, perpendicular, diagonal; o formante topológico, que tem a ver com a posição que cada elemento ocupa na espacialidade total do texto, como alto x baixo, superior x inferior, laterais, centro x margens. Há também os formantes matéricos, que são determinados pelos suportes expressivos, tais como os tipos de papel, gramaturas e vernizes nos suportes impressos; o relevo e a moldura nas artes; as condições tecnológicas nos meios audiovisuais e interativos, entre outros. (OLIVEIRA, 2004). É necessário considerar, ainda, que os textos reúnem características e qualidades sensíveis que podemos chamar de sincréticas, ou seja, a reunião de vários sistemas de linguagem, como o texto verbal, imagético, sonoro que

ocorrem por exemplo nos meios de comunicação (televisão, internet, games, revistas, jornais) e na maioria dos produtos de consumo fomentados pela cultura midiática. Desta forma, quando correlacionamos todas essas variáveis que os textos nos apresentam – homologando os planos de conteúdo e de expressão –, fazemos uma análise semiótica discursiva, com o objetivo de entender os efeitos de sentido construídos nos textos, ou seja, o que ele diz e os modos como o faz.

É com esse arcabouço teórico e metodológico que a semiótica discursiva, na análise de textos publicitários ou práticas de consumo, contribui para o desvelamento da construção do processo de significação. Com o mecanismo da descrição, os principais elementos do texto enunciado são identificados. No nível discursivo, observamos as projeções de pessoas, espaços e tempos das peças comunicacionais e como determinados temas são figurativizados. O tema do amor, por exemplo, pode ser figurativizado de diversas formas: numa embalagem de café, num tempero de cozinha, na reunião de uma família. Com os conceitos do nível narrativo, podemos identificar como os sujeitos visualizados no nível discursivo operam suas performances e transformações. Na publicidade, via de regra, os produtos anunciados operam como objetos modais que ajudam os sujeitos em suas performances e na conquista de seus objetos-valor. Um automóvel, por exemplo, pode figurar como o objeto-modal que permitirá a conquista do objeto-valor poder, fama ou status. Todo esse trajeto, em homologação com o plano de expressão das mensagens, abre as portas dos caminhos da significação e dos valores fundamentais de um determinado texto.

No desenvolvimento da teoria, temos no livro de Greimas intitulado *Da imperfeição*, escrito em 1987, um marco para compreendermos os efeitos de sentido em ato. Uma das maiores contribuições é a proposição de que é possível a relação entre o plano “científico” e o da experiência vivida, entendendo, portanto, a semiótica como uma prática.

Nessas condições, a postura metodológica do pesquisador que se aventura na análise das práticas de vida – tomadas como textos –, deve superar a dualidade cognitivo x sensitivo para dar conta de um modelo mais abrangente de pesquisa em que o sentido em ato

seja observado à luz do inteligível e do sensível, visto que “[...] a experiência chamada ‘estética’ raramente convoca um deles sem mobilizar também o outro” (LANDOWSKI, 2002a, p. 130). Posto isso, dizemos que o pesquisador, ao mesmo tempo em que pesquisa os fenômenos, pesquisa também a si mesmo. Trata-se de uma educação semiótica do sujeito, numa espécie de “[...] autoaprendizagem que visaria a um melhor domínio da competência latente que cada um possui para sentir, ao seu redor, a presença do sentido, e para entender o que é significado deste modo” (LANDOWSKI, 2002a, p. 143).

Para avançar de um constructo teórico-metodológico que analisa um enunciado fechado como um anúncio publicitário, por exemplo, até as práticas sociais abertas e dinâmicas que só se deixam captar no ato mesmo da interação entre os sujeitos, o projeto inicial de Greimas vem sendo alargado por Eric Landowski desde 1989. A síntese desse alargamento podemos chamar atualmente de *sociosemiótica*, cujas obras basilares são: *Sociedade refletida* (1992), *Presenças do outro* (2002b) e *Interações arriscadas* (2009). Nesta última, Landowski acrescenta ao modelo narrativo de Greimas novas possibilidades de regimes de interação dos sujeitos com os objetos.

Se Greimas havia consolidado apenas a lógica da junção (programação e manipulação) regida sempre por um percurso de busca dos sujeitos por seus objetos-valor, Landowski vem acrescentar a esse modelo a lógica da união (ajustamento e acidente), regida pelas descobertas “que se dão no encontro de um sujeito com outro sujeito” (OLIVEIRA, 2017, p.7), isto é, sem a caracterização de relações comunicativas por manipulação, estrategicamente pensadas por um sujeito que visa à aderência do outro ao seu ponto de vista. Ao contrário, “na sintaxe da união o sujeito interage com outro sujeito e vão ambos descobrindo, no fazer sentido juntos, o sentido que é então vivido na e pela experiência que ambos protagonizam” (OLIVEIRA, 2017, p.7).

Assim, no caso das práticas de consumo, a teoria nos ajuda a identificar as interações dos sujeitos com o mundo. Com as lentes dos regimes de interação, é possível visualizar o nível de aproximação ou afastamento dos consumidores em relação a uma vitrine, a

uma seção de supermercado, nas experiências de consumo, frente a frente com fenômenos que reúnem publicidade, arte, cinema, games nos quais as fronteiras estão embaçadas. É possível entender como a sintaxe da prática, ou seja, a organização e composição dos elementos do processo de significação influenciam os regimes de sentidos e engendram práticas de programação, manipulação, ajustamento ou acidente. Daí a máxima de que são os regimes de interação a chave para os regimes de sentido (LANDOWSKI, 2009).

Sabendo que o mundo social está repleto de semióticas significantes, tais como discursos políticos, publicitários, jornalísticos, e de diversas práticas decorrentes da interação cotidiana, um fundamento central para a teoria é entender que os espaços sociais não “refletem, por natureza”, dados sociais preexistentes. “Ele representa, ao contrário, o ponto de origem a partir do qual o social, como sistema de relações entre sujeitos, se constitui pensando-se” (LANDOWSKI, 1992, p. 14).

São esses avanços teóricos que permitem à semiótica falar de outras coisas, de tantos textos e contextos, e que a “encaminharam a outros campos do saber” (OLIVEIRA, 2017, p.2). Seja com objetos da publicidade, do jornalismo, das artes, do mundo digital transmidiático e multiplataforma, das fachadas e vitrines das lojas, de supermercados, shopping centers, das práticas de consumo,

O semioticista, não deve esperar o dia de festa em que o “inesperado” irá visitá-lo, sem ser anunciado. Ao contrário, o sentido é uma realidade que está permanentemente ao seu lado, mesmo quando não se faz visível. Achar que o mundo é dessemantizado é um reflexo de nosso próprio fracasso. Precisamos cultivar a cada dia com um pouco mais de “ciência” a própria disponibilidade – corpo e alma – e certo saber-sentir. Ao longo desse caminho, teremos os dias de folga. Mas a semana também tem seu sabor (LANDOWSKI, 2002a, p.150).

Na companhia da teoria semiótica, nos aventuramos, assim, a continuar a reflexão, entendendo o extenso trajeto que se apresenta. Trazemos, então, duas questões, dentre as várias, que temos pela frente: “[...] o que fazemos com o que o consumo faz conosco?” (ROCHA, 2008, p. 130); “[...] como a encenação publicitária

nos faz olhar os simulacros que constrói e o que ela nos faz ser ao contemplá-los”? (LANDOWSKI, 2002, p. 129, grifo do autor). É no trilhar em interação com esses objetos que as respostas, sempre provisórias, vão sendo construídas. Ainda precisaremos de muitos sentidos na pesquisa dessas territorialidades e territórios, por ora, tão movediços.

REFERÊNCIAS

- BACCEGA, M. A. Inter-relações comunicação e consumo na trama cultural: o papel do sujeito ativo. In: CARRASCOZA, J. A.; ROCHA, R. de M. *Consumo midiático e culturas da convergência*. São Paulo: Miró Editorial, 2011.
- _____. Comunicação e Consumo. In: CITELLI, Adilson et al. (Orgs.). *Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 53-65.
- BARBOSA, L. *Sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.
- BARROS, D. de. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 2011.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- _____. *Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.
- CARRASCOZA, J. A. Publicidade: o sonho do consumo e a realidade da produção. In: BACCEGA, M. A. (Org.). *Comunicação e culturas do consumo*. São Paulo: Atlas, 2008. p. 216-229
- CARRASCOZA, J. A.; SANTARELLI, C. P. G. Convergência entre a arte e o valor do precário na criação publicitária. In: CARRASCOZA, J. A. ; ROCHA, R. de M. *Consumo midiático e culturas da convergência*. São Paulo: Miró Editorial, 2011.
- COVALESKI, R. *Publicidade híbrida*. Curitiba: Maxi, 2010.
- _____. *Cinema e publicidade: intertextos e hibridismos*. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2015.
- FIORIN, J. L. *O projeto hjlmsleviano e a semiótica francesa*. Galáxia, SP, n.5, p. 19-52, abr.2003.
- _____. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011.
- GREIMAS, A. J. *Da imperfeição*. Tradução de Ana Cláudia de Oliveira. São Paulo: Hacker, 2002.
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. 2005. Disponível em: <www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2017.
- HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas*. , v. 1, n. 2(4), 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2017.

- HÉNAULT, A. *História concisa da semiótica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- KOTLER, P. *Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados*. São Paulo: Futura, 2000.
- LANDOWSKI, E. A *sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.
- _____. De l'imperfection, o livro do qual se fala. In: GREIMAS, A. J. *Da imperfeição*. Tradução de Ana Cláudia de Oliveira. São Paulo: Hacker, 2002a. p. 125-150.
- _____. *Interacciones arriesgadas*. Lima: Fondo Editorial, 2009.
- _____. *Presenças do outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002b.
- LIPOVETSKY, G. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2007.
- MENDES, C. M. *Da linguística estrutural à semiótica discursiva: um percurso teórico-epistemológico*. Raído, Dourados, MS, v. 5, n. 9, p. 1-22, jan./jun. 2011.
- OLIVEIRA, A. C. *As Semioses pictóricas*, in: *Semiótica Plástica*. São Paulo: Hacker Editores, 2004. p.134.
- _____. A teoria semiótica nos estudos da comunicação, consumo e marketing, in: OLIVEIRA, A. C.; MARTYNIUK, V. L. *Sentidos do Consumo: os desafios do cenário contemporâneo à luz da semiótica de Greimas*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2017.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- ROCHA, R. de M. Comunicação e consumo: por uma leitura política dos modos de consumir. In: BACCEGA, M. A. (Org.). *Comunicação e culturas do consumo*. São Paulo: Atlas, 2008. p. 119-131.
- SARLO, B. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- SILVA, N. F. da. *Marketing viral: quando os internautas são a melhor propaganda*. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – UNB, Brasília. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/2993340-Marketing-viral-quando-os-internautas-sao-a-melhor-propaganda.html>>. Acesso em: 14 out. 2016.
- SOUZA, F. M. S. *A publicidade em outdoor nas ruas de Vitória: A cidade como espaço de educação*. 2015. 206f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Espírito Santo, 2015.
- TRINDADE, E. *Caminhos, ações e reflexões para a reformulação das diretrizes nacionais curriculares em publicidade e propaganda*. XXXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 36, 2014, Manaus. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014>>. Acesso em: 20 set. 2016.
- ZOZZOLI, J.C. O contexto da propaganda nas teorias da comunicação: emergência da publicidade contemporânea e alicerces de suas principais feições teóricas. In: BARBOSA, I. S.; PEREZ, C. *Hiperpublicidade: fundamentos e interfaces*, v.1. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: DO SILÊNCIO AO DIÁLOGO

ELEN GERALDES

JANARA SOUSA

VANESSA NEGRINI

A Lei de Acesso à Informação (LAI) brasileira, Lei nº 12.527/2011, em vigor desde maio de 2012, completa cinco anos com alguns limites e possibilidades. Já é possível avaliar nesse curto período de existência que ela deixa a desejar no que tange à disponibilidade de recursos humanos e materiais para sua implementação ou ainda por tratar as instâncias municipal, estadual e federal como se fossem idênticas, enquanto, de fato, podem se diferenciar muito, seja no tamanho, na disponibilidade orçamentária ou na formação dos profissionais que as integram. A LAI também falha por ter como instância recursal última o Estado que, desta forma, avalia a si mesmo, mas também traz ganhos e conquistas, inclusive simbólicos, que pela possibilidade de superar uma cultura do silêncio por outra, da transparência.

Nesse artigo, pretendemos atingir três objetivos: a) compreender como a Lei de Acesso à Informação brasileira pode contribuir para se pensar as territorialidades; b) como a comunicação pública se constitui em uma aliada nesta missão, tirando a LAI “do papel”, fazendo cumprir o espírito da lei; e c) como ela pode iluminar demandas de grupos considerados minoritários.

No percurso do texto, começaremos por definir o que são territorialidades, como se constituem e quais seus principais aspectos. Num segundo momento, explicaremos a LAI brasileira, desde a sua inspiração, surgimento, principais características e as resistências que ainda evoca. A seguir, daremos exemplos de como a LAI pode ampliar a percepção da territorialidade para vários indivíduos e grupos, ajudando a fortalecer as suas demandas. Por fim, apresen-

taremos as dimensões comunicacionais da LAI e o seu impacto na afirmação das territorialidades, mostrando que o diálogo entre Estado e sociedade é fundamental para que o território seja um espaço de muitas vozes, participativo, sem a opressão do silêncio.

MUITO ALÉM DO ESPAÇO

Numa época de forte presença virtual, a discussão sobre espaços, território e territorialidades torna-se mais pungente e urgente. Onde estamos e para onde vamos? A famosa conexão espaço-tempo é atropelada pela dimensão tecnológica. Enquanto o espaço, em suas múltiplas definições, parece se referir a limites ambientais, os territórios são espaços apropriados por relações de poder. Mas mesmo este conceito tem sofrido impactos pelas transformações políticas, sociais, econômicas e culturais evocadas pela globalização.

Até a metade do século XX, o conceito de território era abarcado pelo de Estado-nação. No entanto, um dos impactos da globalização foi deslocar essa conotação material, expressa pelo binômio solo-povo, e dar-lhe a dimensão imaterial das relações de poder, que são mais fluidas, pois são feitas e desfeitas continuamente (ARRUDA, 2010). Nesse caso, poder não se refere apenas ao domínio e posse do território, mas também ao poder de apropriação, que diz respeito a como um grupo deixa marcas culturais naquele lugar, tornando-o seu espaço vivido (LAFEBVRE, 1986).

As territorialidades são a síntese dessas relações sociais que fazem de um espaço um território. São a forma como se dá significado a um lugar. Por exemplo, um pedaço de terra é um espaço com dimensões definidas, que se torna um território quando for o espaço de alguém, que pode se apropriar dele por meio de uma escritura na ordem material ou por meio de lendas, tradições, do cotidiano vivido ou evocado. No território se dão relações de poder que estão sintetizadas nas territorialidades. Essas relações se referem a como determinados grupos fazem seu um lugar, muitas vezes, negando ou apagando a presença de outros grupos.

A resistência a cotas para negros nas universidades e, mais recentemente, nos concursos públicos, são exemplos de expressão dessa territorialidade, em que a sociedade aponta quais lugares

e posições são destinadas aos brancos e quais são relegadas aos negros. O preconceito e a discriminação são acobertados por discursos ideológicos de meritocracia e livre concorrência. Conforme pontua Roberto DaMatta (1986), apesar de não admitirmos, somos uma sociedade hierarquizada, que opera dentro de um quadro rígido de valores discriminatórios, que opera por meio de gradações, em que se pode situar as pessoas pela cor da pele ou pelo dinheiro, em que “cada um sabe muito bem o seu lugar” (DAMATTA, 1986, p. 47).

Esta tensão de territorialidades também se manifesta na disputa agrária e nos discursos que são construídos midiaticamente. Em que pese a função social da propriedade ser um dos princípios basilares da nossa Constituição Federal, a luta de movimentos sociais pela terra é constantemente criminalizada pela imprensa. Assim é que as ocupações do Movimento dos Sem Terra (MST) são recorrentemente noticiadas como “invasões” pela imprensa, a manifestar uma ideologia de mundo bastante específica. Esses grupos, em suas especificidades, devem ser amparados pelo Estado, e para isso precisam ser vistos. A LAI pode ser um importante recurso de luta ao prover dados que mostrem, de forma clara e articulada, as assimetrias às quais esses indivíduos e grupos estão submetidos.

Para Martinuzzo (2016, p.11), pensar territorialidades e comunicação, ultrapassa os limites do geográfico físico-material e abrange “múltiplas formas de pertencimento que se constituem por vínculos comunicacionais”. Segundo o autor, isto abre espaço para se pensar territorialidades a partir das narrativas midiáticas e das redes sociais. Nessa perspectiva ampliada, o conceito tradicional de território pode ser aplicado a outros domínios, como a memória, o corpo, a narrativa, a informação. Os territórios informacionais se tornam o suporte, o espaço onde as territorialidades se produzem e se articulam:

As infoterritorialidades, geradoras e mobilizadoras dos infoterritórios, concretizam-se por meios de acessos, produção e compartilhamentos daquilo que nos afeta simbolicamente no âmbito informacional, conformando uma extensão significativa de alianças e pertencimentos socioeconômicos e político-culturais midiaticizados (MARTINUZZO, 2016, p. 12).

A violência material ou simbólica é uma forma dramática de construção de territorialidades. Existem espaços – físicos, cibernéticos e simbólicos – que não são permitidos a mulheres, LGBTTT (acrônimo de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) ou negros. Os movimentos sociais organizados quando tentam irromper estas barreiras são criminalizados pela imprensa e mesmo na esfera jurídica, a exemplo do que ocorre com a questão agrária.

Não está escrito em nenhum lugar, mas é uma regra bastante clara em nossa sociedade, que a mulher deve evitar sair “sozinha” à noite, depois de certo horário, em determinados locais, ou viajar “desacompanhada” de um homem (com outra mulher não conta), ou estará sujeita a sofrer algum tipo de violência. Os territórios da política e do mundo empresarial são frequentemente negados às mulheres. As que se aventuram a disputar estes espaços com os homens são rotuladas e estereotipadas. As mesmas características que nos homens são enaltecidas, nas mulheres são repudiadas e renomeadas pejorativamente. Assim, enquanto o homem é firme, a mulher é “grossa”; o homem é diplomático, a mulher é “mole”; o homem é estrategista, a mulher é “manipuladora”, e assim por diante. Nem mesmo no espaço do seu próprio corpo a mulher tem autonomia, uma vez que vestir roupas curtas, sensuais e decotadas, não é apropriado a uma mulher “direita”.

Da mesma forma, sair de mãos dadas ou se beijar em público — atos corriqueiros de qualquer heterossexual — pode significar uma sentença de morte para casais LGBTTT, que se atrevem a manifestar sua opção em público. E novamente para este público há uma tentativa de colonização e submissão do corpo, a partir do momento em que gay que “não dá pinta” (tem passabilidade¹), ou seja, não tem aparência afeminada, é mais aceito do que outros. O corpo, como expressão de territorialidade a sofrer pelas relações de poder e dominação, foi discutido por filósofos como Michel Foucault (2012):

[...] o corpo também está diretamente mergulhado num

1 Passar-se por outro ou outra

campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o suplicam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais (FOUCAULT, 2012, p. 28).

Nesse sentido, a comunicação é o ponto central da ocorrência da territorialidade, uma vez que “nenhum território ou territorialidade jamais se fez sem o recurso da informação e da sua circulação orientada, significada e significante, a comunicação” (MARTINUZZO, 2016, p. 13). Ora, conhecer as territorialidades brasileiras é se inserir num presente tenso, de disputa e violência, física e simbólica. Uma das formas assumidas por essa violência é seu silêncio e invisibilidade. Como a LAI pode abrir essa caixa preta de territorialidades?

POR UM ESTADO MAIS TRANSPARENTE E DIALÓGICO

A Lei de Acesso à Informação – LAI é a materialização de uma política pública de comunicação que se insere no contexto de luta dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada por um Estado mais transparente e dialógico. Surge da percepção de que o Estado precisa se comunicar mais e melhor com o cidadão, para que este possa exercer seus direitos fundamentais. Resulta do processo de lutas históricas em que a sociedade brasileira se fez politicamente mais consciente e passou a exigir um novo paradigma de comunicação pública. Sua origem remonta ao período de um Brasil pós-Ditadura Militar, em que setores organizados da sociedade civil se mobilizaram para garantir a inserção, no texto constitucional, de instrumentos para controle social do Estado.

Dessa articulação social, resultou a inserção do direito à informação na Constituição Federal de 1988:

[...] todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, Constituição Federal de 1988, art. 5º, inciso XXXIII).

Faltava, no entanto, a regulamentação deste artigo, o que

só foi feito mais de duas décadas depois, com a edição da Lei nº 12.527/2011. Desde então, o texto constitucional ganhou contornos mais nítidos ao obrigar o Estado brasileiro a “garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão” (BRASIL, 2011).

A LAI se aplica a todos os poderes e tem como diretrizes e princípios – além daqueles que regem a Administração Pública como um todo – especificamente a publicidade, objetividade, agilidade, transparência ativa e passiva, clareza, simplicidade e acessibilidade.

Um dos grandes desafios do Estado é produzir dados sobre todo o seu amplo e diversificado universo de atuação, mas também de dar a eles uma inteligibilidade, uma lógica, o que se apresenta como um papel da comunicação pública. De forma que a LAI deve estimular a produção, o acesso e a apropriação desses dados pelos cidadãos, uma vez que se constituem no suporte em que as territorialidades se produzem e articulam.

Para refletir sobre a aplicação da LAI e as resistências que ainda evoca, é preciso lembrar que o Estado e os órgãos da Administração Pública são abstrações que se realizam por meio de pessoas. Assim, a ressonância da LAI dependerá da cultura organizacional estabelecida em cada órgão em que o cidadão busca determinada informação. Neste sentido, a LAI sofre um duplo movimento: ao mesmo tempo em que é limitada pela cultura organizacional e pelas características de determinado órgão público (em um ambiente mais hermético e hierarquizado, a tendência é que o cidadão encontre mais obstáculos para o exercício do direito à informação), a LAI também contribui para a atualização desta cultura, uma vez que obriga a uma mudança de mentalidade e de práticas.

DIMENSÕES COMUNICACIONAIS DA LAI

A Lei de Acesso à Informação pode pavimentar um caminho poderoso entre o Estado e a sociedade. Com a LAI, o Estado se obriga a dialogar de forma mais transparente com o cidadão, compreendendo o diálogo como uma via de mão dupla em que também é preciso saber ouvir. Trata-se de um aprendizado lento, conflituo-

so e em construção.

É preciso resgatar as dimensões comunicativas da LAI (GERALDES e SOUSA, 2013) que estiveram presentes nos esforços para a sua criação, sem as quais se corre o risco de burocratizar este instrumento e torná-lo apenas um ônus para a administração pública. Quatro dimensões comunicativas, à luz das quais discutiremos os aspectos de territorialidade, podem ser colocadas.

A primeira dimensão é a LAI como um aspecto da comunicação pública. Na luta contra um Estado opaco, que retém a informação como forma de controlar o poder e restringir o acesso das camadas populares, a transparência se impõe como um valor fundante da Constituição de 1988. Desde então – e com contornos mais nítidos a partir da promulgação da LAI – o Estado se obriga a ser mais dialógico com o cidadão. A comunicação pública se desloca da esfera da promoção pessoal e ideológica para se aproximar dos requisitos de cidadania. É um tipo de comunicação impossível de se imaginar sem transparência, daí a importância da interface com a LAI, que aponta para este diálogo possível.

Nos exemplos citados, a LAI pode colaborar para a comunicação pública desvendar aspectos das territorialidades que são omitidos, ignorados ou camuflados nas coberturas midiáticas. As formas de violência apontadas aparecem na mídia de modo sensacionalista, desvinculadas de reflexões mais densas e aprofundadas. Ou nem sequer aparecem, muitas vezes são silenciadas. Somente uma cobertura fundamentada no interesse público e amparada por informações produzidas, arquivadas e acessadas segundo o espírito da LAI pode iluminar esses conflitos e tensões.

Da mesma forma, é importante que a implementação da Lei de Acesso à Informação não seja uma ação isolada no Estado brasileiro, mas efetivamente um aspecto de uma política de comunicação que adentre todas as organizações públicas. É esta a segunda dimensão comunicacional da lei. Assim, ela dará o tom de transparência a cada ação realizada ou por se realizar, imiscuindo-se aos valores, princípios e diretrizes organizacionais.

Na compreensão das territorialidades, a LAI pode inspirar a produção sistemática de dados, em diálogo com as demandas sociais. De forma planejada, como deve ser uma política pública, po-

dem ser pensadas, por exemplo, estratégias para que a violência e as mortes que sofre a população LGBTTT não se encerre em cada ocorrência, mas gere indicadores para se combater a homofobia. Do mesmo modo, a violência no campo precisa ser compreendida e enfrentada à luz das discussões sobre a disputa pela terra. Essas estratégias só terão sentido se envolverem diversos órgãos públicos e se tiverem continuidade, ultrapassando o limite de uma gestão.

Como um pressuposto para que a Lei seja efetiva, é necessário discutir o acesso à banda larga de qualidade, inclusive para grupos que são mais vulneráveis. Insere-se neste acesso um treinamento para buscar dados com o auxílio da Lei e cobrar do Estado uma atuação mais transparente.

Por fim, a LAI se torna um recurso fundamental para pensar as territorialidades quando adentra a lógica jornalística. Quando se torna pauta. De fato, talvez os prazos da LAI não se adequem perfeitamente ao ritmo alucinado das redações, tensionados pela ideologia do online, do tempo real, da notícia muito rápida e pouco apurada ou reflexiva. No entanto, é preciso construir esforços de aproximação dos jornalistas com as possibilidades abertas pela Lei e de sensibilização sobre o seu uso, em que as práticas do Estado e da imprensa dialoguem, num esforço de visibilidade, de apontamento de impasses e de busca de soluções.

SEM CONCLUIR

Como vimos, são muitas as relações de poder presentes nos territórios. De forma geral, essas relações, essas territorialidades, remetem a conflitos, tensões, lutas pela apropriação material e simbólica de um espaço. A dimensão comunicacional não é mera figurante nas territorialidades, ela pode ouvir e propagar as vozes presentes nessas lutas ou então apagá-las. A comunicação se constitui também em um território, e ela é uma das forças presentes nos embates das territorialidades.

A LAI surge, no país, como um esforço para fazer valer o que diz a Constituição de 1988, que torna a transparência do Estado uma regra, contra a hegemonia do silêncio praticada por tantos governos na história brasileira. Outrossim, a LAI não é meramente burocrática, mas uma norma com amplas dimensões comunicacio-

nais. Ela tem a possibilidade de se tornar uma aliada para a Comunicação Pública e uma política de comunicação das organizações públicas. Ela pode e deve ser insumo para o jornalismo e necessita ser ampliada para que o acesso às informações produzidas pelo Estado por meio da internet seja efetivo. A Lei de Acesso à Informação pode se constituir num importante instrumento de comunicação pública e cidadania, a dar suporte a territorialidades – ou às info-territorialidades – e a todos aqueles que disputam esses territórios, mas em especial aos grupos sociais marginalizados e oprimidos, como as mulheres, LGBTQTT, negros, além de movimentos sociais ligados à questão agrária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Presidência da República, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 2 setembro 2014.

DAMATTA, R. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 40a. Petrópolis: Vozes, 2012. 291 p.

GERALDES, E.; SOUSA, J. *As Dimensões Comunicacionais da Lei de Acesso à Informação Pública*. Intercom, 2013. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1502-1.pdf>>. Acesso em: 27 setembro 2014.

MARTINUZZO, J. A. Territorialidade: o que é isso? In: MARTINUZZO, J. A.; TESSAROLO, M. *Comunicação e Territorialidades: As pesquisas inaugurais do primeiro Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Espírito Santo*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Comunicação Social, 2016.

NEGRINI, V. *Comunicação Pública e Efetividade da Justiça: uma análise dos processos comunicacionais nos Juizados Especiais Cíveis do Distrito Federal*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Orientadora Janara Sousa. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

SOBRE OS AUTORES

ANA CLARA MAGNAGO BIANCHI

Mestre em Comunicação e Territorialidades pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). **clarambc@gmail.com**

ANGELO BORTOLON

Mestre em Comunicação e Territorialidades pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Especialista em Comunicação em Mídias Digitais pela Faculdade Estácio de Sá (ES). Graduado em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). **angelobortolon@hotmail.com**

DANIELA ZANETTI

Professora do curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades na mesma instituição. Doutora em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Letras pela Universidade Mackenzie e graduada em Jornalismo pela UFES. Coordenadora do Grupo de Pesquisas Cultura Audiovisual e Tecnologia (CAT). **daniela.zanetti@gmail.com**

EDGARD REBOUÇAS

Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, mestre em Sciences de l'Information et de la Communication - Université Grenoble 3 – e graduado em Jornalismo pela UFES. Professor do Departamento de Comunicação Social da UFES, atuando no curso de Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades. Coordena o Observatório da

Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência. **edgard.reboucas@ufes.br**

ELEN GERALDES

Jornalista e mestra em Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), é professora-adjunta da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, coordenadora do Laboratório de Políticas de Comunicação – LaPCom. **elenger@ig.com.br**

FÁBIO MALINI

Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ, mestre em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRJ e graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela UFES. É professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo, atuando no curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação e Comunicação e Territorialidade. Coordena o Laboratório de Estudos de Imagem e Cibercultura – LABIC. **fabiomalini@gmail.com**

FLÁVIA MAYER DOS SANTOS SOUZA

Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da UFES. Graduada em Publicidade e Propaganda, Doutora e Mestre em Educação pela UFES. Membro do Centro de Pesquisa Sociosemiótica e do Grupo de Pesquisa de Processos Educativos em Arte e Linguagem. Líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Consumo e Semiótica (UFES/CNPq). **flavia.mayer@uol.com.br**

FREDERICO DE MELLO BRANDÃO TAVARES

Professor da Universidade Federal de Ouro Preto, onde coordena o Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Doutor em Ciências da Comunicação pela Unisinos, Mestre e Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela UFMG. **fredtavares.ufop@gmail.com**

JANARA SOUSA

Jornalista e mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), doutora em Sociologia pela UnB, é professora-adjunta da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. **janara.sousa@gmail.com**

JOSÉ ANTONIO MARTINUZZO

Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestre e doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). **martinuazzo@hotmail.com**

MARIA NAZARETH BIS PIROLA

Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da UFES. Graduada em Publicidade e Propaganda, doutora e mestre em Educação pela UFES. Membro do Centro de Pesquisa Sociosemiótica (CPS/PUC/SP/CNPq) e do Grupo de Pesquisa de Processos Educativos em Arte e Linguagem (GEPEL/UFES/CNPq). Líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Consumo e Semiótica (UFES/CNPq). **n.pirola@uol.com.br**

MARIALINA CÔGO ANTOLINI

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades (PósCom/UFES), pesquisadora do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência, consultora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PUND). **marialina.antolini@gmail.com**

RAFAEL PAES HENRIQUES

Graduado em Comunicação Social/Jornalismo (2003) e em Filosofia, ambos pela Universidade Federal do Espírito Santo (2012), mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho (2008) e doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de

Janeiro (2012). É professor adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo, atuando no curso de Graduação em Jornalismo, no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades e no Programa de Pós-graduação em Filosofia da Ufes.

rafaelpaesh@gmail.com

ROSSANA REGULLO

Doutora em Ciências Sociais, é professora e pesquisadora do Departamento de Estudios Socioculturales del ITESO – Universidad Jesuita de Guadalajara, México. É especializada em estudos que atravessam disciplinas como Antropologia, Estudos Culturais e Comunicação. **rossanaregullo@gmail.com**

RUTH REIS

Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) e graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora do Departamento de Comunicação Social da UFES, na área de Jornalismo, e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades. Coordena o grupo de estudos em Comunicação, Cultura e Discurso. **ruthdosreis@gmail.com**

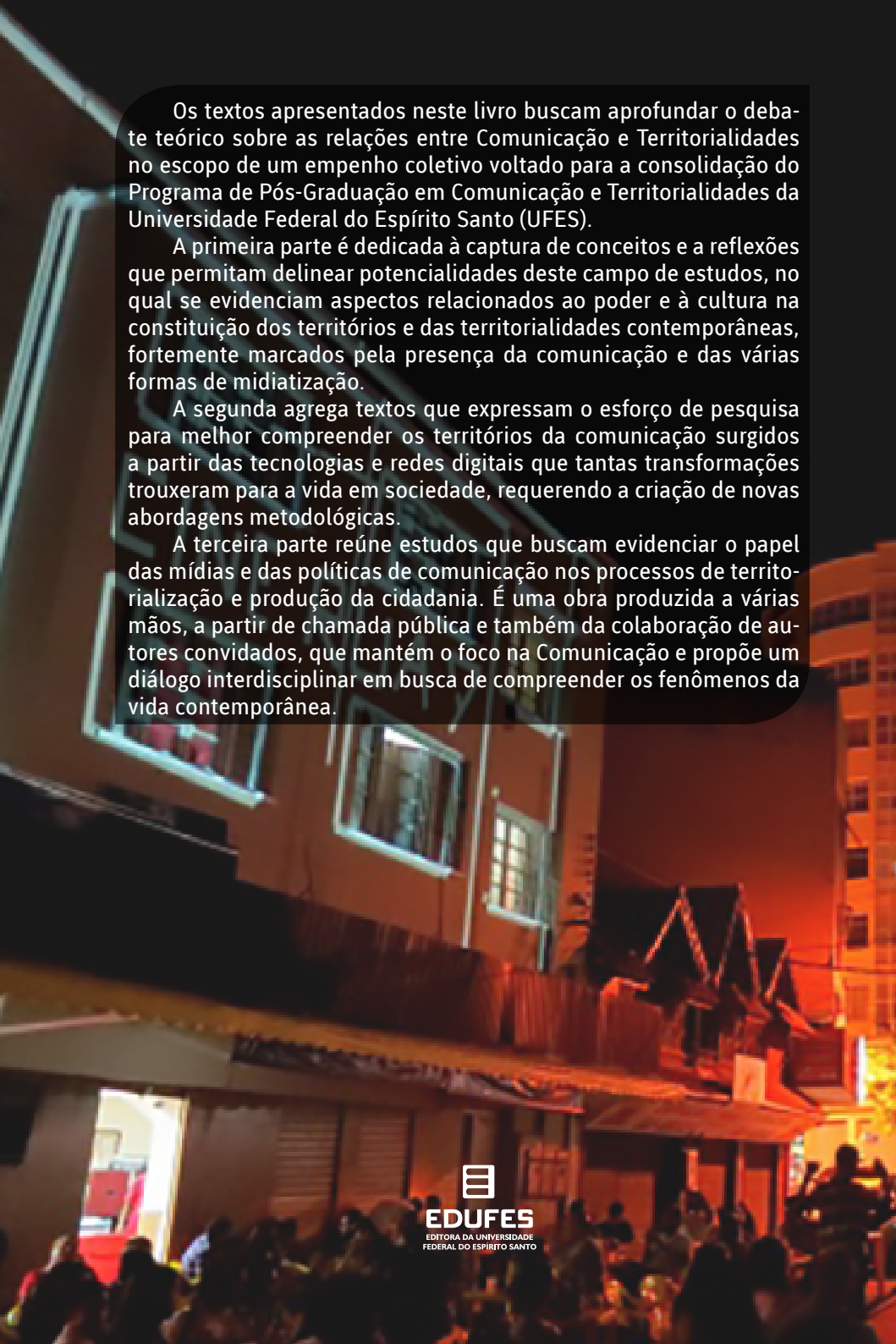
WAGNER PIASSAROLI MANTOVANELI

Mestre em Comunicação e Territorialidades pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e doutorando em Sozialwissenschaften: Publizistik und Kommunikationswissenschaft pela Universität Wien. Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – Publicidade e Propaganda, e graduando em Direito na mesma instituição. **wagnermantovaneli@hotmail.com**

VANESSA NEGRINI

Comunicadora organizacional, doutoranda em Políticas de Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). **negrini.vanessa@gmail.com**

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada a fonte e não seja para fins comerciais.



Os textos apresentados neste livro buscam aprofundar o debate teórico sobre as relações entre Comunicação e Territorialidades no escopo de um empenho coletivo voltado para a consolidação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

A primeira parte é dedicada à captura de conceitos e a reflexões que permitam delinear potencialidades deste campo de estudos, no qual se evidenciam aspectos relacionados ao poder e à cultura na constituição dos territórios e das territorialidades contemporâneas, fortemente marcados pela presença da comunicação e das várias formas de mediação.

A segunda agrega textos que expressam o esforço de pesquisa para melhor compreender os territórios da comunicação surgidos a partir das tecnologias e redes digitais que tantas transformações trouxeram para a vida em sociedade, requerendo a criação de novas abordagens metodológicas.

A terceira parte reúne estudos que buscam evidenciar o papel das mídias e das políticas de comunicação nos processos de territorialização e produção da cidadania. É uma obra produzida a várias mãos, a partir de chamada pública e também da colaboração de autores convidados, que mantém o foco na Comunicação e propõe um diálogo interdisciplinar em busca de compreender os fenômenos da vida contemporânea.



EDUFES
EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO